

DEMOCRACIA E SOCIALISMO:
A EXPERIÊNCIA CHILENA

ALBERTO AGGIO

Ac. 430611

U.F.M.G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



262240711

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA


ANNA BLUME

A266

Aggio, Alberto

Democracia e socialismo : a experiência chilena / Alberto Aggio.
São Paulo : Annablume, 2002.

ISBN 85-7419-276-7

I. Chile - Política e governo 2. Democracia - Chile 3. Socialismo
Chile I. Título. II. A experiência chilena. III. Série.

CDD 320.983

DEMOCRACIA E SOCIALISMO - A EXPERIÊNCIA CHILENA

Coordenação editorial
Joaquim Antonio Pereira

Diagramação eletrônica
Raimundo Lopes e Regina Weller

Capa
Ray e Joca

Foto da capa
Lycurgo C. Querido

CONSELHO EDITORIAL

Eduardo Peñuela Cañizal
Norval Baitello junior
Maria Odila Leite da Silva Dias
Gilberto Mendonça Teles
Maria de Lourdes Sckeff
Pedro Jacobi
Gilberto Pinheiro Passos
Eduardo de Alcântara Vasconcellos

2ª edição: junho de 2002

© Alberto Aggio

ANNABLUME EDITORA . COMUNICAÇÃO

Rua Padre Carvalho, 275 . Pinheiros
05427-100 . São Paulo . SP . Brasil
Tel. e Fax. (011) 3812-6764 - Televidas 3031-9727
<http://www.annablume.com.br>

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO	11
A EXPERIÊNCIA CHILENA	15
DA REVOLUÇÃO À DEMOCRACIA	27
Sob o signo da Revolução	28
A leitura do vencedor	29
A visão dos democrata-cristãos	31
A leitura da esquerda	36
Em favor da via chilena	38
Revolução <i>versus</i> via chilena	50
Com os olhos na democracia	54
A DEMOCRACIA CHILENA: HISTÓRIA E POLÍTICA	67
A vitória da Frente Popular	69

As restrições à democracia	78
A esquerda na fase de "democracia restrita"	82
A redemocratização e a vitória da direita	90
A DC propõe uma alternativa global	95
A esquerda na conjuntura eleitoral de 1970	104
A LUTA POLÍTICA NO GOVERNO DA UNIDADE POPULAR	109
Da vitória eleitoral à posse de Allende	110
Do início do governo à crise de outubro de 1972	114
As ações do governo e o início dos conflitos	114
As eleições municipais de 1971	117
Do assassinato de Pérez Zujovic a setembro de 1971	121
A ofensiva da oposição e a discussão econômica	124
As negociações UP-DC e os sintomas de crise	129
Divergências na UP e avanço da radicalização	134
A Crise de Outubro de 1972	137
Da Crise de Outubro ao Golpe Militar	142
A superação da crise e as eleições de 1973	142
A tentativa golpista de 29 de junho de 1973	145
A derrubada do governo da UP	149
A VIA CHILENA: ENTRE ALLENDE E A UNIDADE POPULAR	153
PÓS-ESCRITO	
AS COMPLEXAS DIMENSÕES DO CHILE ATUAL	171

"Vosotros, los que en vez de vivir, peregrináis, seguid con paso firme: la desdicha que os espera es tan gloriosa, que no la trocaréis por la inútil felicidad de los felices."

Eugenio María de Hostos (1963)

A publicação do trabalho de Alberto Aggio sobre a experiência socialista no Chile de Salvador Allende está carregada de auspiciosos significados intelectuais e políticos e se constitui num momento importante da produção historiográfica brasileira sobre temáticas contemporâneas latino-americanas. Apenas aqueles envolvidos mais diretamente com a pesquisa nessa área de estudos podem avaliar os variados obstáculos que nosso Autor enfrentou para concluir seu estudo. Quase uma peregrinação!

Edmundo O'Gorman, em seu clássico livro *A Invenção da América*,¹ afirma que, sem contradição lógica, a América é, e, ao mesmo tempo, não é a Europa, "condição dramática de sua existência e chave de seu destino". Penso que podemos afirmar que também o Brasil é, e, ao mesmo tempo, não é América Latina. O Brasil se afirmou e se afirma como América Latina em diversas e variadas manifestações políticas, mas também nega sua identidade, ignorando – acima de tudo, ignorando –, desqualificando e formando estereótipos negativos

1. Publicado pela Editora UNESP em 1992.

relacionados ao mundo hispano-americano. No Brasil, os estudiosos da história e cultura latino-americanas vivem intensamente esta dicotomia e precisam, de início, assumir as dificuldades dela decorrentes.

A História da América Latina, como irmã enjeitada da História do Brasil, apenas nos últimos anos tem atraído jovens pesquisadores. É preciso lembrar que, até pouco tempo atrás, pensar, estudar, pesquisar temas contemporâneos latino-americanos despertava suspeitas e pouco interesse. Durante o regime militar as questões sociais e políticas da América Latina eram demasiadamente “perigosas”, pois não havia como fugir da discussão de problemáticas tais como: ditadura militar/democracia, reforma/revolução, nacionalismo/antiimperialismo, violência, miséria. Em tempos políticos recentes e mais amenos, tais temas, embora não mais carreguem o estigma da suspeição política, freqüentemente ainda recebem sorrisos complacentes da parte de muitos, que entendem esta escolha como de importância secundária, diante da galeria de possibilidades oferecidas ao historiador.

No Brasil, nas últimas décadas, foram os trabalhos de sociólogos e cientistas políticos que sinalizaram as interpretações sobre a América Latina contemporânea. Constituíam-se, na grande maioria, em análises abrangentes sobre o continente, empregando o conceito de dependência como determinante nas explicações sobre sua história. Aqui não é o lugar para repetir as críticas dessa visão, mas cabe recordar que, para superá-la, uma jovem geração de historiadores confrontou-se com espinhosos problemas de ordem epistemológica, no momento de redefinir a América Latina como objeto de estudos.

O livro de Aggio se apresenta como um excelente exemplo de como resolver, com maturidade intelectual, as questões acima indicadas. Ele foi capaz de pensar o Chile como parte da história da América Latina, mas também de fugir de uma abordagem generalizante e homogeneizadora. Bem plantado na historiografia brasileira – embora firmemente conectado com a produção chilena – teve condições para colocar do avesso os habituais ângulos a partir dos quais as problemáticas que envolvem seu tema vinham sendo propostas.

Se trabalhar com a história da América Latina já é fugir dos padrões em voga, Aggio cometeu mais uma ousadia. Decidiu dedicar-se à história política, campo da historiografia que, como afirmou Jacques Juillard, “tem um passado que o condena”. Com razão, a história política recebeu acusações de ser elitista, factual, particular e reducionista, estando associada a análises pobres e comprometidas com a perspectiva do poder oficial. Todavia, ventos arejados também chegaram até ela, possibilitando, mais recentemente, a produção de trabalhos renovadores, que vêm ganhando espaço e respeitabilidade na historiografia internacional. Sem

dúvida, Aggio, em seu trabalho, demonstrando estar afinado com estas novas abordagens, foi capaz, com maestria, de, nas palavras de Pocock, “(...)aprender a ler e reconhecer os diversos idiomas do discurso político, da maneira como eles então disponíveis na cultura e na época que se está estudando, como parte fundamental de nossa prática de historiador”.²

A política, em verdade, tem sido o universo no qual Alberto Aggio se move com familiaridade. Suas preocupações intelectuais e acadêmicas giraram sempre em torno dos temas da política, convivendo com uma militância que nunca ofuscou seu olhar crítico e refletido sobre a história. Portanto, isto significa afirmar que suas análises sobre a história do Chile estão livres dos lugares comuns, da banalização dos enfoques e da repetição automática de esquemas *a priori*. Seguindo uma tradição gramsciana, Aggio refere-se à política como mediação entre as aspirações sociais e as instâncias do poder, como possível manipulação das ações dos homens, mas também como instrumento obrigatório de transformação e de libertação. José Aricó, certa vez, escreveu que a figura de Gramsci o perseguia como a sombra ao corpo, que o acompanhava todas as manhãs e com quem estabelecia discussões imaginárias. Dizia dever às leituras de Gramsci a abertura para uma visão mais arejada do mundo em constante mudança. Penso que Gramsci também foi ganhando espaço nas reflexões de Aggio, abrindo-lhe horizontes sempre mais amplos.

Aggio se aproxima de seu objeto de pesquisa com uma perspectiva nova, provocativa, em que se destacam a fineza de perspectiva e a capacidade de revisitar e dar outra forma a um tema que parecia já ter uma demarcação ajustada e uma abordagem definitiva. Como fugir da armadilha de apontar o “fracasso” ou os “erros” que teriam levado à derrocada do governo de Allende? Como pensar o encontro, o diálogo e as ambigüidades entre os conceitos de socialismo e democracia? Aggio – num texto em que se cruzam história política, das idéias políticas e das linguagens políticas – busca entender como nos postulados da própria formulação da política de Allende, dos socialistas e da Unidade Popular se encontram algumas das respostas que explicam os embates travados entre si e com seus adversários e que se provaram fatais para o governo. Como o leitor terá oportunidade de avaliar, o trabalho de Aggio sobre o período de Allende é uma análise rica, inteligente, original e provocadora!

Maria Ligia Coelho Prado
Departamento de História da FFLCH-USP

2. J. G. A. Pocock, *Virtue, commerce, and history*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991, p. 9.

O período em que o Chile foi governado por Salvador Allende configura-se um dos momentos mais instigantes e dramáticos da história contemporânea da América Latina. A sua existência, vicissitudes e desfecho chamaram e continuam a chamar a atenção de numerosos historiadores e cientistas políticos em diversas partes do mundo. Por este motivo, pode-se dizer que, em face de sua relevância, a então chamada *experiência chilena* constituiu-se ainda em tema de caráter cosmopolita e de visita obrigatória por aqueles dispostos a se debruçar sobre a história política da América Latina e que queiram também pensar as complexas relações entre democracia e socialismo.

O fato mais marcante desta experiência histórica foi a tentativa de construção do socialismo por meio de mecanismos legais e institucionais de um Estado representativo e democrático, como o que existia no Chile ao iniciar-se a década de 1970. A ascensão da esquerda à presidência da República, através de Salvador Allende, representou uma opção diferente de construção do socialismo. No entanto, o seu fracasso em 11 de setembro de 1973, quando foi deposto por um golpe militar, contribuiu para reacender a discussão em torno da validade de se realizar a construção do socialismo através da democracia.

A problemática central deste livro reside na discussão sobre as leituras desta experiência e do que ficou conhecido como a *via chilena ao socialismo*. Em boa parte das interpretações sobre este período, tanto a primeira quanto a segunda conformam um único objeto, isto é, aparecem inteiramente identificadas. Embora seja inegável a presença de uma estratégia democrática ao socialismo na condu-

ção política do governo Allende, o que a pesquisa atestou foi um comportamento discrepante de importantes segmentos da esquerda chilena, no governo ou fora dele, em relação a esta estratégia. Por esta razão, a preocupação fundamental aqui presente foi a de compreender e explicar o projeto da *via chilena ao socialismo* no interior do processo aqui definido como a *experiência chilena*.

O procedimento analítico adotado, como se verá, foi o de abordar ambos os objetos do ponto de vista histórico. Isto possibilitou uma melhor compreensão sobre o lugar ocupado pelo projeto da via chilena ao socialismo no seio da esquerda que se articulou politicamente na Unidade Popular, bem como propiciou analisar o período 1970-73 quer através da discussão historiográfica, quer através do entendimento dos processos históricos que, em suas particularidades, deram suporte àquela experiência.

O primeiro capítulo tem como objetivo central estabelecer o recorte indicado anteriormente. Nesta primeira abordagem, procurou-se definir os elementos que compõem o projeto da via chilena ao socialismo e as circunstâncias históricas em que Allende chegou ao poder. São analisados neste capítulo os elementos identificadores entre *processo* e *projeto* para que, a partir destes, pudessem ser formuladas as razões da hipótese de que ambos devem ser pensados distintamente. Somente dessa forma tornou-se possível compreender tanto as razões das dificuldades enfrentadas pela esquerda chilena, ao se transformar em ator governante, quanto os limites do próprio projeto da via chilena ao socialismo.

O segundo capítulo aprofunda a discussão das interpretações a respeito da experiência chilena e do lugar nelas ocupado pelo projeto da via chilena ao socialismo. A literatura produzida sobre o período foi trabalhada de forma a abarcar os textos mais significativos de correntes intelectuais, ideológicas e políticas que versaram sobre o tema. O enfoque objetivou delinear as diferenças estruturais de abordagem entre os textos, tanto de direita como de centro ou esquerda, que se preocuparam em afirmar ou negar o projeto da via chilena ao socialismo, e aqueles mais recentes, que procuram analisar o período 1970-73 sob uma ótica voltada mais para a temática da democracia do que para a da revolução. Com isso tentou-se desmontar a visão dos protagonistas presente na literatura sobre o período e abrir novas perspectivas para o entendimento da experiência chilena.

A discussão, no terceiro capítulo, passa a ter a história política chilena como objeto central ou, mais precisamente, o desenvolvimento político que possibilitou a emergência da democracia chilena. Elaborou-se aqui um painel de quarenta anos de história política, visando fundamentar a compreensão do contexto mais profundo que permitiu à esquerda disputar e alcançar o poder. **Através da leitura**

desse processo histórico, demonstrou-se também que o sistema político da democracia chilena vivia, antes da posse de Allende, uma crise bastante profunda.

No quarto capítulo, discute-se a luta política durante o governo da Unidade Popular, dimensão que definiu e decidiu o curso e o desfecho do processo. Neste capítulo foram analisados o movimento e a luta política entre projetos diversos, que acabaram por assumir um caráter antagônico muito mais em virtude do entendimento que os próprios atores atribuíram a eles do que de suas pautas concretas. Demonstrou-se, desta forma, que atores democratizantes, como a Democracia Cristã e a Unidade Popular, jogaram permanentemente no sentido da polarização político-ideológica, implicando um maior debilitamento do sistema político e sua conseqüente deslegitimação e desinstitucionalização.

Por fim, o quinto capítulo analisa, de maneira conclusiva, as formulações consensuais e também as discrepâncias internas da Unidade Popular como ator governante frente ao projeto da via chilena ao socialismo. Através do rastreamento dos fundamentos teóricos e ideológicos que informavam a esquerda, problematiza-se, neste capítulo, a integralidade da via chilena como uma via democrática ao socialismo. Mesmo assim, conclui-se que o projeto esboçado e defendido por Allende foi o que de mais avançado se produziu naquela experiência. Os seus limites foram certamente os limites da cultura política da esquerda naquele momento.

Os três primeiros anos da década de 1970 constituíram-se num dos momentos mais significativos na história do Chile contemporâneo. As atenções de boa parte do mundo voltaram-se para aquele país que, com a ascensão de Salvador Allende à presidência da República, passava a viver uma situação inédita. Pela primeira vez na História um presidente declaradamente marxista chegava ao poder através de eleições gerais e livres e propunha implantar o socialismo como resultado da aplicação de seu programa eleitoral.

Salvador Allende venceu as eleições presidenciais chilenas de setembro de 1970 como candidato da Unidade Popular (UP), uma coalizão política que tinha como eixo os partidos Comunista e Socialista, mas que abrigava também radicais (PR), social-democratas (PSD), a Ação Popular Independente (API) e parte da esquerda católica, o Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU).¹

Dirigente histórico e senador pelo Partido Socialista, Salvador Allende² já havia concorrido à presidência da República em outras três ocasiões antes de

1. Além destas organizações, em julho de 1971, uma dissidência do PR, o PIR (Partido de Izquierda Radical), ingressou na UP e permanecerá no governo até abril de 1972; no final de 1971, o Movimiento de Izquierda Cristã (IC), uma divisão nascida da Democracia Cristã, incorporou-se à UP.
2. Salvador Allende Gossens era médico. Foi presidente do Centro de Estudantes de Medicina e depois vice-presidente da Federação de Estudantes do Chile (FECH). Participou da fundação do PS, em 1933. Em 1937 foi eleito deputado; a partir de 1938, foi Ministro da Saúde do governo Pedro Aguirre Cerda. Em 1945, 1953 e 1961 foi eleito sucessivamente senador; cf. J. Lavretski, *Salvador Allende*, Moscou, Editorial Progreso, 1978.

1970. Na primeira, pela Frente do Povo, em 1952, obteve apenas 50 mil votos. Em 1958, candidato da Frente de Ação Popular (FRAP) – uma aliança comunista-socialista –, conseguiu 28% dos votos, perdendo para o candidato apoiado pelos liberais e conservadores, Jorge Alessandri, por pouco mais de 30 mil votos. Em 1964, novamente pela FRAP, numa eleição polarizada com o democrata-cristão Eduardo Frei, Allende teve 39% dos votos contra 56% de Frei. Finalmente, em 1970, com uma votação percentualmente menor (36,3%), Allende, desta vez candidato pela UP, conseguiu suplantar as votações obtidas pelo mesmo Jorge Alessandri, do Partido Nacional, e por Radomiro Tomić, da Democracia Cristã (DC).

Após a vitória eleitoral da UP, a extrema direita desencadeou uma tentativa de desestabilização política que culminou no assassinato do comandante-chefe do Exército chileno, general René Schneider.³ Mas foi no plano político-institucional que a conjuntura aberta com a vitória de Allende conseguiu ganhar estabilidade: através de um acordo firmado entre UP e DC, ratificou-se a vitória de Allende no Congresso Nacional.⁴ Confirmado, então, como novo presidente, Allende assumiu o governo no dia 4 de novembro do mesmo ano.

Nascia aí a chamada *experiência chilena*, expressão cunhada na época por intelectuais e políticos de esquerda, não apenas do Chile, com o claro sentido de indicar a opção e o desafio que se abria diante da esquerda daquele país, cujo presidente eleito e empossado anunciava a intenção de realizar a “transição ao socialismo em democracia”.

Contrastando com os modelos anteriores de construção do socialismo, o discurso que sustentava o projeto estratégico do governo encabeçado por Salvador Allende, sempre explicitado na fala do presidente, enfatizava a idéia de que o desenvolvimento econômico, a estrutura institucional, a organização social e sobretudo as condições políticas do Chile permitiam a adoção de “um segundo caminho para o socialismo”, “dentro dos marcos do sufrágio, em democracia, pluralismo e liberdade”.⁵

Tal formulação, ainda que não fosse apresentada em pressupostos teóricos integralmente novos, procurava referendar-se e afirmar-se na trajetória política experimentada pelo Chile nos quarenta anos precedentes. De fato, o que chamava

a atenção naquele país, em contraste com o conjunto da América Latina, era precisamente a sua histórica estabilidade política, comparável apenas aos países ocidentais mais consolidados do ponto de vista político. A estabilidade política do Chile, conseguida a partir de 1932, podia exibir um recorde de regularidade que poucos países do mundo possuíam. Sob o ordenamento constitucional de 1925, após a experiência parlamentarista de 1891 a 1924, sucederam-se, dentro da normalidade e pela consulta democrática, sete presidentes até Allende. No que se refere à dimensão participativa da sociedade chilena no processo político, a proporção de cidadãos aptos a votar crescera significativamente nestes anos, passando de 9,5%, em 1932, para 36,2%, em 1970.⁶ No Chile, o voto feminino já era uma conquista desde 1949 e, em 1970, a idade mínima para o exercício do direito do voto passou de 21 para 18 anos, abrangendo também os analfabetos. Depois da reformulação da legislação eleitoral de 1957, podia-se dizer que as eleições no Chile passaram a ser extremamente livres. Este quadro de estabilidade e ampliação da participação democrática da sociedade chilena alicerçava-se num sistema partidário estruturado e de fortes raízes históricas. Havia no Chile uma tradição política pluralista e de disputa aberta entre partidos que ia da direita à esquerda e que demonstrava capacidade de manter uma representação regularmente balanceada.⁷

A estabilidade democrática no Chile não esteve, portanto, assentada no predomínio de uma única força política. As reviravoltas, por exemplo, na história da presidência da República contrastam enormemente com outras realidades latino-americanas: o Chile foi o único país da região a eleger um governo de Frente Popular, no final dos anos 30, resultado de uma aliança das esquerdas com o Partido Radical; viveu, entre 1952 e 1958, uma experiência de “populismo” com o general Ibáñez e, com a vitória de Jorge Alessandri em 1958, o retorno da direita ao governo após vinte anos; foi também o primeiro país do continente a levar ao poder um presidente democrata-cristão, com a eleição de Eduardo Frei em 1964; e, em 1970, conheceu, também pioneiramente, a vitória da esquerda.

6. Cf. Attilio A. Borón, “Mobilización política y crisis política en Chile, 1970-1972”, in FLACSO/UNESCO, *Teoría, metodología y política del desarrollo de América Latina*, Buenos Aires/Santiago, Ediciones Flacso, 1972, p. 482. Entre 1950 e 1970, a massa de eleitores cresceu em 500%, elevando-se de 10% para 40% em relação à população; ver também Javier Martínez, Eugenio Tironi, *Las clases sociales en Chile: cambio y estratificación (1970-1980)*, Santiago, SUR, 1985, p. 43.

7. O desempenho dos principais partidos nos períodos de 1932-1951 e 1961-1969 expressou, respectivamente, os seguintes percentuais: Partidos Liberal, Conservador e Nacional, 34% e 13,7%; Partido Radical, 20,8% e 15,9%; Democracia Cristã, 4,4% e 29,1%; Partidos Comunista e Socialista, 13,3% e 25%, como média da votação em todo o país; cf. Cristóbal Pizarro, *La huelga obrera en Chile. 1890-1970*, Santiago, SUR, 1986, p. 201.

3. A conspiração envolveu militares chilenos e a CIA. O principal acusado foi o general Viaux Marambaio. O general Schneider morreu em 25 de outubro de 1970, após três dias de agonia, depois de sofrer um atentado. Cf. Newton Carlos et al., *Chile con Allende: para onde vai?*, Rio de Janeiro, 1970.

4. O acordo entre DC e UP assumiu a forma de um Estatuto de Garantias Constitucionais, aprovado pelo Congresso em outubro de 1970. Pelo acordo, Allende obteve 133 votos contra 35 de Alessandri e 7 votos brancos. A conjuntura política entre a vitória e a posse de Allende é analisada no quarto capítulo.

5. Cf. Salvador Allende, *Discursos*, La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1975, p. 44.

Estabilidade e alternância política faziam com que a sociedade chilena parecesse ser capaz de viver mudanças políticas importantes na esfera governamental sem sofrer profundos abalos. O Chile mostrava, até então, a mais positiva história constitucional e de eleições livres da América Latina, bem como o sistema partidário mais bem estruturado do continente.

Diante dessas condições políticas – que, aliás, possibilitaram à esquerda ganhar identidade e representatividade nacional –, a proposição de se chegar ao socialismo, concebendo a utilização da legalidade democrática existente, não surgia como algo desprovido de sentido. Isto principalmente porque, além dessas condições, a esquerda chilena tinha diante de si uma sociedade significativamente integrada, com 75% de população urbana, um nível de escolaridade atingindo perto dos 80% (escola básica e média) e um índice de analfabetismo que regredira de 16,4% em 1960 para 11% em 1970.⁸

No entanto, este quadro político-institucional e social contrastava, pelo menos em parte, com a relativa lentidão nas mudanças que se operavam na esfera econômica da sociedade chilena, caracterizada por alguns analistas da época, ligados à esquerda,⁹ como subdesenvolvida e dependente – traços comuns à maioria dos países pobres. Foi em torno desta leitura da realidade chilena, isto é, do descompasso ou da *defasagem* existente entre as dimensões político-institucionais e sociais e a dimensão econômica – que, a partir do final dos anos 50, passou a ser vivido e pensado pelos diversos atores político-sociais no Chile como a raiz da sua *crise estrutural*¹⁰ –, que a UP concebeu o socialismo como o único caminho para a superação dos obstáculos ao desenvolvimento nacional e social.

Como era linguagem corrente no Chile desde, pelo menos, os anos 60, os segmentos de esquerda procuraram, então, responder ao processo de expansão da cidadania política das classes subalternas – que vinha crescentemente acompanhado de demandas econômicas e sociais – com uma proposta de “profundas mudanças da sociedade chilena”. Com a formação da UP, esta proposta aparecerá, então, conectada a um projeto de governo que falava no início da construção do socialismo.

Diante dos limites impostos ao desenvolvimento chileno pelo imperialismo – que acentuava a dependência –, pela estrutura latifundiária – que impedia o

8. Cf. Javier Martínez, Eugenio Tironi, op. cit., 1985, p. 38 e 40.

9. Cf. Aníbal Pinto, *Chile, un caso de desarrollo frustrado*, Santiago, Editorial Universitaria, 1958; do mesmo autor, “Desarrollo económico y relaciones sociales”, in: VV.AA., *Chile hoy*, Buenos Aires, Siglo XXI, 1970.

10. A expressão é do economista J. Ahumada, ligado à DC. Mas a tematização da crise chilena era o eixo pelo qual as propostas políticas se estruturavam na direita, no centro e na esquerda. Ver Norbert Lechner, *La democracia en Chile*, Buenos Aires, Signos, 1970, p. 94 ss.

acesso à terra, bem como a modernização do campo – e pela monopolização dos setores industrial e financeiro – que levavam a economia em seu conjunto à estagnação –, o projeto proposto pela UP ao país via no socialismo a única forma para se conquistar a emancipação do povo chileno.

A novidade apresentada pela UP em seu programa de governo, guardando um traço característico da época, era a de explicitar que as transformações econômicas – de caráter antiimperialista, anti-oligárquico e antimonopolista – que se deveriam operar na base da sociedade chilena teriam o claro sentido de abrir caminho para a implantação do socialismo, sem a necessidade de uma ruptura da institucionalidade democrática vigente no Chile. Ao contrário, aquelas transformações só seriam positivas se acompanhadas por um aprofundamento da democracia. Assim, a questão do socialismo traduzia-se, na formulação da UP, como a proposta da esquerda para que a sociedade chilena pudesse superar o descompasso entre o mundo da política e o da economia.

Esta estratégia global¹¹ tinha como propósito básico a transferência para o Estado dos meios de produção fundamentais, a fim de que se constituísse, dessa forma, a Área de Propriedade Social (APS) da nova economia.¹² De acordo com o programa da UP, objetivava-se a resolução dos problemas imediatos das grandes maiorias, garantir emprego a todos, com remuneração adequada, libertar o Chile da subordinação do capital estrangeiro, possibilitar um crescimento econômico rápido com o máximo desenvolvimento das forças produtivas, ampliar e diversificar as exportações, abrindo novos mercados, e promover a estabilidade monetária.¹³

Desta forma, as condições de atraso do desenvolvimento econômico chileno – embora de um atraso qualificado por um contexto determinado de modernização – passaram a ser assumidas pelas forças da esquerda chilena como uma “vantagem” do ponto de vista da “revolução” que elas colocariam em marcha a partir da vitória eleitoral de 1970. A superação do atraso constituiu-se, de fato, no *leitmotiv* da Unidade Popular. Por outro lado, uma realidade que apresentava

11. Cf. Sérgio Bitar, *Transição, socialismo, democracia: Chile com Allende*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

12. A nova economia se estruturaria com a APS (empresas sob controle do Estado), a área de propriedade mista (controle parcial e minoritário do Estado) e a área de propriedade privada (controle particular). Ao final de 1972, 48 empresas faziam parte da APS; o propósito do governo era de 91. Para a nacionalização do cobre, fez-se uma reforma constitucional. No caso da reforma agrária, simplesmente aplicou-se a lei editada pelo governo anterior (DC). Para o caso dos bancos, empreenderam-se negociações para a compra de ações. Para os demais setores da economia, principalmente indústria e comércio, as expropriações ocorreram de acordo com o Decreto-Lei 520; cf. Gonzalo Martner, *El gobierno del presidente Salvador Allende, 1970-1973: una evaluación*. Santiago, PEDNALAR, 1988.

contornos bem mais complexos do que aquelas em que obtiveram sucesso os modelos anteriores de implantação histórica do socialismo, em que a estrutura institucional, a organização social e política possibilitavam que se vivessem formas mais modernas de reprodução política e social, enfim, a face avançada da sociedade chilena permitia, e ao mesmo tempo exigia da sua esquerda, a confecção de um caminho próprio, singular e adequado para que, então, o socialismo fosse proposto como objetivo num programa de governo.

Ainda que a UP procurasse evitar, em seu programa, a expressão “revolução”, utilizando outras de sentido mais elástico como “transformações revolucionárias”, ou indicando que o socialismo não seria implantado de imediato no Chile senão como resultado das transformações que o governo popular colocaria em prática, o presidente Allende mostrou-se sempre preocupado em enfatizar o objetivo e a via escolhida pelo governo que presidia. Na sua Primeira Mensagem ao Congresso Nacional, Allende afirmava:

O Chile encontra-se diante da necessidade de iniciar uma nova maneira de construir a sociedade socialista. As dificuldades que enfrentamos (...) residem realmente na extraordinária complexidade das tarefas que nos esperam: *institucionalizar a via política para o socialismo*, e consegui-lo a partir da nossa realidade presente, de sociedade esmagada pelo atraso e pela pobreza próprios da dependência e do subdesenvolvimento; romper com os fatores causadores do atraso e, ao mesmo tempo, edificar uma nova estrutura socioeconômica capaz de conduzir à prosperidade coletiva (...), criando a primeira sociedade socialista edificada segundo um modelo democrático, pluralista e libertário.¹³

Devido ao reconhecimento de que o Chile exigia a realização das chamadas “transformações estruturais” e, mais do que tudo, apresentava condições especiais, o grande desafio daquela opção residia no *percurso da institucionalização da “via política para o socialismo”*. O texto da Primeira Mensagem, de 5 de maio de 1971, intitulado *A via chilena ao socialismo*, acabou, assim, por se tornar a referência maior, tanto do ponto de vista teórico como político, da *experiência chilena*.

“Nestes termos, portanto, a chamada experiência chilena deve ser compreendida como a *tentativa* de se conquistar a institucionalização da via política ao socialismo, no percurso proposto pela estratégia global da Unidade Popular, como ator governante. //

A esquerda chilena, abrigada na UP, trabalhava com a idéia de que no Chile as condições ideológicas e institucionais davam margem à introdução de modi-

13. Cf. Salvador Allende, *Nuestro camino al socialismo - la via chilena*, Buenos Aires, Editorial Papiro, 1971, p. 28-9. Grifos nossos.

ficações substanciais na propriedade dos meios de produção, acompanhadas necessariamente pela intensificação da participação dos trabalhadores no poder. Acreditava-se que, iniciadas as transformações, abrir-se-iam as possibilidades para uma mudança qualitativa nas relações de poder da sociedade, acarretando uma mudança no caráter do Estado: o governo popular deveria abrir caminho para se alterar, através da construção do “poder popular”, a natureza de classe do Estado. A forma e o conteúdo deste processo apontavam, ainda que de forma muito pouco definida, principalmente no âmbito político, para um caminho distinto das vias que instituíram previamente a ditadura do proletariado. Pressupunham-se a institucionalidade vigente – e sua alteração –, a legalidade, as liberdades, a multiplicidade e o pluralismo de partidos, inclusive no governo. Ainda na sua Primeira Mensagem, Allende, ao conclamar os dirigentes chilenos a desenvolverem “a teoria e a prática de novas formas de organização social, política e econômica, tanto para a ruptura com o subdesenvolvimento como para a *criação socialista*”,¹⁴ evidenciava clareza e uma consciência precisa sobre o ineditismo da opção feita, apontando para o problema político chave daquela criação, ou seja, a questão da legalidade e da sua alteração democrática, a fim de tornar possível a construção socialista.

No regime de transição para o socialismo [afirmava Allende] as normas jurídicas corresponderão às necessidades de um povo que se esforça por edificar uma nova sociedade. Mas legalidade haverá. (...) Do realismo do Congresso depende, em grande medida, que à legalidade capitalista se suceda a legalidade socialista (...) sem que uma fratura da ordem jurídica abra as portas a arbitrariedades e excessos que, responsavelmente, queremos evitar.¹⁵

A criação socialista no Chile supunha, assim, um “como fazer” teórico e político-institucional, que decidiria a sua sorte. Por conseguinte, envolvia o movimento político de *todos* os atores políticos da sociedade chilena e dependia dele, das suas opções a cada passo, sobretudo da própria esquerda.

Em diversas oportunidades, Allende fez uso também de outra expressão para qualificar melhor a opção que a esquerda deveria seguir no Chile. Ao invés da “via político-institucional” – formulação usada com maior frequência para se diferenciar da “via insurrecional” –, ou “via pacífica” – mais presente no debate dos partidos de esquerda em oposição à “via armada” –, ou “via legal”, “constitucional” ou “parlamentar” – de claro sentido pejorativo no imaginário da esquerda –, Allende falava em *via democrática*, que, de maneira mais substantiva,

14. Idem, *ibidem*, p. 32. Grifo nosso.

15. Idem, *ibidem*, p. 35.

ênfatizava a forma da luta principal e o comportamento político no exercício do poder de Estado.¹⁶

Na sua Segunda Mensagem ao Congresso Nacional, em maio de 1972, Allende voltou a ressaltar que o caminho da “revolução chilena” não estava na “quebra violenta do aparelho estatal”, adicionando que naquele momento “o regime institucional continuava atuando regularmente porque as forças populares, dentro dele, o estavam sustentando”. Para Allende, seria incorreto pensar em destruir um instrumento que estava funcionando no sentido de “mudar e criar em benefício do Chile e de suas massas trabalhadoras”. Numa colocação que evidenciava muito mais do que intuição política, Allende salientava que as instituições do Estado chileno não configuravam uma “abstração”, procurando mostrar que tudo dependeria da maneira pela qual as elites políticas do país se moveriam em relação a estas instituições, especialmente da “força social” que naquele momento afirmava sua vitalidade. Em face das circunstâncias políticas colocadas e do lugar ocupado pela esquerda no regime político, o problema da transição ao socialismo no Chile tinha como grande questão, de acordo com Allende, o grau de abertura e de flexibilidade da institucionalidade, para que esta pudesse abrir passagem à institucionalidade socialista. Em termos sintéticos, a *via chilena* de Allende dependia – e defendia, precisamente e a um só tempo – da democratização e da solidez das instituições estatais. A vitória eleitoral e principalmente sua posse demonstravam, transcorrido um ano de governo, que isso era possível no Chile.

De qualquer forma, as referências de Allende à via democrática como a opção que a esquerda chilena deveria assumir integralmente, os conteúdos programáticos presentes na plataforma de governo, bem como o que supunha a sua visão acerca da estratégia global da Unidade Popular acabaram por selar uma identificação: a experiência chilena – e a via chilena ao socialismo como seu corolário mais imediato – passa a ser vista como uma experiência prática de aplicação da via democrática ao socialismo.

É indubitável a presença incisiva na experiência chilena da tentativa de realização prática da via chilena ao socialismo, entendida esta como a formulação elaborada no discurso do presidente Allende. No entanto, o percurso proposto pela estratégia global adotada pela UP contemplava formulações da via chilena diferentes, em aspectos estratégicos e conjunturais, daquela elaborada por Allende. Havia pontos convergentes e divergentes no que dizia respeito à compreensão

do que era ou deveria ser o caminho ou a via chilena ao socialismo. Isto podia ser observado na forma pela qual os diversos segmentos da esquerda e, por suposto, o próprio presidente Allende interpretavam o conteúdo do programa da UP, atuando diante das circunstâncias políticas.

O problema político, tanto imediato quanto fundamental, para a esquerda chilena, encontrava-se no fato de saber como seria possível realizar a transição ao socialismo por aquela via, a partir do contexto político que levou Allende à presidência da República. De forma geral, uma parcela da esquerda chilena acreditava que a resolução deste *enigma* estava na condução compatibilizada das transformações econômicas e do andamento político do processo, advogando um comportamento hábil e cauteloso do governo no sentido de sempre “acumular forças” para passos mais decisivos que estavam por vir. Outros segmentos consideravam que uma ação independente e forte da esquerda e do governo, contestadora e antagônica ao “poder burguês”, cunhada na expressão “*avanzar sin transar*”, deveria acarretar um aprofundamento das contradições, numa situação que julgavam pré-revolucionária. Nesta visão, isso faria emergir o ponto de ruptura com o Estado burguês que o discurso da via chilena, de uma certa maneira, deixava transparecer como seu objetivo.

O desenrolar do processo revelou, no entanto, que ambas as visões não encontraram, numa política assentada exclusivamente na vontade transformadora e principalmente mobilizadora das massas, a resolução do *enigma* colocado pelas circunstâncias existentes para uma transição ao socialismo em democracia. No processo, evidenciou-se também que uma política que dirigisse aquele tipo de transição não poderia ter se reduzido a uma operação de engenharia política dirigida pela habilidade negociadora de figuras políticas singulares e decisivas no panorama político, incluindo aí o próprio presidente. A fortaleza dos atores sociais e políticos, o acirramento da luta social e o clima compulsivo que se viveu em virtude de o socialismo ter sido colocado pela UP como o momento culminante e resolutivo da *crise estrutural* chilena acabaram por polarizar as posições a um grau altíssimo, dificultando muito qualquer negociação política.

Os recursos operativos para a condução da dimensão propriamente política mostraram-se, para a UP, bastante estreitos e cada vez mais reduzidos à esfera do poder Executivo, já que a esquerda encontrava-se em posição minoritária no Parlamento.¹⁷ Neste terreno, as transformações propostas pela UP só obteriam

16 Cf. Jorge Arate, *La fuerza democrática de la idea socialista*, Barcelona/Santiago, Documentos/Omnino, 1985, p. 33.

17 A UP contava com 57 deputados e 23 senadores, o Partido Nacional com 34 deputados e 7 senadores, a Democracia Cristã com 55 deputados e 23 senadores, e o Partido Radical Democrático, 4 deputados e 2 senadores.

aprovação mediante a virtual confecção de acordos com a Democracia Cristã. As dificuldades neste sentido acarretaram uma crescente oposição entre o poder Executivo e o Legislativo. Ainda que fosse um instrumento para garantir a iniciativa política, o recurso à prática plebiscitária – como um outro encaminhamento para a implementação do programa governamental da UP – comportava, de acordo com suas principais lideranças, o risco da derrota, podendo polarizar a conjuntura em termos desfavoráveis ao governo. Portanto, restou à UP combinar a ação administrativa via Executivo, utilizando-se dos expedientes legais, com o aproveitamento das eleições periódicas – municipais em 1971 e parlamentares em 1973 –, como forma de sustentação da política governamental.

Assim, acabou por prevalecer – ou porque era um pressuposto já assentado na esquerda chilena ou por razões de circunstância política – que a direção do processo devia estar restrita e condicionada à ação do Executivo. Este, por sua vez, para conquistar cada vez mais o apoio popular, tinha que implementar um programa que perseguisse grandes objetivos de natureza democratizante. Por virem no bojo da trajetória histórica da democracia chilena, tais objetivos, como já mencionado, não pressupunham uma ruptura com a ordem vigente. Na prática, o programa da UP visava intensificar a integração social através de políticas sociais de corte popular, aprofundar a democratização com um aumento da participação e prosseguir a industrialização substitutiva mediante o processo de nacionalizações e estatizações.¹⁸

A ação do Executivo no período da Unidade Popular tornou-se, de fato, a condensação de uma intervenção radical do Estado no sentido de superar o atraso econômico, fato que não era inteiramente estranho à modalidade de desenvolvimento do capitalismo chileno, que sempre tivera na ação estatal um elemento central das políticas de modernização do país, mas que sob o governo da UP vinha acompanhado pela proposta de início da construção do socialismo. A ênfase acentuada nessa última dimensão acabou prevalecendo e, por isso, turvando o caráter concreto das proposições programáticas da UP.

Na realidade, a experiência chilena viveu, por todo tempo, o desacerto entre um programa de transformações implementado pelo governo que, a rigor, não configurava uma “revolução”, e o “maximalismo” da sua esquerda, inclinada a ver o período como a ante-sala do socialismo, quando não o próprio socialismo.¹⁹ O discurso da via chilena ao socialismo, devido ao fato de ter se tornado para os

18. Cf. Eugenio Tironi, *El liberalismo real*, 1986, p. 39.

19. Cf. Tomas Moulian, “La crisis de la izquierda”, in: *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, v. 2, n. 1/2, março-junho de 1984.

partidos da esquerda apenas uma bandeira agitativa, jogou no sentido de manter e reproduzir esse desacerto, dificultando a manutenção de uma direção única por parte do governo encabeçado por Allende. Mesmo com todas as diferenças no seio da esquerda, acreditou-se, como já indicado anteriormente, que tudo pudesse ser resolvido por uma injeção de vontade política e, no plano econômico, pelo aquecimento do mercado (demanda efetiva), como resultado a ser colhido pela implementação do programa governamental, onde se supunha que estatização e redistribuição reforçar-se-iam mutuamente.²⁰

De qualquer forma, o que se pretende reter na análise aqui desenvolvida é que aquele “como fazer” – que tornaria possível realizar a transição ao socialismo em democracia a partir das condições chilenas (não apenas das estruturais mas também daquelas de caráter conjuntural ou situacional) – exigia uma *grande criação* que aludia às questões de ordem propriamente político-práticas e àquelas de natureza teórica. O novo da situação política, após a vitória de Allende, demandava a emergência do *novíssimo* na concepção de transição ao socialismo que se anunciava para o Chile.²¹ A via chilena ao socialismo, desta forma, conseguiu apenas anunciar-se como uma via democrática, diante da situação politicamente nova que se abriu com a chegada de Allende ao governo em 1970.

No entanto, ela acabou configurando-se como a referência que iria notabilizar historicamente o período 1970-73, fazendo com que este passasse a ser visto mais pelo que se anunciava na proposição de transição ao socialismo em democracia do que pelas contradições vividas pela esquerda chilena ao conduzir o governo. Em outras palavras, este período passou a ser visto e considerado mais como um exemplo de aplicação prática da via democrática ao socialismo – que, por fim, redundaria em fracasso – do que como o fracasso da experiência governamental da esquerda chilena. Nesta visão, emerge como completa e integral a identificação *entre projeto e processo*. Via chilena ao socialismo e governo da Unidade Popular *aparecem*, assim, como objeto unívoco, desprovido de qualquer contradição.²²

20. Cf. Eugenio Tironi, op. cit., 1986.

21. A expressão *novíssimo* está sendo utilizada aqui procurando fazer referência ao que Gramsci chamava de *o novo*, original, num projeto ou numa ação política organizada e consciente. Gramsci pensava, como fato novo, a possibilidade de emergência da cidadania integral como elemento condutor da sociedade moderna, através de uma nova “direção moral e intelectual” e de um novo “bloco histórico”. Uma situação nova poderá ou não fazer nascer o historicamente novo ou *novíssimo*. Trabalha-se aqui com a hipótese de que a situação nova no Chile não conseguiu prevalecer e produzir o historicamente novo; cf. Antonio Gramsci, *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

22. Juaze Arrate distingue *projeto* e *processo* na análise do governo da UP através de “duas tensões primárias”: a primeira entre “o projeto social e a forma ou via em que se desenvolve e o seu ator ou impulsor”; quer dizer, a contradição entre a “via chilena ao socialismo” e a esquerda, o protagonista que deveria tomá-la

Resulta bastante claro o suposto desta construção: ao fracassar a experiência chilena, cancela-se, em definitivo, qualquer possibilidade de proposição de uma via democrática ao socialismo. Mais que isso, impossibilita-se o alargamento desta proposição rumo à perspectiva de se conceber, teórica e politicamente, que o caminho ao socialismo é a democracia, ou em termos sintéticos, que a democracia é a via do socialismo.

O fracasso da experiência chilena em 1973 foi sobretudo o fracasso de um governo de esquerda, cujo projeto de transição ao socialismo não conseguiu traduzir-se numa grande criação política capaz de conquistar, pela democracia, a maioria da sociedade para este projeto. A esquerda chilena fracassou na sua experiência governamental por ter ficado a meio caminho dele, quando não contra ele. A adesão integral de toda esquerda não era, obviamente, a garantia do seu sucesso. Contudo, a sua concretização certamente abriria a possibilidade de nascimento do novo como *novíssimo*. Mas o *enigma* permaneceu indecifrável.

DA REVOLUÇÃO À DEMOCRACIA

A experiência chilena resultou, ao contrário do que imaginavam e desejavam seus partidários – e malgrado todos os seus esforços, muitas vezes desencorajados – num banho de sangue desencadeado pelo golpe militar de 11 de setembro de 1973. A queda do governo da UP representou para o Chile também o final de um longo percurso de vida política democrática, emergindo, a partir daí, uma configuração profundamente distinta entre Estado e sociedade.

Como não poderia deixar de ser, as avaliações sobre o período 1970-73, bem como a discussão em torno da via chilena ao socialismo, encontram-se fortemente marcadas pelo seu traumático desfecho, fazendo com que este passe a ocupar, como fator explicativo, um lugar central e decisivo em boa parte da literatura produzida sobre o período.¹

Neste capítulo, a literatura referente ao período será analisada através de dois recortes, que conseguem apreender o movimento pelo qual as interpretações foram se alterando, sob o impacto das mudanças profundas realizadas pelas forças políticas e sociais que assumiram o poder a partir de 1973. O primeiro recorte centra-se na temática da revolução, abarcando diversas correntes ideológicas. Já o segundo faz da questão da democracia o terreno no qual a experiência chilena é analisada.

e conduzi-la em cada uma e todas suas fases"; a segunda entre "a natureza do protagonista e as tarefas que o exercício do poder político de governo impunha como condições necessárias, ainda que não suficientes, para obter o êxito". Cf. Arrate, op. cit. 1985, p. 59

1. Para um levantamento da literatura produzida sobre a experiência chilena ver VV.AA., *Bibliografía del proceso chileno (1970-1973)*, Santiago, Flacso, 1978 (número).

SOB O SIGNO DA REVOLUÇÃO

Em face do caráter emblemático assumido em todo o período, o primeiro recorte que aqui se faz da literatura produzida sobre a experiência chilena busca indicar que o tema prevaLENTE é o da revolução. Definidor das balizas cronológicas da “revolução chilena”, o governo da Unidade Popular é visto como um momento concentrado no tempo, como um momento decisivo de uma revolução em curso que, por fim, se viu frustrada. Como se verificou no correr daqueles anos, a formulação da via chilena ao socialismo, expressão identificada à “revolução chilena”, é tomada como o referente central para a abordagem do tema e para a análise do período em que a esquerda governou o Chile.

Esta abordagem é aqui trabalhada a partir das avaliações feitas por aqueles que estiveram diretamente envolvidos no processo. Através de depoimentos de personalidades, posicionamentos de correntes político-partidárias ou estudos mais sistemáticos de teoria social, o que, *ex-post*, se ouve é a fala dos atores.

Neste recorte, portanto, o que vai marcar as análises produzidas é a mesma polarização política e ideológica do período. Ressalte-se que, na tentativa de avaliar o que havia ocorrido, objetivou-se sempre construir uma interpretação *global e definitiva*, mantendo, todavia, como fio condutor, as estratégias, categorias, valores e linguagens formulados pelos protagonistas daquela experiência histórica.

Desta forma, pode-se delinear, no primeiro recorte, a existência de três vertentes interpretativas.² A primeira refere-se às interpretações à direita, inclinadas a justificar as ações políticas e extrapolíticas contrárias à orientação adotada pela Unidade Popular e a legitimar o desfecho do processo. Já a segunda diz respeito às interpretações que podem ser caracterizadas como de centro, provenientes de intelectuais ligados à Democracia Cristã. Nesta interpretação, aponta-se o desacerto entre o que se postulava no projeto da via chilena ao socialismo – além de realizarem sua crítica interna – e a prática do governo da Unidade Popular. Tal desacerto teria levado o governo a um plano tendente à política de via insurrecional. Por fim, as interpretações à esquerda expressam as divergências entre aqueles que sustentavam, política e teoricamente, a opção feita, continuando a defendê-la como plausível, e aqueles que se mantinham críticos e céticos a ela e, por razões basicamente idênticas, permaneceram com a mesma avaliação.

2. Tais vertentes interpretativas são apresentadas aqui através de alguns trabalhos tomados como referência para cada uma delas. Importou-nos destacar autores chilenos ou então aqueles que, por estarem diretamente envolvidos com o processo, antes ou depois do seu desfecho, nos pareceram mais relevantes.

Nessas interpretações, o fio condutor da análise continua a ser a proposição de uma via ao socialismo que se postulava como democrática. Avalia-se o processo histórico condicionando-o ao projeto proposto. Mais adiante, será possível observar que, independentemente da ótica do ator político e posteriormente dos autores que expressam uma ou outra posição política e ideológica, o fracasso do primeiro aparece condicionado aos equívocos de formulação ou de prática do segundo.

A leitura do vencedor

Para os conservadores, que no período agrupavam-se politicamente em torno do Partido Nacional, a via chilena ao socialismo não continha nada de diferente ou inovador. Para eles não existia uma “via chilena”, cuja natureza pudesse supor a indissociabilidade entre democracia e socialismo. No raciocínio da direita, democracia e socialismo eram e continuariam a ser incompatíveis. O discurso e a proposta que ascendeu ao governo com Salvador Allende foram, para ela, apenas uma forma camuflada, permitida pelo sistema político chileno, de o movimento comunista internacional agir no sentido de levar o Partido Comunista ao poder e, com isso, estabelecer a ditadura do proletariado.

O Chile vivia, segundo a direita, um insanável antagonismo. Os acontecimentos do período apenas revelavam que o socialismo, para prevalecer, só poderia fazê-lo destruindo a democracia. Este segmento acreditava que o governo de Allende empurrava, paulatinamente, o país para uma desagregação total, o que possibilitaria a implantação da ditadura do proletariado. Toda sua política esteve assentada nesta crença, e suas interpretações posteriores nada mais fizeram do que legitimar a correção da sua política na época e justificar a necessidade de uma “ruptura radical” mediante a intervenção das Forças Armadas no processo político. Para um analista da direita, a opção pelo golpe militar foi justa, pois “colocava-se aos cidadãos a transcendente alternativa de mudar o poder político ou aceitar a submissão ao marxismo”.³

Mesmo a obviedade não impede de se afirmar que este é o discurso do vencedor. No entanto, ao buscarem atribuir à sua vitória um caráter de universalidade, os porta-vozes da direita, desde cedo, revelaram compreender muito bem

3. Cf. C. F. Cáceres, “La economía de Chile durante el período de gobierno de la Unidad Popular”, in: VV.AA., *Estampas de Chile*, Madrid, Speiro, s.d., p. 78.

que o caminho proposto por Allende havia sido diverso daqueles que a esquerda historicamente havia empregado. Isto, por exemplo, está explicitado nas páginas do jornal *El Mercurio*, dias após o golpe:

(...) os fatos que aqui se sucederam têm ressonância universal, pois no Chile conseguiu-se fazer andar para trás o processo revolucionário marxista, que, regra geral, é irreversível. O comunismo fracassou, (...) foi derrotado na sua segunda estratégia, a via legal.⁴

Nesta leitura, obviamente, o caminho dos processos não alterava a natureza dos resultados. A direita procurou, por todo tempo, destruir o discurso legitimador do governo da Unidade Popular, caracterizando-o como um caminho inexorável para a ditadura do proletariado.

Após o golpe, as interpretações da direita legitimaram a intervenção militar, e conseqüentemente a destruição da democracia chilena, como um fato necessário, buscando demonstrar, com os mesmos argumentos da época, que a incapacidade técnica e política da esquerda havia submergido o país no caos econômico e na ilegitimidade política. As interpretações da direita, portanto, procuraram eximi-la integralmente da sua posição de ator político, também responsável pela situação que viveu o país.

O discurso do vencedor confunde-se, como é da sua natureza, com a leitura oficial dos fatos. Reproduzindo os argumentos da Junta Militar que assumiu o poder após o golpe, Gonzalo Santa Maria, professor de Filosofia do Direito da Universidade Católica do Chile, justificou, num discurso que se tornaria lugar comum nesta América Latina assolada por golpes militares, que as Forças Armadas e os Carabineiros decidiram “tomar o governo para restabelecer a ordem, a justiça e a paz entre os chilenos”. O mais impressionante, entretanto, é a sua espantosa frieza – ou até hipocrisia – ao dar a sua versão sobre o fecho da experiência chilena:

No 11 de setembro (...) Allende cai e se suicida sem pena nem glória, acompanhado por um número reduzidíssimo de fiéis que não o havia abandonado. O resto do país permanece em calma absoluta. Em Santiago, depois de alguns dias de limpeza de franco-atiradores, a vida retoma seu curso normal. É o epílogo pacífico de um tormentoso período da história chilena.⁵

4. Citado por René Castillo, “Primeira análise crítica”, in: VV.AA., *Os mil dias da Revolução Chilena*, Lisboa, Avante, 1979, p. 12.

5. Cf. G. I. Santa Maria, “La política en Chile desde 1810 a la caída de Allende”, in: *Estampas de Chile*, op. cit., p. 58.

Um outro representante da direita, não tão afeito a imagens literárias para o exercício da narrativa histórica, já que homem das armas e não das letras, mas nem por isso despreocupado com a simbologia que os fatos exercem sobre os homens, procurou atribuir ao bombardeio ao Palácio La Moneda, sede do governo, o motivo da pequena resistência que o golpe militar enfrentou. Foi “necessário e conveniente” bombardear La Moneda, afirmará 12 anos depois o Ministro da Defesa Patricio Carvajal, que no 11 de setembro esteve encarregado da preparação e coordenação das ações militares.

Foi um golpe tão forte [dirá Carvajal], tão fulminante, tão dramático, que convenceu o resto do povo, que podia fazer alguma coisa, que isto iria ser muito sério. Assim, creio que este golpe espetacular teve um efeito positivo: salvar muitas vidas.⁶

La Moneda, símbolo máximo da institucionalidade chilena, em chamas; a dolorosa verdade de milhares de mortos; a desfiguração ultrajante que, do ponto de vista moral, a imprensa de direita consagrou à figura de um presidente respeitador da Constituição: este foi, segundo os conservadores chilenos, o preço que se devia pagar para “restabelecer a institucionalidade quebrada pela Unidade Popular” e sobretudo para restaurar a “unidade nacional”, dissolvida há várias décadas.

Na avaliação de Gonzalo Vial, um respeitável representante da historiografia chilena, o Chile encontrava-se numa “decadência profunda” por ter perdido a sua unidade nacional muito antes de Allende ascender ao poder. Impunha-se ao país “encontrar seu rumo histórico”, sob antigas ou novas bases, ainda que, segundo Vial, possa ter sido “doloroso ou injusto, sob muitos aspectos”. De acordo com este mesmo autor, a geração que viu La Moneda em chamas, numa manhã primaveril, sabia que vivia esta encruzilhada histórica.⁷

A visão dos democrata-cristãos

A vertente interpretativa indicada aqui como de centro liga-se estreitamente aos intelectuais vinculados à Democracia Cristã e expressa muito diretamente o pensamento e as posturas desta agremiação política no período, tanto frente aos

6. Entrevista a *El Mercurio*, 26.0.85; cf. Eugenio Tironi, op. cit., 1980, p. 45.

7. Cf. Gonzalo Vial, *Historia de Chile*, Tomo I, Santiago, Santiñana, 1982; ver também Eugenio Tironi, *La Torre de Babel – ensaios de crítica e renovación política*, Santiago, SUR, 1984.

acontecimentos que marcaram o governo ençabeçado por Salvador Allende quanto em relação ao projeto da via chilena ao socialismo.

O tema referente às reformas estruturais na economia e na sociedade também fazia parte do ideário político da DC chilena e havia marcado a presidência do democrata-cristão Eduardo Frei no período anterior ao de Allende. Do *slogan* “revolução em liberdade”, que elegeu Frei em 1964, a DC apresentara para as eleições de 1970, com o candidato Radomiro Tomic, a palavra de ordem “revolução comunitária”, sendo que seu programa continha elementos de muita proximidade com o da UP. Quando Allende tomou posse, o presidente da DC, tentando mostrar uma posição equidistante em relação à esquerda marxista e à direita, declarou publicamente que não havia “qualquer possibilidade de absorção ou aproximação” da DC à direita tradicional. A posição política da DC estava projetada, segundo ele, “em termos firmes, numa atitude de esquerda cristã”.⁸

No entanto, prevalecia na DC a visão de que no Chile não havia outra alternativa democrática, fora dela mesma, que pudesse conduzir as reformas estruturais, o que acabou por produzir, no decorrer dos três anos de governo da UP, uma involução na sua posição inicial. A DC passou, gradativa e fortemente, das críticas às transformações na economia realizadas pelo governo à desestabilização política de Allende, endurecendo as agendas nas negociações, recusando a participação de democrata-cristãos, mesmo que individualmente, nos ministérios chefiados por Allende, e, por fim, aceitando a idéia do golpe de Estado.

Como pano de fundo norteador das desconfianças e da crítica dos democrata-cristãos em relação à proposição, que vinha da esquerda, de um Chile socialista, estava o temor de que uma estatização da economia levaria, ato contínuo, à supressão das liberdades, com um controle cada vez maior do Estado sobre a sociedade e, na linguagem da DC, ao conseqüente estabelecimento de um sistema totalitário.

O projeto de reformas estruturais da UP deveria seguir um percurso em que a DC pudesse influenciar, dirigir e, virtualmente, controlar, ou não seria um caminho democrático. No jogo político, a situação de minoria no Parlamento vivida pela UP favorecia a DC, condicionando, às suas posturas, a necessária alteração do ordenamento constitucional para a consolidação das reformas que a UP colocava em prática. Por isso, a “via pacífica” (era essa a linguagem empregada pela DC), para se manter como tal e dirigir integralmente as ações práticas levadas

8. Cf. Newton Carlos et al., *op. cit.*, 1970, p. 12.

pelo governo, deveria assumir o desenho conformado pela política da DC. Caso contrário, a esquerda encaminharia o processo para a “via insurrecional”.

As interpretações dos democrata-cristãos, após o golpe militar de 1973, procuraram apontar a correção desta análise. A via chilena, para Genaro Arriagada Herrera – um intelectual importante da DC –, foi na verdade um “revisio-nismo que não nasceu”, precisamente em virtude da “absoluta carência de base política do projeto presidencial”.⁹ A via chilena levou o governo a uma paralisia decisória, uma vez que este não se pautava nem por uma postura abertamente reformista e legalista, nem por uma postura declaradamente revolucionária que postulasse a insurreição: no primeiro caso, porque Allende não se inclinou ou cedeu à política da DC, o que implicava obrigatoriamente uma ruptura com a esquerda, na medida em que a lógica desta, segundo Arriagada, era a “conquista total do poder”; no segundo, porque Allende não aderiu abertamente à estratégia do “duplo poder” rumo à ditadura do proletariado, o que, como se verá, na leitura de Arriagada, não estava inteiramente descartado pela UP.

Contudo, não é difícil perceber que, prevalecendo qualquer uma das opções, já não se poderia falar mais de uma via democrática ao socialismo, quer do ponto de vista prático quer teórico. Nesse tipo de argumento, ou a construção do socialismo viria como resultado da tomada integral do poder, ou deveria ser imposta, através do governo, uma política de capitalismo social – pois a DC, programaticamente, não se postulava como uma força socialista –, com as conseqüências já esperadas, ainda que diversas, em ambos os casos. Entre duas versões estanques, Allende ousou buscar o novo, ainda que os limites do seu projeto e as dificuldades para implementá-lo tenham se revelado enormes e intransponíveis.

Genaro Arriagada procurou avaliar a experiência chilena criticando, de forma contundente, o projeto que deu sustentação ao presidente Allende. Ele observou que a chamada “via político-institucional” foi formulada posteriormente à vitória eleitoral da esquerda. O seu elemento central residia na avaliação de que, no Chile, para se implantar o socialismo, era possível evitar a guerra civil, enquanto outras concepções procuraram sempre ressaltar a sua inevitabilidade. Arriagada percebeu acertadamente que a “via político-institucional” era entendida como uma política distinta da “via insurrecional” – compreendendo-se esta última como mais apropriada para o enfrentamento armado ou a guerra civil. Identificando via

9. Cf. Genaro Arriagada Herrera, *De la vía chilena a la vía insurreccional*, Santiago, Editorial Pacifico, 1974; as citações que seguem são do mesmo livro.

chilena com “via político-institucional”, Arriagada entendeu, contudo, que a via chilena nada mais era do que “um dos caminhos para alcançar a ditadura do proletariado”; nas suas palavras: “todo o poder (...) pacificamente”.

Este intelectual da DC conseguiu captar muito agudamente uma ambigüidade presente nos textos de Joan Garcés, assessor político de Allende. Em um dos seus textos mais significativos de definição da chamada “via político-institucional”, Garcés havia afirmado que o *caminho político* (como ele preferia chamar) “(...) não exclui que surjam em algum momento os fatores que instaurem os su- postos sobre os quais repousa o caminho insurrecional”.¹⁰ Embora a ambigüidade quanto à definição de uma estratégia única que suplantasse os fatores situacionais seja evidente, especialmente ao considerar a via chilena como uma *tática* – e neste ponto reside o limite mais sério das formulações de Joan Garcés, como será visto mais adiante –, não se pode afirmar, como fez Arriagada, que a via político-institucional levaria o Chile inexoravelmente à ditadura do proletariado.

Na realidade, o que Garcés procurava enfatizar era que os “fatores” determinantes de uma opção pela via insurrecional, no caso chileno, eram externos ao caminho político. Para Arriagada, no entanto, a prática concreta do governo e dos partidos que o sustentavam mais diretamente foi-se afastando progressivamente da “via político-institucional” e adotando o caminho insurrecional. Tal conclusão contraria a evidência dos fatos e torna-se de difícil sustentação, principalmente quando se observa que a política conduzida por Allende e a política do PC – um sustentáculo importante do governo – sempre rejeitaram esse tipo de procedimento. Desse modo, Arriagada equivocou-se no seu julgamento quanto ao andamento e ao comportamento dos partidários da via chilena no correr do processo. Ele atestou que “o esgotamento da via político-institucional abria passagem para a via insurrecional”. No entanto, se isto pode ser considerado correto do ponto de vista do processo – o que fez vir à tona fatores que, sabia-se, embasavam a “via insurrecional” –, não se pode dizer que resultava da formulação contida na via político-institucional. A dura posição do governo, opondo-se drasticamente à Assembléia de Concepción, de meados de 1972 – uma ação diretamente inclinada a instaurar a dualidade de poderes –, indicava que o andamento político advogado pelo governo não era o da passagem do caminho político para a insurreição.

Por outro lado, Arriagada entendeu também – e equivocadamente – que a tentativa da UP de conquistar o Congresso, nas eleições de março de 1973, “foi

10. Cf. Joan Garcés, “Via insurreccional y via política, duas tácticas”, Santiago, *Revista de la Universidad Técnica del Estado*, n. 13 e 14, Taller Gráfico de la UTE, mayo-junio 1973, p. 21-2.

a última redefinição da “via político-institucional”. Ocorre que tal fato não representava uma redefinição, mas era um pressuposto daquela via; e, de toda forma, a intenção e o fato contraditam a interpretação de que, a partir de meados de 1972, se passava à via insurrecional.

Mesmo assim, Arriagada considerou que a “originalidade da experiência chilena” esteve na formulação da via político-institucional, que, segundo ele, “era uma tentativa de compatibilizar a realidade econômica, social e política do Chile com a ortodoxia marxista-leninista”. Esta definia a estratégia (a conquista de todo poder), enquanto aquela dava suporte à tática (a via político-institucional). Para Arriagada, “a ortodoxia assegurou o objetivo estratégico e a realidade condicionou a tática”.

Na defesa desta tese é possível apontar, mais uma vez, algumas contradições. Em certas passagens, Arriagada referiu-se à posição heterodoxa do presidente Allende; em outras, tomando como exemplo ações político-práticas, procurou equivaler a formulação de Allende à do PC. Para Arriagada, se o fundamental, do ponto de vista prático, era ter conquistado o governo pela “via não-armada”, então “o acordo era total entre os comunistas e Allende”. Mas, “se a via chilena era a forma de transição ao socialismo defendida por Allende na sua Primeira Mensagem Presidencial, vale dizer, aquela que não consistia na ditadura do proletariado e que aspirava a um modelo novo de sociedade socialista, então o Partido Comunista não só não compartilhava do pensamento de Allende, como o repudiava”. Dessa forma, não se compreende porque Arriagada procurou atribuir à ortodoxia marxista o fundamento que guiava a formulação do caminho político do socialismo assumido por Allende como a sua “via chilena”. Estava claro que o PC aproximava-se de Allende porque assumia como elementos táticos aquilo que Allende considerava estratégico.¹¹

Isto era bastante visível no que se refere à questão do Estado. A formulação de Allende, na sua Segunda Mensagem Presidencial, admitia um Estado que vivia um movimento de alteração da sua natureza, determinado pela luta política dos trabalhadores num contexto de democratização política, apontando para a superação da temática da ditadura do proletariado na transição socialista. Esta mesma visão aparece nos textos produzidos por Garcés durante o período, onde se ressaltava o fato de que a concretização de tal processo dependia do desenvolvimento político da chamada “via político-institucional”. A postura do PC era integralmente distinta em relação ao tema. O próprio Luis Corvalán – na época,

11. Cf. Jorge Arrate, *op. cit.*, 1985, p. 69.

seu secretário-geral –, mais tarde, afirmaria que as divergências com Allende giravam em torno da idéia de que a via chilena “conformaria um segundo modelo de realização do socialismo que excluiria ou faria desnecessária a ditadura do proletariado num período de transição determinado”.¹²

A interpretação de centro, está claro, também buscou analisar o período de forma a condicioná-lo ao projeto da via chilena ao socialismo, procurando marcar suas divergências e críticas quanto a ele. Tal interpretação, ainda que chame atenção para problemas reais, tanto do ponto de vista teórico quanto político, em relação ao que dava sustentação ao projeto defendido por Allende, não consegue deixar de concluir, junto com a direita, que “em nenhum caso [a via político-institucional] era um caminho para um modelo de transição ou para um ordenamento socialista distinto”.¹³

A leitura da esquerda

A vertente interpretativa situada à esquerda pode ser dividida em duas tendências. De um lado estão os trabalhos que, considerando o Chile de Allende um caminho de originalidade e criatividade política, procuraram valorizar positivamente e legitimar o projeto da via chilena ao socialismo e, de outro, os trabalhos que, ao contrário, vendo na via chilena ao socialismo uma incompreensão teórica e política dos processos revolucionários, buscaram demonstrar as ilusões e os equívocos presentes naquele projeto. O tema central dessas interpretações consiste na relação entre o projeto da via chilena ao socialismo e a problemática da reforma e da revolução, reproduzindo a oposição reformismo *versus* revolução, que demarcara as opções e as ações políticas da esquerda nos anos 60 e 70, tanto no contexto latino-americano como no mundial.

O discurso de Allende sempre foi bastante incisivo quanto à sua definição pela revolução. O presidente procurou, por todo tempo, enfatizar a sua diferença em relação ao “reformismo” da DC, tanto no que se referia ao seu programa imediato de transformações estruturais quanto em relação aos objetivos de caráter socialista.

O projeto defendido por Allende buscou garantir a unidade política da coalizão de esquerda, uma vez que se fundamentava no desenho traçado pelo

12. *Ibidem*, p. 46, ver também Ignacio Walker, “Del populismo al leninismo y la ‘inevitabilidad del conflicto’”, *el Partido Socialista de Chile (1933-1973)*, Santiago, *Cieplan*, n. 31, 1986, p. 130.

13. Cf. Genaro Arriagada, *op. cit.*, 1974, p. 130-1.

programa da UP, ou seja, transformar a estrutura socioeconômica do Chile a fim de tornar possível a superação do sistema capitalista e dar início à edificação do socialismo. Portanto, sempre esteve claro o *sentido* da via chilena, e isso a legitimava perante toda a esquerda como um projeto revolucionário.

“Projeto revolucionário, mas prática reformista.” Esta era a contestação dos setores de esquerda que, dentro e fora do governo, se opunham à política de Allende. Durante o período, tais setores não chegaram ao limite de uma oposição antagônica ao governo e procuraram atuar no sentido de dar ao processo revolucionário uma definição mais nítida. Isto significava, em outros termos, colocar o processo revolucionário chileno no eixo da revolução proletária de corte insurrecional, mediante a lógica do acirramento das contradições de classe.

Contraopondo-se a estes setores da esquerda chilena e trabalhando a partir da ótica da presidência da República, isto é, do Comitê Político da UP diretamente ligado a Allende, alguns intelectuais, dentre eles Joan Garcés, procuraram constituir uma argumentação de cunho teórico, histórico e político, com o objetivo de fundamentar o projeto defendido pelo presidente. O problema básico para estes intelectuais era o de tornar compreensível o que eles chamavam de traço “particular” do caso chileno. Para Garcés, era necessário que se compartilhassem dois supostos do processo revolucionário chileno: o governo levava a cabo uma política de orientação revolucionária; e o aparelho institucional com que contava lhe permitia avançar em sua ação revolucionária.

Novo poder revolucionário gestado através dos mecanismos tradicionais, nova institucionalidade conquistada progressivamente, sem ruptura violenta com a existente e mediante apoio majoritário da sociedade, expansão econômica ininterrupta e acelerada, melhorias imediatas e não só futuras, *welfare state* mais governo revolucionário, ordem pública e revolução social, e simultaneidade entre legitimidade institucional e legitimidade revolucionária, estes eram os pontos centrais que balizavam a via político-institucional defendida por Joan Garcés.¹⁴ Todos eles, de forma geral, podem ser percebidos como norteadores da política levada pelo governo e representavam traços gerais de uma política que, para muitos, parecia ser paradoxal: como combinar ordem política e revolução?

Exatamente aí residia o desafio. A revolução chilena exigia, além da defesa intransigente da legalidade, imperiosas “transformações institucionais” para se prosseguir pela via que havia sido traçada. O movimento decisivo que o governo e a UP deveriam realizar, segundo Garcés, se definiria num ponto chave: submeter

14. Cf. Joan Garcés, *Chile, el camino político hacia el socialismo*, Barcelona: Ariel, 1971.

a *referendum* a proposta de uma nova Constituição para o país, uma Constituição da transição socialista.

Entretanto, esta proposição, defendida por Allende na sua Segunda Mensagem ao Congresso, em maio de 1972, não conseguiu transformar-se numa realidade concreta, permanecendo, pelo resto do período, como um projeto redesenhado várias vezes e nunca levado à prática.¹⁵

Em favor da via chilena

Derrotada a experiência chilena pelo golpe de 1973, o que se vai ler do testemunho dos partidários mais diretamente ligados ao projeto defendido por Allende são, principalmente, as críticas referentes às incompreensões por parte do conjunto da esquerda chilena, no governo ou fora dele, em relação ao projeto sustentado por Allende. Contudo, avançaram-se ainda nestes textos críticas quanto à insuficiência do próprio projeto que, por ser inédito, também deparou-se com problemas da mesma ordem. A abordagem do período é bastante semelhante: todos procuraram traçar um percurso do processo e realçar o que de mais problemático impediu o sucesso daquela experiência. Em geral, a ótica de cada um dos autores derivou do lugar que ocupavam no governo e do que acreditavam ser decisivo, do ponto de vista político ou econômico, para que o processo seguisse um curso favorável às forças sociais que apoiavam o governo da UP.

Joan Garcés¹⁶ procurou analisar o que ocorreu no Chile entre 1970 e 1973, realizando uma discussão teórica e histórica. Situando a experiência chilena a partir de um ponto de vista cosmopolita, Garcés valorizou-a como a experiência mais moderna, até então, de revolução anticapitalista, já que seus elementos continham “os germes de uma modalidade de transição ao socialismo nunca antes desenvolvido a um nível comparável”, uma vez que foi capaz de manter “plena vigência da democracia como forma de vida”, reconhecendo “direitos políticos e civis à oposição, respeito ao Estado de direito como norma de regulação da vida coletiva, rechaço à guerra civil como via de resolução das contradições sociais, livre exercício das liberdades de organização, consciência e expressão, sem

15. Veremos mais à frente que, para Garcés, a UP deveria ter apresentado a proposta de *referendum* desde o início, para possibilitar ao governo um avanço mais rápido na implementação do seu programa, e com uma legitimidade mais sólida.

16. Cf. Joan Garcés, *Allende y la experiencia chilena*, Barcelona, Ariel, 1976; as citações que seguem são deste livro.

maiores restrições do que as contempladas em um regime legal fundamentado na vontade nacional manifestada através do sufrágio universal, livre, secreto e com pluralismo de partidos etc.”.

Para Garcés, a experiência da via chilena ao socialismo contraditava uma ênfase presente na tradição revolucionária – existente mesmo antes do paradigma da Revolução de Outubro – de que o “verdadeiro” caminho da revolução era a *ruptura com a legalidade*. Nesta visão, a luta do partido operário teria de fatalmente desembocar na insurreição proletária, ou, em outros termos, o poder político da classe operária conseguido pela luta eleitoral deveria culminar necessariamente na insurreição operária. Ao contrário, a via chilena, no entendimento de Garcés, perseguiu a trajetória de uma “via político-institucional”, que concebia *um pacto com a legalidade* e supunha sua transformação pelos trâmites constitucionais. O suposto é que as condições chilenas avalizavam esta opção e, de fato, por muitas vezes, Allende afirmara, quase que obsessivamente, que a força legitimadora do processo revolucionário no Chile repousava na sua legalidade.

O caminho chileno não foi, para Garcés, uma construção artificial. A crise do Chile não implodia a legitimidade do seu sistema político. Devido ao fato de possuir uma classe operária de posições importantes na sociedade (o movimento operário tinha um alto índice de unidade e organizações representativas e era capaz de compor um arco de alianças sociais significativas), além de contar com um sistema político de elevada democratização interna, com participação plural, legitimidade perante os cidadãos e garantido por um Estado de direito com sólidas instituições, o Chile enquadrava-se no campo de possibilidades de uma via político-institucional. Era, portanto, possível aos trabalhadores *chegar ao poder* naquele país, desde que se conseguisse “reduzir as forças conservadoras a uma situação de isolamento sociopolítico e militar”, a fim de impedi-las de recorrer à guerra civil. Voto e fuzil não eram contrapostos: o que, de acordo com Garcés, contrapunha-se à via político-institucional não eram os fuzis, “mas os fuzis abjindo fogo, isto é, a guerra civil”.

Na concepção de Garcés, um processo revolucionário que seguisse a via institucional não poderia adotar a via insurrecional sem o desaparecimento dos fundamentos da primeira. Assim, a via chilena era uma via democrática porque seguia o caminho político, o caminho institucional. Desta argumentação, pode-se depreender que os fundamentos da via político-institucional esgotar-se-iam apenas com a abertura da guerra civil, e esta, em quaisquer das suas modalidades, só se tornaria possível pela “subversão” dos mecanismos de ordenação e regulação social (definidos por Garcés como de “coexistência e identificação coletiva”), que abriam passagem para o enfrentamento direto.

O caso chileno explicitou isso com uma clareza ímpar. Quando sobreveio o golpe militar, a esquerda chilena não contava com um exército popular para se opor ao exército profissional do Estado. Entretanto, para Garcés, o problema não era esse, mas sim anterior, e residia na questão da *iniciativa política* que, caso fosse permanente por parte do governo e da UP, poderia ter evitado aquele desfecho. A existência de um exército popular estava fora dos propósitos da via político-institucional e, conseqüentemente, afirmar depois: “– Deveriam tê-lo criado!”, configura-se, para Garcés, um recurso que não aborda o fundo do problema; “não o criaram” – concluiu ele – “porque não era possível fazê-lo” pela via que se adotara.

O problema militar na via chilena foi enfrentado admitindo-se apenas a violência defensiva. De acordo com Garcés, a alternativa do movimento popular era uma “preparação contra a insurreição” e não uma “preparação para a guerra”, algo que se poderia fazer com a colaboração do governo e de um vasto setor das Forças Armadas. Tal alternativa, porém, “deveria ter sido colocada em prática quando os fundamentos da tática político-institucional eram robustos, quer dizer, em 1971, e para consolidá-los, não para demoli-los como pressupunha a lógica insurrecional que animava o setor minoritário da esquerda”.

Segundo o ex-assessor político de Allende, o que era possível e desejável que se fizesse no caso chileno era, em primeiro lugar, evitar as confusões táticas entre via político-institucional e via insurrecional, a fim de garantir uma direção unificada entre os partidos da UP e o Executivo, sendo este sustentado integralmente pelo conjunto da esquerda. Em todo o período, não foram poucos os episódios que evidenciaram uma dissintonia na ação política entre os partidos da esquerda e a presidência da República.¹⁷

Em segundo lugar, importava impedir que a estrutura estatal fosse paralisada ou quebrada – quer pela emergência e avanço da crise econômica, quer pela inação política –, implicando a máxima e permanente utilização dos recursos oferecidos pelo sistema político representativo, ou seja, acordos parlamentares, sufrágio universal mediante eleições e *referendum* etc. Para Garcés, a iniciativa política era decisiva para o sucesso daquela estratégia, pois tratava-se de acumular os meios necessários para substituir o Estado vigente por um outro de caráter popular, já que num “período de transição”, em que o caráter de classe do Estado

encontrava-se “em fase de mutação”, era imperioso – uma vez que se havia conquistado o governo – “evitar a desintegração do aparelho de Estado”, sustentando a sua forma liberal-democrática fundada na vontade geral.

A estratégia sustentada por Garcés junto à presidência da República implicava a tomada de iniciativa política desde a posse do governo da Unidade Popular, pela via do *referendum*, objetivando assegurar ao governo meios instrumentais indispensáveis para evitar antecipadamente o desenvolvimento dos fatores que pudessem facilitar a insurreição cívico-militar das forças anti-socialistas. Além das proposições programáticas da UP – como a nacionalização do cobre e dos setores estratégicos de produção e distribuição para formar a APS, bem como a participação direta dos trabalhadores em todas as dimensões do poder, na esfera pública e comunitária –, Garcés entendia que também deveria ir a *referendum*, a partir do dia da posse de Allende, uma proposição que visava suprir uma lacuna no programa da UP: tratava-se da proposta de dissolução do Parlamento e convocação de eleições, atributo específico da presidência da República, que só poderia ser utilizada uma vez durante seu período governamental.

Para Garcés, uma crise de governo era algo previsível e, de fato, evitável no seu início. Encontrando-se a UP em minoria no Parlamento, só havia duas maneiras de salvar o governo da crise: “ou acordo legislativo com um PDC dirigido por sua ala esquerda ou a apelação ao sufrágio universal para que ratificasse os projetos governamentais”. Garcés entendia que se deveria “privilegiar a intervenção direta do eleitorado ao invés dos eventuais acordos com o PDC”, pelo menos enquanto ambas as possibilidades apareciam como compatíveis, ou seja, ao final de 1970 e no início de 1971, já que, depois, segundo Garcés, elas se veriam cada vez mais excludentes entre si. Tratava-se de impedir, em tempo oportuno, a paralisia das instituições em que se apoiava a força político-legal do governo.

Este plano político inicial, assumido por Allende junto aos partidos da UP, foi rechaçado em novembro de 1970. Preferiu-se seguir a via administrativa para a implementação do programa governamental e esperava-se que, até fins de 1971, os centros neurálgicos da economia estivessem incorporados à APS. O processo seguiu, mais ou menos, este curso, porém com saldos políticos bastante negativos. Nas eleições complementares (eleições para preenchimento de uma vaga aberta em decorrência do falecimento de um parlamentar) de julho de 1971, o PN apoiou um candidato da DC, pela primeira vez desde 1964. Já em janeiro de 1972, foi a DC que, num fato inédito na sua história, apoiou um candidato do PN. Dias após estes pleitos, o Comitê Político do governo colocou novamente a proposta de *referendum* aos partidos políticos da UP. Nesta época, ainda segundo Garcés,

17. O mais grave foi a Assembleia do Povo de Concepción, em meados de 1972. Mas a ausência de sintonia no político apareceu também na questão do *referendum*, na questão do projeto de Constituição, na atitude de permanente diálogo de Allende frente às greves operárias, na rejeição frente à formação do Partido da Unidade Popular etc.

imaginava-se que existiam “os elementos mínimos para empreender uma vasta campanha de mobilização, onde os projetos de futuro do governo, formulados de modo coerente e concreto, seriam confrontados com os contraditórios entre si do PN e da DC”.

Os partidos da UP, no entanto, rejeitaram tal encaminhamento. A UP, após 14 meses de governo, perdeu definitivamente a iniciativa política. A direita sentiu que o rechaço às urnas, naquela oportunidade, era uma demonstração de debilidade política da UP e, entre fevereiro e agosto de 1972, desencadeou uma campanha denunciando o caráter eleitoralmente minoritário da esquerda. Para Garcés, a negativa ao *referendum* significou o adiamento, para as eleições legislativas de março de 1973, da decisão política do que estava em jogo, isto é, qual o bloco social que iria dirigir completamente o poder do Estado.

Após o decisivo e duríssimo ano de 1972, as dificuldades para conduzir o processo político pela via institucional passaram a ser imensas. Em março de 1973, o Chile era um país literalmente dividido ao meio, com o Executivo encurralado pelo Parlamento que, por iniciativa da DC, aprovou um projeto relativo às Áreas de Propriedade da Economia, que implicava desfazer tudo que se havia avançado em 1971. O governo, por sua vez, em julho de 1973, não aprovou a reforma constitucional referente ao projeto mencionado, nem recorreu ao *referendum* objetivando legitimar o veto presidencial. Paralisado integralmente, o governo não conseguiu, segundo Garcés, impedir que a crise final explodisse, “violentamente, dias mais tarde”.

Sérgio Bitar,¹⁸ assim como Garcés, um outro autor e protagonista favorável à via política adotada no Chile, trabalhou também com a idéia de que o estudo da experiência chilena aparece como “um bom ponto de partida” no sentido de preencher vazios que poderão voltar a aparecer “em novas tentativas de transição ao socialismo em democracia”. Para Bitar, afirmar que o fracasso da experiência chilena já estava predeterminado em virtude da impossibilidade de se caminhar pela via institucional “tira todo o interesse da análise, além de ser inexato”. Tal entendimento não explica nem a vitória eleitoral nem três anos de governo.

A estratégia proposta pela UP visava atingir, segundo este autor, uma “situação-objetivo”, isto é, uma situação “mais favorável para impulsionar a transição socialista”. A sua viabilidade estava circunscrita ao entendimento de que o governo da UP representava “uma etapa de um longo processo” e não deveria

18 - Cf. Sérgio Bitar, *Transição, socialismo, democracia no Chile com Allende*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. As citações que seguem são deste livro.

consubstanciar-se num enfrentamento global e nem terminar “numa confrontação total”, ou “numa crise revolucionária onde a situação de poder se esclarecesse”. A situação – objetivo, para Bitar, não era, pois, a conquista do socialismo ou a resolução da questão do poder – por que vias fosse –, no período governado por Allende. Era apenas a aplicação bem ajustada do que se propunha na estratégia global da UP, para que mais favoravelmente as forças sociais que a apoiavam pudessem colocar na ordem do dia a questão da transição socialista.

Neste sentido, sua análise diferencia-se daquela de Garcés. Conforme suas conclusões, “a experiência dirigida por Allende era viável na medida em que existia uma alta probabilidade de conseguir progressos substantivos em direção à democratização da sociedade chilena e ao debilitamento e substituição dos grupos dominantes”. Sua viabilidade “não se referia à transição socialista, nem mesmo à construção da sociedade socialista”; seu alcance “consistia numa mudança radical na propriedade dos meios de produção estratégicos e no consequente fortalecimento do aparelho de Estado, num avanço a posições mais relevantes do proletariado e no consequente cerceamento, e depois destruição, dos grandes interesses nacionais e estrangeiros”.

No que se refere à análise do andamento político do processo, o número de trajetórias possíveis para a implementação do programa da UP era, de acordo com Bitar, limitado pelas condições impostas, sendo que sua viabilidade se processaria condicionada à ação e à reação de uma complexa rede de forças políticas. Havia, para Bitar, uma “zona de viabilidade delimitada pelas restrições de poder”, que condicionava o “campo do possível”, e estava ligada diretamente às “ações do governo, as reações da oposição e à própria inércia do sistema”. As variáveis naquele campo eram viáveis e, portanto, teriam de ser distinguidos o objetivo planejado e a trajetória eficaz para atingi-lo.

O desenlace do processo chileno, nesta linha de argumentação, não era inevitável. Ao contrário, ao iniciar-se o processo, o programa proposto pela UP contava com um forte apoio. Assim, se as condições iniciais eram propícias e o golpe possível de se evitar, que razões fizeram diminuir a viabilidade inicial e aumentar o cerco progressivo sobre o governo da UP? Entre a situação inicial e a “situação-objetivo”, a estratégia geral da UP esteve permanentemente em disputa no seio da esquerda em torno da opção por uma trajetória que lhe garantisse eficácia e viabilidade. Segundo Bitar, a favor de Allende jogavam a vitória eleitoral, sua posição à testa do governo e sua postura sempre muito firme com relação ao programa da UP; contra ele, pesavam “a escassa elaboração teórica existente sobre a via política escolhida” e concepções que a “confundiram e entravaram, desviando da via procurada”. Como consequência,

houve no curso do processo uma crescente inadequação entre o que o programa da UP estabelecia, inclusive quanto aos seus limites, e o ritmo da sua implementação, que, aliada aos erros cometidos, repercutiu diretamente no plano político, conduzindo-o à derrota.

Num enfoque distinto ao de Garcés, enfatizando a primazia dos aspectos econômicos sobre os políticos-institucionais, Bitar ordenou as insuficiências da experiência governamental da UP: “1) desarticulação do mercado, com suas enormes repercussões políticas; 2) desagregação da aliança social e de seu correlato numa aliança política; e 3) fraqueza do comando político para implementar uma única e clara estratégia”. Assim, caso os problemas relativos à direção e ao ritmo de implementação da política econômica da UP tivessem sido equacionados a tempo, impedindo as suas negativas conseqüências no plano político, o êxito da estratégia da UP, para Bitar, teria sido altamente provável.

Bitar pontuou de forma conclusiva uma série de inconsistências e críticas às formulações de natureza econômica e teórico-políticas que estiveram presentes na experiência da UP. No que se refere à política econômica, anotou que, “enquanto a análise da oferta apoiou-se num marco eminentemente estrutural, as ações sobre a demanda inspiraram-se em conceitos keynesianos”. Isto levou a um desajuste, que não conseguiu ser sanado, entre políticas tendentes a modificar a composição e o nível de demanda, que repercutiram imediatamente, e as políticas atinentes à capacidade produtiva, isto é, supridoras da oferta, que demandariam prazos mais prolongados. Assim, segundo Bitar, “quanto mais espetaculares foram os primeiros êxitos, mais graves resultaram os efeitos posteriores”.

Outro aspecto geral enfatizado por Bitar refere-se à falta de sintonia entre as direções econômica e política. No plano do discurso político, privilegiavam-se as mudanças estruturais, enquanto do ponto de vista prático buscava-se responder às aspirações imediatas, agravadas ainda mais por uma “inclinação populista” dos partidos de esquerda, que não conseguiram superar sua prática quando encontravam-se fora do governo. Segundo Bitar, os dirigentes políticos, no geral por desconhecimento do funcionamento da economia, reagiam muito tardiamente em relação aos efeitos das medidas econômicas adotadas, quando as suas conseqüências já eram de difícil controle. Por vezes, seguiram-se orientações opostas: em meados de 1972, uma parte da UP disputava a “batalha da produção”, que implicava disciplina e esforço na administração daquilo que já fazia parte da APS, enquanto outra parcela advogava o “poder popular”, ou seja, que se investisse politicamente na socialização de novas empresas.

Embora mais preocupado com questões de ordem econômica, Bitar enfatizou também que os problemas de direção política contribuíram de forma relevante

para o insucesso da experiência chilena. A modalidade de relação entre o governo e os partidos que o apoiavam (na verdade, um governo presidencialista, do ponto de vista constitucional, acabou sendo um governo de partidos) jogou no sentido de uma fragmentação na implementação das políticas voltadas para diversos âmbitos da administração. Como os partidos procuravam manter a sua importância relativa em cada ministério ou empresa pública, nos altos e médios escalões, e seguiam suas políticas próprias, “o resultado foi uma compartimentação da máquina estatal, criando-se subsistemas de decisão por partido, que resultaram paralisantes quando havia divergências”. Atuando em novas circunstâncias – isto é, como partidos de governo – e sob o impacto de um processo constante e intenso de democratização política da sociedade, em que se afrouxavam cada vez mais os laços de lealdade entre partidos e massas mobilizadas, os partidos da UP não conseguiram reduzir os riscos de extrapolação e de polarização. Segundo Bitar, os partidos da esquerda chilena revelaram que, na oposição, eram capazes de dar conscientização política para subir ao poder, mas, chegando ao governo, não demonstraram capacidade de canalizar a mobilização desencadeada, conduzindo-a politicamente no sentido de uma regulação maior do processo. A movimentação cada vez mais autônoma das organizações populares, visando assegurar o caráter democrático e descentralizado do modelo social que se formava, acabou por diminuir a capacidade de direção dos partidos, fazendo com que estes oscilassem entre seu papel governante e sua função de expressar as aspirações das organizações populares.

Entretanto, todas essas distorções tinham razões mais profundas. O problema estava na aceitação da via chilena ao socialismo como uma via democrática. Para Bitar, “a sombra da via armada sempre se projetou sobre a via institucional”. Pesou muito na prática política de alguns grupos da esquerda “um ideologismo”, “um estilo verbalista” que alimentou “uma escalada de manifestações maximalistas”, levando a que se encarasse a realidade de forma simplista e, no mais das vezes, a que se mimetizasse a linguagem elaborada em outras experiências revolucionárias. O uso abusivo, segundo Bitar, dos termos “massa”, “inimigo principal”, “poder total” e “revolução” fez com que se despertassem e se acentuassem “reações emocionais” na opinião pública, tendendo a ampliar os conflitos e tensões.

Recusando qualquer ambigüidade, a via institucional – incompatível com a via insurrecional ou armada – era, para Bitar, a *única possível* no caso chileno. Teoricamente, porque “a escolha de uma via para a transformação de um sistema é um processo que vai sendo gestado durante um período longo e tem alcance para uma etapa histórica”, não sendo, assim, “uma decisão tática, substituível em

períodos curtos". Ela deve embasar um "projeto histórico" de hegemonia, e aquilo que o caracteriza deve "ir ganhando legitimidade entre amplos setores da população", num longo processo que vá "cimentando uma aliança social e que, logicamente, antecede a tomada do poder e condiciona o exercício do governo". Por outro lado, a via institucional respondia concretamente, para Bitar, a uma lógica histórica evolutiva:

A UP e seu programa eram uma etapa de uma via institucional que se vinha desenvolvendo no Chile durante longos anos. O governo Allende não era a culminação dessa via e, portanto, não se resolvia ali o problema do poder, nem a construção socialista. Na medida em que era uma etapa, devia manter uma continuidade com a via institucional, e não cabia pensar numa mudança repentina uma vez produzida a vitória eleitoral. Uma via armada não se decidia em meses, mas sim deveria ter sido a culminação de outro processo, de outra estratégia, inexistente no Chile.

Como não houve uma direção política capaz de atuar incisivamente em torno de uma definição precisa, que evitasse ambigüidades, confusões e mesmo indefinições, o processo derivou progressivamente para uma "dualidade", resultando, de acordo com Bitar, na absorção dos aspectos negativos de ambas as vias: "a ineficiência relativa de um marco democrático amplo para conduzir o processo, e a perda de credibilidade entre os setores médios, ante a percepção de uma eventual confrontação violenta".

Ainda com relação à tendência de esquerda da literatura que procurou valorizar positivamente aquela experiência, o trabalho de Gonzalo Martner,¹⁹ ex-ministro de Allende, procurou propor um novo quadro referencial para a análise da via chilena ao socialismo.

Diferentemente de Garcés e de Bitar, Martner preferiu se referir à via chilena como uma "via pacífica ao socialismo". Via pacífica, para Martner, identificava-se à via democrática, pois esta havia sido a trajetória histórica na qual foi gestado, por vinte anos, o projeto que a UP e Salvador Allende iriam defender e implementar para transformar o Chile. O projeto histórico de transformações levado ao governo pela UP, de acordo com Martner, assentava-se na luta de classes e supunha a substituição das classes dominantes no poder por uma "nova hegemonia", sustentada por uma aliança de forças sociais que abarcava setores de pequena e média empresa, classes média e operária, camponeses e demais setores de trabalhadores.

19 Cf. Gonzalo Martner, *El gobierno del presidente Salvador Allende, 1970-1977: una evaluación*. Santiago, PÉRFUMAR, 1986. as citações que seguem são deste livro.

Dentre os ex-colaboradores de Allende, Martner talvez seja aquele que mais explicitamente tenha concluído que o governo Allende "não foi socialista", podendo ser melhor caracterizado como um governo constitucional, mudancista e revolucionário, que se propunha realizar transformações e "avançar para uma sociedade socialista e democrática". O governo Allende não foi socialista porque não implantou esse regime no seu período e nem era a sua intenção fazê-lo no mandato de seis anos. Martner, portanto, está de acordo com Bitar quanto à etapa que caracterizava esse governo, uma etapa de configuração da "nova economia", enquanto para Garcés esta etapa, por sua própria natureza, era insustentável sem a transformação do caráter de classe do Estado, o que implicava um avanço decisivo e rápido das forças do socialismo. Na sua avaliação, Martner atestou a necessidade de mudanças institucionais — respaldado no discurso de Allende —, mas, ao contrário de Garcés, não atribuiu exclusivamente a estas alterações os elementos decisivos para o sucesso do projeto da UP.

A análise de Martner centrou-se no plano estrutural, isto é, na avaliação da viabilidade do caminho proposto para o Chile, em virtude da compreensão dos economistas da esquerda chilena quanto à necessidade de superação do capitalismo dependente e da estreita relação entre Estado, economia e sociedade que o caracterizava. Esta análise era respaldada, de acordo com Martner, pelas conclusões de Hilferding e Rosa Luxemburg acerca do papel do Estado na etapa monopolista do capitalismo. Nesta fase do desenvolvimento capitalista, o papel do Estado era essencial. Não se vislumbrava uma "quebra" do capitalismo como algo inevitável, mas sim como resultante da "ação de forças sociais e políticas, num movimento encabeçado pela classe trabalhadora e seus partidos políticos, conseguindo estabelecer um sistema econômico basicamente racional".

A questão do caminho a ser adotado no Chile estava, portanto, circunscrita a uma lógica que concebia a implantação de uma *nova economia*, fundada numa *nova racionalidade* e conduzida pelo Estado, como o lugar decisivo para a transformação substantiva que se pretendia realizar na sociedade chilena.

O Estado chileno, segundo Martner, havia se constituído de forma a possibilitar a introdução desta nova racionalidade, uma vez que, a partir da década de 1920 e com substancial incremento nos anos 30, havia se transformado em Estado "intervencionista, regulador, benefactor e inversor". Estava, assim, legitimada a estratégia de transformação pelo interior do Estado, sem uma ruptura violenta, sendo que seu uso adequado implicava a possibilidade do início do trânsito ao socialismo.

Uma *nova racionalidade estatal*, que dirigisse as mudanças econômicas e sociais, era, para Martner, o substrato do projeto da via chilena. Por esta razão,

ela não se pautava pelo que se denomina modelo leninista de revolução. De acordo com Martner, sua inspiração, ainda que não inteiramente explicitada, vinha mais do austromarxismo do que do bolchevismo. Seus supostos teóricos e práticos haviam sido desenvolvidos principalmente por Otto Bauer nas três primeiras décadas do século XX e admitiam que: a economia tinha se centralizado através dos cartéis e o Estado havia se ampliado para criar uma certa racionalidade; surgiram e desenvolveram-se serviços de bem-estar social, controlados pelo Estado; e operavam-se mudanças na estrutura social, com a emergência de uma ampla classe média. O projeto revolucionário dos austromarxistas supunha, portanto, uma aliança social entre tabalhadores e amplos setores das classes médias, no sentido de configurar uma maioria social para o socialismo. Era necessário, portanto, nestas novas circunstâncias históricas, um processo de ampla conscientização da maioria da população, com o objetivo de tornar possível a via pacífica ao socialismo.

A abordagem de Martner a respeito da via chilena, tomando como referência o austromarxismo – considerada aqui a contribuição mais decisiva do seu trabalho –, abre a perspectiva para que se enfrente um problema freqüentemente eludido nas análises da experiência chilena, qual seja, a anteposição entre reforma e revolução. O projeto da via chilena passa a ser, então, abordado através da simultaneidade de reforma e revolução no seu interior. Os austromarxistas, segundo Martner, consideravam a necessidade desta simultaneidade não apenas em virtude das novas circunstâncias do capitalismo, mas também, e principalmente, porque no seio do movimento operário existiam tendências reformistas e revolucionárias, havendo a necessidade de uma certa “combinação” destas duas tendências. Deriva daí – especialmente, com Otto Bauer – o conceito de “revolução lenta” ou, como também se qualificou, “revolução através de reformas”.

No caso chileno, segundo Martner, a construção da nova economia, que “não seria nem capitalista nem socialista, mas o motor para avançar para o socialismo”, bem como a construção de um Estado a serviço “das maiorias trabalhadoras”, significando “uma mudança na estrutura do poder político”, configurariam ações revolucionárias. Já a intervenção do governo nos planos do emprego, da redistribuição de renda, educação, saúde, previdência etc., conformaria ações reformistas. A combinação destas ações e a velocidade das transformações implicavam a adoção de uma posição gradualista no Chile, que, de acordo com Martner, era a posição defendida por Allende. Neste sentido, a reforma não conduzia a revolução, mas sim uma nova concepção de revolução passava a ser colocada em prática, uma concepção não-dogmática, que apontava para a configuração de uma “sociedade socialista democrática”, em que o sistema econômico seria socialista.

com empresas estatais e cooperativas, pequena e média propriedades; o Estado regularia as questões relacionadas ao bem-estar social; e a sociedade seria democrática, participativa e pluralista.

Garcés, Bitar e Martner realizaram em seus trabalhos uma potente defesa da opção pelo caminho político-institucional feita por Allende. Cada um, a seu modo, procurou argumentar em torno da sua validade e viabilidade diante das circunstâncias políticas existentes. São trabalhos, evidentemente, legitimadores da via que se pretendia seguir no governo de Salvador Allende. São leituras da experiência chilena que objetivaram justificar e sustentar um projeto que se desenhava no curso do processo. Nada pode garantir, contudo, que, se as indicações agudamente críticas sugeridas por Garcés fossem seguidas pelos dirigentes políticos da UP, o processo chileno teria obtido sucesso. Há, sem dúvida, muitos aspectos da situação chilena de que Garcés não conseguiu dar conta em virtude da sua razão política estar muito diretamente ligada à perspectiva da conquista do socialismo como algo a ser efetivado no governo Allende. É bastante sólido em Garcés o elemento *revolução* vinculado à noção de *vontade geral*, ambos muito fortemente condicionados à legalidade institucional. A construção de uma *outra* vontade geral, ligada ao socialismo, dependia de fatores que a sua via político-institucional não abarcava. Quanto a Bitar, que procurou corretamente observar o período como uma etapa de transição distinta da transição socialista – embora isso apareça como contraditório até mesmo com relação aos discursos de Allende –, escaparam-lhe distinções importantes como aquelas entre *condução* e *direção* política. Os erros ou desvios da UP, apontados por Bitar, ligavam-se muito mais à primeira do que à segunda. Esta é uma inversão típica de quem trabalhou procurando sustentar o ponto de vista dos protagonistas, a fim de evitar uma crítica mais profunda das suas ações. O tema da hegemonia, central no nexo democracia e socialismo, em Bitar apareceu como um elemento lateral e secundário, quando não como um tema tratado *a posteriori*, em virtude do fracasso da experiência chilena.

Martner, por sua vez, contribuiu para uma visão teórica mais abrangente do projeto da via chilena ao socialismo. No entanto, a análise deste autor, ao contrário da de Garcés e de Bitar, não conseguiu enfrentar os problemas gravíssimos com os quais tal projeto se deparou. Ao tentar fixar sua abordagem da experiência chilena no interior da tradição teórica e política que problematiza a transição socialista, Martner não possibilitou um alargamento de horizontes para a análise dos dilemas políticos e teóricos enfrentados pela esquerda no período. A experiência chilena propriamente dita fica analisada de maneira distorcida enquanto um processo de agudas lutas sociais e políticas. Isso ocorre porque a intenção

explícita do autor foi pautar o seu trabalho no sentido do “restabelecimento de verdade” que, para Martner, deve ser feito, exclusivamente, a partir da ótica e da lógica de um único ator: o presidente Allende. Desse modo, a esquerda chilena apareceu como um ator político não submetido a críticas e, por conseguinte, a relação entre processo e projeto não foi incluída na análise.

Revolução *versus* via chilena

Nas interpretações de esquerda sobre a experiência chilena pode-se identificar, como já mencionado, uma outra abordagem radicalmente oposta àquela apresentada anteriormente. Nesta, o projeto da via chilena é visto como o maior responsável pelo fracasso da revolução que se apresentava à esquerda no período 1970-73. Desse modo, há que se considerar a existência de uma segunda tendência interpretativa da esquerda sobre a experiência chilena.

Para esta visão, examinar o período da UP valorizando a opção de chegar ao socialismo pela democracia significa compactuar com uma política que acabou levando ao desastre. Discutir os problemas levantados por Garcés, Bitar e Martner passa a ser algo irrelevante, diante do equívoco integral que marcava a opção de Allende. Esta segunda tendência interpretativa de esquerda marca, portanto, sua discordância tanto frente à proposição adotada de transição ao socialismo em democracia quanto ao encaminhamento político dado por aqueles que conduziram o governo ao longo de todo o processo.²⁰

Boa parte dos trabalhos que compõem esta segunda tendência expressa um alinhamento muito direto com os setores da esquerda chilena que, no governo da UP e principalmente fora dele, propunham um outro encaminhamento político. Estes setores eram basicamente o Movimiento de Izquierda Revolucionario-MIR, o MAPU, a IC e parcelas significativas do PS. Através de estratégias diversas, este segmento da esquerda concebeu a chamada alternativa do “pólo revolucionário”, que permaneceu em intensa atividade no cenário político sem, contudo, se contrapor de forma antagônica e prática ao governo.

É importante frisar que o MIR foi o único agrupamento político de maior relevância da esquerda chilena que não apoiou a candidatura de Allende na campanha eleitoral de 1970, levando, até poucos meses antes da eleição, uma prática de ações armadas com o objetivo de desestabilizar o processo eleitoral. Com a vitória da UP, o MIR mudou sua postura, mas não sua posição, constituindo-se, durante todo o período, na força oposicionista mais ativa à esquerda.

Para o MIR, a chegada da esquerda ao governo não resolvia o problema fundamental que toda revolução coloca, ou seja, o controle total do poder de Estado por parte dos trabalhadores. O objetivo proposto por este agrupamento político, diante das novas circunstâncias (esperando que o governo da UP também assumisse essa tarefa), era o de trabalhar no sentido de criar – via mobilização de massas – uma alternativa de poder ao Estado burguês. Tratava-se, assim, de preparar politicamente as massas para a inevitável confrontação armada. Para o MIR, portanto, não cabia falar de uma transição ao socialismo sem resolver previamente o problema do poder. A estruturação de uma política alternativa – na linguagem da época utilizada pelo MIR –, “independente do governo e antagônica ao poder burguês”, significava encaminhar a solução de um problema político decisivo que, segundo seus dirigentes, estava escamoteado na proposta da via chilena defendida por Allende.

A posição do MIR em relação à proposição de uma via chilena ao socialismo como distinta de outros modelos revolucionários era bastante dura. Miguel Enriquez, na época seu secretário-geral, desqualificava como “mentirosa” a proposição de uma via chilena para o socialismo, concebida como um segundo modelo de transição, e concluía: “Trata-se de determinar em que quadro se faz a revolução: a partir do aparelho de Estado, atribuindo essencialmente às massas um papel de acompanhamento, de instrumento, mas nunca o papel fundamental, ou a partir do próprio movimento de massas”.²⁰

Em termos gerais, a posição do MAPU coincidia com a mirista, embora estivesse atuando nos quadros governamentais e apoiando o governo da UP. Na resolução do seu II Congresso, em dezembro de 1972, em que defendeu a “ruptura revolucionária”, pode-se ler um ataque direto à política de Allende nos seguintes termos: “ (...) nós não fazemos do desejo de evitar a luta armada ou a guerra nenhum requisito estratégico de nossa política”.²¹ Semelhantes eram também as posições de Carlos Altamirano, secretário-geral do PS, para quem a resolução do processo chileno deveria conhecer uma solução de ruptura revolucionária da ordem política e social, restando apenas a escolha da sua oportunidade.

Com matizes diversos, esta era também a perspectiva de grande parcela da intelectualidade de esquerda da época, que não via com muito otimismo o caminho escolhido por Allende. No balanço final de um simpósio internacional realizado em Santiago, em outubro de 1971, Theotônio dos Santos indicava o

20. Cf. Miguel Enriquez, “Ocupar, espropriar, avançar”, entrevista a *Politique Hebdo*, in: *O dilema chileno*, Coimbra, Edição do autor, 1972, p. 40 e 47.

21. Citado por Joan Garcés, op. cit., 1976, p. 236.

papel chave que, segundo ele e muitos dos participantes, deveria ser desempenhado pelo governo da UP: "criar condições para a tomada do poder (...) através da constituição do poder alternativo e não da conquista gradual do poder do Estado existente".²² Rossana Rossanda, a intelectual marxista italiana do grupo que elaborava o jornal *Il Manifesto*, foi mais incisiva no seu diagnóstico sobre o Chile ao escrever, em novembro de 1971, que para a classe operária conquistar o poder era necessário que do reformismo de Allende se passasse à revolução, completando em seguida: "Como todos os reformismos, a via chilena é atacada pela direita e pela esquerda; cedo ou tarde Allende será obrigado a mudar a via".²³ Esta não era apenas a perspectiva política que orientava a análise e a prática de parcelas significativas da esquerda chilena, dentro e fora do governo, mas também a base em que se assentava a crítica marxista à experiência chilena da então chamada *gauche revolutionnaire*, que internacionalmente brilhou na passagem dos anos 60 para os 70.

Nas avaliações posteriores destes intelectuais ou de políticos que se pautavam por tais posturas e avaliações, é muito visível a atribuição de responsabilidade aos ideólogos e estrategistas do governo pelo desfecho do processo. Este é concebido como resultado direto do equívoco que informava a concepção que dava substrato à estratégia adotada. Toda argumentação desenvolveu-se no sentido de desmontar e destruir a estratégia seguida, contrapondo-se diretamente a lógica do "pólo revolucionário" à proposição do caminho político-institucional. A derrota foi atribuída à recusa do governo da UP em assumir um papel revolucionário, em estruturar sua política no plano das instituições existentes e não na vitalidade do movimento de massas. O que se defende é que, no Chile, existia não apenas a necessidade de uma mudança de via, mas também a viabilidade para que esta mudança fosse operada.

Ainda que apresentando enfoques e tratamentos investigativos relativamente diferentes, pode-se encontrar esta avaliação, por exemplo, nos ensaios produzidos por Carlos Altamirano, Eder Sader e Rui Mauro Marini.²⁴ O trabalho de Sader demonstra de maneira explícita o tratamento dado pelos autores desta segunda tendência de esquerda. Para ele, não se trata de analisar os fatos políticos, que

22. Cf. Theotônio dos Santos et al., *Problemas da transição para o socialismo*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976, p. 115-6.

23. Cf. Rossana Rossanda, "Chili, and I", in: *Les Temps Modernes*, Paris, n. 306, jan., 1972.

24. Cf. Rui Mauro Marini, *El reformismo y la contrarrevolución*, México, Era, *Sépie Popular*, 1976; Eder Sader, "Chile: vida, paixão e morte da democracia", in: *Um Rumor de Botas*, São Paulo, Polís, 1982; Carlos Altamirano, *Dialética de uma derrota*, São Paulo, Brasiliense, 1979.

certamente eram reais, mas sim as suas causas, ou seja, é a própria concepção global da UP que, segundo Sader, "teremos de julgar".

Tendo em vista o enfoque e as concepções acerca dos processos revolucionários e principalmente a sua vinculação política às organizações da esquerda chilena – que, no fundo, marcaram indelevelmente os seus trabalhos –, não é difícil supor o veredicto destes autores ao julgamento proposto por Sader. No entanto, também não é difícil perceber que, movidos por objetivos tão precisos, acabou-se operando um reducionismo no plano da investigação, impossibilitando o levantamento e a discussão de questões bastante sérias que, tanto do ponto de vista teórico como do político, impediram o próprio desenvolvimento da estratégia escolhida pelo governo de Allende. Não há, nestes trabalhos, uma análise mais acurada e detida sobre as instituições políticas chilenas, no sentido de observar as suas possibilidades e os seus limites em relação ao projeto da via chilena. Tudo se resolve através de colocações acerca da natureza do Estado burguês e do destino de todo e qualquer processo revolucionário. Os dilemas e impasses políticos concretos, que surgiram a partir do momento em que a esquerda foi alçada ao governo, e as dificuldades em implementar o seu programa respeitando as instituições vigentes são contrapostos pela visão de outros atores políticos que padeciam, por sua vez, igualmente de insuficiências, já que também não levaram a estratégia que defendiam até o fim, isto é, até a ruptura com o reformismo – o que significava concretamente romper com o governo – e a instalação efetiva da dualidade de poderes. Por que não o fizeram? Talvez a resposta possa coincidir com aquela dada por Joan Garcés: não o fizeram porque não era possível fazê-lo! A ironia ao se lançar mão da mesma pergunta e da mesma resposta do ex-assessor de Allende talvez seja a contestação mais expressiva a uma opção deliberada pela recusa em se observar o mundo das circunstâncias políticas reais, aquele que, bem lido, pode decidir a *fortuna* de quem se quer vocacionado à política e ao poder. Neste caso, a identidade da resposta, independente das intenções ou retórica política dos atores, torna literalmente iguais os supostos acusadores e acusados.

De toda forma, neste primeiro recorte da literatura sobre o período 1970-73, o que se pretende ressaltar é a prevalência da visão dos protagonistas na avaliação do que ocorreu. De maneira geral, em todas as interpretações até aqui apresentadas, analisa-se o período considerando o projeto da via chilena seu maior referencial. O objetivo é o de afirmar a conexão ou não daquele projeto dependendo do lugar de onde se fala. A literatura repõe os atores políticos no cenário para que, afirmando cada um as mesmas leituras e intenções, se reviva a cena histórica passo a passo, sem ultrapassar a lógica dos protagonistas.

É evidente que, apesar disso, nessa literatura foram levantados, especialmente por aqueles que procuraram valorizar a opção feita no Chile, aspectos importantes para a compreensão do que se processou. Ainda assim, o período acabou ficando demarcado, nestas análises, pela inclinação muito forte de seus autores na defesa do projeto esposado, o que, de certa forma, impediu que se visse toda a profundidade e extensão da crise que o país vivia. Ao lado disso, o próprio projeto acabou não enfrentando uma análise crítica em seus próprios termos. Não se submeteu à crítica a cultura política que informava tanto a prática levada pela esquerda no Chile quanto o que fundamentava o projeto da via chilena.

COM OS OLHOS NA DEMOCRACIA

O primeiro recorte feito da literatura sobre a experiência chilena tomou como referencial o tema da revolução e procurou demonstrar a forte presença da visão dos protagonistas, fazendo com que as interpretações se pautassem pelas concepções ideológicas e políticas informadas pelos atores em luta.

Um outro recorte da literatura sobre o período 1970-73 pode ser aqui apresentado, a partir de trabalhos cuja temática prevaiente tem na democracia o seu referencial mais significativo. Esta referência afirmou-se como uma visão prospectiva, já que se estruturou tendo por base as virtualidades de uma transição do regime autitário instalado no Chile a partir de 1973 e nas possibilidades da consolidação democrática no país.

Essa mudança de enfoque obedeceu também a um fenômeno mais vasto, envolvendo o conjunto de países latino-americanos que, nas décadas de 1960 a 1980, passaram pela experiência dos regimes autoritários. Como observou Norbert Lechner, a respeito dos recentes processos políticos latino-americanos e da discussão político-intelectual que se reportou a eles, "se a revolução é o eixo articulador da discussão latino-americana na década de 1960, nos anos 80 o tema central é a democracia".²⁵

As exigências em relação às formas de se discutir o presente passaram, assim, a influir diretamente na maneira de se olhar o passado. No caso chileno, o lugar que o golpe militar de 1973 passou a ocupar na história alterou-se: tratava-se, então, de vê-lo antes como o colapso da democracia que o Chile viveu desde a década de 1930. O golpe de Estado não significou, deste modo, apenas a derrota

25 Cf. Norbert Lechner, "De la revolución a la democracia", in: *Opiniones*, Santiago, mayo-agosto, 1985.

política do socialismo, mas também a destruição da democracia chilena e de tudo que ela significava do ponto de vista econômico, social e cultural. Em outras palavras, representou a eliminação da forma de integração social e política que o Chile havia conhecido. Portanto, o período 1970-73 passou a ser visto, sobretudo, a partir das profundas alterações sofridas pelo país em decorrência da implementação das políticas de corte neoliberais realizadas pelo regime conduzido pelo General Pinochet.

Desta forma, mesmo mantendo-se o projeto da via chilena ao socialismo como um dos referenciais de análise e reivindicando uma perspectiva de esquerda, esta literatura jogou uma nova luz sobre o período, levantando problemas até então não percebidos e não trabalhados. As reflexões acerca do regime pinochevista e das possibilidades de uma transição democrática acabaram, portanto, obrigando a que se olhasse de forma distinta e através de outras categorias o período governamental da Unidade Popular.

Nesta nova perspectiva, resgatar a identidade da esquerda chilena após a ruptura vivida em 1973 exigia a admissão de um pressuposto: toda crise ou frustração de um processo social configura-se também uma crise das categorias com que este foi analisado.²⁶ Por esta razão, a esquerda chilena, sob o governo de Pinochet, tinha diante de si um desafio inarredável: a sua continuidade implicava a sua reinvenção e isso só seria possível caso fosse submetido à crítica mais profunda o processo liderado e dirigido por ela. Como observaram Manuel A. Garretón e Tomas Moulian, "a esquerda chilena será sempre a esquerda que fez a Unidade Popular. Mas, ao mesmo tempo, não será nunca mais a esquerda da Unidade Popular. Sem reivindicar esse período da história não haverá política de esquerda no Chile. Tampouco ela existirá se quiser repeti-lo".²⁷

As lições que a esquerda chilena poderia extrair deste período, segundo esses mesmos autores, exigiam mudanças em vários planos. A construção de uma nova sociedade não poderia mais ser pensada como derivada apenas e exclusivamente de transformações econômicas. Seria preciso admitir integralmente que segurança e ordem conformam, de fato, aspirações legítimas da população; que representação partidária e movimento popular devem viver uma nova relação que suponha diversidade e autonomia; e, por fim, que processos de transformação da

26 Cf. Manuel A. Garretón, Tomas Moulian, "Procesos y bloques políticos en la crisis chilena 1970-1973", in: *Revista Mexicana de Sociología*, Año XXI, v. XXI, n. 1, 1979.

27 Cf. M. A. Garretón, T. Moulian, *La Unidad Popular y el conflicto político en Chile*, Santiago, Ed. Minga, 1983, p. 17.

sociedade não podem levá-la a graus tão elevados de polarização, deixando-a sob o governo das paixões, tendente à exacerbação.²⁸

Por outro lado, se o golpe de 1973 significou o colapso da democracia construída no Chile, ele havia aberto um “novo cenário” marcado por contradições também novas. Se havia um novo cenário pós-73, diluíra-se, assim, a imagem de “término da história nacional” deixada pelo golpe e iniciava-se a problematização do tipo de transição possível do país à democracia. Reinventar a esquerda no Chile, portanto, seria muito mais do que o simples resgate das suas tradições históricas e da sua identidade ideológica. Este desafio passava a estar condicionado à sua capacidade de compreender e de intervir no processo político da transição do autoritarismo para a democracia. Conseguir pensar aquele novo cenário do país, de uma sociedade que passou a viver fortes sintomas de desagregação da sua própria identidade sob o impacto da política neoliberal implantada pelo regime autoritário, colocava obrigatoriamente à esquerda o problema de formular o seu projeto para uma *ordem democrática estável*, aludindo diretamente ao tema do consenso social *latu sensu*, ou seja, à postulação de um consenso que, rompido em 1973 e passados os anos do autoritarismo, o projeto neoliberal implementado no Chile não conseguira refundar sob a sua lógica.

A perspectiva de intervenção política na crise do regime autoritário e a temática de uma ordem democrática estável vão alimentar a reflexão em torno da natureza do consenso social que o Chile viveu até a ruptura de 1973. A visão prospectiva passou a iluminar a reflexão sobre a força e a fraqueza do consenso que possibilitou a longevidade democrática do Chile. Se o consenso que a sustentava quebrou-se em 1973, tornava-se necessário, além da análise da prática dos atores sociais e políticos daquele longo período, discutir e formular os elementos de flexibilidade recomendáveis para o funcionamento de uma nova ordem democrática que, certamente, encontravam-se ausentes nos atores políticos que viveram sob o ordenamento democrático pré-73.

No que se refere mais diretamente ao tema de discussão aqui proposto, o resultado dessa reflexão acabou levando ao questionamento acerca da natureza da crise de 1973. Observa-se, nestes trabalhos, que a análise desta crise é periodizada de forma muito mais ampla do que se fez anteriormente, quando as análises reportavam-se simplesmente aos acontecimentos do governo Allende. Realizando e recorrendo a pesquisas exaustivas sobre diversos planos da história

²⁸ *Ibidem*, *ibidem*, p. 17-8.

contemporânea do Chile – bem como sobre o período da Unidade Popular –, e também, no caso de alguns autores, a uma literatura que extrapolou o universo intelectual considerado de esquerda, esta literatura apresenta um conjunto de questões novas para a discussão a respeito da ruptura histórica de 1973. Embora apresentem diversos pontos de intersecção, pode-se verificar que, entre os autores chilenos, aparecem, *grosso modo*, duas abordagens.

A primeira é extraída dos trabalhos de Manuel A. Garretón e Tomas Moulian.²⁹ Para estes autores, a crise chilena do início da década de 1970, que resultou no golpe de 1973, pode ser definida como *conjuntural*. Trata-se de uma crise que, aos poucos, foi se avolumando, como resultado de ações políticas concretas. A caracterização de conjuntural visa responder ao fato de que ela não se produziu como algo mecânico, inevitável e desprovido de controle.

A hipótese sustentada por Garretón e Moulian é a de que a luta política desenvolvida entre 1970 e 1973 iniciou-se numa situação de *crise parcial*, que evoluiu para uma situação de *crise total*. A noção de crise parcial é tomada como referencial, uma vez que, ao se iniciar o período, não existia ainda uma crise do regime político democrático, fato esse que garantiu a posse de Allende. No decorrer do processo, a polarização político-ideológica e os conflitos sociais e políticos acabaram por produzir uma situação de desinstitucionalização, atingindo a legitimidade do regime político democrático. Para estes autores, portanto, analisar o período da UP é tentar dar inteligibilidade às conjunturas que marcaram a passagem da crise parcial para a sua totalização.

A natureza da crise parcial derivava da existência, por um lado, de uma crise do tipo desenvolvimento capitalista dependente, existente no Chile, incapaz de assegurar um crescimento constante, auto-sustentado e de redistribuição de riquezas e, por outro, de uma crise do Estado de compromisso que se formara desde os anos 30, incapaz de garantir uma direção política estável para solucionar a crise de desenvolvimento. Contudo, era uma crise parcial, como já mencionado, porque não atingia a legitimidade do regime político.

Esta leitura da conjuntura chilena do final da década de 1960 e início da de 1970 contradita a visão de amplos setores das forças políticas da época, não apenas dos marxistas, que viam no Chile o desenho de uma crise integral. Como já indicado no primeiro capítulo, a proposição do socialismo por parte da UP respondia diretamente à leitura da crise como integral.

²⁹ Ver as referências nas notas 26 e 27 deste capítulo.

Na interpretação de Garretón e Moulian, no entanto, só se pode entender o projeto sociopolítico da UP através da noção de crise parcial. Segundo estes autores, o projeto da UP aparecia como uma alternativa real e possível à situação de crise parcial. Eram duas as opções que surgiam no Chile do final da década de 1960: ou a reversão dos processos de democratização e um impulso à dinâmica de acumulação capitalista, eliminando as interferências dos elementos democráticos participacionistas e redistributivistas que tinham no Estado o seu *locus*, ou a reversão do esquema de desenvolvimento capitalista, alterando os conteúdos de classe do sistema de dominação, mas mantendo e desenvolvendo o processo de democratização, no seu duplo aspecto de participação ampliada, ou seja, como demanda de igualdade dos “de baixo” e como reestruturação da ordem política fundada no regime democrático vigente.

A primeira alternativa, acalentada pela direita, só pôde prevalecer com a totalização da crise e a imposição do regime militar a partir de 1973. A segunda era expressada pelo projeto sociopolítico da UP, definido por Garretón e Moulian como “*democratização não-capitalista*”, mas que, em virtude da noção de crise integral, foi vivido e semantizado, pelas forças da esquerda agrupadas na UP, como transição ao socialismo ou como “*via chilena ao socialismo*”.

A caracterização do projeto da UP como de democratização não-capitalista visa indicar a relação, ao mesmo tempo, de *continuidade e ruptura* do seu projeto quanto à conjuntura de crise parcial do final da década de 1960 e início da de 1970. O termo continuidade refere-se ao processo de democratização em curso no país e a dimensão da ruptura reporta-se ao modelo de desenvolvimento do capitalismo dependente. A sua viabilidade era real, pois não colocava em xeque a legitimidade do regime político democrático. Contudo, as suas postulações mais substantivas de transformações estruturais revelavam-se incompatíveis com os interesses da burguesia monopolista chilena e do imperialismo, ameaçando definitivamente a sua sobrevivência.

Esta caracterização do projeto sociopolítico da UP consegue, para Garretón e Moulian, dar conta da globalidade do período e do que foi a luta política desenvolvida nele, possibilitando a compreensão do comportamento dos diversos atores e classes sociais no seu percurso.

É em torno do projeto sociopolítico da UP que se travou, então, toda a luta política do período. Garretón e Moulian dividiram o período da Unidade Popular em três grandes etapas: a primeira refere-se à conjuntura que percorreu o intervalo entre a vitória eleitoral e a posse de Allende, em que a estratégia de destruição da legitimidade do regime político foi derrotada por ser prematura; a segunda abarca os dois primeiros anos de governo, quando predominou a neutralização

da estratégia da direita; e a terceira é marcada pela desenvoltura com que atuou e venceu a estratégia da direita de derrubada do governo da UP.³⁰

Estes autores, ao abordarem a problemática da esquerda no período, constataram a presença de uma tensa relação entre o caráter real do projeto de democratização não-capitalista e as formulações e práticas que nortearam a UP como ator político. Na época, argumentam eles, recorreu-se de forma muito intensa a um conjunto de categorias presas a esquemas abstratos, evidenciando um “vazio teórico-ideológico” por parte de toda a esquerda chilena, que resultou na ausência evidente de um projeto político nacional adequado ao processo desencadeado e conduzido pela própria esquerda. Não é por outra razão, concluíram eles, que a própria via chilena ao socialismo foi tomada, pelos partidos de esquerda, muito mais como um *slogan* do que como um objeto digno de reflexão. Em outras palavras, como indicador de um problema de muito maior significação, a saber: a via chilena ao socialismo apontava para a necessidade de construção de uma *nova política* que assumisse a valorização da democracia como uma questão do socialismo.³¹

Este “vazio teórico-ideológico” fez com que as forças da esquerda chilena, desqualificando discursiva e praticamente o político, privilegiassem na sua ação o elemento ruptura do projeto sociopolítico da UP em detrimento do elemento continuidade. Conseqüentemente, cristalizou-se a idéia de que o elemento ruptura, diretamente ligado às transformações econômicas de enfrentamento do capitalismo dependente, equivaleria ao início do processo de transição ao socialismo. A esquerda chilena, assim, estruturou toda a sua política em função do socialismo, quer porque o via próximo, quer porque pensava o período como o início de uma transição ininterrupta rumo a esse regime, ou ainda porque se impunha a tarefa de preparar as condições para isso, que variavam bastante conforme o entendimento de cada um dos seus grupos.³²

Contrariando, então, as interpretações que vêem no período um fracasso da proposição de uma transição ao socialismo pela democracia, estes autores contrapuseram uma outra visão: a experiência governamental da UP não representou a realização de uma linha de aprofundamento da democracia, mas sim a tentativa de ultrapassar esta linha e buscar transitar mais rapidamente para o socialismo. A chamada experiência chilena foi, desse modo, o resultado catastrófico da

30. Esta conjuntura é exposta e analisada no quinto capítulo.

31. Cf. M. A. Garretón, “Continuidad y ruptura e vacío teórico-ideológico. Dos hipótesis sobre el proceso político chileno - 1970-73”, in: *Revista Mexicana de Sociología*, v. XXXIX, n. 4, oct.-dic. 1977.

32. *Ibidem*.

aplicação parcial e defeituosa daquela proposição e não uma conclusão inexorável e fatal, uma vez que, no interior do processo, manteve-se sempre a tendência de buscar compromissos impossíveis entre este tipo de estratégia e aquelas de “duplo poder” ou de “pólo revolucionário”.³³

Retornando à discussão acerca da natureza da crise, os trabalhos de Garretón e Moulian têm o grande mérito de apagar a imagem de tragédia que se forjou sobre a experiência chilena, isto é, a imagem de um fato já previamente consumado, inexorável. A totalização da crise não foi senão uma construção, uma obra política, em um contexto particular, de atores políticos e sociais concretos. A crise chilena não foi, segundo estes autores, um processo de degradação ou decadência, mas derivou diretamente de projetos que se postaram de forma antagônica. Por isso, esta crise emergiu como fenômeno *ambivalente*: vivida por uma parte da sociedade como exaltação, libertação – enfim, como a possibilidade real de construção de novas identidades históricas –, e por outra como um “fim de mundo”. Estas percepções acabaram por dar à crise chilena o caráter de destrutiva e criadora ao mesmo tempo.

Trabalhando com essas referências, Moulian, em um dos seus ensaios, criou para o Chile, entre 1970 e 1973, a imagem de “um país atravessado pela paixão”, onde “festa e drama ocorriam simultaneamente”, como “duas caras de uma mesma moeda”. A festa assumia “a forma de uma catarse vingativa, adotava o caráter de uma vingança por anos de sofrimento, silêncio e impotência”. Segundo Moulian, “não era alegre; tinha a gravidade dos ritos, onde o povo se assume como juiz”; “expressão de uma pulsão escatológica” em que se acreditava ter chegado o “momento do acerto de contas”, momento definidor em que o povo capturava o futuro para si, imagem condensada na idéia de “revolução triunfante”. O drama, por outro lado, materializou-se na “encarnizada batalha política”, na emergência de uma “situação de crise catastrófica gerada e produzida (no seu sentido forte) pelas decisões adotadas, em diferentes conjunturas do processo, pelos atores em conflito”.³⁴

Entretanto, pode-se observar também na leitura destes autores que a noção de crise parcial, que lhes possibilitou compreender o projeto sociopolítico da UP como de democratização não-capitalista e, alternativamente, a natureza das políticas implementadas pelo regime autoritário pós-73 como seu reverso, encontra-se ainda fortemente marcada pela tese da defasagem ou do desajuste entre

desenvolvimento econômico e político. O problema de fundo daquela conjuntura, que possibilitou a vitória da esquerda no Chile, segundo estes autores, era “que a compatibilidade entre o capitalismo atrasado e a democracia parecia chegar ao fim: o ritmo de crescimento econômico não seguia o ritmo das demandas e da mobilização”.³⁵

Se Garretón e Moulian conseguiram construir uma interpretação do período 1970-73 que supera a visão dos protagonistas do processo, desvelando o sentido mais fino das suas ações, o problemático é responder por que tudo foi jogado contra a democracia e por que as forças democráticas como um conjunto não conseguiram evitar tal desenlace. Em relação à esquerda, a questão pode ser reelaborada da seguinte forma: por que o seu projeto de democratização não conseguiu sustentar a ordem democrática vigente? A hipótese que se defende aqui é a de que o projeto de democratização não-capitalista – desencadeador de um processo de “anti-revolução passiva” – também se pautava, ainda que de forma não explícita, pela lógica de superação da ordem democrática vigente no Chile, pois atuava no interior da concepção da defasagem existente na sociedade chilena e opunha, em certa medida, democratização à ordem democrática efetiva, carregando uma perspectiva exaltada do tempo histórico, isto é, entendendo que a contradição derivada da defasagem apenas era passível de resolução num contexto de “revolução democrática” contra a ordem.³⁶

Por esta razão, é extremamente importante convocar aqui a presença de uma outra abordagem a respeito do colapso da democracia chilena, que buscou refletir em torno da discussão da teoria da defasagem. É a abordagem presente nos trabalhos de Eugenio Tironi.³⁷

É questionável, segundo Tironi, que a defasagem possa ser tomada como um elemento explicativo da crise chilena, por três razões básicas: não se trata de um fenômeno particular ao Chile, pois em todas as sociedades, regra geral, há contradições entre escassez de recursos e demandas sociais e, no caso chileno, era natural que, num “despertar de massas”, a defasagem aparecesse como resultado de um retardo no crescimento econômico; a expansão da economia chilena entre 1930 e 1970 evidenciava-se relativamente satisfatória se comparada ao restante da América Latina e aos períodos anteriores da própria história

33 Cf. M. A. Garretón, E. Moulian, “Las fases del proceso”, in: NVAA, *Bibliografía del proceso chileno (1970-1973)*, Santiago, Plasco, 1978, p. 7.

36. Esta hipótese é desenvolvida no último capítulo.

37 Cf. Eugenio Tironi, *La Torre de Babel – ensayos de ética e renovación política*, Santiago, SUR, 1984; e também do mesmo autor, *El liberalismo real*, Santiago, SUR, 1986.

33 Cf. E. Moulian, “La crisis de la izquierda”, in: *op. cit.*, 1984.

34 Cf. E. Moulian, “La Unidad Popular: fiesta, drama y derrota”, in: Jaime Garmun (ed.), *Chile en el umbral de los noventa*, Santiago, Planeta/España de Chile, 1988.

chilena, além de o papel desempenhado pelo Estado chileno favorecer “tendências inequívocas de inclusão social e de redução das desigualdades”; e, por fim, o Chile, objetivamente, não vivia uma situação de estancamento econômico e de desigualdades sociais extremas e crescentes.³⁸

Desta forma, para Tironi, “a constatação da defasagem entre base econômica e expectativas sociais, vigente num sistema democrático, não proporciona pois uma base explicativa satisfatória às convulsões que terminaram com a democracia no Chile”.³⁹ O problema a desvendar passa a ser, então, muito maior do que a própria natureza do projeto sociopolítico da UP. Trata-se de compreender o que, de fato, ruiu no Chile em 1973, algo que abarcava e, possivelmente, explicava o próprio projeto da UP.

Como pano de fundo para que se possam estudar os fatores determinantes da crise e da ruptura de 1973, Tironi opôs a tese da defasagem ou desajuste àquela da *ruptura dos consensos* que caracterizaram a vida social chilena desde os anos 30. Este autor definiu o período compreendido entre as décadas de 1930 e 1973 como uma época em que predominou o que ele chamou de “*arreglo democrático*”, caracterizado por um *ethos* desenvolvimentista no plano econômico, garantidor do processo de modernização da sociedade chilena que, via Estado, possibilitou o desenvolvimento industrial e consubstanciou as pautas integradoras vivenciadas no plano social que substituíram os vínculos de tipo tradicional, permanecendo aí vigente um regime democrático e em crescente ampliação participativa. Esta espécie de *entendimiento tácito*, entre todas as forças sociais e políticas chilenas, foi capaz de dar organicidade ao país por um longo período (40 anos) e demonstrou uma solidez excepcional se comparado ao conjunto da América Latina. Neste período, produziu-se um consenso capaz de preservar o equilíbrio entre industrialização, participação e democracia. O golpe de Estado de 1973, no fundo, evidenciará o esgotamento deste consenso.

Portanto, a *crise de 1973* obedeceu a uma lógica *particular* e não pode ser compreendida nem à luz das chamadas “leis universais” da revolução, nem fixando-se a análise no projeto que a esquerda chilena dizia assumir.

Para Tironi, se a crise se caracteriza como de consenso, é preciso examinar o plano social em que esse consenso foi produzido, preservado e administrado, ou seja, o plano das instituições políticas e da esfera cultural e simbólica da sociedade. Uma crise de consenso deve ser explicada, assim, por fatores princi-

palmente políticos, em seu sentido amplo. Para Tironi, vários fatores atuaram na precipitação da crise chilena. Em primeiro lugar, uma falta de habilidade política das forças de centro, que atuaram não de forma a impedir, muito ao contrário, o clima de polarização político-ideológica. A responsabilidade da Democracia Cristã neste sentido foi integral. Antes mesmo da vitória de Allende, o panorama político chileno estava eivado pela polarização política, expressa na fragmentação máxima da representação política. Na realidade, portanto, a polarização é anterior ao período de Allende.⁴⁰ Tironi observou também que, ao se analisar o processo de democratização chilena – o qual permitiu, especialmente a partir dos anos 50, a interrupção dos fenômenos políticos de massas, derivada da ruptura dos vínculos sociais tradicionais e do processo de modernização econômico-social –, constata-se que, se, por um lado, a incorporação ao sistema político dos setores antes “marginalizados” se fez em grande medida através dos canais partidários, por outro, acentuaram-se as dificuldades dos partidos em absorver tais contingentes e suas demandas, continuando a serem operadas as mesmas coalizões e alianças políticas. A partir de 1950, portanto, sobreveio e passou-se a se aprofundar uma contradição colocada nos seguintes termos: “O sistema de partidos sobrevive com êxito à sua abertura de massas, ampliando com isso as bases da representatividade democrática, mas ao custo de diminuir, ao mesmo tempo, sua capacidade de articulação e sua fluidez na construção de negociações, coalizões e alianças”.⁴¹ Assim, no caso chileno, a ampliação do sistema não resultou na sua consolidação. Este configura-se em mais um caso em que a democratização não resultou em elemento de consolidação da democracia. Direita, centro e esquerda passaram a jogar um jogo de soma-zero, enrijecendo o sistema político. Isso se reforçará pela aventada ideologização do centro, pelos temores cada vez maiores da direita em virtude das pautas sociais – como a reforma agrária – e pela influência ideológica da Revolução Cubana na esquerda chilena, a partir da década de 1960.

Uma outra contradição que emergia de maneira insolúvel na conjuntura eleitoral de 1970, contraditando o desenvolvimento político chileno anterior, referia-se ao fato de o sistema político apresentar-se dividido em três partes quase “incomunicáveis” entre si, que aspiravam à conquista da maioria. Manter as regras do jogo, caso esta maioria fosse conseguida, era algo quase impossível. Por outro lado, a mesma aspiração pela maioria, visando a avanços rápidos e disruptivos, contrastava a tendência de evolução mais lenta e gradualista do

38. Cf. Eugenio Tironi, *La Torre de Babel* ... 1984, p. 14 a 84.

39. Idem, *ibidem*.

40. Idem, *ibidem*. ver também Arturo Valenzuela, *The breakdown of democratic regimes*. Chile, Baltimore/London, The Johns Hopkins University Press, 1978.

41. Cf. E. Tironi, *La Torre de Babel* ... 1984.

sistema chileno, o que acabou por acentuar uma visão purista da política, em aberta contradição com o estilo mais concertacionista do período anterior.⁴²

O confronto entre legalidade e ilegalidade ou extralegalidade das ações políticas, observou Tironi, esteve sempre presente naquele contexto em virtude da contradição que emergia entre mudança social e sistema jurídico-normativo. Este, ao contrário do que se acreditava, não se encontrava adaptado às crescentes mudanças que se operavam no social e demonstrou um maior grau de inflexibilidade do que de possibilidade de abertura em questões mais graves e profundas, além da dificuldade de o sistema representativo estar marcado pela constante sobreposição de realidades políticas em decorrência da obsolescência do seu sistema eleitoral. Ainda sobre os mecanismos institucionais, Tironi chamou atenção para o fato de que o sistema político garantia enormes poderes ao presidente da República, mas também o obrigava a manter apoio amplo no Parlamento. O desajuste cronológico entre as eleições presidenciais e parlamentares prejudicava enormemente a negociação política entre qualquer força política que estivesse na Presidência e o Congresso, dificultando a possibilidade de sucesso de programas de mais longo prazo, o que acabava por deslegitimar o próprio sistema institucional. Pode-se ainda acrescentar que, quanto mais o cenário político se enrijecia, na forma como foi enunciado acima, mais o sistema institucional se via ameaçado. Por fim, observava-se também uma crescente degradação da atividade parlamentar, uma vez que amplos poderes estavam concentrados na mão do presidente da República. A representação parlamentar assumia uma postura defensiva – forte e incisiva quando se pautava pelo bloqueio do programa presidencial – ou atuava como caixa de ressonância de demandas setoriais.

Para Tironi, estes fatores foram fundamentais para precipitar a crise que culminou com o golpe de Estado de 1973, indicando que a sociedade chilena que chegou à década de 1970 estava marcada pela “perversão dos processos que originalmente ela havia se apoiado”. O *arreglo democrático* vivia, assim, o seu esgotamento. A partir do momento em que as chamadas “planificações globais”⁴³

42. Idem, *ibidem*; ver também Jaime Gazmuri, “El Sistema de partidos políticos en Chile en la década del sesenta”, Santiago, Flacso, d.t., n. 53, 1988.

43. A noção de planificações globais foi introduzida na historiografia chilena por Mário Góngora. De acordo com este autor, o período das planificações globais inicia-se, no Chile, em 1964, obedecendo ao “espírito do tempo [que] tende, no mundo todo, a propor utopias [ou seja, grandes planificações] e a modelar o futuro de acordo com elas (...) sem levar em conta a idiossincrasia dos povos nem as suas tradições nacionais” (M. Góngora, *Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX*, Santiago, Ed. La Ciudad, 1981, p. 137-8). O enfoque é basicamente conservador e não consegue explicar

passaram a dominar o cenário político e eleitoral do país, a política chilena inclinou-se para o esgotamento dos consensos nos quais ela havia se assentado.

Se até fins dos anos 60 [afirmou Tironi] se impôs uma imagem catastrófica da situação e da capacidade da estrutura econômica para satisfazer as demandas da sociedade, isso não fazia mais do que colocar a nu um fenômeno distinto: a deterioração do consenso democrático-industrialista e, de forma correlata, a incapacidade do sistema político para edificar concretudes estáveis e estabilizadoras.⁴⁴

Na realidade, pois, gestava-se naquele contexto uma crise no sistema político que passava despercebida até para os olhos mais atentos. Para Tironi, então, “um sistema político onde concorrem unicamente opções de mudança total é obviamente incapaz de gerar consensos básicos; nem mesmo de manter aquelas ‘regras do jogo’ onde repousavam a institucionalidade e a coesão social”.⁴⁵

A origem e a natureza da crise de 1973 não estavam, portanto, para Tironi, na defasagem entre superdesenvolvimento político e subdesenvolvimento econômico, que – se supunha – era o cerne da crise estrutural chilena; nem tampouco na também “impossibilidade” de convivência entre retardo da modernização e democracia política; ou mesmo na suposta “explosividade” do projeto de transformações estruturais da UP que, aliás, não eram mais do que uma radicalização, na perspectiva da sua completude, dos fundamentos do *arreglo democrático*.

A natureza da crise de 1973 residiu no desgaste político-institucional de um sistema que se revelou incapaz de dirigir e de dosar pressões simultâneas advindas dos segmentos sociais recém-integrados ao sistema e daqueles que já faziam parte dele. Assim, a crise de 1973 desenhou-se como uma *crise de direção política* em seu sentido mais amplo, nascendo e desenvolvendo-se muito mais no mundo das concepções das elites políticas do que no mundo real. Para Tironi, “o sentimento de crise era muito mais agudo que a própria crise”; ou “com mais exatidão: (...) a crise passou do imaginário da classe política à ordem real-material e não o inverso”. Por seu “tradicionalismo”, a classe política chilena, “frente aos processos de modernização que sacudiam a sociedade (...) não soube reproduzir mecanismos racionais de regulação política baseados na negociação, na concertação, no compromisso”.⁴⁶

a particularidade do consenso que se esgotava. Consegue, no entanto, apreender que o Chile passava a viver um cenário marcado por proposições de mudanças gerais, vindas dos principais atores sociopolíticos e culturais.

44. Cf. Tironi, *El liberalismo real... 1986*, p. 34.

45. Idem, *ibidem*, p. 34.

46. Idem, *ibidem*, p. 55-6.

Com os trabalhos de Garretón e Moulian, de um lado, e, especialmente, os de Tironi, de outro, supera-se, do ponto de vista da análise, o paradigma da inexorabilidade que marcou as interpretações acerca do desfecho da experiência chilena. Em ambas leituras analisa-se a crise de 1973 como um fato histórico produzido política e socialmente e não como um desígnio inexorável. Para os dois primeiros autores, importou a ênfase no *tempo curto* das conjunturas, no intuito de desvelar o movimento dos atores; para o segundo, o enfoque explicativo privilegiado assentou-se no *tempo largo* da crise de consenso que erodiu o *arreglo democrático* e explodiu no governo Allende.

Através destas interpretações, ultrapassa-se também a visão mecânica, que não distinguia processo e projeto na experiência chilena. Torna-se claro que o projeto sociopolítico da UP e a via chilena ao socialismo não se identificavam integralmente. Ambos, contudo, não podem deixar de ser vistos criticamente como partes do cenário histórico que culminou com o colapso da democracia chilena. Tironi, em especial, procurou reforçar esse ponto, considerando e analisando a crise de 1973 a partir de uma compreensão dos fatores mais problemáticos da cultura política de todas as elites da sociedade chilena. A sua abordagem pode sugerir uma nova leitura do projeto da via chilena ao socialismo. No entanto, devido ao fato de este autor não o ter tomado como seu objeto privilegiado de análise, não fica clara a relação entre os *fundamentos* históricos, teóricos e políticos da via chilena ao socialismo e o que Tironi definiu como *arreglo democrático*, ou seja, o que existia na via chilena ao socialismo que questionava a raiz daquele entendimento tácito e o que o afirmava. Por que o projeto da via chilena e a sua maior expressão – o presidente Allende –, que se formaram no interior da democracia chilena, não conseguiram ser a sua maior sustentação? Em suma, qual o *lugar contraditório* ocupado pelo projeto da via chilena em relação ao esquema, também contraditório, de *atividade e passividade* presente no *arreglo democrático* chileno?

Todas as observações sobre a natureza da crise de 1973 presentes na literatura apresentada na segunda parte deste capítulo impõem, nessa altura, uma leitura da história chilena a partir da década de 1930, a fim de se discutir com mais propriedade o projeto da via chilena ao socialismo e desvendar-lhe o seu sentido mais profundo, bem como verificar as razões também profundas das suas insuficiências. Este é o objetivo do próximo capítulo.

A DEMOCRACIA CHILENA: HISTÓRIA E POLÍTICA

Como boa parte dos países latino-americanos, o Chile viveu, nas décadas de 1920 e 1930, o início do processo que desencadeou a ultrapassagem da forma política de dominação oligárquica. Aqueles foram anos agitados e instáveis, que se desdobraram das duas décadas precedentes marcadas por uma luta de classes aberta entre o proletariado e as classes dominantes.¹ Nas décadas de 1920 e 1930, o sistema político chileno foi atingido por uma profunda crise, com a conseqüente quebra da legitimidade governativa dos partidos políticos tradicionais: o Conservador e o Liberal. Registrou-se também, naqueles anos, a forte presença de setores emergentes urbanos vinculados às classes médias e, sobretudo, ao proletariado, que, a partir daquele momento, passava a se expressar, politicamente, como classe nacional.

A crise da forma política oligárquica ocorreu num momento de acentuado declínio da produção salitreira, depois do auge do final do século XIX. A economia chilena, centrada na exploração do salitre (e, mais tarde, do cobre), revelava-se extremamente vulnerável às oscilações do mercado mundial. O período da I Guerra Mundial e a crise de 1929 afetariam profundamente a economia chilena, provocando uma intensa crise social. As oligarquias, na verdade, deixaram vegetar a crise econômica, sem postular outras alternativas de desenvolvimento. O resultado foi a eclosão de fraturas internas no bloco domi-

1. Ver Charles Hergquist, *Los trabajadores en la historia latinoamericana* – Estudios comparativos de Chile, Argentina, Venezuela y Colombia, Bogotá, Siglo XXI, 1988 (parte II), e também Crisostomo Pizarro, *La huelga obrera en Chile – 1890-1970*, Santiago, SUR, 1986.

nante e a emergência de novos atores políticos que passaram a postular a quebra da forma política de domínio oligárquico. Assim, naquelas duas décadas, selou-se a impossibilidade de as forças políticas tradicionais continuarem a governar o país. As diversas alternativas políticas projetadas neste período exigiam, no fundo, uma reordenação dos pactos de poder.

Do ponto de vista da periodização, os anos de crise da forma política oligárquica no Chile podem ser demarcados em torno do primeiro e do segundo governo do presidente Arturo Alessandri, respectivamente, de 1920 a 1925 e de 1932 a 1938. O primeiro governo de Alessandri foi marcadamente reformador, conseguindo instituir diversas alterações na legislação social e promulgar uma nova Constituição para o país (1925), restabelecendo o presidencialismo como forma de governo. Alçado ao governo pelo apoio de reduzidas frações liberais das elites chilenas, Alessandri, de forma muito prematura, procurou, através do seu estilo político, estabelecer-se como o "protagonista" da restauração do presidencialismo, apelando diretamente às massas populares e criticando agudamente a cultura ilustrada das elites oligárquicas, que, do ponto de vista político, encontrava-se fortemente referida à prática parlamentar. A sua inclinação modernizadora lhe valeu uma oposição, cada vez mais contundente, dos Conservadores. No fundo, Alessandri acenava com uma reordenação integral das relações do Estado com a economia, mas só obtinha apoio das elites no que dizia respeito aos elementos programáticos pontuais do seu projeto.² As suas posturas políticas, contudo, acabaram por acentuar as fraturas existentes no seio das classes dominantes, num momento em que uma alteração profunda na condução do desenvolvimento econômico chileno se fazia imperiosa em virtude da prolongada crise do modelo agrário-exportador. O resultado da conduta política alessandrista foi a perda de apoio entre Liberais e Conservadores e a abertura de um dos momentos mais traumáticos da história chilena, em virtude da anomia política que se seguiu.

Uma fase de aguda e intensa instabilidade política iniciou-se já no final do primeiro mandato de Alessandri, com os levantes militares de 1924 e de 1925. O período conheceu também o governo ditatorial de Carlos Ibáñez (1927 a 1931) e uma rebelião militar dirigida pela jovem oficialidade nacionalista e democrática (a "República Socialista" de 1932), que chegou a governar o país pelo breve período de 12 dias.³ Alessandri foi reconduzido ao poder através de eleições e o

seu segundo período presidencial (1932 a 1938) foi marcadamente repressivo e regressivo.

A direita, formada por Conservadores e Liberais, viu em Alessandri um fator político de restauração da ordem. Nesta fase, a direita já se constituía num ator político defensivo, isolada dos setores médios, sem programa de longo prazo e ameaçada pela ameaça popular. Um ator político defensivo que, no entanto, conseguiu ainda se manter por muito tempo eleitoralmente majoritário, controlando o Parlamento. Após os governos de Alessandri, a direita passou a recusar terminantemente o seu virtual papel de força dirigente na modernização do país, afeitando-se à sua posição defensiva e perdendo a capacidade de compor politicamente com as representações políticas dos novos segmentos sociais que emergiam com a urbanização e a industrialização.⁴

Nesse período de instabilidade da vida política chilena, se as elites dominantes não conseguiram encontrar uma saída própria em virtude das suas fraturas internas e da desconfiança que depositavam no projeto modernizador alessandrista, as alternativas políticas que emergiram mediante golpes de força, lançando mão da intervenção militar, independentemente das suas bases sociais, também não se constituíram em fontes de estabilidade política capazes de instituir um novo pacto de poder. O liberalismo das oligarquias, pautado na recusa da intervenção do Estado quanto às questões econômicas e sociais, não conseguira naquele contexto renovar-se a ponto de constituir-se em novo elemento aglutinador da política e da sociedade. As elites, evitando assumir integralmente a política reformadora alessandrista e afirmando-se em visões tecnocráticas e autoritárias, não deixaram a Alessandri possibilidades de reprodução política no seu último governo e, ao mesmo tempo, ficaram sem condições políticas para interpelar os emergentes setores da vida social chilena. Como força corporativa, sem apelos generalizantes e universais, a direita, por sua vez, fincou-se nos seus domínios ideológicos – o catolicismo tradicional e o aparato cultural e político da Igreja – que, aliados aos mecanismos eleitorais assentados na fraude, foram capazes de lhe assegurar reprodução política.

A VITÓRIA DA FRENTE POPULAR

A segunda metade da década de 1930 conheceu a superação do quadro de instabilidade política, registrando a abertura de uma nova fase na vida política do

2. Cf. T. Moulian, Isabel T. Dujisín, *Discusiones entre honorables: Las candidaturas presidenciales de la derecha (1938-1946)*, Santiago, Flacso, s.d., cap. 1.

3. O primeiro governo de Arturo Alessandri terminou praticamente com o golpe militar de 8 de setembro de 1924, ainda que ele tivesse retornado ao governo em 1925 para, em seguida, renunciar.

4. Cf. T. Moulian, Isabel Dujisín, *op. cit.*, s.d.

país. A realização das eleições parlamentares de 1937, no final do segundo mandato de Alessandri, expressou um novo quadro político. O resultado dessas eleições confirmou a força da direita chilena, com 46,72% dos votos, além de registrar um desempenho eleitoral significativo da esquerda – comunistas e socialistas chegaram a 15,32% – e de manter o Partido Radical na faixa dos 18% do eleitorado.

As eleições parlamentares de 1937 configuraram um novo cenário por duas razões. A primeira deriva da presença político-eleitoral da esquerda através de dois partidos políticos: o Partido Comunista e o Partido Socialista. A partir deste momento é que a esquerda supera o seu isolamento, tornando-se uma força de expressão nacional. Ambos os partidos, então, passam a estar integrados ao sistema político. A segunda razão está diretamente relacionada à primeira. Antes das eleições de 1937, o Partido Radical ocupava no espectro político o lugar da esquerda, pois o Partido Operário Socialista (POS) havia, até então, se mantido praticamente fora do sistema político, e o seu sucessor, o Partido Comunista, havia ultrapassado muito recentemente uma estratégia similar que se pautara pelo enfrentamento de classes. O Partido Socialista, por sua vez, fundado no contexto da República Socialista de 1932, entendia, até aquele momento, como problemática a sua incorporação definitiva ao sistema político. Dessa forma, com a inclusão da esquerda, devido aos resultados eleitorais de 1937, o Partido Radical passou a ocupar o lugar do centro político.

A conjuntura política aberta a partir daí esteve, portanto, por um lado, condicionada aos movimentos da direita e da esquerda em relação ao centro político e, por outro, dependente da racionalidade política do Partido Radical que, embora não fosse majoritário, passou a aspirar à presidência da República. Desse modo, direita e esquerda moviam-se, nesse novo quadro, tendo como principal interlocutor o centro radical. Este, por sua vez, começava gradativamente a especializar-se como um ator político sempre voltado para a negociação entre racionalidades e cálculos polares para, a cada conjuntura, ir definindo suas posições: no final da década de 1930, o PR participava do governo Alessandri e, ao mesmo tempo, inclinava-se para a Frente Popular, uma proposta defendida pelos comunistas, de nítida inspiração na conjuntura internacional de combate à ascensão do fascismo.

Todo o período de instabilidade política vivido pelo Chile, desde 1924, e todas as alterações que a partir daí se processaram no sistema político, principalmente em virtude da emergência em seu interior de uma esquerda relativamente forte, conheceram na conjuntura que se abriu para a realização das eleições presidenciais de 1938 o seu momento de resolução. Nestas eleições, as forças da

direita apostaram na restauração oligárquica com a candidatura de Gustavo Ross, um conservador que havia sido ministro da Fazenda de Alessandri. Até poucos dias antes da eleição, Carlos Ibáñez, tentando apresentar-se como um inimigo das oligarquias, manteve sua candidatura, numa articulação bastante heterogênea, que chegou a abrigar desde socialistas até nazistas. Os Radicais e a esquerda apostaram no sucesso da estratégia da Frente Popular, lançando para candidato radical Pedro Aguirre Cerda.

No entanto, a definição de Cerda como candidato da Frente Popular configurou-se um processo bastante difícil e cheio de ziguezagues. Todos os partidos afirmavam-se em cálculos políticos próprios. Para o PR, a aliança com a esquerda lhe assegurava a indicação do candidato, uma vez que o partido era mais estruturado e majoritário na coligação, o que não ocorreria caso tivesse optado por aliar-se à direita. Em relação à esquerda, o PR contava com o apoio explícito do PC para essa pretensão, e a aliança, no cálculo comunista, só lhe traria benefícios políticos e eleitorais. Um obstáculo colocado diante dos Radicais foi a indicação de Marmaduke Grove pelo PS. A manutenção da candidatura socialista, em todo caso, abriria facilmente o acordo entre Radicais e Comunistas. No entanto, o PS também calculou que perderia se ficasse fora da Frente, abrindo espaço para o crescimento dos comunistas, além de ver diminuídas suas chances eleitorais caso a candidatura de Ibáñez vingasse. As operações políticas de Alessandri foram todas no sentido de enfraquecer a alternativa da Frente Popular, buscando dividir o PR e atraí-lo para uma coalizão de centro-direita. No entanto, isto implicava a retirada da candidatura conservadora de Ross e, por isso, a direita se opôs aos seus intentos. De outro lado, a subalternização dos Radicais à direita configurava-se impossível e, quando Alessandri exigiu que o PR se afastasse da Frente Popular, selou-se definitivamente a ruptura entre os Radicais e Alessandri. Por esse motivo, no interior do radicalismo, permaneceram atuando posições pró e contra a Frente naquela conjuntura. O próprio Aguirre Cerda não era um partidário da aliança com a esquerda. Na Convenção Extraordinária dos Radicais, de abril de 1937, Juan Antonio Ríos, partidário do frentismo, derrotou Cerda. Entretanto, no plebiscito radical para a indicação do candidato do PR, Aguirre Cerda superou Ríos por 7.979 votos contra 6.836. Apenas a partir daí é que Aguirre Cerda assumiu a estratégia frentista e transformou-se no candidato radical, em seguida aclamado como o candidato da Frente Popular.

Inédito como um resultado para o contexto latino-americano da época, Aguirre Cerda venceu as eleições presidenciais chilenas de 25 de outubro de 1938 por uma margem reduzidíssima de votos (4.111), totalizando 50,35%, contra 49,40% de Gustavo Ross. A vitória eleitoral bastante apertada do candidato da

Frente Popular pode ser explicada devido ao alto grau de polarização que ocorreu naquela eleição. A direita estava absolutamente certa da vitória em virtude de sua avaliação quanto aos resultados das eleições parlamentares de 1937. Por outro lado, a retirada da candidatura Ibáñez, pouco antes das eleições, fez com que parte de suas bases apoiassem a candidatura Cerda, apesar de Ibáñez não ter declarado apoio explícito ao candidato da Frente Popular. Porém, o acontecimento pré-eleitoral mais decisivo foi a tentativa de putsch nazista empreendida pelos comandados de Gonzalez Von Marées em 5 de setembro. A repressão ao movimento foi sangrenta por parte de Alessandri, o que fez com que partidários de Von Marées descarregassem seus votos na Frente Popular, que mais fortemente se opunha a Alessandri. Pela margem tão pequena de votos que deu a vitória a Aguirre Cerda pode-se supor que – “ironia do destino” – os votos nazistas talvez tenham sido aqueles que elegeram um candidato de Frente Popular no Chile.

No entanto, não há dúvida de que a vitória do candidato da Frente Popular deveu-se mais a um realinhamento de forças políticas do que propriamente a uma “rebelião eleitoral” de massas, ainda que se deva registrar que, de certa forma, tivesse havido também uma radicalização política dos setores sociais já incorporados ao sistema da cidadania, o que significa dizer uma radicalização das camadas médias.⁵

Para as classes dominantes, a vitória de Aguirre Cerda constituiu-se, de fato, como algo inesperado, evidenciando o equívoco que fundava o seu cálculo político. As elites não compreenderam a força mobilizadora do radicalismo em relação às classes médias, nem o sentido forte do seu apelo às reformas e à intervenção estatal como resolução da longa crise vivida pelo país e a força do seu laicismo como conduta ética. Derrotadas politicamente, as elites perceberam também a distância que as separava dos militares para que pudessem lançar mão de alternativas golpistas com o objetivo de impedir a posse do candidato da Frente Popular. Os militares estavam profundamente desgastados para empreenderem novamente um golpe de força depois de sucessivos pronunciamentos que marcaram o período aberto em 1924.

Com a vitória da Frente Popular e a posse de Aguirre Cerda, selava-se o processo de crise do bloco oligárquico. As forças políticas mais tradicionais eram

5. A vitória da Frente Popular não ocorreu devido a um aumento expressivo do eleitorado. O voto era facultativo e havia mecanismos de deformação da representação (coerção do eleitorado rural), mantendo-se também a exclusão de mulheres e analfabetos. A taxa de participação eleitoral (votos/população) em 1937 era a mesma de 1921, isto é, 20,8%. Cf. T. Moulian, “Violencia, gradualismo y reformas en el desarrollo político chileno”, in VVAA, *Estudios sobre el sistema de partidos en Chile*, Santiago, Flacso, 1987, p. 38 e 40.

desalojadas do poder Executivo e iniciava-se uma nova fase do desenvolvimento político chileno. A partir daí, o desenho da democracia chilena vai sendo configurado de forma ininterrupta – embora marcada por um processo descontínuo mas cada vez mais intenso de democratização política e social –, para ser bloqueada, mais tarde, com a emergência do golpe militar de 1973.

Convém, no entanto, fazer aqui duas observações. Como nos demais países latino-americanos que vivenciaram processos estruturalmente similares nos anos 20 e 30, de ultrapassagem da forma política de dominação oligárquica, a vitória da Frente Popular não significou a ascensão ao poder de um novo ser social que, a partir dele, irá alterar radicalmente os fundamentos da ordem econômico-social. De outro lado, mesmo desalojadas do poder governamental, as forças da direita chilena continuaram mantendo um poder social e político muito grande, principalmente em virtude do controle que tinham sobre a mecânica eleitoral, o que assegurava a sua capacidade de representação parlamentar – a direita manteve-se eleitoralmente expressiva e uma força atuante no Parlamento por todo o período.

A Frente Popular, entendida como coalizão de centro-esquerda, manteve-se na presidência da República por quase uma década, governando o Chile de 1938 até 1947, quando os comunistas deixaram o governo de Gonzáles Videla. Durante todo esse período, a presidência da República ficou nas mãos do Partido Radical, com socialistas e comunistas, embora nem sempre coesos, participando de sucessivos gabinetes ministeriais.⁶

Considerando todo o período, pode-se dizer que a Frente Popular revelou-se como uma fórmula capaz de superar o quadro de instabilidade política dos anos anteriores. Do ponto de vista do desempenho das principais forças políticas nas eleições parlamentares que se seguiram, pode-se notar que Conservadores e Liberais mantiveram a sua representatividade nos mesmos níveis, com um acentado decréscimo na primeira eleição, para depois voltarem aos seus níveis anteriores. Os Radicais, por sua vez, mantiveram sua representatividade em torno de 20% do eleitorado. Os comunistas foram os que mais cresceram, saltando de 4% para 10%, passando a ser, isoladamente, a principal força eleitoral da esquerda. Os socialistas, de outro lado, foram os que mais perderam eleitoralmente, em face das suas divisões internas.⁷

6. O PS participou de todos os governos da Frente Popular. O PC decidiu pela participação apenas no final do período, quando constituiu com os radicais a Aliança Democrática, em 1946. Um ano mais tarde, o governo Gonzáles Videla o colocaria na ilegalidade com a decretação da Lei de Defesa Permanente da Democracia, de 1947.

7. Cf. T. Moulian, T. Tujías, *Discusiones*, s.d., o Partido Socialista Auténtico obteve 3,6% em 1943 totalizando 17,8% a votação socialista.

Quanto às eleições presidenciais, houve um decréscimo da votação do candidato da Frente Popular no último pleito (1946), quando comparado às vitórias alcançadas em 1937 e 1942. Em 1942, Juan Antonio Rios obteve 55,96% contra 44,04% de Carlos Ibáñez, candidato apoiado pela direita; em 1946, Gonzáles Videla conseguiu 40,23%, enquanto Eduardo Cruz-Coke alcançou 29,81% e Fernando Alessandri 27,42%, ambos apoiados pela direita, e o socialista Bernardo Ibáñez apenas 2,54%. Desta forma, a votação de Videla, em 1946, foi menor que a de Cerda (50,47%) e bastante inferior à de Rios. Se somadas as votações de Cruz-Coke e Alessandri (57,23%), a direita teria vencido as eleições presidenciais em 1946, superando a sua maior marca, a de Ross (49,40%), em 1938.⁸

Ainda que não tenha, então, representado uma revolução política e social, a Frente Popular significou uma viragem profunda na história contemporânea do Chile. A partir daí, o Estado entrou definitivamente em cena como um fator de desenvolvimento econômico e de justiça social, respondendo aos anseios mais diversos da sociedade e desferindo um golpe profundo no liberalismo que pautava a conduta das oligarquias chilenas. Aguirre Cerda, num discurso comemorativo ao Primeiro de Maio de 1939, em que assumiu a defesa de criação da CORFO (ver mais adiante), explicitou as suas divergências frente às elites ao caracterizar os fundamentos do seu governo:

Nossa coalizão de governo não é destrutiva, mas essencialmente construtiva, e o comportamento dos partidos que a formam convencerá os capitalistas que sua finalidade é a do interesse da pátria acima de toda outra consideração... O governo popular não acredita na "mão invisível" de que fala Adam Smith e confia na ação direta, preventiva, coordenadora e executora do Estado. O Estado passa a desempenhar o papel dinâmico e empreendedor que, em outros países, teve o empresário privado na promoção do crescimento econômico e que, no nosso país, não soube ou não pode assumir.⁹

A Frente Popular constituiu-se e afirmou-se, assim, a partir de dois grandes objetivos estratégicos: industrialização promovida pelo Estado e democratização. É importante notar aqui que esta era uma pauta inovadora para o contexto latino-americano, pois os processos de modernização nesses países utilizaram-se, em geral, de um padrão autoritário de intervenção estatal, limitando ou cerceando a expressão organizada das classes subalternas. No caso chileno, a incorporação dessas classes sociais à cidadania ocorreu como obra política pela institucionalização do conflito. Não houve, assim, no processo histórico chileno, uma fratura

excessivamente acentuada entre as dimensões política e social da cidadania, diferenciando-o da maioria dos casos latino-americanos. A partir da Frente Popular houve, de fato, uma gradual intensificação da democratização política e social, com apreciáveis avanços no terreno das liberdades políticas e nos direitos sociais relativos à saúde pública e à previdência. Os resultados, como se verá, não foram integrais quanto à incorporação de todos os segmentos das classes subalternas nas diversas dimensões da cidadania, mas o fato é que se instaurou uma dinâmica social e política muito difícil de ser revertida ou anulada.

No que se refere à intervenção estatal na direção dos processos econômicos, o que ocorreu no Chile foi que, como já mencionado anteriormente, as elites dominantes perderam a oportunidade histórica de se constituírem na classe dirigente da modernização. Isto porque, do ponto de vista econômico, não se aproveitou o auge exportador salitreiro do final do século XIX, e, do ponto de vista político, devido ao comportamento dos dirigentes políticos da direita na crise aberta nos anos 20. Esse papel coube, então, às forças políticas coligadas na Frente Popular.

A natureza política da coalizão da Frente Popular implicava transformar o Estado em fator de desenvolvimento e justiça social, conectando-o às demandas de reforma e democratização. Desta forma, pode-se dizer que entre 1938 a 1947 um processo de *aggiornamento* marcaria o desenvolvimento capitalista chileno: reconversão (ainda que parcial) do antigo empresariado em relação às suas atividades econômicas e emergência de um novo segmento neste setor; reorientação de investimentos para o parque industrial; criação de infra-estrutura; e inclusão da classe operária, via institucionalização do conflito, num contexto de democracia política, com o Estado arbitrando os conflitos trabalhistas e preocupado em promover o acesso dos setores sociais mais carentes à previdência, educação e saúde.

Com a Frente Popular afirmou-se, assim, o processo de superação da crise do modelo primário-exportador mediante a iniciativa daqueles governos no sentido de modernizar as estruturas econômicas do país, estimulando a industrialização substitutiva. A criação da CORFO (*Corporación de Fomento*), em 1939, foi emblematicamente as mudanças que se processaram. A partir da CORFO, o Estado passou a ter funções explicitamente empresariais e financeiras, intervindo e investindo diretamente em diversas atividades econômicas, além do tradicional setor de obras públicas. Este foi o fato qualitativamente novo de maior relevância da Frente Popular no âmbito econômico. Isso implicou diretamente a criação de inúmeras empresas estatais, o que causou as maiores divisões quanto ao apoio dado pelos empresários industriais ao projeto da CORFO. No entanto, na medida em que tais iniciativas do governo foram objeto de dura negociação com os setores organizados da sociedade chilena — dos setores empresariais à CIOCH (Confedera-

8. *Idem*, *ibidem*.

9. Cf. Christian V. Urzúa, *La democracia: la praxis de la*, Santiago, Chile, 1987, p. 148.

ção dos Trabalhadores Chilenos, criada em 1936) –, o apoio a elas foi se generalizando. A aprovação integral do projeto governamental de intervenção do Estado na economia evidenciou muito bem o equilíbrio em que estava pautado o governo da Frente Popular: de um lado, a manutenção do poder agrário era essencial para os latifundiários representados pelos Conservadores e Liberais e, desta forma, a Frente Popular arrefeceria a luta pela sindicalização camponesa; de outro, a industrialização e a presença ativa do Estado na economia eram vitais para as forças da Frente Popular, contraditando a visão atrasada do liberalismo oligárquico.¹⁰

Reformistas no plano social, democráticos no político e industrializantes no econômico, de toda forma, os governos da Frente Popular conseguiram realizar transformações sem precedentes na história do Chile. Ainda que não tenham conseguido quebrar inteiramente a resistência à modernização e o poder político dos latifundiários, pode-se dizer que os maiores beneficiários de todas as transformações operadas pela Frente Popular foram os setores empresariais da emergente burguesia industrial e as camadas médias urbanas.

Assim, sem uma revolução burguesa de tipo “clássico”, de resto estranha às realidades históricas do continente, a emergência de um capitalismo de feição industrial veio à luz também no Chile pelas mãos do Estado. No entanto, o processo através do qual isso ocorreu foi marcado por uma trajetória política muito particular devido ao caráter das forças políticas que ascenderam ao poder a partir de 1938. Com a Frente Popular, o Estado não foi apenas fator de desenvolvimento econômico, mas também um fator de democratização política e de justiça social. É preciso ressaltar que isso se operou em função não apenas da coligação de centro-esquerda, mas inclusive devido às pautas que caracterizaram o Partido Radical a partir do momento em que passou a ocupar a presidência da República. No Chile, a força promotora da industrialização foi o *centro reformista*. O seu êxito só poderia ser garantido caso maximizasse a postura que conectava desenvolvimento e justiça social em contexto de democracia política, sendo que até o final do período ele conseguiu de certa forma realizar essa política, estruturando, assim, um determinado padrão de conduta e de identidade que vai marcar a história política subsequente. Para além das limitações que revelou, o centro reformista, via Estado, conseguiu levar adiante simultaneamente a industrialização e a democratização político-social, criando um terreno propício para o entendimento entre burguesia, classe operária sindical e politicamente organi-

10. Cf. Oscar M. Gonná, *Chile y su industrialización: pasado, crisis y opciones*, Santiago, Cieplan, 1988, especialmente cap. IV.

zada e os setores das camadas médias ligadas ao desenvolvimento industrial, à urbanização e ao aparato de Estado.

Assim, tendo o Partido Radical como centro político referente, a fórmula estável da Frente Popular cristalizou uma visão da democracia, em que o elemento de cálculo dos atores sociais era decisivo frente às funções que o sistema político passou a facultar-lhes. De forma sumária, pode-se dizer que o sistema político organizava a participação dos grupos que podiam ascender à luta política, limitando-os ou excluindo-os, em alguns momentos, mas, no geral, permitindo-lhes uma cota de poder de pressão; permitia a institucionalização do conflito social, submetendo-o a uma ordem universalista (a democracia no plano formal) e/ou politizando-os numa dimensão aceitável, tornando-os assim objeto do jogo aparentemente global de negociações; estava desenhado para fazer indispensável a negociação mediante a distribuição balanceada de atribuições nas diversas instâncias do Estado ou através do sistema proporcional, gerando interesses em dele participar pela cota de representação que se podia obter e pelo virtual atendimento dos mesmos (pelo sistema proporcional era muito difícil uma maioria clara, gerando pressões para o compromisso político); e impunha o gradualismo nos projetos de transformação da sociedade em virtude da complexidade do campo de forças. O funcionamento desse sistema requeria obviamente o equilíbrio cêntrico que o Partido Radical se especializou em desempenhar.¹¹

Moderação política e ênfase no desenvolvimento capitalista foram os elementos-chaves que permitiram ao centro político tornar-se o eixo pelo qual se superaria a forma oligárquica de poder no Chile. De um lado, ele foi, gradativamente, demonstrando que a sua ênfase estatista não existia para ocupar, com uma burocracia estatal ou com uma novíssima classe empresarial, o lugar das antigas elites. O importante era injetar dinamismo na economia, sendo que o Estado cumpriria o papel de proteger estes setores dinâmicos. Com o passar do tempo, demonstrava-se que o controle estatal da vida econômica e social e a tendência para um Estado de bem-estar criavam um espaço de interesses comuns, gerando um clima de tolerância entre as classes dominantes. Por outro lado, depois do fracasso da República Socialista dos 12 dias e da virada no interior dos comunistas, a esquerda reorientara sua política, deixando de ser uma força extra-sistema e adotando uma racionalidade estratégica interessada na sua participação no sistema e na defesa ativa da democracia política, terreno em que ela podia expressar as demandas específicas da sua base e as aspirações globais por

11. Cf. M. A. Garratón, J. Moulian, *Procesos y bloqueos*, in op. cit., 1979.

mudanças mais profundas. Independentemente de todas as discórdias no interior da esquerda chilena, tanto comunistas quanto socialistas passaram a defender a "revolução democrática" como etapa prévia à construção do socialismo.¹²

Entretanto, a natureza moderada do centro político, fortemente negociadora em todas as suas políticas implementadas, estimulava a política defensiva à direita, pois lhe possibilitava resultados efetivos, e obrigava a esquerda a permanecer numa estratégia de compromisso, acarretando uma espécie de neutralização dos programas de modernização e democratização. Isso significava que o programa de reformas-chave, pretendido pela esquerda, não poderia ser aplicado em sua totalidade. Podem-se apontar três aspectos básicos em que isso ocorreu. O primeiro refere-se à modernização da estrutura fundiária, móvel básico da política defensiva da direita. A reforma agrária não foi incluída na pauta de implementação da Frente Popular, assim como a sindicalização camponesa, que permaneceu obstaculizada pelos entraves legais. O segundo diz respeito à questão das nacionalizações das riquezas básicas da economia nacional. Nesse aspecto, a conjuntura internacional de luta contra o nazismo e o fascismo, que se prolongou com a II Guerra Mundial, não favoreceu a apresentação desse ponto como um elemento forte da política da Frente Popular. Esses dois aspectos demonstram muito bem as limitações quanto a uma modernização radical da economia chilena. Finalmente, o terceiro aspecto relaciona-se ao programa de reformas na legislação eleitoral, que implicava efetivamente uma maior participação política. Este também se viu frustrado, uma vez que não era interesse do Partido Radical a sua concretização, pois os Radicais igualmente usufruíam das deformações do sistema eleitoral para manter a sua representação política.¹³

AS RESTRIÇÕES À DEMOCRACIA

O final dos governos de Frente Popular ocorreu num cenário internacional inteiramente diverso daquele em que havia surgido: é o início da "guerra fria". O período que se segue é caracterizado pela exclusão dos comunistas, com a decretação da Lei de Defesa Permanente da Democracia (1948); apresenta os socialistas profundamente divididos, o centro radical debilitando-se em seu dinamismo e uma direita politicamente fortalecida.

No final dos anos 40, embora a coalizão de centro-esquerda tivesse sido rompida no decorrer do governo Gonzáles Videla (1947-1952), não se pode afirmar que houvesse se configurado um processo de "restauração", ou mesmo uma conformação de centro-direita à testa do governo. O término da Frente Popular representou, na verdade, a abertura de uma fase de "democracia restrita", que só pôde prevalecer num contexto de crise geral do sistema partidário chileno e, ainda assim, a direita não conseguiria se impor como força política autônoma na presidência da República nas eleições de 1952. Num primeiro momento, ela teve de manter uma postura de negociação com o centro (1948 a 1952), e, num segundo momento, se viu forçada a atuar no terreno movediço do governo conduzido por Carlos Ibáñez (1952 a 1958).

Este período de restrições às liberdades políticas (1947 a 1957), com a decretação da exclusão dos comunistas e a promulgação de diversas leis restritivas à atividade sindical, evidencia com clareza que não se pode ver o desenvolvimento da democracia chilena de maneira linear e contínua. Na fase seguinte, quando então restabelecem-se todas as liberdades, o sistema político voltou a se reorganizar, com o fortalecimento dos partidos e dos movimentos sociais.

Sintomático, então, do momento de crise, a vitória eleitoral de Carlos Ibáñez, em 1952, foi considerada um "terremoto" no sistema político e partidário chileno. No entanto, é explicada por diversas razões. A direita chilena, que no final do período de Gonzáles Videla passou a pactuar com o centro, chegando então ao governo, não apostou novamente na candidatura Ibáñez em 1952. A sua tentativa de impor seu programa ao governo Videla não conseguiu enfeixar uma aliança sólida com o centro porque as suas exigências eram sempre de curto prazo, no sentido de atender às demandas corporativas de suas bases sociais. A aposta num caminho próprio levou, assim, a direita a lançar como candidato Arturo Matte, representante típico do mundo dos negócios vinculado à política. Por outro lado, a impossibilidade de um acordo duradouro com a direita e a fratura com a esquerda levaram o Partido Radical a apresentar um candidato próprio em 1952, dependendo assim das suas próprias forças, que giravam em torno de 20%. A esquerda, por sua vez, com o Partido Comunista na ilegalidade e os socialistas inteiramente divididos (com uma parte — o Partido Socialista Popular — apoiando a candidatura Ibáñez), apresentou-se às eleições de forma bastante debilitada. O resultado dá a vitória a Ibáñez, com 46,8% dos votos.¹⁴

12. Extraem-se esses argumentos de E. Moudlan, "Violencia, gradualismo y reforma...", *in* op. cit., 1965.

13. *Ibidem*.

14. Nas eleições de 1952, a direita, com Arturo Matte, obteve 27,8%, os Radicais, com Pedro Alfonso, 20% e Salvador Allende, pela esquerda, 5,5%; cf. A. Braun op. cit., 1972.

Inorgânico em relação às classes fundamentais e avesso às representações partidárias e ao esquema de negociação político-social da fase anterior, Ibáñez apresentou-se politicamente como uma liderança de corte populista, levando na sua campanha um discurso favorável a medidas antiimperialistas e outras de caráter justicialista. O seu estilo político era o da interpelação direta, sem mediações, entre Estado e sociedade. Ibáñez tentou ser simultaneamente o crítico das estruturas econômicas, das oligarquias e do jogo político que caracterizara o período anterior conduzido pelos Radicais. Por essa razão, conseguiu atrair tanto aqueles que, à esquerda, postulavam uma “democratização substantiva” quanto os que se pautavam por uma crítica autoritária e elitista da democracia chilena. No entanto, a sua estratégia, marcadamente intervencionista, não possibilitava um acordo seguro para a direita. Ele não poderia ser, portanto, o candidato da “contra-reforma” das elites. Assim, sucessivamente, no seu governo foram colocadas em prática políticas estatistas e liberais, de esquerda, de centro e de direita, sem que se pudesse anotar uma lógica interna que o consubstanciase. Ao lado de medidas de corte social que aumentaram a intervenção do Estado, sobrevieram desequilíbrios macroeconômicos de monta, explicitando o esgotamento da chamada etapa “fácil” das substituições de importações.¹⁵

A opção de política econômica feita por Ibáñez, a partir de 1956, jogou o seu governo num ambicioso plano de estabilização econômica que, não contando com dirigentes políticos que fizessem mediações com o conjunto do empresariado, redundou em tremendo fracasso.

O plano de estabilização econômica, conhecido como programa da Missão Klein-Saks, foi elaborado por um grupo de economistas norte-americanos que, no Chile, assessoraram os membros da equipe governamental. O programa de estabilização, seguindo à risca o receituário do FMI (Fundo Monetário Internacional), propunha reformas no sentido da liberação crescente da economia, com a contenção dos gastos públicos e dos salários, supressão dos subsídios governamentais, liberação das importações e drásticas reduções do crédito bancário, além de medidas de caráter tributário. A adoção dessa política econômica jogou por terra todas as promessas do programa eleitoral e mesmo ações governamentais de cunho social feitas por Ibáñez, que lhe deram a esmagadora vitória, primeiro nas eleições presidenciais e depois nas primeiras eleições parlamentares do seu governo, conhecidas como o “vendaval de 1953”.

15 Cf. J. Moulian, “Tensiones y crisis política: análisis de la década del sesenta”, in VVAA, *Estudios sobre el sistema de partidos en Chile*, Santiago, Flacso, 1987.

No plano social, o movimento operário chileno – que no início do período Ibáñez já se mobilizara contra a criação de uma central sindical oficialista (um dos projetos de Ibáñez depois do esgotamento da CTCH), e na conjuntura anterior ao programa de estabilização já buscava ações unitárias (as greves de 1954 e 1955) contra o desemprego e por salários melhores – declarou sua oposição ao programa, desencadeando uma greve geral em 1956. Esse último movimento, não tão exitoso quanto os anteriores, levou o governo a reagir com uma onda de repressão muito forte ao movimento sindical, o que rompeu definitivamente qualquer vínculo seu com a massa de trabalhadores. Nesse contexto de ressurgimento das lutas do movimento operário, a esquerda empreendeu uma nova tentativa de unidade, com a criação da Frente de Ação Popular (FRAP) em 1956, logo fortalecida pela unificação dos socialistas em 1957.

Os setores empresariais chilenos, por sua vez, depois de um fervoroso apoio inicial ao programa de estabilização, tornaram-se ardorosamente críticos à sua continuidade a partir do momento em que algumas medidas do programa passaram a afetar os níveis de demanda e a política monetária começou a restringir a oferta de créditos no mercado. Na verdade, o programa se inspirava numa visão global de desenvolvimento do capitalismo e não nas reivindicações diretas de muitos dos setores do empresariado. Assim, reagindo corporativamente e recusando-se a sacrificar o curto pelo longo prazo, os empresários organizaram-se numa “frente política”, repercutindo imediatamente nos partidos Liberal e Conservador que, no Parlamento, passaram das críticas ao programa ao abandono da ortodoxia estabilizadora.¹⁶ Evidentemente, a lógica dos partidos da direita, nessa conjuntura, respondia também ao problema das eleições presidenciais que se aproximavam, o que implicava afastar-se da política de Ibáñez.

Nota-se, então, nessa fase de restrições às liberdades políticas no Chile, que o objetivo da direita foi o de aumentar o grau de coerção política, com a exclusão de um dos partidos anti-sistema (os comunistas), e estruturar um bloco político com o centro. No entanto, isso revelou-se impossível por duas razões básicas. Em primeiro lugar, porque uma aliança de centro-direita para a eleição de 1952 implicava quase que certamente o apoio da direita a um candidato radical nas próximas eleições presidenciais. Ela, contudo, rejeitou essa saída e preferiu o caminho próprio, perdendo aquela eleição num dos momentos que lhe era mais favorável, em virtude da desarticulação do sistema partidário. Em segundo lugar, porque a exclusão dos comunistas – que, “ameaçadoramente”, nas eleições

16 Cf. J. Moulian, *Democracia e socialismo en Chile*, Santiago, Flacso, 1981, p. 115.

municipais de 1947, haviam obtido 17% dos votos – não representou nem o cancelamento do sistema representativo nem tampouco sua deslegitimação. Isso significava que as forças políticas ainda teriam de se submeter à competição para poderem impor as suas estratégias. Um projeto de modernização de largo prazo era decisivo para a direita, ainda que fosse um projeto de “contra-reforma” de caráter burguês. Contudo, aquela direita era mais anti-reformista do que modernizante, o que não lhe proporcionava grandes ganhos do ponto de vista eleitoral num contexto de crítica contundente à restauração oligárquica que o governo Ibáñez também comportou. O final do período demonstrou que um pacto duradouro com o centro não se efetivou porque faltou sintonia entre o projeto de “contra-reforma” da direita – que no fundo pretendia suplantar os entraves oriundos da legislação social e do processo de democratização, impondo uma “visão ideal” de desenvolvimento capitalista – e a ideologia desenvolvimentista do centro, que atuava no sentido de superar estruturas e formas arcaicas de produção que, segundo os Radicais, geravam injustiças sociais e estancamento econômico.¹⁷

Mesmo assim, para a direita, a experiência da Missão Klein-Saks evidenciou todas as potencialidades de um governo próprio e, desde que dirigido por um representante do setor empresarial, era possível pensar num programa de largo prazo de redirecionamento da economia e da ação estatal. Produto dessa visão e ainda um tanto fragilizada do ponto de vista da representação, medindo-se a evolução do seu desempenho eleitoral, a direita despendeu todas as suas energias na candidatura de Jorge Alessandri para as eleições presidenciais de 1958. Entretanto, como se verá mais adiante, a situação política sofreria, naquele mesmo ano, grandes alterações.

A ESQUERDA NA FASE DE “DEMOCRACIA RESTRITA”

No campo da esquerda, a fase de “democracia restrita” provocou algumas alterações significativas, sendo importante examiná-las para se compreender o lugar que esta vai ocupar no quadro político e eleitoral a partir do final dos anos 50.

Com o término dos governos de Frente Popular e com a desarticulação que isso significou para a esquerda, o movimento operário e popular somente voltou a atuar com desenvoltura a partir de meados da década de 1950, com a decretação

de greves gerais e de movimentos de massa. Nesse contexto interno e sob o impacto dos desdobramentos da “guerra fria” e, posteriormente, do XX Congresso do PCUS de 1956, processaram-se reorientações na política da esquerda chilena que iriam repercutir nas suas ações e projetos, do final dos anos 50 até a vitória de Allende em 1970.

As “lições” da Frente Popular e a ilegalidade experimentada a partir de 1947 levaram os comunistas a elaborar uma estratégia mais definida para as transformações que pretendiam para o país. Foi a partir desse momento que se passou a falar de uma *via chilena ao socialismo*, embora esse discurso e essa linha política só viessem a se afirmar, em definitivo, na década de 1960.

O marco cronológico na história dos comunistas chilenos que definiu essa nova estratégia foi o seu X Congresso, realizado em abril de 1956, logo após a realização do XX Congresso do PCUS, que validou, mundialmente, a estratégia das “vias nacionais”. No entanto, já na IX Conferência Nacional do PC chileno, em setembro de 1952, ratificava-se o projeto de “libertação nacional”. O percurso trilhado pelos comunistas chilenos quanto à temática da sua via nacional obedeceu a uma lógica própria que percorreu a década de 1950. Desta forma, no que se refere à realidade interna do país, não se deve anotar um seguidismo automático do PC chileno em relação ao PCUS, embora quanto à sua ligação com o chamado MCI (Movimento Comunista Internacional), comandado pela URSS, bem como quanto ao lugar da ortodoxia marxista-leninista, o PC chileno tenha sido um dos partidos mais conservadores.

A partir dos anos 50, a estratégia do PC chileno era a da revolução de libertação nacional, sem que, do ponto de vista programático, houvesse uma alteração substantiva das chamadas tarefas da revolução: permaneceram no seu programa a expropriação dos latifúndios e a nacionalização das indústrias imperialistas. A política a ser implementada para a concretização dessa estratégia passava, contudo, por uma reavaliação crítica e autocrítica do período da Frente Popular. No entanto, manteve-se da fase anterior, como elemento desse programa, a intenção estratégica de aliança com a burguesia nacional, afirmando-se a concepção de que no Chile o caminho poderia ser pacífico. É a partir daí que, para os comunistas, a via chilena ao socialismo poderia ser construída por meios legais e não-armados. O tema da luta armada, embora latente, permaneceu como um discurso que se reportava às dimensões da teoria e era considerado como uma alternativa de último recurso. O que vai ser alterado significativamente na política dos comunistas chilenos, a partir dos anos 50, é a concepção da aliança com a burguesia nacional. Para eles, a partir do último governo radical, no contexto de emergência da “guerra fria”, havia terminado a etapa histórica de direção da

17 Cf. T. Moulian, I. Dujisin. *Discusiones...*, s.d., p. 321.

Frente de Libertação Nacional por parte da burguesia chilena. A aliança com a burguesia só seria segura optando-se pelos setores que se apresentassem como antagônicos ao imperialismo, aos monopólios e ao latifúndio. Para que isso se efetivasse, a esquerda deveria então constituir uma sólida aliança comunista-socialista que pudesse atrair, pelo programa apresentado, esses setores da burguesia nacional. Dessa forma, o que se deveria objetivar era a *hegemonia* do proletariado na Frente de Libertação Nacional. A proposta de alianças políticas alterou-se, indicando-se como seu núcleo o eixo comunista-socialista. Era requisito indispensável, de acordo com os comunistas, que a “classe operária e suas vanguardas” fossem o pólo dirigente da revolução de libertação nacional.¹⁸

Em síntese, os comunistas concebiam um movimento no qual era essencial uma política de alianças pluriclassistas para a revolução de libertação nacional, no bojo de um processo que acentuasse a participação de massas, levando-se em conta as suas lutas de classe mais diretas. Para que ambos se efetivassem, defendiam reformas substanciais nas estruturas políticas do país, de forma a que se restaurassem todas as liberdades políticas, com vistas a um aprofundamento do processo de democratização.

Sob o influxo do XX Congresso do PCUS, que admitia a “transição pacífica” rumo ao socialismo, o PC chileno passou a ver legitimado, teoricamente, o seu percurso realizado na década de 1950, bem como a não-excludência entre libertação nacional, democracia e socialismo. O seu X Congresso ratificou plenamente a luta no interior do sistema político, propondo avanços graduais rumo ao socialismo. A partir de então, o PC tornou-se, de fato, uma das forças políticas que mais se empenharam na defesa de propostas de reformas políticas e institucionais de cunho democratizante, visando aperfeiçoar o sistema institucional.

Na fase de “democracia restrita”, o PC chileno demonstrou uma imensa capacidade de elaborar e de colocar em prática uma política popular de redemocratização do Estado, bem como de apontar para a importância de se preservar e se solidificar o regime democrático, dentro da sua estratégia de libertação nacional.

Contudo, é importante ressaltar aqui que parece equivocado identificar, nesta e nas fases subseqüentes até o governo Allende, a posição adotada pelos comunistas chilenos quanto à questão da democracia com aquela assumida pelos comunistas italianos na mesma época, consubstanciada na expressão “democra-

18 Cf. Carmelo Fucci, *The Chilean communist party and the road to socialism*, London, Zed Books, 1984, cap. V, também T. Alonso Dairs, “La política del Partido Comunista desde la post-guerra a la Unidad Popular”, in A. Varas (comp.), *El Partido Comunista en Chile*, Santiago: Cesco-Flacso, 1988.

cia progressiva”, cunhada pelo então secretário-geral do PCI, Palmiro Togliatti. Não apenas a realidade histórica e política da Itália pós-fascista era diversa, como também a elaboração e finalidades da política togliattiana eram basicamente distintas daquelas propostas pelos comunistas chilenos. Embora o discurso togliattiano também padecesse das mesmas marcas doutrinárias características dos comunistas chilenos, a afirmação dos valores da democracia como instituidores de uma “tendência”, isto é, “de uma democracia aberta a todo novo desenvolvimento possível”, configurava-se uma formulação bastante distinta daquela que pretendia conduzir uma “revolução de libertação nacional”. Togliatti falava de uma “programação democrática” de “reformas estruturais”, conduzidas pelo “método democrático”, com vistas à superação do capitalismo. A finalidade da democracia não era, portanto, a conclusão de uma etapa de libertação nacional rumo ao socialismo. Tratava-se da “renovação de toda a vida nacional” e dos conseqüentes resultados disso para a vida econômica e social das classes subalternas. Mais ainda, em 1964, Togliatti chegou à formulação de que a democracia era a “base inquebrantável do Estado republicano”, bem como uma “norma” daquele Estado que deveria ser observada “em todos os seus desenvolvimentos futuros”.¹⁹

O limite indelével posto ao nexo democracia/socialismo na estratégia do PC chileno constituía-se precisamente no coração da sua própria estratégia, ou seja, na temática da libertação nacional, ainda que o PC se configurasse como a força política da esquerda chilena que mais organizada e sistematicamente defendia a democracia. Naquele contexto, o PC, de fato, colaborou decisivamente no sentido de impulsionar o retorno do Chile a uma situação democrática, sem exclusões, e limitada ao aprofundamento.

Nos anos de restrição à democracia, o Partido Socialista chileno viveu também uma importante inflexão histórica. Nascido da experiência histórica da “República Socialista de 1932”, o PS, ao lado do PC, era a outra força de esquerda mais significativa do país. É importante frisar que o Partido Socialista surgiu no Chile depois do Partido Comunista. Emergindo em 1933, depois de um *putsch* militar, o PS abrigava em seu seio diversas correntes ideológicas, desde tendências trotskistas, passando por tendências anti-oligárquicas, populistas, latino-americanistas, até personalidades intelectuais advindas do anarquismo e do chamado “socialismo humanista”. A sua origem não foi, portanto, o movimento

19 As citações aqui utilizadas são de escritos de Togliatti elaborados entre 1956 e 1964, cf. Palmiro Togliatti, *Escritos políticos*, México, Editorial Era, 1971, parte III, *Últimos anos*.

operário, nem o jogo político parlamentar. Originariamente, o PS afirmou-se pelo apelo “nacional-popular”, mesclando um forte sentimento latino-americanista e revolucionário, fundado no marxismo. Seus temas identificadores afirmaram-se na luta de classes, na destruição do Estado burguês e na implantação de um “Estado de trabalhadores”, privilegiando sempre a realidade específica do Chile que, para os socialistas chilenos, era o mesmo que pensar a construção de um socialismo latino-americano. Por essa razão, os socialistas chilenos sempre foram críticos da experiência soviética de construção do socialismo sob o stalinismo e, conseqüentemente, críticos da adesão dos comunistas chilenos à política exterior da URSS. Rejeitando qualquer seguidismo, acolheram como válidas para a construção do socialismo as tentativas de iugoslavos, chineses e, mais tarde, cubanos. Como aparece explícito na sua declaração de princípios, o PS definia sua identidade, desde a origem, como um partido “revolucionário e de classe”.²⁰

Em virtude do seu próprio aparecimento e das opções que fez na conjuntura do final da década de 1930, ingressando na Frente Popular, o PS foi também uma força política que de forma muito decisiva contribuiu para que a esquerda chilena adentrasse ao sistema político e vivenciasse a experiência de governo. Esta foi também a razão mais profunda de todas as suas crises e freqüentes fissuras internas. O problema apresentava-se sempre quanto ao comportamento das suas lideranças em relação à política geral do partido. A questão que sempre esteve presente foi a de conectar o processo de reformas dos governos de Frente Popular e a perspectiva de construção do socialismo. As críticas ao “seguidismo” em relação à política centrista (PR) estiveram sempre presentes nas suas crises e dissensões internas. Ultrapassada a fase da Frente Popular, os socialistas continuaram a viver dissensões internas, tendo como pano de fundo a questão da sua identidade originária.²¹

A ruptura mais séria e mais profunda no interior do socialismo chileno ocorreu em 1948, após a decretação da Lei de Defesa Permanente da Democracia pelo governo Gonzáles Videla. Era extremamente problemático que socialistas apoiassem esta e outras leis que foram promulgadas contra o movimento operário e sindical. Um grupo de socialistas, no entanto, permaneceu no governo, mantendo consigo a sigla partidária, ou seja, Partido Socialista do Chile (PSCH).

20. Para uma história do PS chileno ver Julio César Jobet, *Historia del Partido Socialista de Chile*, Santiago, Ediciones Documentas, 2. ed., 1987, e também Ignacio Walker, “Del populismo al leninismo y la ‘inevitabilidad’ del conflicto: el Partido Socialista de Chile (1933-1973)”, *Santiago, Cieplan*, n. 91, 1986.

21. Para uma visão geral das dissidências no PS, dos anos 40 aos anos 60, ver T. Moulian, *Democracia y socialismo*... 1983, p. 193, nota 16.

Esse grupo continuou agregando as principais lideranças sindicais da extinta CTCH, como Bernardo Ibáñez, dirigente sindical simpático ao sindicalismo norte-americano. A outra parte do socialismo chileno fundou o Partido Socialista Popular (PSP), em oposição ao governo, e passou a qualificar o PSCH de “colaboracionista”.

As divisões internas ocorridas no socialismo chileno nos anos 40 provocaram um acentuado declínio na sua representação eleitoral e estimularam, nas correntes socialistas que se mantiveram na oposição ao último governo do período da Frente Popular, um duplo movimento com vistas ao resgate da identidade socialista. Fortaleceu-se, de um lado, uma tendência, já presente no socialismo chileno, de procurar um caminho que criasse o “partido de todo o povo”, exacerbando um viés de origem, isto é, a sua inclinação nacional-popular. Isto fez com que uma parte dos socialistas se aproximasse do movimento jbanista. O antilancismo acabaria por empurrar os socialistas populares para o populismo. O PSP, como já indicado, vai apoiar a candidatura de Ibáñez à presidência da República em 1952. Ao lado da afirmação nacional-popular, explicita-se, também, nessa atitude dos socialistas populares, toda a ambigüidade referente ao tema da democracia. Diante desta, importava mais, como fator de identidade própria, a afirmação das temáticas do social, do nacionalismo e do antiimperialismo.

Neste momento, contudo, emergiu também uma outra perspectiva de identidade para o socialismo chileno. Diversa quanto à compreensão das tarefas fundamentais e quanto aos horizontes da política socialista, manteve-se fiel à postura classista dos socialistas e à temática da revolução. Trata-se da formulação elaborada por Eugenio González, que estava expressa no Programa de 1947. Contrariando um dos pontos da formulação original do socialismo chileno, que tratava a democracia como apenas um “instrumento temporário útil”, e toda a ambigüidade daí gerada (os socialistas falavam em luta armada mas haviam participado dos governos da Frente Popular), González foi um dos poucos dirigentes socialistas a expressar uma visão não-instrumental da democracia, conectando-a à sua visão da revolução socialista no Chile. González, ao afirmar uma concepção ética fundada no “humanismo socialista”, assinalava que a revolução socialista não se antepunha à revolução burguesa, mas a aprofundava em suas dimensões positivas. Assim, não havia, segundo González, uma oposição entre liberalismo político e socialismo democrático. O socialismo, para González, era “revolucionário” por seus objetivos, por ser anticapitalista e antitotalitário, e seus meios deveriam ser adequados aos fins perseguidos. Nas suas próprias palavras: “(...) só utilizando os meios da democracia pode o socialismo alcançar seus fins sem que eles sejam desnaturalizados”. Pode-se notar claramente que o

pensamento de González afirma, em linhas gerais, os pressupostos da política que estará presente na ação de Salvador Allende quando este expressou o seu entendimento sobre a *via chilena ao socialismo*. A política dos socialistas não deveria, segundo González, distanciar-se em nenhum momento da questão democrática: “Ainda que bastante defeituosa”, dizia González, a democracia chilena guardava “em si os fatores do seu aperfeiçoamento ulterior”.²²

Na conjuntura do início dos anos 50, a primeira tendência anunciada acima foi a que prevaleceu no interior do socialismo chileno. A segunda ficaria amortecida durante duas décadas, ressurgindo por alguns momentos, para emergir no contexto do governo da Unidade Popular através da política expressa pelo presidente Salvador Allende. De qualquer forma, o apoio emprestado a Ibáñez na primeira metade da década de 1950 representou a última tentativa de conciliação entre marxismo e populismo no socialismo chileno. Esta aventura dos socialistas populares redundou, contudo, num imenso fracasso. O seu desempenho eleitoral foi muito pequeno nas eleições parlamentares de 1953, não atingindo os 10%, fazendo com que este segmento percebesse, rapidamente, que Ibáñez havia se afastado das propostas que os tinham levado a firmar a aliança de 1952.

Entre 1953 e 1957, os socialistas viveram assim um momento de redefinição, culminando com a reunificação do partido. Uma nova linha política marcou esse momento de inflexão na história do socialismo chileno. Trata-se da linha de *Frente dos Trabalhadores*, adotada no XVI Congresso do PSP, que passou a ser a linha política da reunificação em 1957. Esta nova linha política afirmava, como um imperativo das circunstâncias latino-americanas, que as grandes transformações econômicas da revolução democrático-burguesa – reforma agrária, industrialização, libertação nacional – se realizariam (nos países latino-americanos) através da revolução socialista. Uma vez que a burguesia nacional não demonstrava capacidade de realizar a sua própria revolução, a revolução socialista teria como tarefa os seus objetivos próprios (socialização dos meios de produção) e aqueles de uma revolução democrático-burguesa caracterizados pelas transformações econômico-sociais e políticas alinhadas acima.

Com tal definição da revolução chilena, os socialistas enfeixavam um duplo ataque: primeiro, à política dos Radicais, e depois, à política de alianças defendida

pelos comunistas. Em relação aos primeiros, os socialistas retiraram-lhes qualquer qualificação progressista, passando a considerá-los representantes do latifúndio e do capital financeiro. Quanto aos comunistas, a crítica recaía sobre o etapismo presente na estratégia de libertação nacional. Para os socialistas, essa estratégia obstaculizava o avanço do socialismo, porque pressupunha uma aliança com as forças políticas da burguesia nacional, subordinando as forças de esquerda ao centro. Entretanto, como visto anteriormente, esta definição, naquele momento, constituía-se um equívoco dos socialistas, uma vez que os comunistas já propunham uma outra abordagem do tema das alianças e defendiam que seu núcleo era o eixo comunista-socialista, ainda que guardassem a mesma posição quanto à sua estratégia geral.

Mesmo assim, acabou prevalecendo entre os socialistas a adoção de uma consigna intermediária: entre revolução socialista e revolução democrático-burguesa, os socialistas afirmaram a idéia de uma “revolução democrática de trabalhadores”, com vistas à constituição de uma “República Democrática de Trabalhadores”. A concepção original da Frente de Trabalhadores nasceu guardando a idéia de que, no Chile, a revolução deveria ser democrática e classista, porque seria dirigida pelos trabalhadores. Sem ser socialista, essa revolução promoveria a nacionalização das riquezas básicas do país e dos bancos, a reforma agrária e a sindicalização dos camponeses, a estatização dos monopólios e a real democratização do Estado, criando as condições para o socialismo.

Como enfatizou-se acima, o programa dos socialistas não se distinguiu muito daquele dos comunistas. A questão da ênfase classista dada pelos socialistas era trabalhada na estratégia da Frente de Libertação Nacional dos comunistas nos termos da hegemonia da classe operária na revolução de libertação nacional. A diferença, contudo, estava no fato de que, para a revolução de libertação nacional, os comunistas esperavam contar com as forças definidas como progressistas da burguesia nacional, e defendiam a via pacífica, enquanto os socialistas enfatizavam a prevalência do elemento de classe como motor de uma revolução que, em suas tarefas, prepararia a construção do socialismo, rejeitando a etapa democrático-burguesa, ainda que sob hegemonia do proletariado. Mesmo assim, na década de 1950, através da autocritica dos caminhos percorridos nas décadas anteriores, da proximidade programática e da agenda política colocada diante da esquerda chilena – reunificação do movimento sindical (CUT 1953), lutas de massas (greves gerais de 1954, 1955 e 1956) e a necessidade da redemocratização política do país –, comunistas e socialistas passaram a buscar uma composição eleitoral, visando principalmente às eleições presidenciais de 1958.

22. Eugenio González participou da República Socialista de 1932, da fundação do PS em 1933 e foi seu secretário geral em 1948. Eleger-se senador em 1949 e permaneceu na vida política como tal até 1957, para retirar-se dela depois e se dedicar à vida acadêmica, chegando a ser o Rector da Universidade do Chile. Cf. J. Walker, op. cit., 1986, p. 34-41.

A REDEMOCRATIZAÇÃO E A VITÓRIA DA DIREITA

Os anos de 1957 e 1958 registraram o final da fase de “democracia restrita” e o início de um forte impulso de democratização que marcaria a década de 1960 e o início dos anos 70. No final da década de 1950, em virtude das dificuldades econômicas pelas quais passava o país, derivadas do fracasso da política econômica de Ibáñez, gerou-se um clima profundamente favorável às mudanças políticas.

No final do período Ibáñez, comunistas e socialistas agrupados na FRAP,²³ aliados a forças políticas de centro no Parlamento, formaram o *Bloco de Saneamiento Democrático*, impulsionando uma ampla campanha por reformas políticas, que objetivava o aperfeiçoamento da estrutura de representação política. Seus pontos básicos eram a supressão da Lei de Defesa Permanente da Democracia e uma profunda reforma eleitoral, instituindo, dentre outras normas, a cédula única de votação, objetivando eliminar a corrupção e a fraude. A intenção era diminuir o poderio político do localismo, causa da sobre-representação das zonas rurais no sistema político. Retomava-se, em novos termos e numa nova conjuntura, o tema da reforma eleitoral, frustrado nos tempos da Frente Popular.

A direita imprimiu uma tenaz resistência àquelas reformas, auxiliada pelas freqüentes ameaças de veto feitas pelo governo Ibáñez durante os debates parlamentares. Temia-se, evidentemente, uma liberalização mais extensiva que favorecesse eleitoralmente a esquerda. Tudo isso fazia aumentar as vacilações de setores centristas que mantinham algum vínculo com o governo (Partido Radical e Partido Agrário-Laborista). Ao lado destes, contudo, emergia uma nova força de centro, a Falange Nacional,²⁴ que, na defesa de princípios democráticos, postou-se radicalmente contra a exclusão dos comunistas e cumpriu, frente às outras forças de centro, um importante papel de mediação. Após uma longa e aguda discussão no Parlamento, cercada por manobras do governo e da direita, a supressão da legalidade dos comunistas foi derrocada em 1958, bem como

23. Sobre a composição integral da FRAP ver T. A. Daire, “La política del Partido Comunista...”, in: op. cit., 1988, p. 168.

24. A Falange Nacional formou-se de uma dissidência de jovens conservadores contrários à candidatura de Gustavo Ross à presidência da República em 1938. Até meados dos anos 50, não conseguiu superar os 4% nas eleições parlamentares. Apesar da pequena representação, participou de diversos gabinetes ministeriais entre 1942 e 1952. Em 1957, a Falange Nacional foi a base da criação do Partido da Democracia Cristã Chilena (PDC); cf. N. Lechner, op. cit., 1970, p. 86-91; ver também Ricardo A. Yacovlevsky, “La Democracia Cristiana Chilena: trayectoria de proyecto”, in: *Revista Mexicana de Sociología*, ano XI VIII/II, 2.º abril-junio de 1985.

aprovadas as reformas eleitorais que minimizavam a coerção, a corrupção e a fraude nas eleições.

A direita encerrou essa fase de “democracia restrita” perdendo uma oportunidade histórica magnífica no sentido de constituir-se na vanguarda da modernização do país. Fracassou na aliança com o centro radical, recusou ir até o fim na aventura econômica ibanista e, finalmente, não conseguiu sustentar o esquema restritivo à democracia pluralista. Se a sua postura anti-reformista possibilitasse um princípio de ordem tanto geral quanto específico, com o qual pensava promover a sua concepção restrita de democracia, revelava também a sua incapacidade em postular e afirmar sua hegemonia num esquema de democracia pluralista.

O período que se abre com as reformas políticas e eleitorais de 1957-58 encontrou novamente unido o movimento sindical (CUT), bem como a esquerda (FRAP), que, vitoriosa politicamente no plano parlamentar, emergirá no novo cenário como uma força autônoma considerável. O período conheceu também a emergência forte de um novo e moderno reformismo – a Democracia Cristã –, que ganharia rapidamente o seu lugar no centro político. No entanto, após permanecer vinte anos afastada do posto maior da República, foi a direita que conseguiu vencer as eleições de 1958, obtendo 389 mil votos, o equivalente a 31% do eleitorado.

Essa vitória pode ser explicada pelo quadro eleitoral bastante fragmentado que se formou, com quatro candidaturas demonstrando potencial de vitória. Isto indicava uma recuperação do sistema partidário. A direita venceu a eleição presidencial porque a propensão a amplas coalizões inexistiu, o que gerou uma dispersão bastante equilibrada de votos.²⁵

As duas grandes surpresas dessa eleição foram o desempenho da esquerda e a aparição da Democracia Cristã como uma alternativa de poder, suplantando a votação dos Radicais. Com esta última, passou a se desenvolver no sistema do pluralismo polarizado chileno um *duplo centro*, configurando-se então um novo quadro político e partidário.²⁶

No campo da esquerda, o desempenho de Allende favoreceu a estratégia comunista do “caminho pacífico”, fortalecendo a consigna comunista “*hacia un gobierno popular*”. O programa eleitoral levado pela FRAP expressava aspectos essenciais de uma etapa de transição ao socialismo,²⁷ embora do ponto de vista

25. Cf. F. F. Moulian, F. Dupuy, *Discusiones...*, s.d. Nas eleições presidenciais de 1958, Alessandri obteve 31,6%, Allende 28,9%, Frei 20,1%, Rossay 13,6% e Zamorano 3,2%; cf. C. Fuenf, op. cit., 1984, p. 79.

26. Ver sobre isso F. Gazzoni, op. cit., 1988, e F. Moulian, op. cit., 1985.

27. O programa da FRAP abarcava: unidade operário-camponesa; reforma agrária; nacionalização democrática.

organizacional representasse mais a linha dos socialistas, uma vez que abrigava apenas correntes de esquerda. Para o PC, o eixo comunista-socialista deveria atrair para si outras forças democráticas e progressistas. Já os socialistas entendiam que caberia aos trabalhadores o impulso e a direção de uma revolução democrática, e, por esse motivo, pretendiam manter a FRAP com sua matriz original.

O governo de Jorge Alessandri, a partir de 1958, reproduziu o mesmo espírito de suspeita e rechaço à política partidária que Ibáñez havia expressado. A vitória de Alessandri representou uma opção da direita por um “governo próprio”. Independente das alterações vividas pelo país – “redemocratização” e realinhamento partidário –, a direita, mesmo com um terço do eleitorado, preferiu manter a sua opção original, recusando qualquer aliança para além do seu campo. Com Alessandri, a política da direita estruturava uma nova racionalidade. A sua lógica modernizante passava pela afirmação da técnica e pela rejeição da política, até mesmo aquela voltada para o atendimento dos interesses corporativos do empresariado. A sua abordagem da modernização do país era bastante diversa daquela implementada pelos Radicais (intervenção do Estado e defesa do mercado interno) à testa dos governos da Frente Popular.

Alessandri assumiu um projeto de modernização, guiado “pelo alto”, em consonância com a lógica transnacional do capitalismo, estruturando sua política econômica na atração de investimentos estrangeiros e no estímulo às importações de bens de capital e matérias-primas que permitissem um aumento de produtividade e uma modernização do setor industrial, com vistas a um incremento da exportação desse setor. Adotou uma política cambial que fixava o preço do dólar no mercado interno, além de drásticas medidas contra a inflação, reduzindo-a de 33,3%, em 1959, para 9,7%, em 1961. Alessandri, no fundo, procurou colocar ao empresariado o desafio de aumentar a produtividade e se modernizar. A dinamização do setor industrial era a forma pela qual ele acreditava que o setor poderia resistir à abertura do mercado nacional aos produtos estrangeiros, ou seja, modernizavam-se os processos produtivos com auxílio de tecnologia e de insumos industriais estrangeiros, a fim de torná-los competitivos no mercado nacional e inclusive internacional. Nesta política havia, portanto, uma perspectiva geral para o desenvolvimento do capitalismo chileno que, ao se verificar bem as coisas,

tização, independência da política externa e solidariedade com as lutas pela independência nacional; cf. Daire, 1988. Sobre as alianças e o discurso da esquerda neste período, ver Enzo Palero, “Clases, crisis política y el problema del socialismo en Chile”, in: R. B. Zenteno (coord.), *Clases sociales y crisis política en América Latina*, México, Siglo XXI, 1977, p. 204-312.

era bastante lúcida, já que o movimento operário no Chile revelava possuir uma força de pressão e de negociação muito grandes, o que dificultaria uma estratégia de acentuada intensificação do trabalho para o “salto” que se pretendia dar.²⁸

No entanto, os resultados da política alessandrista revelaram-se desastrosos. Déficits na balança comercial impulsionaram crises da balança de pagamentos, e a política do câmbio fixo caiu por terra, com a decretação de sucessivas desvalorizações da moeda. Na prática, os setores industriais utilizaram-se do câmbio fixo e das franquias creditícias mais como recurso especulativo do que como de dinamização da produção. A inflação também retornou, pesando agudamente sobre os trabalhadores, em virtude da incapacidade da agricultura abastecer o mercado interno. Importador de alimentos, a população do Chile crescia 2,5% ao ano, enquanto a produção agrícola aumentava apenas 1,8%. No final de 1961, o esquema governamental estava abalado e era impossível sustentá-lo sem apoio parlamentar. Alessandri tentou, então, confeccionar uma aliança com os Radicais, formando, em 1962, a *Frente Democrática*. No entanto, naquele contexto, tal aliança não lhe trouxe grandes benefícios, já que, como mencionado, o centro político havia sofrido uma alteração significativa com a emergência da DC.

O fracasso da política alessandrista evidenciou, contudo, muito mais do que um desacerto de política econômica: foi o resultado de uma suposição equivocada. Alessandri supôs que o empresariado chileno era dotado de vitalidade inovadora, capacidade de gestão e estratégia de longo prazo. O Chile, neste aspecto, não se diferenciava do conjunto da América Latina, onde a ausência de uma “ruptura burguesa” engendrou, no interior das classes dominantes, o que podemos chamar, recorrendo à terminologia gramsciana, de “*transformismo*”.²⁹ No Chile, as “novas” classes empresariais provenientes da industrialização conjugaram-se com as antigas, aproveitando-se do poder político e social preexistente. Assim, mesmo com a industrialização, os setores do latifúndio continuaram a prevalecer política e ideologicamente entre as classes dominantes, a despeito do dinamismo econômico do setor industrial. A emergência de um capitalismo de corte industrial não gerou, portanto, um empresariado de feição nova, independente dos setores tradicionais e do Estado, que pudesse impor, como visão de sociedade e como norma, a concorrência e o mérito na construção de um novo bloco dominante. Desse modo, a natureza do bloco dominante no Chile se fez, tributária,

28. Cf. T. Moulian, *Democracia y socialismo*, 1983.

29. Cf. A. Gramsci, op. cit., 1976, p. 39-40.

cultural e politicamente, da arquitetura tradicional que estruturava as classes dominantes. Não é por outra razão que predominava, no interior dessas classes, uma visão aristocrática, hierarquizada, corporativa e particularista da vida social, implicando a ausência de uma vocação hegemônica. Isto as tornava muito mais afeitas a representações partidárias tradicionais: as elites chilenas sempre sentiram-se muito mais confortáveis em partidos como o Liberal e o Conservador do que naqueles de feição mais moderna.

Aberta a fase da modernização do país, as elites chilenas, carentes de vocação hegemônica, revelaram uma imensa incapacidade de elaborar, implementar ou mesmo aderir a um projeto geral de desenvolvimento para o capitalismo que subordinasse os interesses corporativos aos ligados à lógica global da reprodução capitalista. As classes dominantes chilenas sempre viram o Estado mais como um fator de ordem do que de regulação social e de “plano” econômico. Quando a estratégia estatal para a economia e integração social foi imposta no processo de modernização chilena (1938), estas classes assumiram uma postura inteiramente defensiva. Como já visto, no momento em que delas se exigiu uma postura ofensiva, na qual deveriam primar os interesses gerais e não os corporativos, estas se abstiveram. O caso da política alessandrista ilustra mais ainda esse fato. O “governo próprio” da direita mergulhou o país em desequilíbrios econômicos que, seguramente com o apoio do empresariado, poderiam ter sido suplantados. A “fuga para frente” tencionada por Alessandri, ou seja, a superação da presença estatal na economia, idealizou um projeto de modernização que não contou com agentes reais. Alessandri não compreendeu que a proteção estatal, como processo já instaurado e não integralmente dirigido pelas classes dominantes, estava mais enraizado na mente e nas ações do empresariado industrial chileno do que supunha o seu discurso tecnocrático. A modernização via intensificação da produção, com o objetivo de instaurar a hegemonia do capital através do ímpeto e do desempenho na produção de bens, não era, pois, um interesse imediato de classe para o setor de ponta do bloco dominante.³⁰

Fracassando em seu “governo próprio”, incapaz de se reproduzir politicamente e submetida outra vez a um quadro de democracia pluralista, a direita voltou à posição defensiva vivenciada na fase anterior, procurando reestruturar-se, em meio a um acentuado declínio eleitoral, para poder voltar a se apresentar como uma alternativa política autônoma de caráter nacional. Neste contexto, abriu-se o espaço para experiências de reordenação integral do país.

30. Cf. T. Moulian, *Democracia y socialismo...*, 1983, e também E. Tironi, *op. cit.*, 1986, parte I.

A DC PROPÕE UMA ALTERNATIVA GLOBAL

Como desdobramento de todo o processo político-social que caracterizou o fim do ciclo dos governos de Frente Popular e da fase de “democracia restrita”, o Chile vai conhecer na década de 1960 processos que afetariam fortemente o sistema político: uma imensa ampliação da representatividade política,³¹ em paralelo a um aprofundamento do realinhamento político-partidário que havia se iniciado na década anterior, assim como a abertura da chamada fase das “alternativas globais”, com a emergência da Democracia Cristã.

O quadro político-partidário alterou-se profundamente nesta fase com a emergência de um *duplo centro* e de um processo político tendente à polarização, já que os partidos demonstravam capacidade de recrutamento no eleitorado, demarcando muito fortemente suas posições.

No âmbito da esquerda, por sua vez, o início da década de 1960 esteve marcado pela polêmica entre comunistas e socialistas frente às vias de acesso ao poder. No PC, prevalecia o caminho pacífico e a linha de alianças para o cumprimento da etapa de libertação nacional. O desempenho do candidato da FRAP, em 1958, colaborava para esta compreensão e, devido ao fracasso do governo da direita, imaginava-se como certa a vitória de um candidato apoiado pela FRAP nas eleições presidenciais de 1964.

Distribuição dos votos entre as principais forças políticas

Ano/tipo de eleição	Direita	Democracia Cristã	P. Radical	Esquerda
1960 (munic.)	30,83	14,59	20,93	19,72
1961 (parlam.)	31,38	15,19	22,14	22,87
1963 (munic.)	24,57	22,78	21,56	24,27
1965 (parlam.)	12,87	43,60	13,71	23,31
1967 (munic.)	14,50	36,47	16,45	29,35
1969 (parlam.)	20,82	31,05	13,59	29,36

Fonte: Jaime Gazmuri, *El sistema de partidos políticos en Chile en la década del sesenta*, Santiago, FLACSO, dt. n. 53, 1988, p. 22.

31. A massa potencial de votos passou de 20% (1949) para 50% (1970) e a taxa de eleitores inscritos cresceu 500%, passando de 10% para 40% em relação à população; cf. Martínez y Tironi, *op. cit.*, 1983, p. 41. Nesse período, além do voto feminino (1949) e da cédula única (1958), instituiu-se, em 1962, o voto obrigatório e, em 1970, estendeu-se o direito de voto aos maiores de 18 anos.

Já no PS, em virtude da Revolução Cubana, prevalecia um discurso que enfatizava a inevitabilidade da confrontação de classes e a proximidade da insurreição. Os socialistas rejeitavam a política de alianças do PC e pautavam-se pela crítica ao gradualismo, à ilusão frente à “democracia burguesa” e à legalidade institucional. Como um partido de “soma de conflitos”, a sua inserção no sistema político configurava-se como a possibilidade de dar dimensão nacional aos conflitos sociais que emergiam no país e que iriam ter resolução, pelo menos teoricamente, num contexto de agudização derivado de uma estratégia insurrecional.³²

No entanto, contrariando esta tendência predominante entre os socialistas, o seu XX Congresso de fevereiro de 1964 descartou a via insurrecional e manifestou confiança nos resultados da eleição presidencial que estava por vir. A presença de Salvador Allende nesse contexto foi decisiva para a inversão operada. Allende, contra uma campanha de “terror” desencadeada pela direita, pronunciou-se claramente pela defesa da democracia representativa, afirmando a intenção de defendê-la caso a esquerda chegasse ao governo.³³ Mesmo assim, após esse Congresso, um informe do Comitê Central do PS, ainda de maneira ambígua, afirmava: “Enfrentemos as eleições, pois existem condições favoráveis para ganhá-las, e, porque ganhando-as, elas devem abrir uma nova etapa no desenvolvimento da revolução chilena. Mais do que isso, porque objetivamente não existe outra opção”.³⁴

As decisões desse Congresso desdobraram-se também em outros planos. Em virtude de suas resoluções, um grupo de jovens socialistas (JSC) de Concepción abandonou o partido, e, mais tarde, em 1965, participou da formação do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). Também em 1965, formou-se, a partir do próprio PS, uma tendência militarista – o grupo “ELENOS” (Exército de Libertação Nacional), com treinamento militar em Cuba, sendo que alguns de seus integrantes chegaram mesmo a combater com Che Guevara na Bolívia. Posteriormente, em 1971, esse grupo incorporou-se definitivamente ao Partido Socialista.³⁵

Entretanto, a maior mudança no quadro político-partidário que o Chile viveria nos anos 60 não vinha nem da esquerda nem da direita, mas sim do centro do espectro político. Como já dito, a partir da eleição presidencial de 1958, a Democracia Cristã, em ascensão, passou a dividir o centro político com o Partido Radical.

32. Cf. Enzo Faletto, *Algunas características de la base social del Partido Socialista e del Partido Comunista (1958-1973)*, Santiago, Flacso, d.t., n. 97, 1980, p. 30 e 31.

33. Cf. E. Walker, op. cit., 1986.

34. *Ibidem*.

35. Apenas como detalhe e observação à margem, Bratitz (“Tati”) Allende, filha de Salvador Allende, é uma das integrantes dos ELENOS; cf. E. Walker, op. cit., 1986, p. 76.

Nascido principalmente a partir da Falange Nacional, o surgimento do PDC (1957) foi parte da rearticulação do sistema partidário chileno no final dos anos 50. Os democrata-cristãos carregavam, assim, uma importante herança. Em primeiro lugar, não nasciam estranhos às elites políticas, já que os falangistas marcaram presença em diversos governos, malgrado a sua representatividade diminuta. Em segundo lugar, uma vez que vinham de uma ruptura geracional no interior do catolicismo chileno – o PDC representava uma força jovem, mas já integrada ao mundo da política –, e encontravam-se espelhados na renovada postura da Igreja Católica do pós-guerra, inclinada à evangelização do mundo moderno, em especial das massas proletárias, a Democracia Cristã aparecia como renovadora da concepção católica do mundo e da política. No partido afirmou-se um corpo ideológico de natureza “teocêntrica”, tendo o catolicismo como a “religião dos pobres”, algo que imprimiu um novo sentido de ética baseado numa convivência humana, com o objetivo de conquistar a justiça social. Para os cristãos, então, a DC configurava-se num partido que vinculava estreitamente as opções de natureza pública com os objetivos de salvação pessoal.³⁶

Esta face renovadora impunha, cada vez mais, sua marca, ultrapassando até mesmo o âmbito da cultura católica, pois os democrata-cristãos demonstravam possuir sensibilidade política para intervir nas diversas dimensões da vida política chilena. Em 1957, os falangistas, como indicado anteriormente, desempenharam um relevante papel no contexto das lutas pelas reformas políticas. Porém, foi em torno dos chamados dilemas estruturais da sociedade chilena, após os fracassos de Ibáñez e Alessandri, que a Democracia Cristã passou a constituir-se numa alternativa nacional, ao assumir, tanto analítica quanto programaticamente, a perspectiva desenvolvimentista elaborada pelos economistas cepalinos. Desta referência, a Democracia Cristã buscou os elementos para a construção de uma visão global e totalizadora dos desequilíbrios econômicos e sociais que marcavam a sociedade chilena. A temática e a abordagem cepalina formaram, com a já citada nova postura católica, a imagem da Democracia Cristã como uma força política de mudança e modernizadora. Essa sensibilidade e a capacidade de formular e expressar, em linguagem simples e clara, projetos factíveis para questões consideradas essenciais para enfrentar o atraso e o subdesenvolvimento econômico chileno foram elementos decisivos para o seu crescimento político e eleitoral.

Emergindo numa conjuntura política em que a racionalidade cooperativa do período da Frente Popular era rejeitada e, portanto, numa conjuntura de crise de

consenso tendente à busca de alternativas globais, e imersa numa cultura política marcada também por elementos utópicos e fundamentalistas, da qual o ideário dos democrata-cristãos não fugia, a Democracia Cristã pôde combinar um recrutamento social heterogêneo e policlassista e, ao mesmo tempo, afirmar uma ideologia muito bem definida. Assim, a unidade partidária da DC foi sendo confeccionada “por cima” dos interesses dos variados grupos sociais que passaram a aderir ao partido, fixando-se na sua dimensão ideológica.³⁷

Crítica ao capitalismo e reformista, antipragmática e alternativista, a Democracia Cristã fundou uma nova política de centro no Chile. Atuando como alternativa aos extremos no espectro político e assumindo a perspectiva de construção de uma nova sociedade, diversa tanto do capitalismo como do socialismo, este partido configurou-se, de fato, num centro diferente porque, ao mesmo tempo, afirmava-se cêntrico e excêntrico.³⁸

A DC apareceu, assim, no cenário político da década de 1960 e, decisivamente, nas eleições presidenciais de 1964, como uma força política renovadora e em certo sentido moderna, com um programa original, fundado em proposições concretas de transformações profundas da sociedade. Na linguagem da DC, estas transformações configurariam uma “revolução em liberdade”, uma alternativa global ao estado de coisas que imperava no país. Com a vitória nas eleições presidenciais de 1964, a DC transformou-se rapidamente no maior partido político do Chile. No entanto, a sua chegada ao governo ocorreu menos em função dela mesma e mais em razão da forma pela qual se postaram os atores políticos naquela conjuntura.

Em meados da década de 1960, a direita, terminando o seu governo bastante desgastada, temia que a ameaça de 1958, em que a esquerda esteve muito próxima da vitória, se concretizasse em 1964. Isso muito provavelmente aconteceria caso a eleição presidencial fosse realizada sob um quadro tripartido de forças, ou seja, com a divisão do eleitorado entre a direita, o centro e a esquerda.

Embora o sistema político, àquela altura, se apresentasse recortado em quatro forças principais, com a emergência do duplo centro (PR e DC), a suposição de que, com um quadro tripartido, haveria a possibilidade da vitória da esquerda se confirmou numa eleição complementar para deputado na província de Curicó, ao sul do Chile.³⁹ Na verdade, foi nessa eleição que, pela primeira vez, o quadro

37. Idem, *ibidem*.

38. Cf. T. Moulian, *Democracia y socialismo...*, 1983, p. 141.

39. Na eleição complementar de Curicó, a direita somou 32,6%, o centro 27,2% e a esquerda 39,3%; cf. Gazmuri, *op. cit.*, 1988, p. 34.

político-eleitoral se apresentou dividido em três terços. Após a vitória da esquerda, ocorreu a aproximação entre direita e centro democrata-cristão, levando o quadro partidário para a bipolarização.

Aterrorizada com essa possibilidade e percebendo o equívoco do seu movimento de aproximação em relação ao centro – o governo Alessandri havia procurado uma aliança com os Radicais, mas quem crescia no centro era a Democracia Cristã –, a direita renunciou à candidatura própria, numa atitude declaradamente defensiva, mesmo ciente da impossibilidade de negociar condições para influir no programa e no virtual governo da DC.

A opção defensiva da direita alterou essencialmente o quadro político para as eleições presidenciais de 1964. A Democracia Cristã aparecia, então, como a única alternativa para evitar o triunfo da esquerda que, agrupada na FRAP, lançava novamente Salvador Allende como seu candidato. A eleição presidencial de 1964 apresentou-se, assim, basicamente polarizada em dois campos, fazendo com que Eduardo Frei, da DC, superasse Allende, obtendo a maioria absoluta dos votos.⁴⁰

A Democracia Cristã chegou ao poder postulando uma alternativa global para a crise da sociedade chilena. O seu programa de governo voltava-se para a realização de um conjunto de reformas estruturais, tais como as reformas agrária, bancária e urbana, a “chilenização” do cobre, o estímulo à industrialização, a redistribuição da renda e a integração social através da organização dos setores populares. Meses após a sua posse, isto é, em março de 1965, nas eleições parlamentares, a Democracia Cristã deu um salto de quase 30% na sua representatividade eleitoral, transformando-se no maior partido chileno. Em maio de 1965, na sua Primeira Mensagem ao Congresso, o novo presidente da República, Eduardo Frei, afirmava que a possibilidade de êxito da democracia de inspiração cristã residia na consciência de que o continente sul-americano vivia uma “revolução revolucionária” porque, segundo o presidente, a ordem atual configurava-se numa organização social, econômica e política de opressão a 75% da população. Depois de afirmar que a democracia, salvo exceções, somente representava o grupo dirigente, Frei asseverava que era necessário enfatizar a palavra “revolução”, uma vez que, “nas condições atuais do continente”, já não havia mais tempo para recorrer à “evolução”, concluindo em seguida: “O processo revolucionário não vai começar. Ele já começou”.⁴¹

40. Frei atingiu 55,4%, Allende 39% e Durán (PR) 5%; idem, *ibidem*, 1988.

41. Cf. N. Lechner, *op. cit.*, 1970, p. 125.

Na verdade, contudo, não era uma revolução que se iniciava, mas todo um ciclo de reformas anti-oligárquicas, desenvolvimentistas e modernizantes, aberto com a Frente Popular em 1938, que se queria concluir. A DC, de fato, enfrentou corajosamente o principal tema pendente de todo esse largo processo: a questão da reforma agrária e da sindicalização camponesa. De acordo com o enfoque democrata-cristão, a questão fundamental era resolver uma situação clara de injustiça social, de exclusão política e criar condições para que o capitalismo pudesse se desenvolver no campo, conectando-o com o aprofundamento do processo de industrialização. Afetava-se, assim, de uma forma dura, o predomínio político do latifúndio no interior do bloco das classes dominantes, o que vai implicar tanto um afastamento imediato da direita em relação ao governo democrata-cristão quanto a sua rearticulação partidária já no início do governo Frei. A direita se viu, assim, obrigada a reinventar a sua conformação político-partidária e, em 1966, formou o Partido Nacional (PN). Com isso, operou-se tanto uma renovação da elite política de direita no Chile como uma radical reestruturação do modo de fazer política da direita: da velha estrutura típica dos partidos de notáveis da direita tradicional, passou-se rapidamente para um partido de militantes, com organização forte e com capacidade mobilizadora.⁴²

Se, por um lado, a política democrata-cristã afetava profundamente a situação das elites, por outro, atacava as posições e projetos da esquerda. Depois da Frente Popular e do fracasso ibanista, era a esquerda que aparecia mais identificada com as posturas de mudanças radicais e de transformação. A DC alterou profundamente essa situação porque se apresentou incisivamente como um ator político-social progressista, vinculado aos temas da modernização.

O “reformismo rupturista”⁴³ da DC não era uma opção circunstancial ou pragmática. Ele estava circunscrito numa teorização do desenvolvimento social que rechaçava a luta de classes como princípio explicativo da história e como fundamento de teoria social e política. Contra a leitura do marxismo, a DC apresentava como seu referencial a “teoria da marginalização”, centrando a sua política na temática da integração social. Partindo desse enfoque, os democrata-cristãos chamavam a atenção para o que, segundo eles, era um desequilíbrio de fundo nas relações entre os partidos e os movimentos sociais populares. Nessa visão, embora o Chile fosse um país com partidos políticos e organizações sindicais capazes de canalizar a participação de importantes setores da população,

42. Além de Conservadores e Liberais, com o intuito para a formação do PN um pequeno partido, o Partido de Ação Nacional, que vai influir decisivamente no novo discurso da direita; cf. *Carrión*, op. cit., 1988, p. 86-8.

43. A expressão é de T. Moulian, *Democracia y socialismo...* 1983.

isso se processava a partir da ótica classista, excluindo uma grande massa de indivíduos não suscetíveis de serem organizados e de ascenderem à participação social, econômica ou política em decorrência dos esquemas ideológicos e organizativos vigentes. Essa massa de indivíduos excluídos era composta fundamentalmente pelos camponeses e pelos pobres que habitavam as periferias das grandes cidades. A DC via nesses setores populares a sua principal base social de apoio, uma base em disponibilidade, uma vez que não representada no sistema de partidos. A DC, identificando essa massa com a maioria, concebia, assim, um projeto global de desenvolvimento, a fim de superar a marginalização social e política, com base numa aliança social que, politicamente, se expressaria no seu partido, tornando desnecessária qualquer aliança política.⁴⁴

Essa visão antialiancista da política alimentou, entre os dirigentes democrata-cristãos, uma obsessão por um “caminho próprio” que superasse o taticismo e o oportunismo que, segundo eles, até então haviam caracterizado a política chilena. Esta visão evidenciava, ainda, o deslocamento do sistema político para uma racionalidade excludente, o que fazia deteriorar o padrão cooperativo e de tolerância pelo qual o sistema político havia se estruturado na década de 1930.

O horizonte da política da DC apontava, pois, para uma concepção ideal de sociedade, definida como uma “terceira via” entre capitalismo e socialismo. Assim, da mesma forma que os partidos de inspiração socialista, a DC também pautava-se por uma teleologia. Constitua-se num partido que ocupava o centro político e, simultaneamente, expressava uma visão finalista da política.

No entanto, a “sociedade do futuro” imaginada pelos democrata-cristãos nunca conseguiu ser definida de maneira consensual no interior do seu partido, emergindo assim uma divisão interna que se aprofundaria gradativamente entre os que a definiam como “comunitarismo” – um projeto original sem qualquer precedente histórico ou semelhança com qualquer outro – e aqueles que, postulando mais diretamente a superação da propriedade privada dos meios de produção, propunham, no entanto, um projeto diverso dos socialismos históricos, cuja denominação mais apropriada era a de um “socialismo comunitário”. Respectivamente, este é o recorte que, a partir do governo Frei, gradativamente vai conformar a direita e a esquerda da DC.

Considerando o conjunto do período que marcou a presença da DC à testa do Executivo, pode-se observar a implementação de um programa ousado de reformas estruturais que, pela primeira vez, combinava reforma agrária, ampliação e

44. Cf. R. A. Yoclevsky, “La Democracia Cristiana...”, in: op. cit., 1985.

integração do mercado interno, inclusive regional, e impulso à industrialização de bens duráveis e de consumo, sem que se deixasse de lado o estímulo às exportações. A sua ênfase no social, contudo, que ganharia resolução com as reformas estruturais, não se fez de forma a radicalizar as posições direitistas na sua base social, uma vez que a DC levou concretamente mais uma política de crescimento econômico bastante clássica e keynesiana do que um aprofundamento das pautas de reforma. Esta política mostrou-se, por exemplo, bastante tímida em relação à adoção de novas formas de gestão e de propriedade.⁴⁵

Nota-se claramente, portanto, um eco dos governos de Frente Popular na política implementada pela DC, embora atualizada em diversas dimensões teóricas e práticas. Desenvolvimentismo, modernização e justiça social em contexto de democracia política: neste sentido, o governo democrata-cristão foi um continuador do reformismo antioligárquico chileno.

No entanto, a ênfase rupturista da DC contraditava o padrão histórico de convivência política que havia sido construído pelo radicalismo nos anos 40. Sua racionalidade era inteiramente diversa. Como um centro excêntrico, a DC não conseguiu impor-se como uma fórmula politicamente estável.⁴⁶ Em relação à direita, foi impossível aos democrata-cristãos sustentar os desdobramentos políticos da reforma agrária, já que este era um tema que afetava o núcleo político-histórico da classe dominante – embora pelas condições do campo chileno a reforma agrária obtivesse uma legitimidade social muito significativa; e, diga-se também que, em comparação a outros países latino-americanos onde esta ocorreu, a reforma agrária chilena foi uma das mais incruentas.

Tão logo a direita reorganizou-se no Partido Nacional, os setores empresariais – somados a uma classe média receosa do “caos” que uma suposta revolução em curso poderia provocar – abandonaram a política de compromissos com a DC, bem como a sua posição defensiva. O antigo tema da “contra-reforma” burguesa, pensado agora pela direita de maneira bastante radical, vocalizando a necessidade de um “governo forte”, fazendo renascer o tema do nacionalismo e advogando drásticas mudanças na Constituição, bem como, no econômico, uma igualmente drástica liberação da economia, vai novamente animar os círculos direitistas. A proposta da “Nova República”, que Jorge Alessandri vai defender na campanha presidencial de 1970, além de expressar radicalmente uma crítica ao “espírito” e

45. Cf. T. Moulian, “Tensiones y crisis...”, in: op. cit., 1985.

46. Idem, *ibidem*.

à “conduta” dos partidos políticos, evidenciava a “alternativa global” da direita para o país.⁴⁷

O centro político democrata-cristão, não podendo, assim, compor com a direita, enfatizou mais ainda o seu discurso rupturista ou “revolucionário” como forma de preservar a sua identidade, o que contraditava a sua timidez prática em relação ao aprofundamento das reformas estruturais. O fato que se poderia supor como lógico nesse contexto era uma aproximação com a esquerda, mas o que o alternativismo democrata-cristão buscava era precisamente substituí-la no campo popular, ainda que rejeitasse a idéia de se constituir num partido de classe. A esquerda, por sua vez, só via a possibilidade de continuar afirmando sua identidade colocando-se em oposição à DC e rejeitando o seu reformismo, o que a empurrava ainda mais para posturas “maximalistas”, fazendo reaparecer, sob o impacto da Revolução Cubana, a temática da iminência do socialismo.

O resultado político do governo democrata-cristão foi a maior fragmentação partidária que o Chile conheceu. Uma fragmentação de corte triplamente polarizado, já que o centro também conformou-se como um pólo. Num clima de exacerbação de todos os conflitos e de ênfase na idéia de ruptura e revolução, as tensões sociais foram agudizando-se no campo e na cidade, fazendo emergir sintomas de desestabilização política. As lutas no campo e, principalmente, a repressão a estas, fizeram com que alguns laços de lealdade política começassem a ser rompidos mesmo dentro da DC. Outra evidência da desestabilização foi episódio do “Tacnazo”, em 1969, recolocando a questão militar no centro da cena política. Assim, num contexto de tripla polarização, embora a DC se configurasse como um partido crítico ao capitalismo, mas não anticapitalista, a sua política contribuía para uma deslegitimação deste sistema.

Ainda que tenha conseguido se manter com um terço do eleitorado, a DC registrou uma queda significativa nas eleições parlamentares de 1969. A perda do seu dinamismo foi resultado também de fraturas internas decorrentes da ausência de consenso em torno do seu projeto ideal de sociedade que, com o passar do tempo, acabaram se acirrando. Dentre os defensores do chamado “socialismo comunitário”, aferram-se as críticas ao governo Frei, caracterizando-o como um governo reformista que não abria horizontes de ruptura. Deste setor do partido, um grupo denominado “rebelde” afastou-se da DC para formar, em 1969, o Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU), buscando superar

47. Cf. Mariana Aylwin et al., *Chile en el siglo XX*, Santiago, Ed. Emisión, 1986, p. 279-80.

o divórcio entre cristianismo e socialismo marxista e postulando desde o início um projeto socialista.⁴⁸

A ESQUERDA NA CONJUNTURA ELEITORAL DE 1970

Após a derrota da FRAP em 1964, a crença de que era possível a conquista do poder pelo caminho eleitoral diminuiu, principalmente entre os socialistas. Fortaleceu-se, no PS, uma tendência inequívoca quanto à necessidade do confronto de classes e da insurreição popular como a única possibilidade de construção do socialismo no Chile. Esta linha foi afirmada nos Congressos de Linares, em 1965, e de Chillán, em 1967.

A avaliação do Congresso de Linares foi, basicamente, de crítica à via pacífica e aos limites das formas de luta legais, como uma prática que paralisava a ação revolucionária em virtude das ilusões criadas. O documento congressual assegurava que as “condições objetivas” para a revolução chilena já estavam dadas e que o problema residia nas “condições subjetivas”. Era necessário, portanto, superar as ilusões e preparar o partido para a inevitabilidade do confronto. No Congresso de Chillán, o PS declarou-se “marxista-leninista” e adotou o centralismo democrático. Nele, o PS voltou a expressar sua vocação latino-americanista e, sob influência da Revolução Cubana e da OLAS, passou a enfatizar o caráter continental da revolução. Em relação ao Chile, o documento congressual sintetizava: “(...) estão se desgastando com extraordinária rapidez as bases do regime democrático-burguês, até agora relativamente estável em nosso país”.

Uma observação importante deve ser feita aqui quanto ao lugar de Salvador Allende no partido. A despeito da sua larga tradição socialista, de ter sido por várias legislaturas senador pelo PS e de ter trabalhado todo o tempo pela unidade dos socialistas, Allende, naquele momento, não ocupava nenhum cargo expressivo na direção partidária. O Congresso de Chillán lhe negou até mesmo a sua inclusão no Comitê Central do partido.

Após este congresso, o PS viveu mais uma dissidência com a saída de Raúl Ampuero do partido, que, no mesmo ano, formou a União Socialista Popular (USP). Ampuero acusou o partido de ter se transformado numa “ditadura buro-

crática”, dividido entre o eleitoralismo e personalismo de Allende e os “vacilantes”, que relutavam em adotar a luta armada.⁴⁹

De toda forma, para os socialistas, o percentual atingido pela esquerda nas eleições parlamentares de março de 1969 (perto de 30%) apenas confirmava as escassas possibilidades do caminho eleitoral. Numa reunião plenária, de junho de 1969, quando a temática prevaiente era a eleição presidencial de 1970, os socialistas chamaram as forças antiimperialistas e anticapitalistas para formarem uma “Frente Revolucionária”. A unidade dessas forças dependeria da “conduta rupturista frente a institucionalidade burguesa e do compromisso com as lutas revolucionárias do povo chileno”.⁵⁰ Era uma clara alusão aos comunistas quanto ao programa e ao caráter da aliança que deveria sustentar a candidatura a ser apresentada pela esquerda em 1970. No entanto, os mesmos socialistas que assim definiam as suas perspectivas imediatas indicaram novamente Salvador Allende como seu candidato à presidência da República em 1970. Vale a pena aqui uma descrição sumária deste processo.

Allende posicionava-se explicitamente contra as teses do seu partido. Sua indicação como candidato socialista, em 1970, evidenciou claramente a posição minoritária em que se encontrava no interior da máquina partidária, uma tendência que se ampliou nos anos seguintes. Na disputa entre Allende e o secretário-geral Aniceto Rodríguez para a indicação do candidato do PS, ocorrida em meados de agosto de 1969, Allende obteve uma vitória esmagadora: dos 34 regionais do partido, 31 votaram em Allende. Rodríguez retirou sua postulação após aquela consulta, restando à direção do PS ratificar a indicação de Allende. Na reunião do Comitê Central que decidiu a candidatura socialista, Allende foi indicado por 12 votos contra 13 abstenções.⁵¹

Os comunistas chilenos, por sua vez, avaliaram a derrota de 1964 de uma forma bastante distinta. Mantiveram-se fiéis à linha política que defendiam e passaram a aprofundar a estratégia da conquista do “governo popular”. Para tanto, afirmavam a necessidade cada vez maior de atrair as bases políticas do centro democrata-cristão e das demais forças progressistas, a fim de que fosse possível implementar tal estratégia. No fundo, a autocrítica dos comunistas depois da derrota de 1964 residia no caráter da aliança expressa pela FRAP. O eixo comunista-socialista permanecia sendo considerado fundamental, mas a aliança não podia permanecer restrita a esses dois partidos. Acreditavam, ao contrário

49. Cf. I. Walker, *op. cit.*, 1986, p. 62 ss.

50. *Ibidem*, p. 71.

51. Cf. G. Arrigada, *op. cit.*, 1974, p. 70; I. Walker, *op. cit.*, 1986, p. 129.

dos socialistas, que o grande inimigo eram as forças imperialistas e oligárquicas e não a DC e as outras forças do centro político. A temática dos comunistas foi, a partir das lições tiradas da derrota de 1964, a de constituir uma aliança ampla para as eleições presidenciais de 1970.

Este entendimento derivava de uma autocrítica frente à política desenvolvida na FRAP que, no contexto da década de 1960, embora expressasse a sua estratégia da Frente de Libertação Nacional, contraditava a visão do PCUS em relação à América Latina. Para o PCUS, a transição ao socialismo na América Latina implicava a construção de um *Estado Nacional Democrático*, sendo que sua conquista não dependia do papel de vanguarda dos PCs, mas sim das “forças progressistas da nação”. Apoiando uma aliança estreita como a FRAP em 1964, o PC chileno distanciava-se desse entendimento. Após a derrota, o partido aproximou-se desse tipo de enfoque, advogando a ampliação da aliança político-social expressa na FRAP, acompanhando a diretriz da política do PCUS para a América Latina. Foi também nesse contexto que o PCUS passou a falar de uma “via não-capitalista” para o Terceiro Mundo, fundada na necessidade da formação de “frentes amplas”, com o objetivo de conquistar uma via pacífica para o socialismo. A revolução nesses países implicava, portanto, uma etapa histórica que combinasse características da revolução democrático-burguesa e da revolução socialista. A função dos partidos comunistas nessa estratégia deveria se alterar. Não caberia mais a eles o papel de vanguarda – o que relativizava o tema da hegemonia operária anteriormente defendido pelos comunistas chilenos –, mas sim o papel de articuladores da frente ampla popular, como um dos membros do bloco sociopolítico que defenderia transformações antiimperialistas e antioligárquicas. O PC chileno incorporaria, a partir daquele momento, a noção de “*bloque por los cambios*”.⁵²

Embora mais fortes eleitoralmente que os socialistas, o PC não conseguiu impor integralmente a sua estratégia para a candidatura de esquerda em 1970. Os comunistas entendiam que Alberto Baltra, candidato do Partido Radical, deveria encabeçar a nova coalizão, denominada de Unidade Popular.⁵³ Os socialistas, por seu turno, não conseguiram impedir o alargamento da coalizão em virtude do candidato que encaminhavam e da viragem à esquerda dos Radicais. No entanto,

52. Cf. T. A. Daire, “La política del Partido Comunista...”, in op. cit., 1988, p. 205.

53. Era procedimento comum os partidos lançarem seus candidatos para depois, no interior de uma coligação, firmarem consenso em torno de um nome. Em 1970, o PC lançou Pablo Neruda, o PS, Salvador Allende; o PR, Alberto Baltra; o MAPU, Jacques Chonchol; a APL e o Partido Social Democrata, Rafael Tarud; cf. M. Aylwin et al., op. cit., 1986, p. 279.

no contexto final dos anos 60, em face da grande influência do discurso maximalista em suas fileiras, especialmente em sua direção, e da obsessão quanto à necessidade e à inevitabilidade de se “ir mais além” que o clima geral propiciava, os socialistas conseguiram impor a noção de que o futuro governo da Unidade Popular deveria ter como tarefa e horizonte “o início da construção do socialismo”.

O quadro político-eleitoral que emergiu nas eleições presidenciais de 1970 evidenciava a divisão do país em três blocos posicionados numa situação de polarização irreduzível, isto é, os três apresentando-se como “alternativas globais”. Essa tripartição equilibrada de forças foi, mais do que o crescimento da esquerda, o fator decisivo para o triunfo eleitoral do candidato da Unidade Popular. Salvador Allende obteve 36,2% dos votos, contra 34,9% de Jorge Alessandri, do Partido Nacional, e 27,8% de Radomiro Tomic, da Democracia Cristã.

Em 1970 – ao contrário de 1958, quando surpreendentemente só não triunfou devido à fraude, e de 1964, quando frustrou-se porque depositava imensas esperanças na vitória – a esquerda chilena não sonhava com o êxito. Ela venceu quando menos acreditava e, possivelmente, quando menos estava preparada para o seu triunfo. A sua vitória eleitoral não foi nem um fato inexorável, nem “necessário”,⁵⁴ nem mesmo o resultado inevitável de uma situação de crise que entendia-se “estrutural” e que somente a esquerda – também supunha-se – era capaz de dar resolução. Ela foi, sobretudo, o resultado de decisões racionalmente tomadas pelos atores políticos, quer aquelas de natureza estratégica quer aquelas relativas a cálculos mais imediatos sobre as suas possibilidades diante da conjuntura política. Nos três anos que se seguiram tornou-se bastante difícil manter o mesmo padrão de racionalidade.

54. Cf. J. Moulian, “Tensiones y crisis”, in op. cit., 1985, p. 98.

A LUTA POLÍTICA NO GOVERNO DA UNIDADE POPULAR

Os conflitos sociais, políticos e institucionais que ocorreram no governo da UP estiveram fortemente assentados na intervenção direta dos principais partidos políticos. A cada conjuntura, visando acumular forças para a viabilização de suas estratégias e projetos, estes partidos atuaram no sentido de influir nas deliberações do governo ou na dinâmica social, procurando a cada passo a definição do curso da luta política. As ações das direções e militância partidárias, em conjunturas específicas, como será visto, fizeram com que instituições importantes da vida social e estatal, como a Igreja e as Forças Armadas, entrassem em cena, definindo, de formas variadas no período, a correlação de forças. A dinâmica social influiu, certamente, sobre o comportamento dos partidos, acentuando, em alguns casos, posturas dirigistas e gerando também fenômenos sociais que extrapolaram o controle dos partidos. Quando esta última dimensão se efetivou, as instâncias principais do sistema político, como será visto mais adiante, já se encontravam inteiramente deslegitimadas.

Outros atores marcaram sua presença no processo chileno. Deve-se destacar a ação externa comandada pelos EUA, primeiro para impedir a posse e depois visando à deposição de Allende. As ações norte-americanas foram, evidentemente, um fator importante para o fracasso da experiência chilena. Entretanto, o processo político como um todo não pode ter na intervenção externa a sua única determinação. Não conseguindo impedir a posse do presidente eleito, foi necessária a emergência de uma conjunção bastante específica de fatores políticos e econômicos para que a estratégia de deposição do governo pudesse ter sucesso.

Cabe enfatizar também que a análise empreendida aqui não tem a intenção nem de esgotar a abordagem de todos os acontecimentos do período, nem de indicar possíveis alternativas políticas que, caso adotadas, poderiam garantir o sucesso da experiência chilena.

Seguindo bastante de perto o trabalho de Manuel A. Garretón e Tomás Moulian,¹ a luta política no período foi dividida em quatro unidades: a primeira abarca a conjuntura entre a vitória e a posse de Salvador Allende; a segunda, de novembro de 1970 a outubro de 1972, compreende sucessivas conjunturas específicas; a terceira retrata especificamente a crise de outubro de 1972; e a última define o processo terminal do governo, dos desdobramentos da crise de outubro de 1972 ao golpe militar de setembro de 1973.

DA VITÓRIA ELEITORAL À POSSE DE ALLENDE

A conjuntura política que iniciou o período apresenta uma lógica muito definida, girando em torno da posse de Salvador Allende, uma vez que a vitória da UP não havia se processado por maioria absoluta, requerendo constitucionalmente do Congresso a ratificação da primeira maioria. A luta política que marcou o governo da UP iniciou-se com a vitória de Allende em setembro de 1970, ou seja, antes da posse formal e, precisamente por isso, possui um profundo significado.

A vitória da UP, além da relevância internacional que apresentava, envolveu internamente não apenas os partidos políticos, mas também instituições importantes da vida nacional, como as Forças Armadas e a Igreja. Era, sem dúvida, um teste sem precedentes para a democracia chilena.

Logo após o conhecimento dos resultados, tornou-se pública a intenção nos círculos dominantes, inclusive com aberta influência estrangeira, de impedir a posse, o que gerou um profundo clima de intranquilidade frente a uma possível saída extralegal. A UP, diante das ameaças imediatas que a situação passou a apresentar, desencadeou uma ampla mobilização popular para garantir a posse de Allende.

Confirmada a vitória da esquerda, o Partido Nacional (PN) evitou assumir desde o início uma posição sediciosa e extralegal para impedir a posse de Allende,

preferindo agir no interior dos canais institucionais. A estratégia inicial da direita, procurando afirmar a oposição inconciliável entre marxismo e democracia, foi a de atrair os democrata-cristãos visando barrar quaisquer negociações entre UP e DC. Basicamente ideológica, esta iniciativa não se mostrou eficaz, uma vez que a DC, além do distanciamento com relação à direita observado no governo Frei, havia concorrido às eleições com um candidato da sua ala esquerda, Radomiro Tomic, que, logo após a divulgação dos resultados, reconheceu publicamente a vitória de Allende. Por esta razão, a direita alterou rapidamente sua tática, propondo abertamente uma operação engenhosa que favorecia, a curto prazo, a DC: o Congresso ratificaria a segunda maioria obtida pelo candidato do PN, Jorge Alessandri; este renunciaria à presidência, e a direita se comprometia, num novo pleito, a apoiar uma candidatura da DC.

A postura da DC frente à proposta da direita definiu claramente suas intenções futuras, evidenciando o lugar que esta almejava ocupar no terreno da correlação de forças. Uma quebra na tradição chilena, que em outras oportunidades ratificara a primeira maioria, não só poderia gerar uma convulsão social e política, com seguras fissuras internas na DC, como também subordinaria o futuro governo à direita. Ao invés da arriscada alternativa que a direita lhe propunha, a DC preferiu um caminho de negociação com a esquerda, procurando afirmar-se como uma força autônoma. Desta postura da DC resultou o fracasso da tentativa de impedimento legal acalentada pela direita.

Este fato fez com que alguns setores extremistas de direita empreendessem imediatamente uma ação mais direta e incisiva de desestabilização, através do atentado à bala que levaria à morte o comandante do Exército, General René Schneider. Foi neste momento que a extrema direita estruturou-se em torno da organização *Pátria e Liberdade*, um agrupamento abertamente golpista que permaneceu ativo por todo o período.²

Em virtude da conquista de apenas um terço do eleitorado e da situação de instabilidade produzida, a UP se viu obrigada a negociar com a DC uma saída política, a fim de se efetivar a posse de Allende. As negociações entre UP e DC, contudo, seguiram um caminho bastante difícil. As lideranças da esquerda, em particular Allende, esforçaram-se publicamente em afirmar o caráter amplo e pluralista da coalizão vitoriosa e do futuro governo, em virtude da presença de forças políticas não-marxistas, como o Partido Radical. Nas negociações, a DC

2. O Movimento Nacionalista *Pátria e Liberdade* formou-se em 10 de setembro de 1970. Além de realizar mobilizações violentas contra o governo e os partidos da UP e de se envolver em diversos atentados terroristas, o PL participou da tentativa de golpe de 29 de junho de 1973, conhecida como Tancazo.

1. Cf. M. A. Garretón, T. Moulian, *La Unidad Popular y el conflicto político en Chile*, Santiago, Ediciones Minga, 1983.

pautou-se pela temática da garantia e preservação das liberdades. Para o seu encaminhamento, a DC elaborou um documento cuja aceitação condicionava o seu apoio ao candidato da esquerda. Constavam do texto os seguintes pontos: manutenção e preservação da institucionalidade política e das garantias constitucionais sobre a liberdade de associação, de imprensa e de opinião; manutenção do sistema, do equilíbrio e das atribuições dos três poderes; manutenção do caráter profissional das Forças Armadas e compromisso de impedir a criação de organizações armadas paralelas; liberdade de educação em todos os níveis e discussão democrática das reformas educacionais; autonomia acadêmica e financeira das universidades; liberdade sindical e para as organizações comunitárias; e reconhecimento do direito de petição e de greve.³

É importante observar também que, neste documento, a DC reafirmava o seu caráter revolucionário e definia sua posição como autenticamente pública e nacional. Atacando a direita, a DC afirmava que existia uma polarização entre progressistas e conservadores e não entre marxismo e democracia. No decorrer das negociações, contudo, a resposta de Allende ao documento democrata-cristão foi considerada, por suas lideranças, como insatisfatória e incompleta, passando a DC a exigir a ratificação constitucional das suas exigências de princípio expressas no documento. Em outubro de 1970, uma comissão mista do Senado, composta pela UP e pela DC, confeccionou o texto do “Estatuto de Garantias Constitucionais”, contendo os pontos exigidos pela DC que, imediatamente aprovado, garantiu a posse de Allende.

O desenrolar e o desfecho dessa conjuntura mostram alguns aspectos importantes. Apesar da crise que atravessava o sistema político desde a emergência das chamadas “estratégias globais”, a legitimidade dos procedimentos democráticos e a solidez dos atores políticos demonstravam ser ainda fatores decisivos de poder. O regime democrático permanecia como uma referência legitimadora da convivência política entre os principais atores e, ao mesmo tempo, principalmente para a UP e a DC, como aquele que garantia e possibilitava a realização de mudanças profundas na sociedade. As operações políticas voltadas para a efetivação das alternativas apresentadas por todos os atores ainda continuavam a ter no regime democrático o seu principal seletor, isto é, o fator que aferia a sua viabilidade. Assim, nesta conjuntura, até mesmo no interior da direita, prevalecia o caminho institucional como artifício operativo para impedir o acesso da esquerda ao governo. Quando isso se mostrou inviável, a direita recuou e

3. Cf. Garretón, Moullan, *op. cit.*, 1981, p. 43-4.

abandonou sua candidatura no Congresso.⁴ De outro lado, a estratégia de impedimento extralegal revelou-se prematura, sendo seguida por uma parcela bastante reduzida da direita.

Em segundo lugar, é importante observar a postura da corporação militar. O seu posicionamento foi basicamente legalista, pautando-se por um radical apoliticismo. O assassinato do General Schneider, ao contrário do que imaginou a extrema direita, jogou no sentido de afirmar esta postura, revelando, naquele momento, a ausência de consenso interno nas Forças Armadas quanto a um projeto alternativo para o país. Os militares chilenos mantiveram-se por bastante tempo afastados das contendas políticas, o que dificultava uma intervenção direta naquele contexto. A crise política aberta com a vitória da esquerda encerrou-se no interior das elites políticas, não se agudizando no âmbito social e nem mesmo no interior da corporação militar.

Por fim, é importante observar mais detidamente o comportamento da DC. Embora atraente, pois lhe conferia ganhos imediatos, a DC rejeitou a proposta apresentada pela direita. Estava claro que, no âmbito institucional, a força política predominante era a DC e não a direita. Qualquer saída legal deveria fortalecê-la numa perspectiva de longo prazo e não apenas imediata. Foi precisamente por isso que a DC rejeitou o caminho proposto pela direita. O risco para a sua identidade não era pequeno e, por outro lado, um virtual governo da DC “eleito” naquelas condições dificilmente poderia se sustentar sem repressão política, colocando também em risco a sua unidade orgânica. Entretanto, para além desta racionalidade instrumental, o sucesso, nesta oportunidade, das negociações entre DC e UP evidenciou que, ao contrário da direita, a DC não considerava um governo conduzido pela esquerda uma ameaça tão forte para o país. O acordo entre DC e UP, contrariando a visão dos setores mais alternativistas da DC e daqueles maximalistas da esquerda, representou na prática um inesperado e também surpreendente pacto entre o centro e a esquerda. Como em oportunidades anteriores,⁵ o seu sentido foi o de assegurar e aperfeiçoar o regime democrático. Porém, tanto no centro democrata-cristão como na esquerda predominou uma avaliação mais pragmática do que estratégica, que via apenas a necessidade de

4. A imprensa publicou, em 20.9, declaração de Alessandri pedindo para que não lhe dessem o voto no Congresso, afirmando também que Allende era um político de convicções democráticas; cf. Garretón, Moullan, *op. cit.*, 1983.

5. Uma aliança deste tipo ocorreu no final dos anos 50 por reformas políticas e eleitorais (ver terceiro capítulo). A aliança entre DC e UP se fez, nesta conjuntura, pela defesa da legalidade e implicou uma melhor definição do papel das FFAA. A despeito das tentativas, o período não conheceu uma nova aliança entre centro e esquerda; ver sobre isso J. Garmuri, *op. cit.*, 1988.

garantir a posse de Allende ou a preservação corporativa de identidades políticas, o que não permitiu que se observassem os sinais mais profundos indicados por aquela aliança.

DO INÍCIO DO GOVERNO À CRISE DE OUTUBRO DE 1972

A segunda fase da luta política do período abarcou quase os dois anos de governo da UP: da posse de Allende, em novembro de 1970, à profunda crise que emergiu em outubro de 1972. Ao colocar em prática o seu programa, o governo da UP passou a enfrentar reações de várias naturezas. Registraram-se conflitos políticos derivados da reação dos setores sociais afetados pelas reformas e, pelas mesmas razões, tais conflitos passaram a atingir diretamente o plano institucional devido às posições assumidas pela DC e pelo PN no Parlamento.

Em ambas esferas emergiu uma tendência que acabou por fixar-se durante todo o período, conformando um jogo político de anteposição de blocos, situando governo e UP, de um lado, e oposição, de outro. A trajetória política, contudo, evidenciou que, num primeiro momento, o governo manteve a iniciativa política e a oposição mostrou-se bastante dividida. Este quadro vai se alterando à medida que os conflitos políticos vão ganhando maior densidade, influenciando nas decisões dos principais atores políticos.

Ainda que não se possa observar nenhuma linearidade no processo de lutas políticas desta fase, a tendência foi a perda de iniciativa política da UP e o fortalecimento da atuação da oposição contra o governo. No campo da oposição, mantiveram-se as discrepâncias de orientação entre DC e PN. Entretanto, com a emergência da crise de outubro de 1972, as dificuldades para se fixar uma política autônoma no interior da oposição foram se tornando cada vez maiores. Após quase dois anos de governo, tornou-se impossível a manutenção do quadro político que havia garantido a posse de Allende.

As ações do governo e o início dos conflitos

A conjuntura política que abriu esta fase refletiu a intenção dos principais atores políticos de definir suas posições de forma a demonstrar o padrão de ação governativa e o de ação oposicionista. Estava em jogo a garantia das posições conquistadas na primeira fase em relação às respectivas bases sociais e a expli-

cação das relações com a institucionalidade para a implementação do programa, no caso do governo, ou para a afirmação da força e do padrão de oposição que se queria impor.

Nesta conjuntura, instauram-se os conflitos no plano político-institucional entre oposição e governo, bem como os conflitos sociais – neste momento mais artificiais do que reais – que começariam a produzir um clima de polarização política e ideológica. No entanto, o mais importante evidenciou-se no plano político-eleitoral, em virtude das eleições municipais de abril de 1971.

No plano institucional, os conflitos emergiram opondo principalmente a DC à UP devido ao início do processo de implantação da Área de Propriedade Social (APS). O projeto de nacionalização do cobre, apresentado ao Parlamento em janeiro de 1971, somente obteve aprovação seis meses depois. A compra das ações dos bancos sofreu contestações no Parlamento e a expropriação de algumas empresas, utilizando-se o Decreto-Lei 520 de 1932, foi contestada pela DC como uma legalidade “ultrapassada”.⁶ No plano social, o comportamento dos empresários industriais neste momento foi expressivamente surpreendente. A posição adotada pelas organizações empresariais foi de defesa, em geral, da propriedade privada e não de defesa de proprietários individuais, justificando esta postura através da afirmação da função social da produção e do empresariado.

Passando do plano social para o político, os conflitos mais significativos desta conjuntura derivaram das ocupações de terra no campo, em decorrência da implementação da reforma agrária que, de toda forma, seguia o caminho desenvolvido pelo governo anterior. O início da implantação da APS e o aprofundamento da reforma agrária implicavam um ataque direto ao princípio da propriedade privada e uma forte postura intervencionista do Estado. No entanto, neste primeiro momento, o comportamento das organizações patronais do campo também foi surpreendente. Estas revelaram uma postura mais anti-DC do que anti-UP. Em relação à primeira, enfatizavam o caráter “demagógico” e “polítiqueiro” da sua reforma agrária. No início do governo da UP, chegaram mesmo a defender uma reforma agrária planejada, apelando para uma postura técnica em relação ao tema e advogando eficácia para o setor agrícola. O objetivo, neste momento, era o de evitar uma radicalização da reforma agrária por parte do governo.

Frente a esse problema, a DC manteve-se legalista, como forma de pressionar o governo a atuar em favor da massa camponesa, objetivando assegurar as suas

6. O processo de expropriações iniciou-se pela empresa de tecidos Bellavista Tomé e seguiu-se, naquele momento, com expropriações de fábricas abandonadas por seus proprietários.

bases políticas no campo. A questão da legalidade era sumamente importante para a sua política geral, uma vez que a sucessão de ocupações de terra iniciada logo após a posse de Allende colocava ao governo o problema da manutenção da ordem. Contudo, uma reforma agrária através das ocupações não era, de fato, uma estratégia assumida pela UP. O mais problemático, então, não eram os conflitos oriundos destas ocupações, mas sim os seus desdobramentos políticos.

Ainda que problemáticas na conjuntura, a UP se viu forçada a construir uma legitimidade para estas ocupações, argumentando sobre a continuada violência e a injustiça dos padrões e apelando para a persuasão, a fim de dar continuidade ao processo de reforma agrária. Por sua representação popular e pela leitura que fazia destas ocupações – um princípio de justiça e mesmo uma expressão revolucionária, porque emanava do povo –, a UP, na verdade, aproveitou-se destes fatos para acelerar a reforma agrária, tornando-a movimento de massa nas regiões convulsionadas e estabelecendo regras onde os empresários rurais privados demonstravam alguma força.

Nesta conjuntura ocorreram também alguns confrontos discursivos entre governo e Poder Judiciário, principalmente em torno da proposta da UP de criar os “Tribunais de Vizinhos”, eleitos pela população com o objetivo de cuidar de pequenas causas. Viu-se nesta proposta, de maneira equivocada, uma iniciativa de confronto com Poder Judiciário e um embrião da “ditadura do proletariado”. Em virtude da acirrada oposição, a UP retirou o projeto do Parlamento.

No entanto, o fato de UP e DC – que do ponto de vista programático não mostravam divergências significativas quanto aos aspectos gerais das reformas – apresentarem-se afirmando um acirrado antagonismo, obstaculizador de qualquer acordo, confirma que por trás das ações dos principais atores estava o cálculo político frente às eleições municipais de abril de 1971. Para a UP, o importante era a ampliação da sua base de sustentação, o que implicava a adoção de uma política agressiva de cumprimento do seu programa, assegurando-lhe uma posição autônoma no jogo de forças. Para tanto, segundo suas lideranças, era fundamental utilizar ao máximo as atribuições do poder Executivo e depender o menos possível da negociação parlamentar. A UP pretendia evitar, desde o início, sua entrada num jogo parlamentar que a forcesse negociar seu programa, impingindo-lhe um caminho gradual para sua implementação. Por esse motivo, adotou o caminho extraparlamentar, procurando aproveitar as expectativas de mudança no seio da sociedade e evitando um compromisso explícito com a DC. Esta, por sua vez, atuava tentando afirmar-se não apenas como a maior força de oposição ao governo, mas também como a maior opositora da direita. O seu objetivo era, desde o início, “amarrar” o máximo possível o governo e impedir a sua ampliação

política na sociedade. Os setores democrata-cristãos que viam uma proximidade muito forte dos projetos da UP e da DC cediam a essa estratégia, pois seu cálculo era o de, através do Parlamento, forçar e impor um governo de coalizão. Para isso era fundamental combater a posição da UP de implementar seu programa exclusivamente pelo Executivo, afirmando o princípio do equilíbrio dos poderes como uma tradição da política e da ação governativa no Chile. Assim, independente de suas divisões internas, essa foi a política que predominou na DC neste momento.

De uma forma geral, esta conjuntura apresentou, do ponto de vista da correlação de forças, uma disputa acirrada entre UP e DC e uma relativa apatia da direita. Os procedimentos táticos do empresariado urbano e rural demonstravam a fratura entre estes e a DC, e desarmavam a direita. Mesmo assim, o clima político manteve submersas as hipóteses paranóicas referentes à iminência da implantação da “ditadura do proletariado”.⁷ Isso foi possível, entre outras coisas, muito em função dos temores da DC, fazendo com que a relação entre governo e oposição se reportasse permanentemente ao tema da legalidade. Apenas como um exemplo, para a DC, a proposta dos “Tribunais de Vizinhos” indicava uma ruptura da legalidade. Ela sequer chegou a estabelecer uma conexão deste projeto com a questão da marginalidade social, que sempre fora uma das suas temáticas fortes. Por outro lado, a ação direta de massas e o início de ações de violência e terrorismo da extrema direita, a partir do assassinato do General Schneider, fizeram com que a ameaça de desinstitucionalização fosse vista como uma possibilidade cada vez mais próxima. Ainda assim, não se pode dizer que, nesta conjuntura, o processo de endurecimento dos conflitos tenha se configurado numa espiral lenta e progressiva. Tais conflitos permaneceram latentes e na dependência da avaliação da correlação de forças feita pelos principais atores políticos.

As eleições municipais de 1971

Processaram-se nesta conjuntura, sob o impacto dos resultados eleitorais de abril de 1971, reavaliações parciais que, apesar de não configurarem um quadro inteiramente novo, são importantes porque demonstraram que a situação era de extrema complexidade e aberta a alternativas diversas.

Nas eleições municipais de abril de 1971, a UP conseguiu 49,8% dos votos. Este percentual, somado à votação obtida pela União Socialista Popular (USP),

que não participava da UP, dava à esquerda um total de 50,86%. Isto significava uma ampliação da sua base política e um crescimento de 14% frente aos resultados da eleição presidencial.⁸ No interior da UP, os socialistas foram os que mais cresceram ao capitalizarem em maior grau o fenômeno eleitoral da UP. O eleitorado comunista manteve-se estabilizado, sem um aumento significativo, sendo que a maior queda foi registrada entre os Radicais. Estas eleições revelaram também um declínio da DC, que ainda se mantinha como o maior partido do país. Numa conjuntura inteiramente desfavorável, embora não tenha enfrentado uma queda tão acentuada quanto a DC, o PN também sofreu naquele momento um revés eleitoral.⁹

A avaliação do pleito de abril de 1971 possibilitou à UP a afirmação das suas estratégias e restringiu, em certa medida, o campo de ação da DC. A UP viu nos resultados um apoio plebiscitário ao seu projeto de transformações estruturais. Num quadro tripartido de forças, a UP, de fato, havia obtido uma vitória sem precedentes ao conquistar a maioria simples do colégio eleitoral.

Diante dos resultados eleitorais e do estabelecimento de tal lógica, uma forte crise de identidade emergiu entre os Radicais, cujo resultado direto foi a saída de alguns de seus membros de postos do Executivo. Marcado historicamente pela postura de centro, o tema básico desta crise foi a sua identidade autônoma. Alguns setores do partido criticaram duramente a subalternidade do PR frente aos partidos de esquerda. No entanto, nessa conjuntura, a crise dos Radicais não se aprofundou ao ponto da ruptura com a UP, mantendo-se o partido na coalizão governista.

Estas eleições repercutiram diretamente no interior da DC. A sua direção nacional admitia que os resultados eleitorais indicavam uma vitória dos progressistas contra os conservadores. A sua juventude, porém, postulava uma radicalização deste entendimento, defendendo publicamente uma maior aproximação com o governo da UP para a formação de um bloco partidário das mudanças contra o bloco partidário do imobilismo e da defesa dos privilégios sociais. É importante ressaltar que os discursos de Allende, no Primeiro de Maio e diante do Congresso

8. Em relação às eleições municipais de 1967 ou às parlamentares de 1969, o crescimento era próximo de 20%.

9. O PS obteve 22,89% diante dos 12,23% de 1969, representando um crescimento de 10,66%. O PC obteve 17,36%, apenas 1,45% frente aos resultados de 1969. Os Radicais (PR e Democracia Radical) alcançaram 12,09%, inferior à votação de 1969 (13,03%), sendo que o PR isoladamente deu lugar para 8,18%. A DC, por sua vez, obteve 26,21%, inferior em 6% e 10% a 1969 e 1967, respectivamente, mantendo o seu desempenho de 1970. O PN obteve 18,54%, perto dos 20% de 1969 e declinando vertiginosamente frente ao percentual de 1970 (14%). Há que se considerar, para as eleições de abril de 1971, um crescimento de 5% do eleitorado em relação às eleições municipais de 1967, e de 13,58% em relação à eleição presidencial; cf. Gastón Maslian, op. cit. (1983, p. 61-2); ver também Casmuri, op. cit. (1988).

(21/5), que configuraram o fundamental da via chilena ao socialismo, foram pronunciados neste contexto e tinham nitidamente a intenção de atrair, para além da esquerda, os partidários das transformações estruturais, procurando assim criar um clima de consenso ao enfatizar o caráter democrático e pluralista da construção do socialismo no Chile.

A repercussão das eleições e dos discursos do presidente atingiram em cheio a DC. Esta, naquele momento, reconheceu publicamente legitimidade ao programa do governo eleito, enfatizando as profundas coincidências entre as duas propostas e retomando a vocalização em torno do "socialismo comunitário" – objeto de intensas polêmicas internas na época em que estivera no governo. No entanto, a postura política da DC permaneceu sendo a de marcar uma posição própria, não cedendo nem ao governo nem à direita. Arrefecia a oposição violenta da fase anterior, mas não assumia uma postura aberta de compromisso. Assim, continuava a prevalecer na DC a intenção de fazer com que a UP governasse no interior do esquema de compromissos políticos definido pela institucionalidade, continuando a combater a postura extraparlamentar da UP quanto à implementação do seu programa de governo. Nesta conjuntura, o que a DC alterou foi o eixo de ataque: ao invés de centrar fogo no tema da legalidade, passou a travar uma batalha ideológica de maior fôlego sobre o tema da liberdade de imprensa, objetivando sedimentar o terreno para lutas posteriores.

Neste momento, atuando frente a uma oposição dividida, a UP pôde manter-se como pólo atrativo para as bases da DC, que viam nela uma nova experiência de mudanças, sem conciliações e profundamente revolucionária. Configurou-se, assim, uma situação propícia para a UP implementar suas políticas redistributivas, de igualitarismo social e anticapitalistas, como a nacionalização dos bancos e de alguns monopólios, símbolos de exploração entre as classes populares.

Esta foi uma das razões para o bom desempenho da UP no seu primeiro ano de governo. Embora a periodização aqui proposta não seja o acompanhamento ano a ano, alguns dados são importantes como indicadores da magnitude das mudanças econômicas e sociais que foram operadas. Do ponto de vista do crescimento econômico, o produto interno bruto atingiu em 1971 a marca histórica de 7,7% (o crescimento anual era em média de 4%). Quanto à redistribuição da renda, a participação dos assalariados cresceu de 52,8%, em 1970, para 61,7%, em 1971. A taxa de desemprego foi reduzida, com a grande Santiago registrando apenas 3,8%. O ritmo inflacionário também diminuiu em 1971, apresentando uma inflação de 22%, menor que os 34,9% de 1970. A defasagem entre aumento de consumo e crescimento do ritmo de produção foi um dos dados negativos, bem como o aumento dos déficits fiscal e da balança de pagamentos

no setor externo. Em relação à extensão da APS, o ano de 1971 revelou também bons resultados. Do ponto de vista industrial, em 1971, o governo conseguiu estruturar uma área estatal e mista de certa significação, abrangendo indústrias têxteis, metalúrgicas, siderúrgicas e de construção. Em três áreas estratégicas da economia (reforma agrária, riquezas minerais e bancos), as metas foram integral ou, em alguns casos, parcialmente cumpridas. Tudo o que o programa da UP indicava explicitamente para os setores-chave da economia foi implementado no ano de 1971. Em relação às expropriações na área privada, produtiva ou comercial, não havia uma explicitação ou uma lista de empresas a serem estatizadas no programa da UP. Somente em 1972 Allende apresentou uma lista de empresas privadas que deveriam ser estatizadas.¹⁰

Retornando ao plano da conjuntura analisada, um declínio nas ocupações de terra, naquele momento, demonstrava que a espiral de conflitos da fase anterior diminuía, mas observava-se, de outro lado, o surgimento de sintomas de violência mais graves, com ações localizadas de guerrilha rural, imediatamente combatidas pelo governo, o que gerou uma acirrada polêmica com o MIR.

Por outro lado, os desdobramentos derivados da implantação da APS fizeram com que, por ação política deliberada dos partidos de esquerda e com o beneplácito do governo, o movimento operário passasse a atuar diretamente nas expropriações das empresas do setor têxtil, o primeiro setor privado a sofrer expropriações. É importante notar que ainda nessa altura as mobilizações do operariado obedeciam a um plano traçado pelo governo, apenas aumentando o rol de requisições para expropriação de empresas. Mais adiante, as ocupações serão espontâneas, passando a criar situações de difícil controle. A UP, nesta fase inicial, pôde sustentar o início da implementação do seu programa pela estratégia extraparlamentar e estimular as ações espontâneas dos trabalhadores em virtude da flexibilidade do sistema legal e em decorrência da desarticulação da oposição. Mais tarde, tornou-se difícil operar a relação entre plano de governo e movimentos espontâneos.

No momento que se analisa aqui, entretanto, as ações diretas do movimento operário, a agitação no campo e a política extraparlamentar da UP foram enfrentadas com tolerância pela DC, uma vez que era forte o movimento interno na DC, que aspirava a uma aproximação com a UP. Por essa razão, as manifestações dos dirigentes democrata-cristãos eram no sentido de que o presidente Allende deveria continuar agindo dentro da legalidade e evitar os excessos.

10. Cf. Bilar, *op. cit.*, 1980, p. 92 B.

Manter-se na oposição e ainda aspirar conduzi-la, isto é, garantir sua autonomia frente ao governo e subordinar a direita, não se configurava uma tarefa fácil para a DC. Os resultados eleitorais de 1971 frustravam esta expectativa. A direita não apenas sobreviveu ao teste eleitoral, como também procurou passar à ofensiva na luta contra a UP, enquanto a DC vacilava entre o compromisso e o antagonismo. Para a direita, interessava superar o quadro tripartido responsável pela vitória da esquerda e buscar um realinhamento de forças que se inclinasse, cada vez mais, para a polarização. Nesta conjuntura, tal situação começou a se formar nas eleições para Reitor da Universidade do Chile, quando a oposição unificada venceu o pleito.¹¹ Entretanto, foi do campo que veio a sinalização mais forte para a afirmação da política da direita. As organizações patronais do campo, superando a política defensiva adotada no início do governo, deflagraram um movimento contra a reforma agrária, transformando os incidentes que emergiam nos conflitos com camponeses ou com agentes governamentais, ou mesmo incidentes fortuitos, em símbolos de uma luta mais geral contrária ao programa do governo instituído.

Contra toda a lógica e a complexidade da conjuntura, foi nesse momento que ocorreu o assassinato de Edmundo Pérez Zujovic.¹² Sem reivindicar explicitamente qualquer intuito frente às circunstâncias políticas, um grupo de extrema esquerda, a VOP (Vanguarda Organizada do Povo) executou o ex-ministro de Frei num ato puro de terrorismo. Esse fato isolado, mas de extrema gravidade, fez emergir novamente o tema da legalidade e da ordem pública, colocando em xeque o papel do governo. A UP, procurando explicar o crime como resultado de ações daqueles que queriam a desestabilização do governo, ficou, pela primeira vez, em posição defensiva frente aos outros atores políticos.

Do assassinato de Pérez Zujovic a setembro de 1971

A consequência política mais direta do assassinato de Pérez Zujovic foi o esfriamento das relações de aproximação entre UP e DC. Retomando a linguagem antagonista, a DC criticou a passividade do governo frente aos grupos armados

11. O jurista Eduardo Novoa Monreal perdeu as eleições para reitor, mas a esquerda manteve-se forte nos órgãos colegiados, renovados nesta mesma eleição.

12. Ex-ministro de Eduardo Frei, responsabilizado por ações repressivas contra mobilizações populares no governo da DC.

de esquerda. A UP, por sua vez, procurou deslocar a questão para a temática da sedição e da tentativa de desestabilização do governo. A conjuntura, portanto, alterou-se, acentuando-se o clima de acusações recíprocas, sem que ainda fosse assumido um desenho radicalmente polarizado.

Esta mudança do quadro político expressou-se de forma clara na eleição complementar processada na província de Valparaíso, vencida por um candidato da direita da DC. O governo, desconcertado diante do assassinato do ex-ministro de Frei e admitindo que a formação do bloco opositor era um fato consumado, não conseguiu divisar toda a magnitude do significado da reaproximação entre a DC e o PN. Imaginava, também, que a sua vitória de abril poderia ser facilmente reproduzida, não percebendo que o cenário havia se modificado rapidamente, jogando-o numa situação defensiva. Um outro aspecto também problematizava a situação da UP: na específica situação eleitoral da província de Valparaíso, a esquerda levava aberta desvantagem.

Mesmo com a vitória naquela província, a DC procurou evitar, publicamente, a imagem de um pacto com a direita. Exigiu do presidente Allende, sem atacar sua linha programática, um posicionamento claro em favor dos setores democráticos da coligação governista frente aos setores que buscavam o caminho da violência política. Ainda que o assassinato de Pérez Zujovic tenha feito com que a DC radicalizasse o seu discurso contra a UP e o governo, estava claro que a DC procuraria manter a sua política pendular, resguardando-se diante da forte pressão interna dos seus setores mais à esquerda, que haviam ocupado um espaço maior na conjuntura anterior.

A política pendular da DC tinha, de fato, o apoio da maioria do partido. Porém, em virtude dos resultados da eleição de Valparaíso, setores da sua ala esquerda exigiram um afastamento incondicional em relação à direita. A impossibilidade de convivência destas duas políticas no interior da DC acabou por gerar mais uma fissura interna: a dissidência do chamado grupo "tercerista" retira-se do partido.¹³

A saída dos remanescentes "terceristas", naquela conjuntura, coincidiu com mais uma divisão organizativa na esquerda católica. Naquele momento, ocorreu um racha no interior do MAPU, e aqueles que não permaneceram na organização juntaram-se aos recém-dissidentes da DC para formarem a *Izquierda Cristiana* (IC), que rapidamente incorporou-se à UP. A questão de fundo dessas dissidências e rearranjos, no interior da esquerda católica, estava na definição do seu papel

13. Uma parcela dos "terceristas" já havia rompido com o partido para, com o grupo dos "rebeldes", em 1969, formar o MAPU.

do seu lugar no espectro político. O MAPU, desde o início, apresentou-se como uma alternativa aos partidos de esquerda e disputava com eles o terreno popular, enquanto os "terceristas" propunham uma organização e uma política de esquerda católica alternativa à DC. Permaneceu também como pano de fundo, nestas divisões, a temática que opunha socialismo marxista a socialismo comunitário.

O campo da UP também foi afetado por divisões neste contexto. Como desdobramento da conjuntura anterior, o Partido Radical também se dividiu, dando origem ao *Partido de Izquierda Radical* (PIR). A presença do PR na UP empurrava alguns dos seus setores para uma postura nitidamente marxista, enquanto outros consideravam a necessidade de uma identidade mais definida, de corte social-democrata, evitando sua diluição ideológica. Aqueles que formaram o PIR entendiam que os Radicais deveriam cumprir uma função de moderadores na coalizão, servindo de interlocução entre governo e oposição. Aqueles que se mantiveram com a sigla do PR acreditavam que esta postura debilitava a influência do partido na UP.

Se, por um lado, esse processo de rearranjo de forças políticas que a conjuntura apresentava favorecia a UP, ampliando suas bases políticas com a adesão da IC, por outro, complicava o campo de forças em virtude da fratura dos Radicais. Mais tarde isso se tornou evidente através da aproximação entre PIR e DC. Ambos os processos, contudo, indicavam que, caso o centro político continuasse a se debilitar, a polarização ideológica e política poderia ir se impondo, agravando a crise do sistema político e diluindo totalmente o esquema de tripartição de forças que havia permitido a vitória e a posse de Allende e que funcionava ainda como um fator de estabilidade do governo. Porém, àquela altura, a imagem de que a sua sustentação derivava do ímpeto das mudanças colocadas em prática – o que lhe garantia cada vez mais apoio de massas – jogou no sentido de que se acreditasse que, quanto mais as forças de centro se dividissem frente ao processo desencadeado pela UP, mais apoio teria o governo, com a parcela mais à esquerda do centro incorporando-se a ele. Apostou-se, assim, na lógica de blocos, acentuando-se a imagem de que o processo se encaminharia para uma decisão final, obviamente, favorável à UP.¹⁴

Portanto, diante das circunstâncias políticas que se desenrolavam, os principais atores políticos procuravam avaliar e medir suas forças, operando através de cálculos que indicassem como assegurar posições, avançar nas suas estratégias, ganhando ou perdendo com as fraturas internas ou com as dos adversários.

14. Cf. Juan Cárlos, op. cit., 1976.

No plano da ação governamental, prosseguiu-se a implementação do programa econômico através da ação do Executivo, acompanhado das requisições e ações de ocupação de empresas pelos trabalhadores. Os conflitos com o Poder Judiciário, motivados por estas ocupações, permaneceram, especialmente na área têxtil, sem, contudo, tornarem-se rupturais em virtude da flexibilidade jurídico-institucional. Neste plano, o problema mais grave ocorreu em relação à expropriação de empresas de pesca. Um setor de empregados dessas empresas se opôs à expropriação. Tal fato apenas antecipou um problema que, mais tarde, tornou-se crônico, passando a ser um dos fortes instrumentos da oposição: a fratura entre operários e empregados médios quanto à incorporação das empresas à APS.

Um outro problema que também se antecipou naquela conjuntura, mas sem a expressão que teve mais tarde, foi a questão do desabastecimento. Neste momento, a UP apresentou a proposta das Juntas de Abastecimento e Preços (JAPs), uma forma de organização popular vinculada ao governo, voltada para a mobilização frente ao tema do abastecimento. Meses depois, as JAPs apareceriam envolvidas em agudos conflitos derivados da emergência do mercado negro.

A ofensiva da oposição e a discussão econômica

Após um curto período de distensão nos confrontos entre governo e oposição, que marcaram as duas conjunturas anteriores, o último trimestre de 1971 caracterizou-se por uma somatória de conflitos localizados, que atingiram seu auge na fortíssima ofensiva desencadeada pela direita no mês de dezembro. Neste momento, a intensificação da polarização ideológica ganhou as ruas e um caráter de massas, atingindo tanto o governo quanto a política da DC.

A ofensiva da direita assumiu, de início, uma feição gradativa, procurando dramatizar e generalizar conflitos localizados com o objetivo de atingir, setorialmente, grupos sociais até então passivos e outros já bastante envolvidos, em decorrência das reformas implementadas pela UP. Importava à direita criar um clima generalizado de contestação que pudesse isolar a tática da DC e impor uma oposição frontal à UP.

Em outubro, explodiu o conflito na Universidade do Chile, motivado por uma proposta de reforma da esquerda que atingia diretamente a Escola de Direito. Com ocupações de prédios da universidade pela oposição para impedir a implementação da reforma, o conflito assumiu rapidamente características de violência, generalizando-se para a maioria dos cursos. Ocorreram dentro da universidade verdadeiros combates entre grupos antagônicos que buscaram assenholar-se

dos espaços administrativos através da ação direta. Os órgãos administrativos da universidade foram tomados e geridos por grupos de adversários políticos, criando colegiados paralelos, uns negando legitimidade aos outros. Esta situação indicava que, ao contrário do que havia ocorrido nos anos 60, tais conflitos não se pautavam por questões especificamente acadêmicas. Eram, na verdade, embates de origem e natureza política que ali se expressavam, dividindo drasticamente estudantes e professores em torno das questões gerais da política nacional.

Neste mesmo contexto, ocorreram mobilizações e confrontos devido à compra de ações pelo governo do grupo monopolizador da indústria de papel.¹⁵ O móvel político da oposição, neste caso, era a ameaça de supressão da liberdade de expressão. Tais conflitos somaram-se a outros, também localizados, em áreas onde se ampliava a APS, fazendo com que operários se opusessem a empregados e outros profissionais. A direita, a partir deste momento, movimentando-se através de uma estratégia de generalização dos conflitos, encontrava, assim, um terreno fértil para poder passar a uma situação de mobilização de massas contra o governo.

No início de dezembro de 1971, um grande protesto de mulheres contra o desabastecimento — a passeata das “panelas vazias” — marcou o auge da ofensiva de massas da oposição. Conduzido pela direita, o ato desdobrou-se em enfrentamentos de rua que se prolongaram artificialmente por uma semana, com barricadas, incêndios de veículos particulares e públicos, ataques às sedes dos partidos da UP e a personalidades da esquerda, gerando uma situação de aberta confrontação civil, com o governo decretando estado de emergência em Santiago.

O desenrolar dos acontecimentos, antes mesmo da generalização dos conflitos a partir de dezembro, indicava avanços substanciais da direita sobre as bases da DC. Estes sinais alteraram profundamente a postura da DC nas negociações com a UP sobre as áreas da economia, que haviam sido abertas em setembro.

Àquela altura interessava vivamente à UP garantir a governabilidade diante dos sintomas de polarização, e, à DC, localizar o conflito com o governo no plano institucional. Ao contrário da direita, a DC não advogava a queda do governo, mas sim a sua institucionalização. Para a DC, o comportamento radicalizado da direita só estimulava os setores extremistas da UP. Porém, a via administrativa e extraparlamentar da UP, no seu entendimento, também comprometia a manutenção da institucionalidade.

15. A maior produtora de papel (a *Papelera*) era controlada pelo grupo monopolista Matte-Alessandri, de fortes ligações com a direita, especialmente com o jornal *El Mercurio* e o Partido Nacional.

Nas conversações de setembro, das quais Allende participou diretamente, firmou-se um pacto no qual o governo se comprometia a enviar ao Congresso um projeto de lei sobre a APS. No entanto, em outubro, alegando morosidade por parte do governo, a DC enviou ao Congresso um projeto de Reforma Constitucional, retirando as prerrogativas legais do Executivo que lhe haviam permitido, legalmente, implementar as reformas para configuração da APS. Este projeto da DC, conhecido como projeto Hamilton-Fuentealba, dispunha fundamentalmente que a lei determinaria “os meios e os bens de produção [a serem] incorporados à área social da economia, das quais será dono exclusivo o Estado, (...) e os que formarão a área mista [Estado e particulares em conjunto]”. Os demais integrariam a área privada. Ainda em outubro, os dois senadores da DC acrescentaram no projeto original um dispositivo enfatizando que a lei também determinaria as empresas, bens ou meios de produção, distribuição e crédito que pertenceriam à “área estatal, social, mista ou privada da economia”. A novidade estava na distinção entre “área social” e “área estatal”, entendendo-se pela primeira a área “em que o uso e usufruto de empresas, bens ou meios indicados” pertenceriam aos trabalhadores, bem como a sua administração.¹⁶ Com os olhos voltados para as eleições da CUT, que se realizariam logo depois, a DC propunha esta modificação pensando, sob algumas condições, em empresas autogestionadas pelos trabalhadores.

Porém, é importante ressaltar que, ainda que fossem observadas condições ótimas de tramitação, a própria dinâmica parlamentar indicava que, de acordo com o projeto, só seria possível a nacionalização de oito empresas por ano, um número bastante reduzido frente ao que almejava a UP. Todas as expropriações deveriam ter, assim, sanção legal, caso a caso, o que contraditava as intenções da UP em dois planos: impunha um ritmo bastante gradual às mudanças e rejeitava a estreita vinculação entre estatização e socialização.

Esta atitude da DC obrigou o governo a enviar um projeto alternativo visando garantir a legalidade das prerrogativas presidenciais quanto à expropriação de grandes empresas, consideradas fundamentais para a economia do país. O projeto assinado por Allende em 20 de outubro reafirmava a definição das três áreas da economia e assegurava a situação dos pequenos e médios proprietários. Era um sinal claro que pairava o veto presidencial sobre a aprovação do projeto de Reforma Constitucional da DC. Para a UP importava aprofundar o processo de

expropriações para poder negociar com mais força, ainda que correndo o risco de processos de polarização e radicalização de massas.

Foi precisamente neste contexto que se iniciou a ofensiva de massas da direita. A espiral de conflitos políticos dessa conjuntura coincidiu também com a preparação para duas eleições complementares que seriam realizadas em janeiro de 1972: para senador, em O'Higgins e Colchagua; e para deputado, em Linares. Em ambas, a DC e o PN aliaram-se e conseguiram vencer os candidatos da UP. Em Linares, a temática eleitoral da esquerda foi marcadamente rupturista em relação ao programa da UP, com uma forte presença do MIR aliado a setores da UP, o que indicava o início de situações difíceis no interior da coalizão governamental.

Diante dos impasses no plano institucional, do problema do desabastecimento e da desenvoltura com que se movia a direita, a DC, receosa por suas bases, radicalizava mais ainda suas ações contra o governo, disputando com a direita a direção da oposição. Além do mencionado projeto sobre as áreas da economia e da oposição aberta nas eleições de janeiro de 1972, a DC liderou no Congresso um processo de acusação contra o ministro do interior de Allende, J. Tohá, retomando a temática da ordem pública e as paranóicas hipóteses de ruptura da institucionalidade. Foi o primeiro momento em que DC contestou frontalmente o governo da UP no Parlamento. A esta ofensiva da DC a esquerda reagiu judicialmente e mobilizou amplas massas em apoio ao governo.

Diante das circunstâncias adversas, da visível discrepância que começava a ocorrer no interior da UP, do confronto político permanente no Parlamento e das derrotas eleitorais de janeiro, o governo alterou seu ministério, convidando representantes do PIR, inclinados a estimular as negociações com a DC, para fazerem parte deste. Procurando recuperar a iniciativa política, Allende enviou ao Congresso um projeto de lei que definia as 91 empresas a serem incorporadas à APS.¹⁷

No início de 1972, os conflitos na Universidade do Chile ganharam uma solução negociada e a DC obteve no Congresso a aprovação para a sua Reforma Constitucional referente às áreas da economia, bem como o sancionamento da denúncia constitucional contra o ministro Tohá. As vitórias parlamentares sinalizavam à DC a viabilidade da sua estratégia oposicionista, garantindo a sua manutenção no cenário político como um ator que se pautava pela defesa das

16. Cf. G. Martner, op. cit., 1988, p. 166-7.
17. Pelo projeto de Allende, das 91 empresas a serem nacionalizadas e estatizadas, 57 faziam parte da APS e 34 da área mista. No final de 1971, 20 das 57 já estavam sob controle do Estado e 10 das 34 já faziam parte da área mista. Cf. S. Bitar, op. cit., 1989, p. 138.

instituições, uma oposição política legal que se distinguiu em procedimentos e ações das posturas da direita. No entanto, o sucesso dessa estratégia dependia de um conjunto de variáveis ainda não inteiramente equacionado. A questão da estruturação da nova economia encontrava-se em disputa, já que a DC apresentou-a como uma Reforma Constitucional, requerendo então a aprovação de dois terços do Congresso. Isto significava que os conflitos neste plano iriam prosseguir. Se a situação do governo era difícil, as alternativas para a DC também eram bastante reduzidas: ou conseguia institucionalizar as ações governamentais e isolar a direita, ou teria de enfrentar mais tarde uma negociação com a UP, e mantê-la, como forma de afirmar sua estratégia até o fim, em condições cada vez mais difíceis para se diferenciar da direita. O que estava em jogo, para a DC, era a sua capacidade de se manter como força de centro e reformadora, utilizando-se para isso exclusivamente a via do conflito institucional, estratégia que, aliás, só era possível ser sustentada com a direção do partido nas mãos dos seus setores centristas.

O ano de 1971 encerrou-se, portanto, com o governo da UP vivendo uma ofensiva bastante forte da direita e da DC, embora os sintomas de violência presentes no último mês não tenham se transformado em uma tendência irrefreável. No interior da UP todos estes acontecimentos tiveram uma repercussão bastante grande, fazendo emergir com mais força suas divisões internas, encobertas enquanto a UP deteve a iniciativa política. No entanto, já no início de 1972, era claro o desacerto que envolvia as forças políticas no interior da coalizão e entre algumas delas e o governo. A via chilena ao socialismo expressa por Allende não parecia encontrar respaldo nas manifestações públicas do próprio PS e do MAPU e tampouco nos círculos intelectuais da esquerda. Mesmo em torno da APS, as divergências mostravam-se cada vez mais acentuadas. Frequentemente apareciam agudas críticas quanto ao controle do governo frente ao processo de ação espontânea das massas. Para a esquerda, situada dentro ou fora do governo, todo o problema residia em saber como se passaria do governo popular ao poder popular.

Em fevereiro de 1972, o presidente Allende convocou os partidos e os técnicos do governo para uma discussão sobre a situação econômica do país, em Arrayán, uma localidade de Santiago. Nesta reunião, foi feito o primeiro balanço autocrítico do governo da UP. A despeito dos bons resultados de 1971, a situação econômica no início de 1972 tornava-se, de fato, cada vez mais difícil, apresentando diversos problemas, como a escassez de produtos, inflação e mercado negro, ou seja, problemas econômicos conjunturais sérios, enquanto o governo e a UP continuavam a manter a sua política de implantação da APS, de redistribuição

de renda e de não provocar efeitos negativos entre os pequenos e médios empresários.

Em Arrayán, o que acabou prevalecendo foi a conciliação entre diagnósticos e perspectivas diferentes, reafirmando-se a política que vinha sendo seguida. Assim, quanto aos desajustes entre oferta e demanda, e quanto à intensidade de ampliação da APS, prevaleceu a política de controle de preços e de remunerações por parte do Executivo e uma mais acentuada transferência de rendas das grandes empresas para o setor social. A UP revelava, desta forma, não possuir um esquema alternativo, fixando-se na sua estratégia inicial. No essencial, portanto, a reunião não alterava a estratégia da UP, mas evidenciava a imensa dificuldade das suas lideranças em formular adequadamente uma estratégia de reversão do quadro desfavorável ao governo.¹⁸

As negociações UP-DC e os sintomas de crise

De março a junho de 1972 ocorreram novas conversações entre o governo e a DC a respeito da conformação da nova economia. Tais negociações aconteceram numa situação bastante difícil em face do agravamento dos sintomas de crise e de desestabilização.

Do lado de fora dos gabinetes onde as conversações se processavam, a direita empreendeu, em abril, uma nova ofensiva, direta e incisiva, com uma manifestação que denunciava a ilegalidade do governo. Foi a partir deste momento que a direita lançou a palavra de ordem "pela desobediência civil". Prosseguindo a sua estratégia de derrubada do governo por ações extralegais, o grupo extremista "Pátria e Liberdade" passou a advogar abertamente a defesa de um governo militar e nacionalista como única saída para o país.

Outros episódios demonstravam também o avanço do clima de deterioração política. Uma seqüência de ocupações de terras na província de Nuble, dirigidas pelo MIR, e uma série de enfrentamentos em Melipilla mostravam uma tendência cada vez maior de manifestações de violência que se espalhavam pelo país. Por outro lado, tais incidentes, que exigiram uma posição dura do governo, demonstravam a dificuldade da UP de estabelecer uma relação sólida de alianças com setores sociais externos à coalizão. A cada intervenção direta do governo em questões de ordem pública, os desentendimentos com o Poder Judiciário torna-

vam-se freqüentes e, nos casos anteriormente citados, acabaram por gerar uma indisposição entre a organização sindical dos advogados e o governo, favorecendo a temática da ilegalidade defendida pela direita.

Em junho, um protesto do setor varejista, que tencionava o fechamento das lojas ao meio-dia, transformou-se em mais uma confrontação entre governo e oposição. O governo autorizou a manifestação, mas proibiu a paralisação do comércio. Este ato administrativo desencadeou o locaute do comércio, com os fiscais do governo multando os infratores. Foi o suficiente para a direita instrumentalizar o movimento, sob a alegação de que o governo pretendia estatizar o comércio e, por isso, fortalecia as JAPs. Não conseguindo fazer frente a esta ação da direita e contornar a situação, o governo demonstrava toda a sua dificuldade de consolidar uma aliança social com as camadas médias. Estes setores, que no início eram antes de tudo espectadores do processo de nacionalização e estatização, que aliás não os envolvia, já em fins de 1971 e início de 1972, gradativamente, passaram a formar com o conjunto do setor privado um único bloco.¹⁹

Tornou-se cada vez mais clara também a dificuldade do governo de controlar os sintomas de deterioração da economia, cujos sinais mais visíveis e graves eram a retomada da inflação e as dificuldades de abastecimento. Neste momento, como mais uma expressão destas situações críticas, explodem no seu próprio campo várias greves em empresas mineradoras já nacionalizadas e em órgãos administrativos, cujas reivindicações eram basicamente econômicas.

Porém, o incidente de maior gravidade nesta conjuntura ocorreu em Concepción, onde militantes da UP e do MIR e ativistas da direita entraram em um confronto direto. Para além do caráter de espontaneidade e explosividade que revelavam, tais confrontos nunca configuraram-se como embates em que, de fato, estivessem em pauta a vida ou a morte de quem se envolvia neles, mas sim uma demonstração de forças entre atores antagônicos. Do ponto de vista político mais geral, o que se pretendia era a sedimentação de uma situação que evitasse qualquer sucesso nas conversações entre UP e DC.

O agravamento dos conflitos nessa conjuntura prendia-se também ao fato de que a estratégia governamental permitia uma intensificação da atividade mobilizadora de massas que, naquele momento, já começava a ultrapassar os próprios limites do programa da UP. Para além das áreas monopolistas, a mobilização espontânea visando às estatizações atingiu também as pequenas e médias empresas. Na intensificação da reforma agrária e da organização das JAPs, emergiu a

imagem de um poder popular, sendo que o processo de requisições de empresas, bem como sua administração passaram a ser vistos como um exercício concreto de poder operário. Como já indicado, a partir de um dado momento, conciliar diretrizes de governo e mobilizações espontâneas, ou aquelas estimuladas por setores da UP, passaria a ser cada vez mais uma operação política bastante difícil. No entanto, todas as medidas governamentais e as ações diretas das quais o governo não tinha controle conformariam uma mesma identidade para a política da esquerda, indicando que a UP atuaria correndo todos os riscos da polarização de massas.

Ainda assim, num contexto em que crescia de forma clara a polarização ideológica e política, com mobilizações e ações diretas de lado a lado, a DC procurou manter-se como uma oposição institucional. As suas bases sociais ainda eram sólidas, o que ficou demonstrado nas eleições realizadas para a renovação da direção da CUT, em que, pela primeira vez, votaram todos os seus filiados. A DC obteve uma votação expressiva ao lado da esquerda, que se manteve como a maior força entre os trabalhadores.²⁰

Imersas nesta conjuntura, as negociações entre UP e DC estenderam-se, como já mencionado, de março a junho. Do lado da UP, o mais difícil era encontrar uma saída de consenso com a DC que mantivesse a sua unidade, já que setores importantes da UP entendiam que se deveriam radicalizar as posições e acompanhar o curso da luta das ruas. Já os setores centristas da DC, que mantinham uma política de negociação com o governo, viam na polarização ideológica e política das ruas o sinal de que a política da direita avançava, sendo difícil manter as suas bases num acordo defensivo.

Procurando ganhar tempo, Allende fechou o Congresso, impedindo a seqüência de reuniões extraordinárias que examinariam as propostas para a área econômica. Neste período, prosseguiram as negociações até avançarem ao seguinte ponto: o governo aceitava a exigência da DC de condicionar o processo de expropriações à sanção legal, e a DC admitia a aprovação de uma lista de empresas a serem estatizadas no interior da sua Reforma Constitucional. Era um acordo que satisfazia os dois lados, uma vez que não impedia a realização do programa da UP e atendia as exigências institucionais da DC. No entanto, em abril, o ministro da justiça, membro do PPR, foi desautorizado pelos líderes dos partidos

20. Nesta eleição os resultados foram: PC 30,90%, P 36,46%, DC 26,33%, MAPU 4,60%, PR 3,78%, MIR 1,80%, USF 0,96%, FIM 0,83%, R 0,80%, AP 0,28%, PPO 0,28%, PCR 0,12%, Independentes 0,57%, Outros 1,62%. Branços 0,93%. Total: 559 756 votos. Cf. Arriagada, op. cit., 1974, p. 224.

da UP, que consideraram o acordo firmado com a DC lesivo ao programa da coalizão. Este fato motivou a saída do PIR do governo.

Allende se opôs frontalmente às lideranças da UP que contestaram o acordo e enviou ao Parlamento – reaberto naqueles dias – os vetos presidenciais à Reforma Constitucional, explicitando que a presidência possuía dispositivos legais tanto para transferir uma empresa de uma área para outra da economia como para proceder à nacionalização das 91 empresas anunciadas, com as respectivas formas de indenização para isso, não havendo portanto necessidade, em ambos os casos, de sanção legal, como postulava a DC. Allende se contrapôs também às limitações que a DC queria impor à aplicação do Decreto-Lei 520 e à anulação das expropriações posteriores a 14 de outubro de 1971 (data em que entrou em tramitação o projeto da DC). O presidente propôs, ainda, uma ampliação das atividades econômicas reservadas ao Estado nos campos da telefonia, dos bancos e da indústria de cimento. Por fim, recusou o tópico da Reforma Constitucional que previa a entrega de empresas aos trabalhadores, mas defendeu não apenas a sua participação na gestão destas mesmas empresas, como também a participação nos lucros, conforme o caso, em se tratando de empresas estatizadas, e em qualquer área da economia, de acordo com a determinação legal.²¹

A partir de junho, Allende interveio nas negociações, procurando tratar diretamente com a direção política da DC. Após os vetos presidenciais, as negociações prosseguiram devido ao peso ainda importante da ala esquerda da DC. Diversos setores empresariais pressionaram abertamente as lideranças da DC, apostando no fracasso das negociações. O clima político tornava-se extremamente tenso e polarizado, com a UP e a oposição promovendo atos políticos de massa, onde se explicitava claramente o confronto entre o Executivo e o Legislativo. Em 12 de abril, no ato público realizado pela oposição, o único orador foi Patrício Alwyn, membro da DC e presidente do Senado. Uma semana depois, Allende encabeçava uma mobilização de massas conduzida pela UP.

Mesmo assim, nos meses seguintes, as negociações prosseguiram e conseguiu-se uma boa solução para o impasse. Em junho de 1972, firmou-se um acordo em que o número de empresas a serem incorporadas à APS seria reduzido para oitenta. A DC admitia uma lista de empresas a serem requeridas, enquanto a UP aceitava a exigência legal para tais requisições. O governo também cedia frente ao problema da estatização da *Papelera* e, no que se refere aos bancos, a administração seria mista, integrada por membros do Estado e dos trabalhadores,

com um gerente designado pelo Estado. Em alguns bancos, o número de representantes de trabalhadores seria sete e do Estado, três. Em relação às empresas autogestionadas propostas pela DC, chegou-se ao seguinte acordo: a propriedade seria social, mas não estaria sob controle da CORFO – esta controlaria exclusivamente as empresas estatais. Uma nova Corporação, de representação paritária entre Estado e trabalhadores, dirigiria a área de empresas autogestionadas. O governo também cedeu quanto à parte das 80 empresas que deveriam ser autogestionadas. Quanto à participação nos lucros das empresas estatais – uma proposta da DC –, acordou-se que esta fosse distribuída em forma de serviços de bem-estar e consumo coletivo; o restante iria para um fundo comum para todas as empresas de trabalhadores. O governo também aceitou que fossem definidas de forma mais rigorosa as requisições das empresas e comprometeu-se a enviar um projeto de lei dando garantias aos pequenos e médios proprietários.²²

Sabendo das fortes pressões sobre as lideranças da esquerda da DC, que a esta altura conduziam as negociações, e visando impedir as manobras da direita, Allende, conforme o que havia sido acordado, retirou alguns dos seus vetos ao projeto de Reforma Constitucional e assinou todos os novos projetos.²³ No entanto, no Parlamento, acabou sendo imposta a política da ala direita da DC. O partido recuou, então, dos acordos firmados e manteve, com o apoio do PN, o seu projeto original. Frente a todo esforço negociador do presidente, acabou por prevalecer, portanto, quer no conjunto da esquerda – que permaneceu recusando aquele encaminhamento –, quer no interior da DC, uma política extremista de endurecimento das posições, impedindo qualquer conciliação.

A inflexão tática da DC buscava submeter integralmente o Executivo ao Legislativo e, ao mesmo tempo, negar qualquer atribuição ao Judiciário para dirimir os conflitos entre os dois poderes no caso da Reforma Constitucional. Assim, para a DC, ou o governo subordinava-se ao Congresso ou deveria assumir o plebiscito como a única saída para o impasse. Ao governo não restava outra alternativa a não ser prosseguir a sua política de ampliação da APS e rejeitar todas as exigências da DC, firmando-se na defesa da institucionalidade e dos poderes conferidos ao Judiciário. O impasse, no plano institucional, cristalizava-se portanto, e iria repercutir fortemente no plano da luta político-social.

Assim, sob impactos diversos, a conjuntura de meados de 1972 já se mostrava bastante tensa, sendo que o fracasso das negociações entre UP e DC só favoreceu

21. Cf. G. Mattner, op. cit., 1988, p. 170.

22. Cf. B. Bitar, op. cit., 1980, p. 168-72.

23. Cf. B. Bitar, op. cit., 1980, p. 171.

ao fortalecimento dos setores extremistas de ambos os lados. Por outro lado, a UP apresentava-se, cada vez mais, como um ator político inteiramente dividido, o que se comprovaria na segunda reunião autocrítica de *Lo Curo*, em Santiago. Neste encontro, foi feito um profundo questionamento da direção econômica do governo, resultando na composição de um novo gabinete ministerial, com a substituição de Pedro Vuskovic por Carlos Matus no ministério da Economia. Nesta nova equipe, Orlando Millas, membro do PC, passou a ser o novo ministro da Fazenda. Foi também a partir desta reunião que se explicitou no interior do governo a disjuntiva “*consolidar o avançar*”, opondo, de um lado, Aflende, PC e PR, e, de outro, basicamente, PS e MAPU.²⁴

Divergências na UP e avanço da radicalização

Com o fracasso das negociações entre a UP e a DC, a única alternativa que restava ao governo no plano institucional era interpelar o Tribunal Constitucional para a manutenção dos vetos presidenciais à Reforma Constitucional patrocinada pela DC. Isto significava que o governo manteria a sua estratégia e a DC continuaria contestando-a como antagônica às instituições, mais precisamente contra o Parlamento.

Nos meses que se seguiram, de julho a setembro, conflitos localizados no plano social continuaram a ocorrer. Explodiu uma nova paralisação do comércio, evidenciando a sensação de ameaça reinante entre os setores médios, obrigando o governo a agir de maneira enérgica para a manutenção da ordem pública, o que acirrava ainda mais o ânimo confrontista da direita e lhe permitia atuar com mais desenvoltura, minando também as bases da DC.

No plano político, a lógica de blocos apresentava-se plenamente delineada, mantendo-se as contradições parciais entre a política da direita e a da DC. Nas eleições que se realizaram para a renovação da direção da Federação de Estudantes do Chile (FECH), a UP conseguiu uma vitória importante frente à DC e ao PN, que saíram em listas separadas. Numa eleição complementar, em Coquimbo, enfrentando a DC e o PN separados, a esquerda conseguiu outro importante triunfo. Ambos os resultados produziram momentaneamente a impressão de reversão do quadro político desfavorável à UP.

24 Sérgio Hilar esquematizou o que se configurou como “Opção 1” (*consolidar*) e “Opção 2” (*avançar*), op. cit. 1980, p. 163.

Ainda que a DC procurasse manter sua autonomia, rejeitando o caminho da direita, de confrontação total com o governo, não restava a ela outra alternativa a não ser a composição política com o PN. Com vistas às eleições parlamentares de março de 1973, aprovou-se no Parlamento uma nova legislação eleitoral, que permitia a formação de partidos em coalizão. Para estas eleições, a UP transformou-se, então, em Partido Federado da Unidade Popular e a DC, recusando compor uma mesma federação com a direita, admitiu, contudo, a constituição de uma confederação dos partidos de oposição, criando a Confederação Democrática (CODE), que abrigaria duas federações: uma formada pela DC e pelo PRI e outra pelo PN. A criação da CODE indicava, portanto, que o compromisso entre DC e PN era pontual e que ainda predominava a perspectiva legal de oposição ao governo.

No plano da ação governamental, a reversão da difícil situação econômica, após a substituição dos ministros da área econômica, expressava-se pela tentativa de implementação do chamado “plano Millas”, adotado depois de junho de 1972. Reconhecia-se, através da estratégia de Millas, que se deveriam enfrentar os efeitos negativos gerados pela política econômica imposta no primeiro ano. De fato, o impacto redistributivo, ampliando a oferta, não fora acompanhado por novos investimentos e pela recuperação da capacidade ociosa das empresas. A emergência da crise implicou decréscimo do salário real, sendo que o incremento do gasto público, aumentado com as estatizações, estimulou a inflação. A tentativa de se manter o comércio externo nos mesmos níveis dos governos anteriores não considerou os efeitos perversos gerados pelo bloqueio externo, principalmente dos EUA. A estratégia de recuperação jogava com o aumento da produção da área social, especialmente na agricultura e na produção de cobre e, por isso, pregava uma maior disciplina no trabalho e defesa da hierarquia, contrapondo-se à idéia de administração direta dos trabalhadores. No plano macroeconômico, promovia-se um ajuste de preços das empresas estatizadas com o intuito de diminuir os déficits do Estado e de controlar estritamente as remunerações. Com relação ao plano externo, o ajuste priorizava ao máximo a poupança de divisas.

Pelo “plano Millas”, portanto, pensava-se em reverter o quadro desfavorável ao governo através de mecanismos prioritariamente econômicos, separando o da esfera política. Nesta visão, os problemas da esfera política deveriam encontrar uma solução própria. Esperava-se também que, encontrado o equilíbrio político, a estabilidade iria favorecer o desempenho econômico. Porém, a possibilidade de ver estas duas dimensões separadamente se comprovava inteiramente equivocada.

Em meados de julho, significativas parcelas da UP, aliadas ao MIR, lançaram um ataque frontal à política seguida pelo governo central na província de

Concepción. Trata-se dos acontecimentos conhecidos como a Assembléia do Povo de Concepción. O PC foi o único partido, dentre as forças da esquerda mais significativas da UP, que se recusou a participar. A Assembléia do Povo de Concepción propôs a dissolução do Congresso Nacional e a sua substituição por uma Assembléia do Povo. À primeira vista tratava-se da reedição, em moldes e métodos inteiramente distintos, do projeto apresentado pela UP e rejeitado em 1971, em que se pretendia a supressão das duas casas legislativas e a sua substituição por uma Câmara Única, em eleição simultânea à do presidente da República. No caso da Assembléia de Concepción, o fato novo era a explicitação, por parte daquelas forças de esquerda, da perspectiva de se intervir na crise política através da instituição de um duplo poder. A ruptura com a política do governo era, então, flagrante, o que implicou o rechaço público do presidente da República e do PC.

Para Allende, a crise política pela qual passava o governo deveria ser enfrentada atacando-se os problemas políticos e econômicos concretos, seguindo-se não apenas o programa da UP, como também o percurso legal desenhado pelo próprio presidente desde o início do governo. Numa carta enviada à direção central do PS, em julho, Allende afirmava ser fundamental à esquerda, no plano estratégico, assegurar a institucionalidade e defender a democracia e, no plano tático, debelar a crise econômica e preparar-se para a luta eleitoral de março de 1973, visando à conquista da maioria no Parlamento.

As divergências no interior da esquerda eram agora mais duras e públicas. Os pedidos de Allende no sentido de não serem estimuladas mais ocupações de empresas foram abertamente contestados por dirigentes do PS. Neste momento, além das controvérsias públicas entre o PC e o MIR, incidentes entre a polícia e moradores da periferia de Santiago (no *Campamento Lo Hermita*), com a morte de uma pessoa, colocaram em forte oposição os dois partidos.²⁵ Este incidente levou o PS a contestar publicamente a atitude do ministro da justiça, membro do partido. Allende, ao mesmo tempo em que determinava a destituição dos principais chefes de polícia envolvidos no episódio, deslocou-se para o local do incidente e foi enfrentado pelos moradores. Estava claro que no interior da esquerda atuava a mesma lógica que esteve presente na Assembléia do Povo de Concepción, em que se apostava no aguçamento dos conflitos como via de passagem para a conquista de um novo poder.

O cenário global do país era o de confrontação cada vez mais aberta, com situações de explosão e de violência multiplicando-se a cada momento, embora muitas emergissem a partir de acontecimentos sem nenhuma correlação direta com a política. Tudo isso afetava seriamente o padrão de institucionalização dos conflitos, que havia sido uma tônica do desenvolvimento político chileno e que tinha permitido a posse e uma relativa estabilidade no primeiro ano de governo da UP.

Novamente em setembro, apareceu na imprensa o tema da sedição, envolvendo agora os militares, em virtude das festas nacionais de 18 de setembro. Embora em situações de crise política, o mês de setembro sempre fora no Chile um momento em que se levantavam estas suspeitas; existiam sintomas evidentes de que uma conspiração para a derrubada do governo estava sendo tramada. Em outubro explodiu a crise de maior profundidade enfrentada pelo governo desde a posse.

A CRISE DE OUTUBRO DE 1972

A crise de outubro representou a ofensiva mais incisiva e geral da oposição desde o início do governo Allende. O país viveu uma paralisação quase integral das suas atividades, evidenciando um grau altíssimo de organização, inovação e mobilização das organizações patronais e da classe média, em contestação aberta e frontal ao governo.

Conduzida pelas organizações patronais e com ativo apoio externo, a paralisação geral de outubro iniciou-se a partir de reivindicações parciais dos setores empresariais e de classe média, pressionando o governo com a ameaça e depois com a efetivação de paralisações de âmbito nacional. Estas manifestações iniciaram-se por setor e por região no início do mês, com reivindicações pontuais e corporativas, para depois ganharem dimensão nacional. Para atingir este patamar, o movimento precisou ultrapassar os interesses corporativos e contraditórios existentes no seio do empresariado, algo que somente pôde ocorrer em virtude de uma articulação política alcançada a partir das próprias organizações patronais. A simultaneidade das demandas e a forma de ação com comandos múltiplos, táticas de guerrilha e greve generalizada explicitavam, portanto, a presença da direita em todo o movimento, cujo intuito era gerar uma situação de enfrentamento decisivo das classes proprietárias contra o governo, esperando que o clima geral de instabilidade e violência propiciasse um levante militar. Importava à direita colocar as organizações patronais como lideranças do movimento, evitan-

²⁵ Cf. Garrido, Mullán, op. cit. 1983, p. 23.

do assim uma identificação política mais precisa. Expressando a fusão de interesses que se forjava, o movimento teve como seu centro dirigente a Confederação da Produção e do Comércio e a Frente Nacional da Atividade Privada, articulando as reivindicações das organizações patronais dos comerciantes, dos industriais, dos empresários agrícolas, dos construtores, dos transportadores e aquelas dos técnicos e profissionais de nível médio.²⁶

Identificar a paralisação do país com os interesses gerais dos setores empresariais e de classe média contra a política econômica foi decisivo para a direita no sentido desta poder atrair as bases e a cúpula da DC. Na visão da direita, a adesão da DC poderia também dar ao movimento um caráter de oposição popular, isolando ainda mais o governo. Isto, contudo, não conseguiu ser imposto em virtude da mobilização desencadeada pelos partidos da UP.

Em meados de outubro, com a deflagração da paralisação dos caminhoneiros em todo o país, o governo reagiu de forma enérgica, decretando Estado de Emergência em dez províncias. Imediatamente o movimento explodiu em ações de violência, especialmente entre os estudantes, que duraram quase ininterruptamente todo o mês de outubro. A dura reação do governo acabou por gerar atos de solidariedade em outros setores até então não envolvidos diretamente nos conflitos, possibilitando neste momento a realização de um grande ato de massas promovido pela oposição. Esta iniciativa, se por um lado fortalecia a direita como nunca, por outro, contribuía para evidenciar mais uma vez as fortes discrepâncias ainda existentes no seio da oposição, com o PN defendendo a continuidade das ações diretas para a derrubada do governo, e com a DC e o PIR apelando para que a oposição ainda mantivesse como horizonte as eleições de março de 1973.

A esquerda, neste contexto, apelando à iniciativa de massas, à disciplina e à organização em apoio ao governo, conseguiu ultrapassar temporariamente suas divisões, reagindo ativamente no sentido de assegurar legitimidade ao governo. A UP empreendeu uma ampla mobilização de massas de caráter positivo, com vistas a manter o país em funcionamento, envolvendo especialmente a CUT e as JAPs.

O confronto entre governo e oposição atingiu o momento de maior endurecimento na segunda quinzena de outubro, com a greve dos médicos e a recusa dos presidentes da Câmara e do Senado de dialogar com Allende. Foi nesta ocasião que a oposição elaborou o famoso "*Pliego de Chile*", um documento que visava nortear as negociações com o governo para se alcançar uma solução para a crise. Confrontando abertamente a autoridade do presidente, este documento,

na verdade, impedia qualquer negociação, pois sua aceitação, por parte do governo, implicava a sua ilegitimidade. Tal iniciativa, contudo, aparecia num momento em que o movimento grevista evidenciava o cansaço de diversos setores, com alguns já procurando uma negociação própria com o governo. O endurecimento da oposição ocorria, portanto, quando o seu movimento ameaçava fraturar-se, sendo que a UP, de forma surpreendente, havia conseguido manter o país em funcionamento, evitando que a violência se alastrasse ainda mais. Outro feito inesperado para a direita foi o de a UP ter conseguido assegurar a neutralidade das Forças Armadas no conflito.

No final de outubro, o conflito diminuía sua intensidade no plano social e se voltava para o plano institucional. O PN lançou então uma acusação a quatro ministros de Allende, pedindo a decretação de ilegalidade do governo no Parlamento. Com o seu predomínio incontestável no Parlamento, a DC recusou esta proposta da direita e retomou a sua postura negociadora. A solução do conflito, para a DC, estava na formação de um novo gabinete ministerial que assegurasse um clima de confiança para a oposição, a fim de que as eleições parlamentares de março de 1973 pudessem ocorrer dentro da normalidade. Sem o apoio da DC e sem ter conseguido envolver diretamente os militares na paralisação geral, a direita viu a sua tática de confrontação global sem possibilidades, de desdobramentos naquele momento.

No entanto, a solução da crise acabou por trazer os militares para o centro do cenário político. A constitucionalidade e a neutralidade das Forças Armadas – visão presente tanto na UP quanto na DC – foi pensada como elemento decisivo para a superação da crise de outubro e a garantia da institucionalidade vigente, ainda que isso tivesse de significar o regresso dos militares na vida política do país. No início de novembro, Allende formou um novo gabinete ministerial com a presença dos militares, figuras proeminentes da UP e o presidente da CUT.²⁷ Também no início de novembro, o Comando Geral das organizações patronais decretou o fim da paralisação.

Do ponto de vista analítico, a eclosão e a superação da crise de outubro apresentaram alguns elementos importantes que merecem ser explicitados. Em primeiro lugar, revelaram que a perda da ofensiva política por parte da UP nas conjunturas anteriores, desorientando suas bases e acentuando suas divisões internas, comprometia a sua capacidade para enfrentar uma escalada ofensiva da

27. No gabinete de 2.11.1973, o Comandante em Chefe do Exército, General Carlos Prats, passou a ser o ministro do Interior, o Contra-Almirante Ismael Huerta, ministro de Obras Públicas e o General, da Brigada Aérea, Claudio Sepúlveda, ministro da Habitação.

direita. A intensa militância em defesa do governo foi vivenciada pelas bases como uma verdadeira epopéia revolucionária e vista pelas lideranças como uma situação de pré-guerra civil. Foi neste momento que surgiram os Cordões Industriais e os Comandos Comunais, formas novas de organização e mobilização de massas em apoio ao governo. Por outro lado, a emergência da questão militar foi pensada, num primeiro momento, como a incorporação necessária de um fator de poder ao governo, ou seja, como uma tática defensiva, uma operação de acumulação de forças. Ao ser debelada a crise, contudo, prevaleceu no interior da UP um outro raciocínio: a incorporação dos militares às responsabilidades diretas de governo passava a ser entendida como o aval para o aprofundamento do programa. Esta nova formulação expressava a tentativa de garantir a unidade da coalizão, uma vez que os militares se constituíam num fator legitimador a mais para o governo manter a sua estratégia de negociação e garantir alguma estabilidade, o que contrariava setores cada vez maiores na UP, que postulavam a ruptura do Estado e a revolução aberta.

Em segundo lugar, o desenrolar da crise revelou o erro de cálculo da direita ao desencadear a sua "ofensiva final". Na estratégia da direita, o recurso aos militares era absoluto, mas o ritmo impresso à sua ofensiva, visando estabelecer um cenário de crise total, não coincidiu com o ritmo alcançado pela crise no interior da corporação militar. Naquele momento, o princípio unificador constitucionalista nas Forças Armadas demonstrou ser ainda bastante forte, mesmo frente à intensa crise do sistema político. O longo período de afastamento dos militares do centro da cena política correspondia ao lugar por eles ocupado no desenvolvimento político chileno: atores institucionais, mas secundários do ponto de vista da resolução das crises políticas. A relação entre o governo da UP e os militares, no que diz respeito a aparelhamento e salários, não se configurava como um fator de crise, sendo inclusive melhor do que a de governos anteriores. Desta forma, portanto, o tratamento dispensado aos militares pela sociedade política havia construído ao longo de anos uma imagem que, ao mesmo tempo, lhes dava identidade: a sociedade não os compreendia como atores decisivos no plano da política. Reverter este quadro, quer no interior da corporação militar quer no conjunto da sociedade, era uma obra política que dispensava um tempo e um cálculo que a direita não soube administrar, agindo, àquela altura, de forma prematura.²⁸

²⁸ O tratamento dispensado aos militares pelos políticos foi, em grande parte, um dos fatores responsáveis pela violência política depois de 1973. Quando a direita conseguiu o seu intento, ela não foi capaz de controlar os militares. A ruptura com o espaço da política seria então, total.

A crise de outubro revelou também um aspecto importante quanto ao comportamento da classe média. A organização e a mobilização destes setores evidenciaram um alto grau de insegurança neles presente. As sucessivas ocupações por ação direta, inclusive em pequenas e médias empresas, a intervenção do governo em diversas dimensões da economia, particularmente no setor terciário, os problemas relativos ao desabastecimento e a quebra da normalidade cotidiana em virtude das freqüentes greves, ocupações e conflitos abertamente violentos atingiram psicologicamente os setores de classe média, fazendo com que a sensação de ameaça crescesse progressivamente e fosse aproveitada pela direita como um fator de afirmação da sua estratégia. As campanhas publicitárias da direita, martelando o tema da propriedade privada, procuraram incutir na classe média que o governo da UP, com suas propostas socializantes, encaminharia o país para a implantação do totalitarismo.

Do ponto de vista político e cultural, a sensação de ameaça vivida pelos setores médios derivava também da política desenvolvida pela UP, que contraditava radicalmente o esquema de gradualismo e negociação pelo qual o sistema político havia se estruturado e onde a classe média aparecia como setor social politicamente imprescindível. Como desdobramento do clima geral já estabelecido no governo anterior, isto é, de oposição antagônica entre "alternativas globais", a UP radicalizava a sua imagem de "governo revolucionário". O seu estilo político, ao reivindicar a centralidade do operário e do popular, afrontava a ideologia individualista da classe média, marcada por uma concepção "natural" das desigualdades sociais, bem como a cultura do mérito pessoal como critério social. O papel que havia sido desempenhado pela classe média nas políticas pendulares dos Radicais encontrava cada vez menos espaço, sendo que as ações da UP eram dirigidas no sentido de rejeitar objetivamente a sua continuidade.

No final de 1972, restavam poucos recursos operativos para a continuidade da estratégia assumida por Allende. A superação da crise de outubro não havia significado a resolução dos conflitos políticos centrais do período. Estes refluíam para depois voltarem à cena. Os encaminhamentos da UP, visando aprofundar a implementação do seu programa como forma de garantir a sua unidade orgânica, mantiveram o clima de polarização. A impossibilidade de acordos com o centro debilitava ainda mais a estratégia de Allende, ao mesmo tempo em que fragilizava os setores do centro político mais permeáveis às propostas da UP. O acordo político era fundamental para que o centro permanecesse em atividade, evitando a sua neutralização. A crise de outubro demonstrou que a DC, iludida com a sua capacidade de dirigir o movimento, incorporava-se progressivamente

à estratégia da direita. De outro lado, a idéia de intensificar as “ações revolucionárias” – uma palavra de ordem cada vez mais forte em vastos setores da esquerda – indicava a total desconsideração das tensões, reais ou artificiais, que continuariam a ser produzidas pelos diversos segmentos das classes dominantes e da direita.

DA CRISE DE OUTUBRO AO GOLPE MILITAR

A última fase do governo da UP foi marcada pelas eleições parlamentares de março de 1973 e por seus desdobramentos políticos. Os resultados de março seriam decisivos para a imposição da estratégia de confrontação total conduzida pela direita, pois revelariam que o caminho legal para a deposição do governo encontrava-se bloqueado. Nesta fase, o centro político foi definitivamente neutralizado, com um avanço sem precedentes da polarização ideológica, o que se expressaria nas mudanças efetivadas no interior da DC. As divergências no seio da UP se tornariam cada vez mais insustentáveis, dificultando enormemente qualquer perspectiva de manutenção da unidade da coalizão como ator governante. Em meados de 1973, com uma tentativa de golpe militar, os sintomas de colapso da democracia chilena já eram fortíssimos, algo que se confirmaria mais tarde com a deposição do presidente Allende.

A superação da crise e as eleições de 1973

Com a resolução da crise de outubro, a temperatura política declinou acentuadamente. Os conflitos deixaram o plano da confrontação direta para se concentrarem novamente na arena institucional, centralizados na temática dos militares e no problema legal dos processos de expropriação de empresas. Conformava-se um jogo em que o tempo político era medido com vistas às eleições parlamentares de março.

Como resultado da superação da crise de outubro, prevaleceu, num primeiro momento, no interior da oposição, a avaliação de que a presença dos militares no governo era positiva, porque significava uma garantia legal e constitucional para o pleito de março de 1973. No entanto, procurando ultrapassar rapidamente esta visão, a direita passou a questionar abertamente o papel estabilizador das Forças Armadas e a exigir dos militares uma postura mais incisiva quanto à reversão das

expropriações. Tratava-se de insistir na recusa do papel pacificador assumido pelos militares, procurando impedir qualquer compromisso das Forças Armadas com o governo. A agressividade deste movimento da direita, contudo, não pôde ser impressa como perspectiva do conjunto da oposição em virtude da legitimidade das eleições. Prevaleceria, assim, a estratégia da DC de transformar as eleições de março num plebiscito contra o governo. Uma esperada derrota da UP por esmagadora maioria era vista pela DC como a possibilidade do governo rever suas posições, facilitando a sua institucionalização, e pela direita como a possibilidade de se pedir, ainda institucionalmente, a sua deposição.

A UP enfrentaria as eleições de março sob o impacto cada vez mais crescente do desabastecimento e da escassez de produtos provocados pela especulação, o que fazia crescer o mercado negro. Mesmo a ação das JAPs não conseguia fazer frente a essa situação. Por essa razão, o governo mobilizou instâncias administrativas, criando a Secretaria Nacional de Abastecimento, sob comando de oficiais das Forças Armadas, e aumentando o seu controle e intervenção no mercado regular de produtos. O anúncio de um esquema de racionamento provocaria, nas vésperas da eleição, mais uma intensa polêmica na imprensa, acentuando o clima de polarização.

Como processos correlatos, prosseguiram, nesta conjuntura, as ações da Contraloría de la República contra as requisições de empresas. Essas ações legais implicavam a suspensão das requisições por via legal até que o governo, mediante audiência e justificando o procedimento de insistência, defendesse a validade jurídica dos procedimentos utilizados para as requisições. Conformava-se, assim, uma situação em que gradativamente esse conflito institucional geraria claros sintomas de paralisia governamental, produzindo danosos efeitos no que diz respeito à participação dos militares no governo. Procurando jogar com o tempo, à espera das eleições e para evitar o agravamento das tensões, Allende manifestou-se favorável quanto à revisão de algumas requisições, no que foi imediatamente contestado pelos líderes dos partidos da UP.

Tal fato revelava que as relações entre Allende e a UP deterioravam-se com rapidez. Desde a Assembléia de Concepción, prevalecia nos setores mais esquerdistas da UP a visão de que era necessário estruturar um “pólo revolucionário” e abandonar a estratégia da legalidade. A oposição à política de Allende passou a ser cada vez mais forte no interior da direção do seu próprio partido. Carlos Altamirano, secretário geral do PS desde janeiro de 1971, contrapunha à via chilena defendida por Allende a avaliação de que o Chile encontrava-se numa “marcha irreversível para o socialismo”, e que, diante da “inevitabilidade do

conflito”, era necessário preparar-se para o “enfrentamento decisivo” ao invés de se perseguir o caminho institucional.²⁹

A intenção de Allende, frente a contestações cada vez mais frontais à sua estratégia, era aproveitar a oportunidade das eleições de março para consolidar o Partido Federado da UP, que havia sido formado em meados de 1972. No entanto, a despeito da insistência do presidente, esta intenção não conseguiu se concretizar de forma plena porque a esquerda o viu apenas como um partido instrumental, evidenciando as suas profundas divergências. Deste modo, o Partido Federado da UP, que disputou as eleições de março de 1973, acabou sendo apenas uma construção artificial e conjuntural.³⁰

Apesar desta situação, os resultados eleitorais de março surpreenderam a todos. A Confederação Democrática obteve 55% dos votos contra 44% da UP. Não se confirmara a avassaladora derrota do governo esperada pela direita e pela DC, pois este havia obtido uma expressiva votação, menor do que a de 1971, mas superior a de 1970. O plebiscito acalentado pela DC, esperando um decréscimo eleitoral da esquerda que fizesse com que a UP fosse forçada a negociar em bases desfavoráveis, não se efetivou, o que debilitava os intentos dos democrata-cristãos. O crescimento da DC frente ao PN, por outro lado, não foi suficientemente grande para mantê-la como a força dirigente do bloco opositor e continuar impondo a sua tática centrada no questionamento do totalitarismo da esquerda e na rejeição à sedição proposta pela direita.

Assim, sem poder continuar desempenhando o papel de centro, já que se viu prisioneira da lógica de blocos que a situava ao lado da direita, e sem poder reafirmar a sua clássica postura alternativista porque se encontrava fora do poder, a DC viu a tática que utilizou desde o início do governo se esvaír numa conjuntura de difícil recuperação. Com a UP derrotada e o centro político neutralizado, a violência política, em certo sentido plausível num contexto eleitoral tão polarizado como o de 1973, foi recrudescendo. A partir de março, emergia de maneira muito forte a violência terrorista, com assaltos, incêndios, sabotagens e atentados à bomba. Os grupos de extrema direita indicavam que já haviam se preparado para as condições posteriores ao pleito de março, qualquer que fosse o seu resultado.

29. Cf. I. Walker, op. cit., 1986, p. 81-4.

30. Depois das eleições de março, Allende continuou a insistir no fortalecimento do Partido da UP, buscando uma única direção política para a ação do governo e das massas populares. No Congresso do Partido da UP, realizado em maio, todas as propostas do presidente foram rejeitadas. Cf. J. Carrés, op. cit., p. 344-51.

A tentativa golpista de 29 de junho de 1973

A crise de outubro de 1972 havia aberto definitivamente a disputa pelo apoio dos militares. As eleições de março confirmariam um resultado inteiramente polarizado, acarretando àquela disputa seríssimas implicações. As mais expressivas lideranças da UP, por entenderem que os resultados de março, apesar da derrota numérica, favoreciam o governo, avaliaram que o momento era propício para avançar ainda mais nas transformações estruturais. De acordo com esta leitura, Allende deveria alterar seu ministério, subtraindo a presença militar, necessária na época dos acontecimentos de outubro, mas desprovida de sentido após março. Por essa avaliação abstrusa, concebia-se assim que um acordo com os militares seria mais danoso do que com a DC. Em 27 de março, Allende reestruturou seu ministério, afastando os militares. Estes só retornariam ao governo em 9 de agosto, num gabinete de curtíssima duração.

Em abril de 1973, o governo enfrentou uma ofensiva de massas da direita motivada pela reforma educacional que a UP havia encaminhado ao Congresso, em dezembro de 1971. A contestação à reforma, com atos de massas, vinha ocorrendo desde fevereiro e encontrou campo aberto após a vitória da oposição no pleito de março. O clima político tornava possível à direita contestar como totalitário o projeto da UP. Tal projeto, no entanto, pretendia apenas democratizar e aprimorar tecnicamente o ensino básico e a universidade. Ele enfatizava o ensino politécnico e a adoção de um sistema único de ensino, o que implicava igualdade de oportunidades e superação do elitismo do ensino universitário, já que se poderia chegar à universidade a partir do campo de trabalho. Entretanto, o seu tom altamente ideológico facilitava as investidas da direita na mobilização de setores não apenas estudantis, mas notadamente os militares e a Igreja.

Os confrontos entre os partidários da UP e os da direita em torno do projeto foram violentos e prosseguiram até a retirada do mesmo por parte do governo. Tal atitude, contudo, geraria um profundo mal-estar nos setores mais radicalizados da UP, que passariam a acusar o governo de cumplicidade, alertando para um retrocesso político. Enquanto este fato ocorria no âmbito da esquerda, a direita totaltecia sua ofensiva ideológica, conseguindo que se postassem publicamente ao seu lado setores das Forças Armadas e da Igreja.

Em maio, os conflitos no plano institucional a respeito do projeto de Reforma Constitucional sobre as áreas da economia atingiram um ponto terminal. Prosseguindo na implementação de seu programa e respondendo aos questionamentos da Contraloría de la República quanto à legalidade da expropriação de algumas

empresas, o governo encaminhou ao Congresso um decreto de insistência para expropriar 55 indústrias e incorporá-las à APS. Ao lado deste problema, o Congresso se viu novamente envolvido na discussão dos vetos presidenciais ao projeto da DC, uma vez que havia rejeitado estes vetos por maioria e não por dois terços, o que permitiu a publicação da Reforma Constitucional, acrescida dos vetos do presidente. A Contraloría de la República contestou tal procedimento, exigindo uma definição do Congresso. Para a oposição conduzida pela DC, ou promulgava-se a reforma na sua integralidade ou fazia-se um plebiscito para decidir a questão. Em maio, o Congresso rechaçou definitivamente os vetos presidenciais e o problema passou para a esfera do Tribunal Constitucional. Este, por sua vez, declarou-se incompetente para definir sobre a matéria, alegando tratar-se de uma reforma na Constituição. Esta postura, mais política do que jurídica do Tribunal, implicou uma derrota para o governo. A partir deste quadro, tornou-se claro que não existia mais qualquer árbitro institucional para o conflito: o governo recusava o plebiscito e mantinha-se na tese da aprovação parcial, fazendo valer os vetos presidenciais, e a oposição parlamentar ficava também sem caminhos institucionais a percorrer. O conflito político transbordava, assim, todos os espaços institucionais. A partir daí, o confronto entre Executivo e Contraloría apenas prosseguiria como um embate jurídico estéril, sem perspectivas de resolução. O único tema da oposição passaria a ser a contestação à legalidade do governo.

No campo da esquerda, a crise de outubro havia possibilitado, como se disse anteriormente, o nascimento de novas formas de organização popular, que ganhariam maior relevância nesta conjuntura. Eram os Cordões Industriais (organismos de base vinculados ao setor produtivo e que também operavam numa determinada base territorial) e os Comandos Comuns (aglutinadores de todas as organizações de base ao nível territorial). Estas novas formas de organização, independentemente da controvérsia no interior da esquerda a respeito de seu sentido político e estratégico, permitiram um grau maior de unidade na base popular e possibilitaram uma melhor coordenação e mobilização das atividades do movimento popular em virtude da imperiosa necessidade de defesa do governo. No entanto, elas expressaram também o alto grau de tensão existente no interior da esquerda entre o governo e o que se convencionou chamar, na época, de "pólo revolucionário".

Diversas mobilizações populares localizadas, dirigidas pela lógica do "pólo revolucionário", inclusive com a tomada do poder local, levaram estas novas organizações a se expressarem ostensivamente contra o poder central. No entanto, isto não chegou a inviabilizar o seu caráter autônomo, sendo que estas organiza-

ções constituíram-se, de fato, ainda que por pouco tempo, em um forte elemento de sustentação do governo.

Desta forma, a emergência destas novas formas de organização, numa situação defensiva, não pôde fazer com que se pudesse explorar o potencial democratizador que ali se expressava. O assédio dos setores mais radicalizados, com seu discurso ideológico inclinado a ler o período como pré-insurrecional, criava mais uma imagem heróica destas formas de organização do que afirmava o seu sentido real. Naquele momento já se havia perdido a perspectiva inicial de uma descentralização do poder político – uma proposta original no programa da UP –, e a questão da socialização da política era um tema inteiramente concentrado na dimensão do aparelho de Estado, conectado à temática da gestão centralizada da economia.³¹

Nesta conjuntura, o clima de radicalização política influiu diretamente na luta interna dos partidos, sendo que em alguns deles processaram-se mudanças importantes como resultado direto dos impasses que se vivia. No campo da UP ocorreu uma fratura no interior do MAPU, motivada por uma tentativa fracassada de se obter um realinhamento geral dos blocos políticos em franca polarização. O setor que se despreendeu do MAPU, formando o MAPU-Obrero/Campesino (MAPU-OC), encaminhava-se mais para uma política próxima dos comunistas, enquanto o segmento que permaneceu como MAPU manteve-se mais inclinado a realizar a política do "pólo revolucionário".

Entretanto, a alteração mais significativa foi a derrota interna dos setores centristas da DC. Em maio, a direção partidária passou para as mãos da sua ala direita. A postura de neutralidade pretendida pela DC estava inteiramente derrotada, embora o seu discurso se mantivesse na linha de defesa do regime constitucional.

A situação política avançava, assim, para um quadro de deterioração da legitimidade do governo, que alguns setores da UP pareciam não querer levar em conta. Em relação às suas próprias bases sociais, o sinal mais visível desta deterioração foi a prolongada greve na mina de cobre *El Teniente*. Além do desgaste político para o governo, uma greve prolongada neste setor tinha repercussões econômicas diretas e seriíssimas. Porém, a ocorrência de uma paralisação onde o PS tinha fortes bases políticas e em contestação direta ao governo era um sinal inequívoco de que a direita havia conseguido ampliar as suas bases políticas

31. Cf. Alejandro Rojas, *La transformación del Estado. In experiencia de la Unidad Popular*, Santiago, Documentos, 1987, p. 122-31.

para além daquelas que possuía na época da crise de outubro. Tal fato ficou demonstrado pela surpreendente solidariedade angariada por este movimento entre os setores da juventude católica de ultradireita, indicando que, mesmo minoritários, alguns setores operários aderiam à estratégia de confrontação total com o governo. Nem mesmo a decretação de uma greve geral de apoio ao governo, comandada pela CUT, conseguiria reverter este quadro, demonstrando que a situação era mais desfavorável do que a de outubro de 1972.

A deterioração do ambiente político seria explicitada de forma contundente com a tentativa de golpe militar de 29 de junho, que ficaria conhecida como *Tancazo*. Naquele dia, uma unidade blindada de Santiago atacou o Ministério da Defesa e cercou o Palácio do Governo, resultando em 22 mortes, a maioria de civis. Apesar da extrema gravidade, este pronunciamento militar, que durou apenas uma manhã, explodiu como uma manifestação isolada no interior da corporação militar, conduzida principalmente por comandantes que haviam sido punidos por suas atividades expressamente sediciosas, rompendo com a hierarquia. O movimento apresentou cenas até mesmo cômicas, com tanques circulando pela cidade e obedecendo aos sinais de trânsito, sendo que um deles chegou a parar para abastecimento. A resposta enérgica do Comandante Chefe do Exército, General Prats, que mobilizou as forças disponíveis e isolou os rebeldes, conseguiu abortar o movimento. Prats chegou até a percorrer o local dos combates, caminhando de “peito aberto” com uma metralhadora nas mãos, para conseguir a rendição de todos os rebeldes.

Mesmo debelado, o *Tancazo* revelou o grau de fragilização do governo e a clara iniciativa dos setores de extrema direita em conduzir a situação para a intervenção direta das Forças Armadas na crise política. Diversos representantes do movimento Pátria e Liberdade estiveram envolvidos nesta tentativa de golpe e, com o seu fracasso, asilaram-se na embaixada equatoriana.³²

No contexto do golpe de junho, os Cordões Industriais tiveram um papel decisivo de mobilização para a defesa do governo. Criou-se até mesmo a ilusão de que era possível, pela mobilização de massas a partir das novas formas de organização popular, enfrentar com sucesso os dispositivos golpistas. Em seguida, muito mais em virtude do clima emocional e psicológico, estes Cordões foram utilizados com a finalidade de se empreender uma ofensiva de novas ocupações de indústrias, bem como para a organização econômica de emergência. Porém,

a despeito de todo esforço, ficou claro naquele momento que a UP estava despreparada para a sua defesa militar, caso o levante tivesse tido uma gravidade maior. As novas formas de organização popular revelaram ser úteis como reserva política e moral para a esquerda, mas a sua “eficácia militar” estava inteiramente condicionada a uma divisão nas Forças Armadas, com os comandos principais postando-se ao lado do governo. Estava claro, portanto, que “evitar a guerra civil” – o apelo público do governo e da UP para denunciar os dispositivos golpistas – não era algo que se conseguiria apenas com mobilizações de massas. A possibilidade real de se evitar a guerra civil, como enfatizaria o General Prats, residia no comportamento das Forças Armadas: caso estas se mantivessem agindo em torno de fórmulas de consenso das quais também participassem, a guerra civil poderia ser evitada.

Após o *Tancazo*, a oposição no Congresso rejeitou o pedido do governo de decretação de Estado de Sítio para poder combater legalmente os dispositivos golpistas no âmbito civil. Estava evidente que nenhuma atitude do governo era vista sem desconfiança. Até os mais ardorosos defensores das instituições, como os líderes históricos da DC, falavam na necessidade de substituição do governo para se garantir a democracia. “Substituir o governo”, naquele momento, era apenas uma linguagem mais cândida para se defender o golpe militar.³³ A política, neste contexto, passou a ceder terreno para a guerra, e nele a figura do adversário político foi substituída pela figura do inimigo.

A derrubada do governo da UP

Ainda que debelada a tentativa de golpe de junho, era flagrante a posição defensiva do governo diante da desenvoltura assumida pela estratégia de confrontação total conduzida pela direita. O governo movia-se exclusivamente no sentido de evitar a guerra civil como resolução da crise em que estava imerso o país. A UP realizou, naquele momento, diversas manifestações com o intuito de denunciar a ameaça de golpe militar e o avanço do fascismo. Não havia outra lógica política no governo a não ser a desesperada tentativa de sobreviver, num momento em que a estratégia da direita afirmava-se integralmente.

32. Para N. Davis, “nos dias que antecederam ao golpe, tornou-se claro que Frei e seus colegas de partido já haviam concluído que a única saída para a crise que o Chile atravessava era uma ação militar. O próprio partido declarou isso publicamente, após o golpe”. Cf. op. cit., 1990, p. 173.

32. Cf. Nathaniel Davis, *Os dois últimos anos de Salvador Allende*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1990, p. 197-202.

Allende fez ainda uma última tentativa de reestruturação ministerial, trazendo novamente os militares para um gabinete de emergência que duraria pouquíssimo tempo. Contudo, a intenção de Allende ao reincorporar os militares não era mais a de estabelecer uma política de consenso. Os militares estavam sendo chamados para defender o governo contra uma sedição aberta e, neste caso, à medida que as Forças Armadas tinham de optar por um dos dois lados, o papel dos militares extrapolava a tradicional postura institucional para postar-se a favor de um dos blocos em conflito. A posição de árbitros, em última instância, estava, portanto, cancelada, e a correlação de forças no interior do aparelho militar já se mostrava favorável a uma solução extraconstitucional. Na leitura da corrente que prevaleceria no alto comando, aos militares importava salvar a nação e não um governo que, de acordo com essa visão, já havia deixado de ser legal. Ao contrário de outubro de 1972, portanto, a presença militar no governo acentuaria mais ainda as fortes dissensões no interior das Forças Armadas.

O ambiente político para que os militares assumissem tal postura era inteiramente favorável: fracasso das tentativas de participação nos gabinetes ministeriais; contestação geral à hierarquia, com ataques e manifestações contrárias ao Comandante Chefe do Exército, o General Prats; denúncias de infiltração na Marinha; e violentos confrontos envolvendo o Exército na desocupação de algumas fábricas, a mando judicial. Pode-se dizer que, em meados de agosto, em virtude da aguda crise de governabilidade, de todos os acontecimentos mencionados acima e de uma reação conjunta dos comandos militares das três armas, já se esboçava uma dualidade de poderes.³⁴

O General Prats, ministro da Defesa no gabinete de emergência, confrontado abertamente pela direita – Prats foi enfrentado na rua por manifestantes direitistas –, pela DC, que alegou a falta de representatividade de Prats nas Forças Armadas, e pelos setores extremistas da esquerda, principalmente em razão da aplicação discriminada da Lei de Controle de Armas e das invasões militares às fábricas ocupadas, teve a sua legitimidade integralmente deteriorada em face destes acontecimentos. Sem nenhuma alternativa para se manter na procura de um consenso para debelar a crise, Prats renunciou em 27 de agosto.

A estratégia de confrontação total da direita assumiu o seu clímax. Completava-se o quadro de deslegitimação do governo, atingindo-se os pilares da sua legitimidade institucional, o que lhe retirava qualquer fator de sustentação. Foi por essa razão que a direita, ainda neste contexto, prosseguiu nos ataques ao

governo, centrando fogo no tema da fraude nas eleições de março, algo que, sem dúvida, não teria qualquer consequência em relação aos resultados gerais do pleito.³⁵ Estava claro que a ofensiva neste plano visava atingir o último pilar da legitimidade do regime político que sustentava o governo frente à sociedade.

Atestando o altíssimo grau de polarização e radicalização, a violência terrorista, nesta conjuntura, atingiria patamares sem precedentes: somente no mês de julho haviam sido realizados 140 atentados, inclusive com o assassinato de um membro do governo. A direita desencadeou, ainda neste momento, mais uma onda de greves, envolvendo estudantes e novamente os transportadores. Nesta altura, ao contrário dos movimentos anteriores, o motivo das greves já aparecia explicitamente: a renúncia do presidente da República e a intervenção imediata das Forças Armadas.

Foi neste contexto que ocorreram as últimas conversações entre a UP e a DC, sob contestação aberta dos militantes de base dos Cordões e dos Comandos, que nesta fase mobilizavam-se ardentemente. Estava claro que já não havia mais, por parte dos partidos da UP, a possibilidade de conectar, a partir do governo, direção política e militância de base.

Entretanto, observando as pautas desta última negociação, é possível divisar a incapacidade completa de percepção da conjuntura política. A DC visava abertamente à derrocada do governo através de um pacto e, por isso, radicalizava as exigências, transformando em ficção qualquer atitude negociadora. As exigências da DC inviabilizavam, de fato, qualquer consenso: o governo deveria reconhecer que atuara fora da legalidade e formar um gabinete de garantias, sem representantes dos partidos marxistas. Descabida, esta era, no entanto, a única possibilidade que a DC via para não ser totalmente capturada pela direita, como se isso, àquele altura, fosse uma hipótese real. Para o governo, um acordo desse gênero era inteiramente inviável, pois atingia frontalmente o seu caráter, com consequências diretas e gravíssimas para a coalizão e para as suas bases de apoio.

Assim, as últimas negociações entre o governo e a DC, para além do ambiente político absolutamente incontrolável para qualquer uma das partes, estavam inteiramente condenadas ao fracasso. Em 22 de agosto, o Parlamento declarava a ilegalidade do governo. Este, sem nenhuma interlocução com as Forças Armadas, devido à renúncia de Prats, e sustentado por um significativo mas impotente apoio de massas, só contava com a sua própria legitimidade: era um governo constitucionalmente eleito. Porém, isto já não bastava.

34. Cf. Garretón, Moulhan, op. cit., 1983, p. 128.

35. Cf. N. Davis, op. cit., 1990, p. 162-73.

A fortíssima demanda por autoridade, espalhada pela sociedade e projetada nos atores políticos, conseguiu ser captada e muito bem operada pela direita. O colapso da democracia pôde ser traduzido, assim, na forma objetiva da direita resolver a crise chilena. Nas palavras do General de Brigada Alfredo Canales Márquez, pouco antes do Golpe, vaticinava-se a solução para o Chile: um governo autoritário, forte e impessoal, a ser realizado pela força, que se constituía na reserva moral da nação.

Ainda que não tenha sido integralmente assim, principalmente devido à ascendência que, depois da intervenção militar, iria ter o General Augusto Pinochet, impôs-se de forma completa a lógica da guerra aberta, sabidamente desigual por aqueles que a declaravam.³⁶ Como um paradoxo sinistro, a “profecia” da inevitabilidade da confrontação acalentada pelos setores mais radicalizados da esquerda se confirmou, em 11 de setembro de 1973, por meio de um golpe militar, encerrando o governo da UP.

A VIA CHILENA: ENTRE ALLENDE E A UNIDADE POPULAR

A experiência chilena como tentativa de construção do socialismo nos marcos da institucionalidade teve na Unidade Popular o seu principal ator político. O seu fracasso prende-se efetivamente à gravidade dos conflitos do período, mas também não deixa de estar relacionado com o entendimento e a aceitação da estratégia democrática contida na via chilena ao socialismo.

Uma vez que no interior da Unidade Popular o projeto da via chilena ao socialismo nem sempre foi compreendido e assumido como uma via democrática, a identificação integral entre ambas acabou por não se configurar numa linha política clara e hegemônica nem no interior do governo nem entre os partidos que o apoiavam. Isto ocorreu e pode ser compreendido tanto em função da cultura política que informava os partidos da esquerda chilena quanto pelo caráter *anunciador* e, por conseguinte, *inconcluso* do próprio projeto da via chilena como uma via democrática ao socialismo.

Em decorrência disso, a ação governativa da Unidade Popular não conseguiu expressar-se consensualmente através de um projeto claro de condução da construção do socialismo pela via democrática. Neste sentido, é possível apontar os limites das interpretações conclusivas da experiência chilena que a compreendem como uma aplicação prática da via democrática ao socialismo. Esta última apenas permaneceria como o elemento mais inovador que se anunciava no projeto da via chilena ao socialismo, expressando-se quase que exclusivamente no comportamento político do presidente Allende ao tentar, a partir do governo, conduzir o processo naquela direção.

36. Cf. Garratón, Moulian, *op. cit.*, 1983, p. 130

No entanto, esse elemento projetual, mais intencional do que dirigente de uma grande política, aos poucos perdeu poder de atração e eficácia, diluindo-se na imperiosa necessidade de manter unida a coalizão de esquerda como forma de sustentação política do governo. Do ponto de vista prático, por fim, a via chilena ao socialismo acabou por reduzir-se a um conjunto de operações táticas frente à economia e ao aparelho de Estado, conformadas na chamada "via político-institucional".

Tanto o projeto da via chilena ao socialismo quanto a prática da Unidade Popular no governo não aparecem, contudo, desligados e separados da cultura política que informava a esquerda chilena. Desta forma, é importante ressaltar alguns elementos teóricos consensuais que atuaram como princípios gerais na experiência chilena e que influíram decisivamente nas ações do conjunto da esquerda.

Havia, no interior da Unidade Popular e também fora dela, um conjunto de elementos teóricos consensuais indicativos tanto das dificuldades quanto das limitações da esquerda para consubstanciar a via chilena em uma via democrática, uma vez que encontravam-se assentados muito mais numa visão já cristalizada da cultura política do socialismo do que em elementos fundadores de uma via nova e original para a construção socialista.

Assim, a despeito de terem sido enfatizadas aqui as profundas divergências que marcavam os setores da esquerda dentro e fora do governo, é importante demarcar, ainda que de forma sintética, alguns dos pontos que se afirmavam como consensuais quanto à visão do socialismo e da transição para ele.

Ainda que dividida em relação ao projeto expresso pelo presidente, a esquerda chilena teve diante de si um desafio que não podia deixar de enfrentar: formular e colocar em prática uma estratégia de trânsito democrático ao socialismo. Entretanto, frente a este desafio inédito, a esquerda chilena em seu conjunto raciocinava de forma bastante convencional.

Ao proporem a construção do socialismo como tarefa derivada das iniciativas de seu governo, as forças políticas da Unidade Popular viam nele uma necessidade histórica e uma *etapa inevitável* da evolução da sociedade, além de acreditarem que as condições objetivas da sociedade chilena já indicassem a necessidade da sua adoção. O socialismo era concebido pela Unidade Popular como uma construção histórica da classe operária em luta antagônica contra a burguesia, o que implicava, como solução deste antagonismo, a conquista pela classe operária do poder de Estado para, em seguida, transformar o seu caráter de classe. Tornando-se classe dominante, a classe operária procederá à socialização dos meios de produção que, ao lado do poder operário, criariam as condições para a extinção tanto do Estado como da sociedade de classes.

No entanto, era também um pressuposto da Unidade Popular que este processo, ao ser abordado no plano histórico-concreto, exigiria necessariamente uma etapa de *transição* na qual o Estado, intervindo de forma direta na economia, iria realizar as transformações destinadas à socialização dos meios de produção. Foram em torno das questões que envolviam esta etapa de transição — o seu caráter, a sua duração e o comportamento das forças populares no governo — que estiveram centradas as principais divergências dentro da Unidade Popular.

No interior da Unidade Popular havia consenso de que esta etapa de transição teria como tarefa fundamental a conversão do Estado burguês existente em um "Estado Popular". A fórmula de conquista deste Estado passava pelo fortalecimento das organizações de base dos trabalhadores e requeria a intervenção direta e política das suas organizações de vanguarda. Os mecanismos legais da institucionalidade, dentre eles os atribuídos ao poder Executivo, eram também entendidos como válidos e importantes na realização das expropriações e nacionalizações contidas no programa de governo da Unidade Popular, o que permitiria o fortalecimento dos setores majoritários da sociedade, fator de poder para a gestação de um novo ordenamento jurídico. Portanto, era consensual o privilégio da dimensão econômica como aquela que iria possibilitar e facilitar, em virtude das alterações das relações de poder no interior da sociedade, a transformação institucional e política do Estado.¹

Não é difícil atestar, então, que a visão da construção do socialismo proposta pela Unidade Popular não se apresentava como integralmente nova frente à teoria socialista. No interior da Unidade Popular, o que se entendia por teoria socialista, independente da afirmação de uma ou outra corrente, era o conjunto das formulações que conformavam o "pensamento marxista", a partir de Marx e Engels, passando pelas formulações e práticas da social-democracia do século XIX, pela experiência bolchevique e da III Internacional, até as experiências práticas do projeto iugoslavo, da experiência maoísta, guevarista e castrista e as contribuições da chamada "nova esquerda" dos anos 60 (Sartre, Marcuse etc.). Dentro de um quadro referencial tão vasto, obviamente, cristalizavam-se ênfases e lacunas. Em relação à social-democracia e ao bolchevismo, o destaque recaía, de um lado, em Kautsky e Rosa Luxemburg, e, de outro, em Lenin e Trotsky. O austro-marxismo, por sua vez, não era sequer mencionado. O pensamento de Antonio Gramsci era outro grande ausente. Referências a Gramsci e a Togliatti só existiam de maneira esporádica em textos de Garcés, sem ocupar um lugar relevante.

1. Cf. A. Rojas, op. cit., 1987, p. 39-41.

Desta forma, o que se entendia por teoria socialista constituiu-se muito mais em fator de legitimação ideológica da proposta defendida pela Unidade Popular do que num conjunto de referências para uma construção teórica inovadora.² Na prática da Unidade Popular, portanto, observa-se que o recurso à teoria afirmava-se como o terreno onde se legitimava ideologicamente as ações do governo e, ao mesmo tempo, o lugar onde as divergências de projetos se acirravam.

As afirmações constantemente reiteradas de que o Chile apresentava uma realidade histórica particular para a construção do socialismo foram, com a parcial exceção do presidente Allende, tomadas mais como uma retórica do que como um imperativo para a elaboração de uma nova teoria da transição socialista. A esquerda enfrentou o chamado ineditismo do processo – para recusá-lo ou endossá-lo – tomando como referência as “leis gerais da revolução”, afirmadas pelo caráter científico da teoria do socialismo sustentada no marxismo.

Muito do debate que ocorreu na esquerda reportou-se, freqüente e permanentemente, à cientificidade da teoria marxista, para apontar, conforme a procedência do discurso, os “desvios de esquerda” ou de “direita” das proposições práticas que se sugeriam ou que eram implementadas. Em geral, a afirmação da particularidade do caso chileno estimulou a crítica aos “desvios de esquerda”. Ainda que discrepante em relação aos discursos dos partidos, a posição de Allende nunca foi “acusada” como um “desvio de direita”, pois o debate concentrava-se no âmbito ideológico, terreno no qual Allende conseguira manter perante toda a esquerda a imagem de um revolucionário, ainda que esta tivesse contestado o seu reformismo mais em função da alegação de que o seu discurso não comportava teoria do que em função da sua ideologia.

Os pontos consensuais que afirmavam a unidade da coalizão, centrados numa visão de teoria como emanção ideológica e científica, supostamente capaz de dar conta do processo dirigido pela Unidade Popular, revelaram-se de difícil manejo frente ao que a própria esquerda se propunha. Pensando o período como de transição ou pré-transição – o que, do ponto de vista da discussão feita aqui, não importa tanto –, a questão-chave era como abordar a construção do socialismo como um *processo político*.³ De fato, a despeito de toda dificuldade revelada pela esquerda para formular e tornar hegemônica no seu interior uma nova leitura acerca da transição, bem como a natureza do socialismo que queria implantar, a

Unidade Popular postou-se como um ator político que afirmava querer manter a democracia política vigente no país.

Coloca-se aqui, então, o problema da relação entre democracia e socialismo na prática política e governativa da Unidade Popular e também nas formulações e construções projetuais da via chilena ao socialismo. Este, portanto, não era um problema artificial, mas, como mencionado, era uma questão colocada mais pela particularidade chilena do que pelos elementos teóricos consensuais que a Unidade Popular esposava como suas referências para a construção do socialismo.

No que reporta diretamente ao tema do socialismo, o problema consistiu precisamente em formular uma maneira de abordá-lo politicamente, já que a Unidade Popular o concebia estritamente como um projeto de reorganização econômica da sociedade. Socialismo e socialização eram temas enfrentados, tanto de maneira teórica quanto programática, como questões eminentemente econômicas. O fortalecimento das organizações populares e a sua presença no seio do Estado, para em processo alterar o seu caráter, eram o único elemento político previamente definido e que permaneceu como referência por todo o governo da Unidade Popular.

Quanto à democracia, excetuando-se a ênfase na participação popular, a dificuldade em definir expressamente as relações da Unidade Popular com a questão configurou-se ainda maior. A democracia foi para a esquerda chilena um espaço vital para o seu desenvolvimento. No entanto, ela formou-se e prosseguiu atuando, de forma quase que integral, como se a compreendesse como o invólucro paradigmático do capitalismo.⁴ A esquerda chilena estruturou-se tendo como base uma leitura da história do país a partir de uma ótica bastante particular, centrada na história das lutas operárias. A temática da *ordem política* era vista como uma questão das classes dominantes, a despeito da própria esquerda ter-se integrado nela como ator político de significação, especialmente a partir dos anos 30. As elites econômicas do Chile, por sua vez, faziam da temática da ordem uma imagem também abstrata, um retrato “naturalista” das suas percepções da sociedade e do mundo. Assim, valorizar positivamente a democracia chilena – na leitura da esquerda “a ordem da classe dominante” – era o mesmo que afirmar o ponto de vista ou a ideologia de uma classe antagônica.⁵

Quando a Unidade Popular chegou ao governo em 1970, as suas ambigüidades frente à relação entre democracia e socialismo embaralharam a nitidez da

2. Cf. Cristián Cox, “La teoría en la ideología política de la Unidad Popular”, in VV AA., *Ideología y procesos sociales en la sociedad chilena 1970-1971*, Santiago, Flacso, v. I, 1971, p. 167-70.

3. Cf. Norberto Lechuer (org.), *Estado y política en América Latina*, México, Siglo XXI, 1981, p. 308.

4. *Ibidem*.

5. Cf. Marcelo Schilling, “Hacia una crítica de la interpretación histórica de izquierda en Chile”, in *Temas Socialistas*, n. 2, Santiago, Vector, 1983.

coalizão de esquerda como ator político. Postulando a transformação social a partir de fora do aparelho de Estado, a esquerda havia conseguido demonstrar, por décadas, que era capaz de construir e vocalizar um discurso fundado na perspectiva dos governados. De uma abordagem mais teórica, esse discurso *ex parte populi*, centrando-se nas temáticas da igualdade e no direito à não-opressão, não tomava para si a necessidade de ordem e unidade do Estado e, numa visão prospectiva, apostava até mesmo na sua fratura. Esse discurso, somado aos elementos ideológicos da esquerda, pôde garantir a sua legitimidade revolucionária. Contudo, a Unidade Popular, chegando ao governo, confrontou-se com a necessidade de elaborar uma nova formulação: um discurso *ex parte principis*, justificador do seu direito de comandar e ser obedecido, garantidor, portanto, da unidade do poder e da ordem política.⁶ O problema era, de fato, real, e evidenciava-se, por exemplo, na insistência de Garcés em querer combinar “legitimidade revolucionária” e “legitimidade institucional”.

O desafio posto à Unidade Popular como ator político era, portanto, o de construir um discurso a partir do Estado, dando e assegurando-lhe legitimidade perante a sociedade como um todo. A questão da democracia, a partir deste momento, não poderia mais ser trabalhada como se a Unidade Popular fosse um ator externo à ordem política e institucional. Desta forma, tornar-se governo e continuar perseguindo a construção socialista como uma ruptura revolucionária foi o que definiu todas as contradições vividas pela Unidade Popular.

Como protagonista central, Allende foi o ator político que mais buscou a conexão entre os dois discursos acima apresentados, e é por essa razão que a sua linha política, tática e estrategicamente, diferenciou-se dos dois principais partidos da Unidade Popular: o PC e o PS. Para ambos, a superação do Estado burguês no processo revolucionário chileno se concluiria obrigatoriamente no estabelecimento da ditadura do proletariado.

No entanto, para o PC, em virtude da sua estratégia de revolução por etapas, o período de transição deveria se processar de forma a que a institucionalidade do Estado democrático permanecesse intocável. A fase de libertação nacional da revolução chilena, uma etapa prévia à instauração do socialismo – e, para os comunistas, o desenho da via chilena ao socialismo era esse –, deveria ocorrer sem alterações substanciais da institucionalidade vigente. Os comunistas pautavam-se, assim, pela defesa categórica da particularidade do processo, mas reali-

6. As referências teóricas aqui utilizadas estão desenvolvidas in Norberto Bobbio, *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*, São Paulo, Paz e Terra, 1986, p. 87-106.

zavam a leitura desta particularidade no interior do esquema marxista-leninista, o que supunha precisamente que, ultrapassada a etapa da libertação nacional, a temática da instauração da ditadura do proletariado estaria colocada. No entanto, procurando atuar no processo revolucionário chileno de forma bastante pragmática e flexível, os comunistas empreendiam uma defesa do Estado de Direito, separando-a da dimensão econômica e concebendo a supressão da classe burguesa como um processo econômico. Esta operação, referida freqüentemente à práxis leninista, deixava em aberto se as conquistas democráticas seriam consideradas estratégicas ou táticas, isto é, se seriam tratadas como referenciais para a sociedade socialista que se queria construir ou se seriam válidas apenas no processo de transição que precederia a conquista total do poder. Ora, precisamente a particularidade chilena exigia uma definição por parte dos comunistas se o seu projeto socialista afirmava em definitivo os valores da democracia política, ou se, conforme a correlação de forças, seria adotado por eles o mesmo caminho que havia marcado experiências anteriores de implantação do socialismo. Por defenderem de forma tão categórica o Estado de Direito, os comunistas estavam obrigados a responder esta questão. Não o fazendo – e foi isto o que aconteceu –, a própria noção do período de transição permaneceria ambígua e obscura.

Para o PS, a resolução da questão do poder político colocava-se no interior do próprio processo de transição. Os socialistas rejeitavam a noção de revolução por etapas e, portanto, a idéia de que o governo Allende configurava uma pré-transição socialista. Os socialistas propunham, como estratégica, a conquista de um “Estado Paralelo”, cuja função seria destruir o Estado representativo existente. A tarefa primordial do governo Allende seria possibilitar a criação das bases para a construção deste Estado, abrindo passagem para a implantação da ditadura do proletariado. Os socialistas pensavam, então, em um processo ininterrupto de confrontação global, sendo a questão da ruptura com o ordenamento jurídico-institucional um problema a ser examinado taticamente, isto é, considerando a acumulação de forças sociais, políticas e militares. Para os socialistas estava claro que todo processo revolucionário – e o chileno não se diferenciaria disso – colocava inevitavelmente a questão do confronto decisivo de classes. Nesta construção, não havia, portanto, uma via chilena ao socialismo, isto é, um processo ou uma formulação inédita que alteraria o percurso dos processos revolucionários de implantação do socialismo. A particularidade chilena confirmaria, mais uma vez, as leis universais da revolução.⁷

7. Cf. Schilling, “Hacia una crítica...”, op. cit., 1983.

Idênticas quanto às referências teóricas e aos horizontes projetados, mas diversas no que se refere ao comportamento político frente às circunstâncias apresentadas à Unidade Popular, as posições do PC e do PS definiram em muito o curso dos acontecimentos. Defendendo, sob todos os riscos, a governabilidade, o PC foi o partido da Unidade Popular que mais trabalhou em conjunto com a presidência da República. Allende, por sua vez, embora legitimado na tradição dos socialistas, pôde encontrar no PC um fator de sustentação que não conseguira obter no seu próprio partido. A contestação, por parte da direção política dos socialistas, à estratégia seguida por Allende foi permanente e aberta. Desde o Congresso de *La Serena*, de janeiro de 1971, o Comitê Central do PS contava com uma esmagadora maioria de partidários das teses insurrecionalistas.⁸

Diante das posições do PC e do PS, não há como deixar de trabalhar com a visão de que a estratégia seguida por Allende ganhava autonomia. O discurso presidencial afirmava-se como uma linha própria e, como exposto no primeiro capítulo, acabou identificado com o próprio projeto da via chilena ao socialismo. Allende compartilhava, contudo, os mesmos pontos que foram apresentados como consensuais no interior da Unidade Popular. O próprio PC denominava a sua estratégia como uma “via chilena ao socialismo”. Porém, distinguindo-se dele e aproximando-se do seu partido, Allende era taxativo na defesa de uma transição de caráter socialista. No seu entendimento, o Chile dispunha de instituições sociais e políticas necessárias para “materializar a transição do atraso e da dependência, para o desenvolvimento e a autonomia, pela *via socialista*”.⁹ Entretanto, a ênfase dada também à manutenção das instituições políticas aproximava Allende da política defendida pelos comunistas.

A autonomia de Allende, desta forma, definia-se através dos pontos de convergência entre o PC e o PS, transformando a sua liderança em elemento de equilíbrio e afirmação do eixo comunista-socialista. Allende havia sido, de fato, um dos políticos da esquerda chilena que mais trabalharam no sentido de compor este eixo, a partir dos anos 50. Por essa razão, deve-se compreender esta sua autonomia como relativa: fundava-se em elementos e numa visão distinta de teoria e alocava-se fundamentalmente no plano da política. Esta foi, na concepção deste trabalho, a razão pela qual, no período, a estratégia seguida por Allende não

8. Neste congresso, Carlos Altamirano passou a ser o secretário-geral do partido, sendo o Comitê Central do PS formado por 47 membros: 28 deles (60%) eram “militaristas” (ILENGOS - Exército de Libertação Nacional), que somados aos trotskistas e aluministas formavam 37 membros (79%) favoráveis às teses insurrecionalistas. Somente 8 membros do CC (17%) identificavam-se com Allende; cf. Walker, *op. cit.*, 1986, p. 61.

9. Cf. Salvador Allende, *op. cit.*, 1975, p. 89; *Gráfico nosso*.

se afirmou política e teoricamente com uma qualificação própria, nos termos de uma “via allendista ao socialismo”. Tal formulação, além de compreender a autonomia de Allende como integral, toma como referência muito mais os elementos de comportamento político e de horizonte estratégico (um socialismo democrático) do que propriamente as elaborações de Allende atinentes à problemática das vias de transição.¹⁰

Atuando objetivamente como expressão do eixo comunista-socialista, a estratégia política de Allende rejeitava, contudo, tanto a noção de revolução por etapas quanto a idéia de um “Estado Paralelo”, alocando o tema da transição pela via socialista no interior da legalidade existente. O distintivo na *via socialista* de Allende era a sua defesa de uma transição que aprofundasse e concretizasse o conteúdo democrático e formal do Estado burguês e fosse sustentada pela mobilização de massas e pelos institutos legais do Estado. Como processo, Allende supunha que esta transição se encaminharia para uma situação de ruptura, transformando o Estado vigente em Estado antagônico ao capitalismo. Na sua visão, portanto, a resolução do problema do poder não era anterior à construção socialista, mas sim uma questão de simultaneidade no interior da via socialista. Poder político dos trabalhadores e criação socialista eram abordados, por Allende, como processos construtivos e não destrutivos, como processos de desarticulação da dominação capitalista.¹¹

Não há a menor dúvida de que esta estratégia esteve presente na ação governativa da Unidade Popular. Em pugna constante com as visões acima descritas do PC e do PS, mas procurando todos os pontos de convergência possíveis, ela, contudo, não conseguiu afirmar-se como concepção dirigente e definir a Unidade Popular como o ator político da via chilena ao socialismo. Fraturada, a Unidade Popular não executou nem desenvolveu a via chilena ao socialismo e, por conseguinte, o que nela se anunciava como uma via democrática. No entanto, é preciso enfatizar que, no governo, nem a Unidade Popular e tampouco o presidente Allende adotaram uma política inclinada a levar o processo para o terreno da insurreição, com a virtual quebra do aparelho de Estado. Esta tendência, embora latente em setores significativos da Unidade Popular, era exterior à política conduzida pelo governo.

Voltando ao tema dos pontos convergentes entre Allende e os dois principais partidos da Unidade Popular, é importante ressaltar novamente que, além dos

10. Sobre isso ver J. Arrate, *op. cit.*, 1983, e Walker, *op. cit.*, 1986.

11. Cf. Schilling, *op. cit.*, 1981.

elementos distintivos, havia também *nuanças* aproximativas que não podem ser deixadas de lado. Não fosse assim, as possibilidades de convivência, lealdade e alguma reciprocidade entre o presidente e os principais partidos de esquerda teriam sido ainda menores. Embora profundos e decisivos, os elementos de distinção entre a estratégia de Allende na conformação da via chilena ao socialismo e as linhas do PC e do PS não se configuraram em ruptura nem da coalizão nem da relação de sustentação desta para com o governo.

No que se refere aos elementos de teoria, pode-se observar que, para Allende, ao contrário do PC e do PS, legitimar a via chilena na teoria do socialismo não significava submeter a proposição às suas determinações. Ao postular um “segundo caminho para o socialismo”, Allende enfatizou com frequência a necessidade da criação teórica que, ao ser elaborada no interior de um processo também inédito, significava inclusive uma *realização* da própria teoria.¹² Para Allende, as circunstâncias de um processo tão original como o chileno não encontrariam respostas prontas na teoria, sendo que seus apelos no sentido de se buscarem soluções concretas a partir dos problemas concretos que se apresentavam contrastavam com a vocalização abstrata e, por vezes, mitológica dos setores mais significativos da esquerda.

Olhando este mesmo problema por um outro ângulo, entende-se que é possível questionar aquelas interpretações da trajetória política de Allende que procuram afirmar que as debilidades da sua estratégia encontravam-se precisamente na ausência de teoria ou na sua histórica postura mais prática do que teórica. Tais interpretações, de resto, informadas pelos referenciais ideológicos que marcaram a esquerda no período, operam uma fratura entre teoria e política difícil de ser aceita. É certo que Allende não ocupou um lugar destacado como teórico e, quando assumiu a presidência, a sua identidade como homem de ação e de vocação estatal era o seu traço essencial. Mas isto, do ponto de vista da análise, não altera muito o quadro, mesmo porque evidenciou-se que a afirmação por outros atores da ideologia em detrimento da política também não conseguiu levar a um desenvolvimento mais fecundo a via esposada pela Unidade Popular.

A ausência de desenvolvimento ulterior da via chilena ao socialismo deve ser creditada muito mais às vicissitudes do governo da Unidade Popular e às próprias limitações de Allende e de alguns intelectuais bastante ligados a ele, que o influenciaram política e teoricamente nos anos da presidência. Como o primeiro aspecto foi exposto no capítulo anterior, a análise aqui se concentrará na dimen-

são das formulações presentes na base das estratégias que foram adotadas no período.

Uma análise mais aprofundada dos trabalhos produzidos por alguns intelectuais, que assessoraram ou influenciaram Allende no período, indica que o problema não esteve na ausência de teoria, mas sim numa determinada abordagem desta ou, mais precisamente ainda, nos limites de tal abordagem, quando levada à prática no contexto particular do processo chileno. É o que se depreende especificamente dos trabalhos de Joan Garcés e das contribuições que foram assimiladas do “socialismo de esquerda” europeu, posto em permanente debate entre as estratégias revolucionárias e reformistas da época.

Joan Garcés, cientista político catalão e assessor direto da presidência, era o responsável pelas análises da conjuntura política e é dele, como mencionado anteriormente, a formulação da “via político-institucional” como a “tática revolucionária” mais adequada para o Chile. Esta tática mostrava-se coerente, segundo Garcés, com o desenvolvimento político chileno e com a idéia de revolução como conquista do aparelho de Estado. Através dela se sustentaria a forma política da vontade geral que caracterizava o ordenamento constitucional, preenchendo-lhe o conteúdo com os valores de uma nova classe social.

Tratava-se, portanto, de acordo com Garcés, de configurar, mediante a intervenção dos atores políticos vinculados aos trabalhadores, um conteúdo proletário e popular às avançadas instituições da democracia política vigente no Chile. Porém, era de fundamental importância, para Garcés – e isso foi visto no segundo capítulo –, dar sustentação ao governo da Unidade Popular, através da iniciativa política constante, o que deveria culminar na conquista da hegemonia no interior do aparelho estatal. Importava fundamentalmente à esquerda, então, saber utilizar os recursos operativos que lhe fornecia o Estado para trabalhar favoravelmente as situações políticas com vistas a um fim bastante determinado: manter funcionando o governo para que este ganhasse, cada vez mais, força política e legitimidade social e pudesse promover as mudanças constitucionais que dariam suporte à institucionalidade da transição socialista.

Pode-se dizer que Garcés concebia a revolução socialista como uma espécie de “revolução processual”, concentrada em vitórias táticas. Se a sua “via político-institucional” não se encontrava integralmente fundada na ortodoxia marxista-leninista, guardava dela o elemento forte de intervenção tática, ativa e ruptural. Nela, o tempo político da tática não podia sofrer reveses de qualquer natureza, sob o risco de emergir no cenário o tempo da estratégia, onde, segundo o próprio Garcés, forçosamente a “via político-institucional” cederia lugar à “via insurre-

12. Cf. C. Chaz, op. cit., 1977.

cional". O tempo da tática aprisionava, assim, o tempo da estratégia. O seu elemento de *previsão* era apenas defensivo e por isso centrava-se fortemente na análise conjuntural. Por essa razão, a "via chilena" de Garcés não conseguiu configurar-se como um novo "programa", afirmando-se tão-somente como uma espécie de realização operacional da via chilena defendida por Allende.

Percebe-se nas formulações de Garcés com muita nitidez o que Gramsci chamou de um amesquinamento ou banalização da "*dupla perspectiva*" na ação política e na vida estatal, no qual estratégia e tática não são mais que "formas de 'imediatismo' que se sucedem no tempo com maior ou menor 'proximidade'".¹³ Esta postura crítica de Gramsci sugere, portanto, que uma vitória eleitoral de forças partidárias do socialismo por si só não pode ser concebida como um tempo que distancie ou aproxime o tempo da construção do socialismo. O imediato na ação política pode e deve estar presente num ou noutro tempo, isto é, no tático e no estratégico. *Contrario sensu*, quanto mais imperiosas forem as necessidades de defesa de um governo de tal natureza, mais deverá fazer parte do cenário político a perspectiva estratégica, isto é, o socialismo, não como uma operação de conquista total do poder, mas como uma perspectiva de construção de uma *vontade coletiva*, de um "princípio dirigente" que possa soldar e solidificar a vontade geral manifestada e formalizada em instituições democráticas e representativas. Nesta construção, emerge com clareza que a dimensão da vontade geral é passível de ser abordada politicamente através de operações táticas, enquanto a dimensão da vontade coletiva não pode ser reduzida a esse tipo de abordagem, já que não se encontra circunscrita apenas à "sociedade política", sendo que, na perspectiva de uma estratégia voltada concretamente para o socialismo, apontaria ainda para um "Estado integral" e para uma "sociedade regulada".

No projeto de Garcés, a hipertrofia do tempo da tática frente ao tempo da estratégia impossibilitava um nexa mais liberador entre ambos, não possibilitando a construção de uma nova noção de tempo na ação política, concebido como superação dialética, em que estratégia e tática conformassem uma relação tensionada, na qual a primeira se exercitasse como forma complexa e superior, "distante", em certo sentido, da segunda. Daí a centralidade do tema da democracia como decisivo – num outro sentido, o "estratégico" – e não a ênfase em operações táticas com vistas à conquista imediata de uma institucionalidade de transição ao socialismo. Paradoxalmente, a previsão defensiva de Garcés não foi mais do que

uma manifestação passiva que se expressava ativamente: parecia ver muito da conjuntura política, mas compreendia pouco da própria particularidade chilena. Ela se mostrou consoante, porém, com o processo de "*anti-revolução passiva*" que a esquerda havia desencadeado visando superar rapidamente o que ela entendia como seu elemento histórico antagônico, isto é, a *modalidade específica de "revolução passiva"* que esteve na base da trajetória do país rumo ao capitalismo, especialmente a partir do final da década de 1930.¹⁴

Porém, foi dito anteriormente que Allende apresentava também elementos bastante fortes de proximidade com as problemáticas do "socialismo de esquerda" europeu. Das referências desta corrente política e intelectual, o trabalho do teórico socialista italiano Lelio Basso parece ter sido o de maior relevância para Allende, com a apresentação de um texto de debate num seminário em Santiago, em 1971.¹⁵ Quais teriam sido, então, os elementos de reflexão teórica presentes no "socialismo de esquerda" europeu acerca dos processos revolucionários que se apresentaram com vigor na sua estratégia?

Em primeiro lugar, a rejeição da noção de que qualquer processo revolucionário definia-se pela conquista violenta do poder. Lelio Basso afirmava que a manutenção desta concepção no interior do movimento operário contraditava o desenvolvimento histórico posterior ao tempo em que esta teria sido originalmente formulada, isto é, os séculos XVIII e XIX. Haveria, para Basso, a necessidade de pensar dialeticamente o processo revolucionário como parte inseparável do desenvolvimento capitalista. O processo revolucionário, portanto, não se iniciava com a tomada do poder, mas culminaria com ela, após instalar no seio da velha sociedade os elementos sociais, econômicos e culturais da nova sociedade.

Basso enfatizava que, para Marx, a revolução era entendida como um longo processo, diferenciando-se, assim, da noção de insurreição e do ato da tomada do poder. Esta concepção de revolução assentava-se na contradição fundamental entre "o caráter social das forças produtivas e as relações de produção baseadas no lucro privado".¹⁶ Nesta leitura, o agente revolucionário não era o proletariado tomado isoladamente, mas "o conjunto das forças produtivas, ou seja, a classe

14. As referências teóricas à "revolução passiva" encontram-se, especialmente, nos textos de Renzo de Felice, C. Bucí-Glucksmann e R. Bodei, in: VV.AA., *Política e História em Gramsci*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

15. Cf. Lelio Basso, "La utilización de la legalidad en la fase de transición al socialismo", in: VV.AA., *Transición al socialismo y experiencia chilena*, Cesol/Ceren, Santiago, 1972, p. 15-71. O "socialismo de esquerda chileno" questionava tanto o modelo soviético quanto a social-democracia. Embora Garcés situasse-se como analista da conjuntura, teorizava também e compartilhava as noções básicas desta corrente.

16. Lelio Basso, "La utilización de la legalidad...", in: op. cit., p. 25.

operária em primeiro lugar, mas em conexão com o desenvolvimento dos instrumentos de produção, da ciência, das formas organizativas etc.”¹⁷

A noção de revolução deveria, então, ser formulada a partir do próprio desenvolvimento histórico suscitado pelo capitalismo. O caráter social da produção capitalista, de acordo com Basso, gerava uma tendência socializadora que lhe era inerente. A ação revolucionária do movimento operário seria aquela que penetrasse e interferisse neste processo de socialização, dominando gradativamente as leis de desenvolvimento do capitalismo, introduzindo os elementos da nova sociedade e preparando a crise revolucionária que iria explodir as relações capitalistas de produção.

O conflito derivado da luta operária havia implicado, na história da sociedade capitalista, a aceitação de reformas por parte das classes dominantes, o que fez com que se acentuasse ainda mais o caráter social e coletivo na dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas. Dentre as reformas mais significativas, Basso citava a legislação social, a universalização do sufrágio e a crescente intervenção do Estado na economia com as nacionalizações e as diversas formas de planificação.

Haveria, então, em toda dinâmica de reformas suscitada pelo desenvolvimento das forças produtivas, um aspecto favorável à perspectiva de revolução do movimento operário. Se ele rejeitasse as reformas – e este é o segundo aspecto significativo para que se pretende chamar a atenção –, estaria recusando uma tendência do desenvolvimento das forças produtivas que lhe era favorável, deixando que a lógica interna do sistema retirasse todo caráter revolucionário do seu movimento e ganhasse um novo equilíbrio, ao reabsorver para o velho ordenamento tal tendência. Porém, se, ao contrário, o movimento operário tivesse uma visão clara das possibilidades objetivas e interviesse conscientemente, orientando, a cada momento, o processo em direção a uma lógica antagonista de socialização, então esta última se converteria, pouco a pouco, no eixo de cristalização de um novo sistema, articulando, em torno de si e coerentemente, todos os elementos da futura sociedade capazes de superar a lógica do antigo sistema.

A revolução seria, então, o que Basso, citando freqüentemente passagens de Marx, chamava de um “conflito dialético” entre duas “lógicas antagonistas”: a do sistema e a socializante. A revolução, como um processo em curso já instaurado pela dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas, dependeria da intervenção ativa do movimento operário para fazer com que a sua lógica prevalecesse

se. O “núcleo profundo do processo revolucionário”, de acordo com Basso, não era a preparação da insurreição, “a tomada violenta do poder, desligada do processo de transformações da sociedade e dos homens”.¹⁸ A questão da tomada do poder deveria ser considerada, do ponto de vista político, ou o resultado final do choque de “lógicas antagonistas” ou decorrência do conflito nascido deste antagonismo, o que poderia gerar situações de crise política “susceptíveis de se concluírem com a tomada do poder por parte do proletariado”.¹⁹ Entretanto, nenhuma das duas circunstâncias apareceriam, de acordo com Basso, se não fossem preparadas ativamente as condições para isso, através da pré-constituição dos elementos da sociedade futura, organicamente articulados pela lógica antagonista ao sistema.

O terceiro aspecto que se quer ressaltar refere-se às raízes históricas particulares de cada país, que articulariam e regulariam toda a estratégia revolucionária proposta por Basso. A necessidade de transformação radical do ordenamento jurídico, político e social para a transição ao socialismo exigia, segundo Basso, que não se perdessem de vista os elementos culturais de uma formação social. Nesse sentido, a lógica antagonista ao capitalismo teria de trabalhar, necessária e simultaneamente, com as noções de continuidade e ruptura, isto é, o seu antagonismo não significava imposição de rupturas, mais ainda se estas estivessem desligadas do caráter cultural afirmado nas instituições políticas de cada país. Basso não pensava, portanto, que uma transição socialista pudesse ser feita através de “vazios históricos”.²⁰

Assentado nas raízes históricas e culturais de cada país, o elemento ruptural nesta estratégia estaria na direção política implementadora das reformas. Se tais reformas fossem pensadas e executadas de forma desligada da lógica antagonista – a lógica socialista –, o processo redundaria em reformismo ou no compromisso social-democrata entre capitalismo e classe operária. Uma intervenção política consciente supunha, então, a subordinação dos elementos táticos e parciais das reformas a uma visão de totalidade, que deveria criar ou reforçar no interior da sociedade capitalista “uma lógica integradora e coordenadora de todas as tendências e de *todos os elementos socialistas*”, lógica que poderia, a partir de um certo momento, “operar automaticamente”.²¹ A força do eixo comunista-socialista na sociedade chilena pareceu ser e evidenciar a lógica antagonista de que falava

18. Idem, *ibidem*, p. 29-30.

19. Idem, *ibidem*, p. 31.

20. Idem, *ibidem*, p. 46.

21. Idem, *ibidem*, p. 49.

17. Idem, *ibidem*, p. 25.

Basso, e criou a ilusão de que esta, por sua pura e simples existência, seria capaz de conduzir uma revolução concebida nestes moldes.

Neste ponto concentrava-se a definição da ação e do comportamento que deveria ter a direção política no processo de transição socialista, contrastando com uma conceituação que supunha a existência ou a criação de um poder emanado e, em geral, mantido pela força das armas. A adoção de um caminho político não seria, portanto, uma escolha de natureza abstrata. Esta dizia respeito às possibilidades maiores ou menores de afirmação da lógica antagônica no curso da revolução. Porém, caminho político não significava passividade e ausência de confrontos, tornando-se decisiva a afirmação permanente, por parte da direção política e de suas bases sociais, da vontade socialista na condução do processo de transição que, por sua vez, não poderia deixar de afirmar o desenvolvimento das forças produtivas, a intervenção do Estado para atender as demandas de bem-estar das classes trabalhadoras, bem como novas orientações culturais e novas formas de participação, o que implicava, em todas as dimensões sociais, a busca de um equilíbrio entre centralização e autonomia.

Convergir para a meta socialista todas as forças que brotavam no interior da sociedade capitalista, utilizando-se os instrumentos legais para isso, seria, portanto, a grande tarefa da direção política. Residiu neste ponto, precisamente, o essencial do problema que nem as reflexões de Basso nem a estratégia levada à prática por Allende conseguiram equacionar: como relacionar a ativação de massas que a estratégia supunha e a estrutura política do regime liberal-democrático existente no Chile, assentada em partidos e num Parlamento forte?

As reflexões de Basso e a estratégia adotada por Allende supunham uma "transferência de poderes" na sociedade chilena. A afirmação e a prevalência da lógica antagônica admitiam a criação de novos organismos de poder popular, sendo que o maior problema não era a sua criação, mas sim o seu sentido e a sua função no interior da institucionalidade. A confrontação com o Parlamento existente, não se definindo muito claramente este aspecto, mostrou-se inevitável, assim como o envolvimento do Executivo neste confronto.

A ênfase toda da argumentação de Basso, no que se refere à dimensão política, procurando "salvar" a estratégia do reformismo e colocá-la no campo da revolução, configurou-se na utilização da legalidade como instrumento para afirmar a lógica antagônica no interior da sociedade — a institucionalidade colocada a serviço dos trabalhadores e do socialismo, como diria Allende — e na mobilização de massas conduzida pelo movimento operário, única garantia para a continuidade e o êxito do processo de transição ao socialismo. Aparece aqui claramente uma linha intermediária entre o *avanzar* e o *consolidar*, tendências

praticamente opostas no interior da Unidade Popular. "Avançar continuamente", dizia Basso, "para que não caia a pressão popular, mas, ao mesmo tempo, reforçar e consolidar cada conquista".²² Em termos sintéticos: movimento *versus* passividade, tendo exclusivamente como eixo e fator de sustentação a mobilização de massas. Movimento que, segundo Basso, dirigido e fundado nas classes populares, com sensibilidade para suas demandas, teria capacidade de alterar profundamente a correlação de forças no espectro político, ao ponto de as maiorias parlamentares perderem "todo o significado". A utilização da legalidade estava colocada em termos claros: "(...) uma permanente colaboração entre o Executivo, que promove as reformas, e a massa popular que as respalda", submetendo "a resistência parlamentar a uma dupla pressão".²³

Não eram integralmente distintas as formulações de Allende, a despeito da sua ardorosa defesa do pluralismo e das instituições democráticas. A sua duplicidade, para se situar como ator político na Unidade Popular e garantir-lhe equilíbrio, foi sempre a tônica da sua política. Tudo se justificava porque a procura de um caminho democrático ao socialismo configurava-se, de fato, como uma busca incerta e tateante. Uma coisa encontrava-se, porém, bastante definida: este caminho seria, certamente, trilhado pela crescente e ativa participação política de massas, mas isso mostrou-se inteiramente insuficiente.

Conclusivamente, portanto, pode-se dizer que entre a *ativação de massas* e a *preservação da ordem democrática* residiu, efetivamente, o *enigma* da transição democrática ao socialismo proposto na via chilena. No cenário real das "alternativas globais", que se estruturaram no interior das elites políticas chilenas a partir dos anos 60, o desencadeamento pela esquerda de um processo de "anti-revolução passiva" acabou por afirmar-se como antagônico ao "*arreglo democrático*" chileno, que havia sido construído desde o final da década de 1930 e que, naquele momento, vivia uma aguda contestação em virtude da emergência de massas na vida política do país.²⁴ Ao ser concebido como uma via socialista, isto é, uma "alternativa global", uma "lógica antagônica", tal processo favoreceu, contra todas as intenções democráticas esposadas na via chilena, o cancelamento da ordem democrática vigente no país, contribuindo para o seu colapso.

Processo radical de democratização incapaz de sustentar a democracia política, a "anti-revolução passiva" levada à prática pela esquerda e suposta, como visto, na estratégia democrática ao socialismo defendida por Allende, não con-

22. *Ibidem*, p. 70.

23. *Ibidem*, p. 68.

24. Cf. E. Tironi, *El liberalismo real*, Santiago, SUR, 1986.

seguiu captar em toda a sua plenitude a *dupla face* da modalidade específica de revolução passiva que havia sido responsável pela trajetória de modernização do país. Modalidade específica que, expressa num “compromisso tácito” que permeava fundamentalmente a sociedade politicamente organizada – daí a expressão “*arreglo democrático*” –, havia possibilitado industrialização e desenvolvimento, bem como democracia política e participação, ou seja, tudo aquilo que estava na base daquela ativação de massas que sustentou o governo da Unidade Popular até o seu término. Enfim, o nexos entre *consenso y cambio*, essencial na particularidade chilena, a exigir, antes que uma revolução, uma renovação histórica da vida nacional.

Após o colapso da democracia chilena em 1973, seguiu-se o predomínio de uma das “estratégias globais” desenhadas a partir da década de 1960, que rapidamente atualizou-se nas “modernizações” neoliberais, decapitando as duas cabeças do *Jano* chileno. O regime pós-73, ao cancelar sobretudo as esferas política e participativa da sociedade, de forma análoga aos processos revolucionários paradigmáticos, impôs tais “modernizações”, sobre o conjunto da sociedade e mesmo sobre a elite política que o apoiou, de uma maneira implacável.

Quanto à esquerda chilena, pode-se sumariar a seguinte conclusão: sem conseguir traduzir o seu projeto numa *grande criação* em que o novo nascesse, de fato, da particularidade chilena que havia possibilitado a existência daquela experiência, e sem formular uma nova noção de tempo político na construção do socialismo, o que implicava uma nova noção de ruptura – pactada e reformadora –, a via chilena apenas conseguiu anunciar-se como uma via democrática. Porém, devido ao fato de ter enfrentado uma situação limite, constituiu-se no ponto e no posto mais avançado que a cultura política da esquerda, não apenas latino-americana, conseguiu atingir a respeito do que se concebia, àquela altura, como uma via democrática ao socialismo. Por isso, o seu valor como experiência histórica é incalculável.

PÓS-ESCRITO AS COMPLEXAS DIMENSÕES DO CHILE ATUAL

O golpe de Estado de 11 de setembro de 1973 marcou profundamente a sociedade chilena e seguramente continua a ser um divisor de águas no Chile atual. Ele acabou significando muito mais do que o dramático “martírio”¹ do presidente Salvador Allende ao decidir pelo suicídio ainda no interior do Palácio *La Moneda*, depois de horas de bombardeio. O golpe de Estado definiu o término da experiência chilena, no qual se sobressai, dentre outras coisas, a ausência de uma resistência expressiva dos setores políticos e sociais que apoiavam o presidente Allende ou mesmo daqueles que haviam defendido uma estratégia distinta da dele, propugnando pela luta armada ou pela insurreição aberta contra as estruturas do Estado chileno. Nem uma coisa nem outra ocorreu, e depois da derrubada de Allende, o Chile viveria 17 anos submetido ao regime imposto pelos militares que assaltaram *La Moneda* naquele dia, secundados pelos civis que haviam pedido e apoiado o golpe.

Como se poderia compreender, então, todo o significado daquele 11 de setembro de 1973 na história política recente do Chile? Há, certamente, diversas formas de se abordar essa questão. Em primeiro lugar há que se reconhecer o fim do governo Allende como o fracasso de um governo reformista conduzido pela esquerda. Allende e a Unidade Popular foram derrotados politicamente e, antes do golpe, o governo já dava claros sinais de deterioração e incapacidade. A queda do governo de Salvador Allende foi, portanto, uma profunda derrota política para a esquerda chilena.

1 Esse é o tratamento assumido em MOULIAN, Tomás, *Conversacion interrumpida con Allende* (Santiago: FONARCA, 1999), especialmente p. 21-30.

Entretanto, é importante compreender que essa derrota não derivou do projeto encabeçado por Allende, que buscava transitar ao socialismo por meio da legalidade e das práticas democráticas. A experiência chilena não se configura, assim, no atestado de que uma via democrática ao socialismo seja algo impossível na história. Muito ao contrário, ela evidenciou que essa possibilidade não pode ser perseguida pela esquerda sem a construção de consensos ou compromissos entre forças políticas de natureza distintas e sem o fortalecimento de instituições que possibilitem e viabilizem tal consenso e dêem suporte às transformações estruturais que venham a ser colocadas em curso. Ela deixou explícito que a esquerda não pode dirigir um processo de selo novíssimo, como foi a experiência chilena, a partir de uma cultura política convencional e de uma estratégia de polarizações, ainda que trabalhe (retoricamente ou não) vinculando as noções de reforma e revolução.

Em termos mais conjunturais, há que se compreender tanto os acontecimentos do 11 de setembro de 1973 quanto seus desdobramentos imediatos como o resultado de um conjunto de ações e fatores que levaram à culminação da crise do sistema político da democracia chilena e a consequente imposição de um golpe de Estado comandado pelos militares. Ato contínuo, o poder militar que chefiara o golpe deu início a processos políticos de perfil revolucionário para garantir o êxito da sua contra-revolução. Isso pode ser explicado da seguinte forma: tudo o que se expressou como negação ao governo da Unidade Popular, isto é, o golpe militar e a violência que se seguiu, apresentou-se e afirmou-se, simultaneamente, como uma “ditadura revolucionária”. Isto quer dizer que a supressão das liberdades, a coerção e o terror aberto aos seguidores do governo deposto revelavam uma vontade de poder intransigente e inegociável que se apresentava, ao mesmo tempo, como uma justificativa necessária para a instauração de uma nova ordem que anunciasse um novo futuro e uma nova sociabilidade para o país. Evidenciado pela consigna do novo poder - “nós temos metas e não prazos” -, a ditadura se afirmou, desde a conjuntura imediatamente posterior ao golpe, como um “novo projeto revolucionário” destinado ao êxito. Numa arguta percepção desse paradoxo, Tomás Moulian afirma conclusivamente que

“o regime militar é a negação da Unidade Popular e também uma realização invertida da sua idéia matriz. Apropria-se de elementos que se haviam instalado no imaginário social pela ação cultural dela própria: a idéia de uma crise, da necessidade de uma ‘grande transformação’ e a valorização de uma ditadura enquanto instrumento do bem”².

Entretanto, para além do paradoxo de uma contra-revolução se impor e se legitimar por meio de procedimentos revolucionários, e de toda violência que processos dessa natureza suscitam, o que veio a se estabelecer no Chile depois de 1973 foi uma ditadura construída a partir de uma irredutível personalização do poder em torno do General Augusto Pinochet, sustentada por meio de um regime autoritário com baixo nível de institucionalização. Nesse sentido, o sistema decisório e de produção de leis, bem como as instâncias formais de deliberação, resolução e implementação das políticas de Estado e governo passaram a ser altamente centralizadas na figura de Pinochet, reservando-se apenas espaços informais de negociação com representantes da sociedade, notadamente do empresariado e das forças políticas que apoiaram o golpe³.

O regime autoritário implantado no Chile a partir de 1973 durou até o início de 1990. Ele conseguiu conduzir, com êxito, significativas transformações nas estruturas sócio-econômicas do país, além de produzir profundos abalos na cultura política chilena, até então vivenciada e reproduzida a partir de uma vigorosa e salutar valorização da convivência democrática. O regime autoritário chileno não pode ser entendido, portanto, como um “parêntesis” na história recente daquele país: depois de 17 anos de sua vigência os chilenos passaram a definir a sua convivência a partir de uma outra sociabilidade. Pode-se observar claramente que, desde o início, o regime autoritário chileno se estruturou a partir de uma perspectiva *fundacional* que procurava recriar a sociedade sob novos pilares de sustentação. Encontrava legitimidade para essa operação na leitura baseada no diagnóstico de que a crise que havia exigido o golpe de Estado era resultado do fracasso da democracia e do desenvolvimento político verificado nas décadas anteriores. Por essa razão, os vitoriosos em 11 de setembro

“propuseram-se a dar início a uma nova fase na história do país, para o qual estabeleceram metas muito ambiciosas: eliminar a pobreza, criar as bases do crescimento econômico e implantar uma ordem política distinta da democracia ocidental porque a consideravam frágil diante do marxismo. Esta [nova ordem] seria uma *democracia protegida e autoritária*, com pluralismo limitado e submetida à tutela das Forças Armadas, que a deixariam funcionando quando voltassem para os seus quartéis”⁴.

Em termos econômicos, as mudanças procuraram acompanhar e dar substância a essa perspectiva *fundacional*. Com o objetivo de fazer a economia voltar a crescer e instaurar um novo rumo para o capitalismo no Chile procurou-se impor uma nova relação entre Estado, economia e sociedade por meio de reformas de cunho *neoli*

2. Cf. MOULIAN, Tomás. “El gobierno militar: modernización y revolución”. *La fuerza de la historia: el sistema de partidos 1972-1973*. Santiago: Arca, FLACSO, 1993, p. 228.

3. Ver HURTADO, Carlos. *El Régimen de Pinochet*. Santiago: Sudamericana, 2000, p. 623-626.
4. HURTADO, Carlos. *op. cit.*, 2000, p. 624 (grifo do autor).

beral: privatização de empresas públicas - tanto aquelas criadas desde o período da Frente Popular quanto aquelas estatizadas pela Unidade Popular, depois de 1970 -, bem como dos serviços de saúde e previdência social, além de medidas relativas à abertura comercial, ao estímulo às exportações e à supressão do controle de preços, etc. Com as reformas econômicas que o regime autoritário passou a implementar acabou se impondo, em termos mais estruturais, a chamada *alternativa global* - como, aliás, também o fizeram tanto a "revolução em liberdade" expressa pelo democrata cristão Eduardo Frei como a política da Unidade Popular no governo de Allende - ao ciclo inaugural da revolução passiva chilena, que teve seu desenvolvimento acionado a partir da vitória da Frente Popular em 1938 e um efetivo desdobramento durante os governos comandados pelo Partido Radical, até 1952.⁵ Como afirmamos em outra oportunidade, as pautas principais instituídas pelos protagonistas deste novo ciclo de revolução passiva no Chile foram

"a supressão da democracia representativa e a reorientação integral das relações entre Estado e economia. Sua política consubstanciou-se em duas pontas: *politicamente regressiva*, de um lado, e *prospectiva*, de outro, configurando-se na maior antecipação histórica já configurada na América Latina, com a adoção do neoliberalismo como elemento central de reordenamento do capitalismo chileno. A modalidade específica de revolução passiva vivenciada pelo Chile, de realizações e déficits, encontrou aí sua 'solução clássica': à maneira de uma 'revolução-reacionária', abriu passagem para a emergência de um novo ciclo de revolução passiva, de perspectiva atualíssima quanto às tendências contemporâneas do capitalismo mundial".⁶

Em suma, pode-se registrar a essa altura um relativo consenso a respeito do diagnóstico da situação chilena depois de 1973. É quase que consensual a interpretação de que o tipo de golpe influiu decisivamente nas características constitutivas do regime posterior. Por outro lado, em virtude do fato de que a ultrapassagem do regime autoritário no Chile ter se efetivado por meio de um processo bastante particular de transição, todo ele condicionado pelo regime autoritário, é também cada vez mais consensual a interpretação de que o caráter da "política do autoritarismo"⁷ viria a marcar indelevelmente a nova situação democrática inaugurada a partir de março de 1990, ano em que Patricio Aylwin, representando a coalizão política opositora ao regime, assumiu o governo, quase 17 anos depois da queda de Allende.

5. Registre-se aqui que essa análise não está presente no livro *Democracia e Socialismo: a experiência chilena* uma vez que nele procurávamos delinear a trajetória histórica da democracia que havia possibilitado a vitória da Unidade Popular em 1970. Essa análise o fator mencionado pode encontrar em AGGIO, Alberto, *Frente Popular, radicalismo e revolução passiva no Chile* (São Paulo: Annablume, 1999).

6. Cf. AGGIO, Alberto, *op. cit.*, 1999, p. 211.

7. Essa expressão é usada por HUBERTUS, Carlos, *op. cit.*, 2000.

Uma transição condicionada pelo regime autoritário

A superação dos regimes autoritários que se instalaram em alguns países latino-americanos entre as décadas de 1960 e 1970 não se processou por meio de revoluções ou insurreições político-sociais. A forma pela qual aqueles regimes foram ultrapassados foi, regra geral, por meio de transições que levaram aqueles países a vivenciarem a passagem de situações de autoritarismo para situações de democracia. Conforme a já clássica caracterização de G. O'Donnell⁸, tais processos de transição obedeceram a pelo menos duas trajetórias: em alguns casos ocorreram por *colapso* dos regimes autoritários; em outros, por *pactos* ou *negociações* entre regime e oposição. Enquanto a Argentina pode ser mencionada como um caso exemplar da primeira, Chile e Brasil, cada um por meio de razões próprias, são, seguramente, exemplos emblemáticos da segunda.

Pretendemos realizar aqui apenas uma breve análise do processo de transição à democracia vivenciado pelo Chile, uma vez que o tipo de transição ali estabelecido - inteiramente condicionada pelo regime autoritário - se configura, ao nosso ver, como o fator explicativo mais importante das muitas dificuldades que enfrentaram aos atores democráticos ao lutarem contra aquele regime e também dos diversos problemas que assolam a democracia chilena nos dias atuais.⁹

O regime autoritário, comandado por Augusto Pinochet, que foi imposto ao país após o sangrento golpe de Estado de 1973, somente foi derrotado depois do fracasso das diversas estratégias que postulavam um combate frontal contra a ditadura. Dentre essas estratégias encontram-se as tentativas de ação armada contra o regime - inclusive contra o próprio ditador - e também as diversas tentativas de mobilização de massas contra a ditadura ocorridas em meados da década de oitenta e que ficaram conhecidas como as *protestas*¹⁰. Em ambas estratégias acalentava-se a idéia de que era possível derrubar a ditadura como resultado de uma ação ou de um movimento de força. Ao final de 1986, tornou-se absolutamente clara a impossibilidade de se derrubar a ditadura quer pela via armada quer pela via da luta social de massas que havia mobilizado ativamente diversos setores sociais nos três

8. Cf. O'DONNELL, Guillermo e SCHMITTER Philippe, *Transições do regime autoritário primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988.

9. Para a análise da transição chilena utilizamos aqui de AGGIO, Alberto & CÁCERES, Gonzalo, "Chile: processo político e controvérsias intelectuais". *Lua Nova*, São Paulo, Codec, n. 49, 2000, p. 87-111. Neste ensaio, muitas dimensões da transição chilena são detalhadamente analisadas e discutidas.

10. FREDRIGO, Fabiana de Souza, *Ditadura e resistência no Chile. Da democracia desafiada à transição possível (1973-1989)*. Franca: UNESP, (Série Estudos, n. 03), 1998. Para uma visão mais ampla ver GIBI L AUDAI, Patrick & MOUTERIEF, Pierre, *Los movimientos sociales en Chile, 1973-1990*. Santiago: LOM, 1993.

de perfil democrático que se instalam ou, pior ainda, procuram manter a luta pelo poder através de confrontações que podem ser inclusive militares ou simplesmente extra-institucional.

Comparando-se às experiências de transição à democracia dos demais países latino-americanos do chamado Cone Sul podemos anotar aqui que o Chile apresentava, no início da década de 1990, uma tríplice particularidade: em primeiro lugar, não herdava uma crise econômica do período anterior, uma vez que a mudança fundamental de modelo econômico e seus respectivos custos haviam sido realizadas sob o regime autoritário; em segundo lugar, tratava-se do único caso em que a maioria do bloco de oposição à ditadura se conformou como uma coalizão de partidos de governo no início da fase democrática; e, em terceiro lugar, as duas vantagens anteriores encontrariam-se contraditadas pela profundidade e extensão dos *enclaves autoritários*, o que estabelece o seguinte paradoxo: *no Chile se dá uma das transições mais incompletas convivendo simultaneamente com um novo regime bastante consolidado.*

Neste sentido, a transição à democracia no Chile talvez seja o maior exemplo de um processo político que, quanto mais avança mais se distancia de seu impulso originário e substantivo. Em outros termos, quanto mais avança a transição, mais se vê cancelado o processo de democratização, entendido como aprofundamento e expansão da participação, ao mesmo tempo em que se cristaliza a impossibilidade de qualquer reforma na estrutura de representação política da cidadania. Em suma, a transição democrática no Chile expressaria fortemente o paradoxo de ser simultaneamente um processo de paralisia da democracia enquanto movimento participativo e de renovação da vida político-institucional.

Uma breve revisão da trajetória dos governos democráticos instalados a partir de 1990, depois de suprimida a continuidade política do autoritarismo, elucidaria melhor as dificuldades de implantação de um processo de consolidação democrática no Chile. Como já dissemos, o governo de Patricio Aylwin (1990-1994) recebeu um país transformado, dotado de um dinamismo econômico ascendente mas com um Estado pródigo em *enclaves autoritários*, restringindo a ação governamental e auto-limitando o governo em sua capacidade reformadora. Iniciada a década de 1990, o chamado *modelo chileno* (um capitalismo quase sem regulações, apoiado num Estado autoritário que se sustenta em mecanismos institucionais conservadores) experimentaria uma dupla correção sob a primeira administração democrática. Por um lado, consonante com a perspectiva de um “crescimento econômico com equidade social”, o governo se dispôs a reduzir, o mais rápido possível, o tamanho da pobreza, mas sem modificar a desigual distribuição de renda. Por outro lado, com a ajuda da ala mais liberal da oposição, iniciou-se uma governabilidade sustentada na necessidade de se fundar um *amplo consenso*, suficiente para superar uma história recente

saturada de violentos conflitos e áspersas disputas; um consenso que, entre outras dimensões vinculadas a ele, justificou o estabelecimento de uma trégua social que converteu em virtualmente ilegítimo todo e qualquer sinal de reivindacionismo ascendente que viesse da base social com o objetivo de atingir ao Estado.¹⁴

Ao mesmo tempo que se resolvia, paulatinamente, a tensão entre governo e empresariado, a urgente necessidade de alcançar um *status quo* não conflitivo com os militares, convenceu tanto a administração Aylwin como o conglomerado de partidos que o apoiava a obter um rápido e duradouro entendimento com o mais preponderante dos poderes *fáticos* presentes no cenário político. Apesar da expedida reciprocidade governo-classe política ou governo-Igreja Católica ser sensivelmente inferior àquela conseguida com as Forças Armadas, a convergência de critérios de avaliação entre ambos atores foi se configurando num discurso comum, inclinado a materializar um projeto de “modernização com crescimento” ao invés de um projeto de “desenvolvimento com democratização”.

Desta forma, em virtude da impossibilidade de contar com os votos dos parlamentares da ala mais liberal da direita política do país, o programa democratizador da agenda governamental seria substituído por um outro programa que transformaria o governo num zeloso guardião dos equilíbrios macro-econômicos. A partir daí, a administração Aylwin assumiu um papel politicamente defensivo, dilapidando o capital político alcançado em seu “período de graça”. A opção escolhida, embora tivesse tornado prontamente inviável qualquer retrocesso autoritário, não colocou em prática, por exemplo, a desejada subordinação militar ao poder civil.

Depois de 1994, uma parte das tendências anteriormente mencionadas experimentariam um forte aprofundamento. Consonante com a idéia geral que havia se estabelecido na formação política governante, a agenda política que organizou a presidência de Eduardo Frei¹⁵ apostou, desde o começo, numa mudança de perspectiva: da “lógica da transição” teria que se passar à “lógica da modernização”. Fiel a suas convicções, o novo governo privilegiou, com grande tenacidade, o processo de modernização econômico-social em detrimento de qualquer outra dimensão da vida nacional.

Como era previsível, durante todo o período aberto pela *Concertación*, os resultados eleitorais alcançados pela coalizão de governo em eleições legislativas (em 1993, 55,39% dos votos e em 1997, 50,54%) não lhe permitiram aumentar seu

14. Ver sobre isso MARTINS, Renato. “Chile: a democracia e os limites do consenso”. *Uma Nova*, São Paulo, Cedec, n. 49, 2000, p. 65-85.

15. Trata-se aqui do segundo presidente eleito pela *Concertación*, filho do ex-presidente Eduardo Frei Montalva que governou o Chile entre 1964 e 1970, ambos pertencentes à Democracia Cristã.

número de parlamentares de modo a alcançar os diversos *quorums* para realizar reformas políticas e constitucionais que permitissem acabar com os *enclaves autoritários*, especialmente com os senadores designados. Tal situação se agravou com a incorporação de Pinochet ao Senado como parlamentar vitalício. Diante deste quadro, a *Concertación de los Partidos por la Democracia* e também o governo de Frei ficaram sem estratégia para superar tais *enclaves*. A sensação predominante era a de impossibilidade de se conquistar uma reforma democrática quer porque ela havia sido bloqueada quer porque ela havia fracassado.

A diminuição na votação concertacionista experimentada nas eleições parlamentares de 1997, a discussão e a tensão internas em função da acusação constitucional e, sobretudo, da detenção de Pinochet,¹⁶ e mais a questão da democratização e reconciliação bloqueadas, tudo isso gerou dúvidas a respeito da capacidade de sustentação da aliança de governo. Apesar das restritas vitórias políticas e dos diversos êxitos sócio-econômicos dos governos da *Concertación*, o mal-estar dos cidadãos alcançou um ponto culminante entre 1998 e 1999, alimentado pelo impacto da crise asiática e pela instalação de um sentimento de mal-estar que se cristalizava em função da sensação de frustração devido à persistência dos *enclaves autoritários*, da exacerbação das desigualdades sociais (ainda que haja uma diminuição da pobreza estatística), da falta de uma nova definição para o papel dirigente do Estado e das instituições que fortaleçam os atores sociais, a cidadania e a sociedade civil.

O retorno de um socialista a *La Moneda* ... 27 anos depois

É neste cenário que se travou a batalha eleitoral para a presidência da República no final de 1999 e no início de 2000. O resultado dessa disputa acabaria por levar novamente à presidência do Chile um político de esquerda, de perfil socialista, 27 anos depois de derrubada de Salvador Allende. Convém mencionar, contudo, que depois da derrota de 1973, o socialismo chileno empreendeu uma profunda revisão das suas estratégias e também da sua identidade.¹⁷

16. Pinochet foi detido em Londres no dia 16 de outubro de 1998 e assim permaneceria até sua libertação em março de 2000. Pode-se revisar as dimensões políticas, jurídicas e históricas desse episódio em ALCAZAR I GARRIDO, Joan. "A 'imunidade soberana' de Pinochet contestada". *Lua Nova*, São Paulo, Cedec, n. 49, 2000, p. 113-133.

17. Deste processo emerge a liderança política de Ricardo Lagos, especialmente após o embate público com Pinochet no plebiscito de 1988. Sobre as mudanças do socialismo chileno ver os dois volumes de documentação e textos de análise que estão em NUÑEZ, Ricardo (comp.). *Socialismo: 10 años de renovación*. Santiago: Ediciones Del Ornitorrinco, 1991.

A campanha eleitoral foi essencialmente protagonizada por dois candidatos: Ricardo Lagos e Joaquín Lavín. O primeiro, representando a *Concertación de los Partidos por la Democracia*, coalizão de centro-esquerda que passou a governar o Chile desde o início da década de 1990. O segundo, um ex-colaborador do regime militar que conseguiu a proeza de unificar os partidos da direita chilena (*Unión Democrática Independiente e Renovación Nacional*) e, ao mesmo tempo, mantê-los distantes do comando de sua campanha, além de evitar que a sombra da figura do ex-ditador causasse algum dano a sua estratégia eleitoral. Os dois candidatos terminaram o primeiro turno praticamente empatados. Lagos chegou em primeiro, garantindo uma vitória matemática, por pequeníssima margem, sem evitar, contudo, a "vitória simbólica" de Lavín por este ter conseguido levar a decisão para o segundo turno. Os elementos da polarização que se haviam instituído desde o primeiro turno mantiveram-se presentes até o final. No segundo turno, por pouco mais de 170 mil votos, Lagos venceu, definindo a distância entre os dois candidatos em torno de 2,62% do eleitorado.

O Chile já havia conhecido eleições tão ou mais polarizadas que esta. Em 1938, o candidato da Frente Popular, Pedro Aguirre Cerda, as venceu por uma diferença de aproximadamente 4 mil votos; em 1958, Jorge Alessandri, um candidato conservador, venceu, por menos de 30 mil votos, ao socialista Salvador Allende; e, em 1970, seria Allende que ultrapassaria o mesmo Alessandri por pouco mais de 36 mil votos. Depois de 1973, eleições desse tipo foram canceladas; a "política do autoritarismo" apenas realizava pleitos não competitivos, como o foram a "Consulta" de 1978 e os plebiscitos de 1980 (para aprovar a nova Constituição) e de 1988, no qual se ambicionava a continuidade do autoritarismo por mais 8 anos e a conseqüente instauração de uma *democracia protegida e autoritária*. Mais recentemente, passados 10 anos depois que assumiu o primeiro presidente eleito pela *Concertación*, esta seria a primeira vez que uma eleição presidencial se realizaria em dois turnos, uma inovação estabelecida pela Constituição de 1980 para superar a histórica divisão em três terços da política chilena, o que gerava invariavelmente a vitória de candidaturas minoritárias ao cargo de presidente da República.

Alguns fatores explicam tanto a polarização estabelecida quanto o resultado que acabou se estabelecendo. Diferentemente das eleições anteriores vencidas pela *Concertación* (1989 e 1994), nas quais havia prosperidade econômica, otimismo e até mesmo euforia com os índices de crescimento, a eleição de 16 de janeiro de 2000, ao contrário, se desenrolou num clima de incerteza econômica em função do *crack* que se abateu sobre os "tigres asiáticos", países com os quais o Chile desenvolve uma significativa relação comercial. Os desdobramentos desta crise (a chamada "crise asiática" a que nos referimos acima) produziram recessão e desemprego desde o início de 1998, afetando o prestígio do governo e da candidatura

Lagos. Por outro lado, a detenção de Pinochet em Londres fez ressurgir internamente a polarização entre esquerda e direita, além de recolocar no centro da cena política a temática dos direitos humanos, um dos principais déficits da transição chilena. As debilidades do governo Frei para enfrentar com eficácia esses problemas e um certo cansaço depois de dez anos de governos concertacionistas alimentaram, como dissemos acima, um complexo sentimento de mal-estar que afetou negativamente a candidatura oficialista.

Desta forma, Lagos conseguiu vencer o primeiro turno enfrentando uma situação bastante adversa para um candidato oficial. Ele o conseguiu por suas inegáveis qualidades como liderança política e também porque a Concertación se manteve unida, mesmo depois da mudança de hegemonia na indicação do candidato presidencial – Aylwin e Frei vieram da Democracia Cristã enquanto Lagos provém do mundo socialista. Venceu também porque uma parcela significativa do voto da esquerda comunista ainda existente no Chile – a parte minoritária e mais saudosista dos tempos da Unidade Popular –, que lhe havia faltado para que Lagos pudesse ter vencido no primeiro turno, veio se somar, no segundo turno, a muitos eleitores que não haviam acorrido às urnas para garantir a vitória ao candidato da Concertación.

Por outro lado, Joaquín Lavín acabou se sobressaindo nesta eleição como o principal protagonista da direita chilena, deslocando deste lugar a figura de Pinochet. Isso se expressou tanto na sua estratégia eleitoral quanto nos princípios fundamentais que adotou e que lhe resultaram muito favoráveis. Lavín conseguiu realizar a façanha de se afastar de Pinochet sem perder o apoio do pinochetismo; capturou para si a imagem da mudança, apresentando-se como uma nova liderança – “moderna” e pragmática, um “político não-político”, um novo “produto” no mercado eleitoral.¹⁸ Unificando a direita, Lavín conseguiu uma votação maior do que a de Pinochet no plebiscito de 1988 e passou a se apresentar como a liderança de direita mais qualificada para dar a este setor uma orientação para o futuro. Com Lavín, o neoliberalismo busca construir uma homologia entre os fundamentos da economia de livre mercado e a cultura política da democracia. Nesta construção, a política perderia sua clássica função de representação, mais afeita a ideologias, valores e programas, para se transformar numa resposta direta e permanente ao cidadão-consumidor – este “novo ser” que exige respostas concretas e imediatas pelo que

“paga”.¹⁹ A expressiva votação de Lavín demonstra que o “liberalismo real”,²⁰ que deu sustentação ao chamado *modelo chileno*, ainda continua a seduzir boa parte da sociedade chilena.

De toda forma, a vitória de Lagos e a sua posse no início de 2000 manteve viva a Concertación como aliança política de centro-esquerda e como uma coalizão governante com grande capacidade de se renovar. Além disso, pela disputa eleitoral extremamente renhida, mostrou o reconhecimento da maioria do país para com uma aliança de partidos que representa, neste terreno, a obra política mais significativa que os chilenos produziram no século XX. Contudo, pode-se divisar também a dificuldade que se apresenta a Lagos em instituir, enquanto governo, um movimento renovador no interior da continuidade. Isso define a complexidade, os limites e as possibilidades que existem no Chile atual para uma política de “reformismo forte e de novo tipo” que convoque o país para a imperiosa necessidade de se buscar uma saída diferente do “ultracapitalismo” imposto ao país desde a queda de Allende.

As forças democráticas que sustentam o governo Lagos sabem que têm diante de si o pesado desafio de enfrentar as pendências da transição negociada à chilena. Boa parte da sociedade ainda espera que se possa recuperar um processo de democratização que se extraviou e deixou muitas de suas tarefas pelo caminho. Mas não se pode governar olhando somente para trás. A possibilidade de se avançar na proposição de uma reforma ativa de revalorização pública e institucional da democracia ainda está aberta e se apresenta como elemento-chave ao novo protagonismo da esquerda chilena. É em torno desse embate que a esquerda chilena jogará o seu futuro. Tudo dependerá de sua capacidade de convencer o conjunto da sociedade, nos embates políticos cotidianos, de forma paciente e permanente, de que o seu projeto civilizatório estabelece um nexu virtuoso entre passado, presente e futuro, gerador de prosperidade, equidade e esperanças para milhões de chilenos.

No Chile atual, o *enigma* da relação entre democracia e socialismo – indecifrável durante o período da Unidade Popular – parece estar deslocado; apenas não se sabe se momentaneamente ou em definitivo. Entretanto, o desafio de construção de uma esquerda latino-americana concebida em sua intrínseca relação com a democracia ainda permanece, sobretudo a partir da experiência prática que se exige de um ator governante. Essas são, enfim, as razões pelas quais o Chile se mantém como uma das referências mais importantes da mudança política na América Latina.

(junho de 2002)

18. C. TIRONI, Eugenio, *La irrupción de las masas y el malestar de las élites - Chile en el cambio de siglo*. Santiago, Cuzijalbo, 1999.

19. *Idem, ibidem*.

20. A expressão aparece em TIRONI, Eugenio. *El liberalismo real - la sociedad chilena y el régimen militar*. Santiago, Sur, 1986.

Alberto Aggio é doutor em História pela USP e professor livre-docente pela Unesp. Publicou *Gramsci: a vitalidade de um pensamento* (Unesp, 1998, como organizador), *Frente Popular; Radicalismo e Revolução Passiva no Chile* (Annablume, 1999) e é co-autor de *Política e sociedade no Brasil, 1930-1964* (Annablume, 2002).